



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

Atas de Comissões Mistas Permanentes

ANO LXVII – SUP. "C" AO Nº 155 – TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
'CpkdrifF kpk - (RV-CE)*. ; +
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (27) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (28) Anibal Diniz (25) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (26) Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (7,32) Lúcia Vânia (33) Mário Couto (34) Paulo Bauer (6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,35) Flexa Ribeiro (7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (26) PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudio Eduardo Amorim (17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudio Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES MISTAS PERMANENTES		
1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC		
Ata da 9ª Reunião, realizada em 4 de novembro de 2011	4	Ata da 13ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2011.....
Ata da 10ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2011.....	4	Ata da 14ª Reunião, realizada em 28 de novembro de 2011.....
Ata da 11ª Reunião, realizada em 16 de novembro de 2011.....	22	Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2011 (realizada em conjunto com a 57ª Reunião da CMA)
Ata da 12ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2011.....	46	Ata da 16ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2011.....
		Ata da 8ª Reunião, realizada em 30 de maio de 2012
		Ata da 9ª Reunião, realizada em 5 de junho de 2012

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 9^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NO AUDITÓRIO INTEGRAÇÃO – CENTRO DE TREINAMENTO – USINA ITAIPU BINACIONAL – FOZ DO IGUAÇU – PARANÁ.

As nove horas e dez minutos do dia quatro de novembro do ano de dois mil e onze, no Auditório Integração, Centro de Treinamento da Usina Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu, Paraná, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Deputado Luiz Noé, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A pauta da presente reunião visa atender ao Requerimento nº 4, de 2011-CMMC, aprovado em 14 de setembro do corrente, em que requer a realização de Audiência Pública Regional, no Estado do Paraná, em Foz do Iguaçu, destinada a avaliar e debater a sustentabilidade ambiental e os impactos nas condições climáticas daquela região e do país, a partir da experiência decorrente da instalação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, de autoria do Senador Sérgio Souza. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 8^a Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública Regional em Foz do Iguaçu, Paraná, destinada a avaliar e debater a sustentabilidade ambiental a partir da geração de energia hidrelétrica. Durante a abertura, passa-se a palavra ao Senhor Jorge Miguel Samek, Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e ao Deputado Luiz Noé. Em seguida é aberta a mesa: “Energia e Mudanças Climáticas, com a presença, como expositores, dos Senhores Amilcar Guerreiro, Diretor de Estudos Econômicos, Energéticos e Ambientais da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Luiz Pinguelli Rosa, Diretor-Geral do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ. Encerrada as apresentações na parte da manhã, o Senhor Presidente suspende a reunião para reiniciar no início da tarde. Às quatorze horas, a Comissão faz uma visita técnica ao Parque Tecnológico da Itaipu Binacional, acompanhada de servidores credenciados que mostram todas as atividades da Empresa em diversos setores. Às quatorze

horas e quarenta minutos, abre-se a Mesa: “Agricultura e Mudanças Climáticas, com exposição do Senhor Celso Vainer Manzatto, Chefe-Geral da Embrapa Meio Ambiente. Dando continuidade aos trabalhos, são apresentados os Cases Itaipu Binacional: “Cultivando Água Boa”, com o Senhor Nelton Miguel Friedrich, Diretor de Coordenação e Meio Ambiente de Itaipu e “Energias Renováveis”, com o Senhor Cícero Bley, Superintendente de Energias Renováveis de Itaipu. Após a exposição dos convidados, o Senhor Presidente declaração encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

ATA DA 10^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jorge Viana, Blairo Maggi, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos e Randolfe Rodrigues, da Deputada Rebecca Garcia, e dos Deputados Márcio Macêdo, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Noé, Ricardo Tripoli e Arnaldo Jardim, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 9^a Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública destinada a apresentar as ações atuais e futuras sobre a gestão das águas no Brasil e as iniciativas perante outros países, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, aprovado em 14 de setembro do corrente, com a presença, como expositores, dos Senhores Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA e Luiz Alberto de Mendonça Sabanay, Chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais, e Estevão Campelo Melo Moura, Diretor do Departamento de Agricultura em Águas da União, representando o Ministério da Pesca e Aqüicultura. Após a exposição dos

convidados, usam da palavra os senhores parlamentares Márcio Macêdo, Aloysio Nunes Ferreira e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. São apresentadas, extrapauta, as seguintes proposições: Requerimento nº 13, de 2011-CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, que requer, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin e dos Deputados Alfredo Sirkis, Márcio Macêdo, Arnaldo Jardim e Antonio Carlos Thame para participarem, como representantes desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, da 17ª Conferência das Partes (COP 17) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e da 7ª Conferência das partes no Protocolo de Quioto (CMP-7), que ocorrerão em Durban, cidade da África do Sul, na província de Kwazulu-Natal, entre os dias 28 de novembro e 9 de dezembro do corrente ano. Autoria: Senador Sérgio Souza. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 14, DE 2011-CMMC, em que requer a realização de audiência pública desta Comissão na Cidade de Passo Fundo – RS, a fim de discutir a participação da produção e o consumo de biodiesel na matriz energética nacional, como forma de diminuirmos a emissão de carbono na atmosfera, reduzindo os efeitos no clima. Posteriormente à audiência pública, será realizada visita técnica à indústria BSBios e a Embrapa de Passo Fundo. Autoria: Deputado Luiz Noé. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 15, de 2011-CMMC, em que requer nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública Regional, em Aracaju, no Estado de Sergipe, para tratar do tema: As Consequências das Mudanças Climáticas nos Biomas Brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia. Autoria: Deputado Márcio Macêdo e Senador Sérgio Souza. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 16, de 2011-CMMC, em que requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Regional, na cidade de São Paulo, destinada a avaliar e debater a política setorial na área das cidades e centros urbanos, de acordo com os objetivos da Política Nacional sobre Mudanças do Clima. Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e Senador Sérgio Souza. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 09/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta

a 10ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº 04, de 2008, do Congresso Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura da Ata e a aprovação da mesma em relação às reuniões anteriores.

Os Senadores e Deputados que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero relatar que, hoje, nós estamos, principalmente na Câmara, com alguns projetos polêmicos em votação. A Câmara está votando a DRU, uma votação que entrou pela noite de ontem. Até meia-noite, eu acompanhei parte dos debates, que, com certeza, vão-se estender por toda a tarde de hoje. Aqui, no Senado, também temos algumas questões que, principalmente de manhã, tomaram a pauta do Senado Federal. Foi a votação, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura, foi o relatório sobre o Código Florestal, a nova redação dada ao Código Florestal, apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

Hoje, nós temos, na nossa pauta, uma audiência pública que trata do regime das águas. Nós temos, aqui, a presença da ANA, Agência Nacional de Águas, como também a presença do Ministério da Pesca. Estão aqui, representando, o Diretor-Presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo, e, do Ministério da Pesca, Luiz Alberto de Mendonça Sabanay e Estevão Campelo Melo Moura.

Antes de darmos início à nossa audiência pública, como de costume, nós vamos fazer um breve relato sobre os assuntos que pautaram a mídia nacional, no que diz respeito às mudanças climáticas.

Eu não poderia deixar de começar relatando a brilhante audiência pública que nós fizemos no último dia 04, na última sexta-feira, na cidade de Foz do Iguaçu, no interior da Usina de Itaipu.

Eu, que sou um Senador que representa o Paraná, não conhecia o que aquela hidrelétrica faz em favor do sistema, do ecossistema, em favor do meio ambiente.

Tive o privilégio de conhecer principalmente, destaco aqui, o Parque Tecnológico da Usina de Itaipu. Nós temos, hoje, no interior da Usina de Itaipu, cerca de 2,5 mil alunos estudando, de diversas universidades, como a Universidade Latino-Americana, universidades federais de diversos Estados, que estão ali presentes, universidades estaduais também. Além disso, cursos a distância, aproveitando toda a tecnologia empreendida naquela que é a maior hidrelétrica deste Planeta em geração de energia em favor da sociedade, ou seja, devolvendo à sociedade um pouco daquilo que pode

ter sido tirado em algum momento, quando houve o alagamento daquela região.

O evento, que se estendeu durante todo o dia 04, desde as primeiras horas da manhã até o início da noite, contou com a realização de brilhantes exposições pelos palestrantes que lá estiveram naquele dia.

Antes de detalhar a programação ocorrida, cumpre destacar, com grande honra e com satisfação, as presenças do Senador Aloysis Nunes e do Deputado Luiz Noé. Ambos puderam testemunhar, Deputado Luiz Noé, a realidade da transformação de recursos naturais renováveis, como é a água, em energia elétrica, em energia hidrelétrica.

Depois de uma breve abertura, em que pudemos ouvir as calorosas boas-vindas do Diretor-Geral de Itaipu, o Sr. Jorge Samek, a quem, desde já, apresento os meus mais sinceros agradecimentos pela fantástica acolhida desta Comissão naquele ambiente, tivemos, como primeiro palestrante, o Prof. Dr. Luiz Pinguelli Rosa, que nos apresentou uma brilhante explanação sobre os debates em torno das mudanças climáticas no mundo e posições brasileiras sobre o assunto.

Em seguida, tivemos oportunidade de receber uma aula sobre os desafios da geração de energia no Brasil a partir das mudanças climáticas, proferida pelo Diretor de Estudos de Economia da Energia e Meio Ambiente da Empresa de Pesquisa Energética, o Sr. Amílcar Guerreiro.

Como último palestrante do período da manhã, a Comissão ouviu o Presidente do Centro de Pesquisas em Energia Elétrica (Cepel), o Sr. Albert Cordeiro Geber, que demonstrou quão avançados estamos no enfrentamento das mudanças climáticas a partir da nossa matriz de energia. O Brasil hoje – nós tivemos oportunidade de testemunhar isso – tem em torno de 80% de sua energia produzida através de hidrelétricas. De toda a energia consumida no Brasil – nós falamos até mesmo daquela que movimenta os nossos veículos –, perto de 45% é proveniente de fontes renováveis. Então, o Brasil é um dos países mais avançados, se não for o país mais avançado, no que diz respeito a essa matriz energética, que é a matriz hidrelétrica.

Na continuação da audiência, no período vespertino, tivemos mais três palestrantes.

O primeiro deles foi o Dr. Celso Wainer Manzatto, que é o Chefe-Geral da Embrapa Meio Ambiente, cuja apresentação tratou da agricultura brasileira e mundial e sua relação com as mudanças climáticas.

O segundo palestrante da tarde foi o Diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Usina de Itaipu, Dr. Nelton Friedrich, que apresentou à Comissão de Mudanças Climáticas o extraordinário programa Cultivando Água Boa, promovido pela usina binacional, cuja

repercussão atinge dezenas de Municípios daquela região, resultando em expressivos avanços na sustentabilidade ambiental de toda aquela área.

O último palestrante foi o Superintendente de Energias Renováveis de Itaipu, o Sr. Cícero Bley, que apresentou o programa conduzido pela empresa em parceria com inúmeros produtores e cooperativas rurais da região, cujo intento é gerar energia a partir do biogás. Trata-se de uma experiência riquíssima que vem transformando positivamente a realidade dos pequenos agricultores locais, incrementando expressivamente a renda dos mesmos e garantindo a preservação do meio ambiente.

Neste ponto específico, quero colocar para V. Ex^{as}s e também para os telespectadores da TV Senado e para os ouvintes da Rádio Senado que, lá no Paraná, foi feito um convênio entre produtores rurais que produzem proteínas através da criação de porcos, através da criação de frangos ou até mesmo através de bacias leiteiras. Os dejetos desses animais são alocados em reservatórios específicos e são convertidos em gás, que, por sua vez, é convertido em energia elétrica. E a mesma rede que leva energia elétrica até a casa do produtor recebe o excesso de energia elétrica produzido por esse produtor e joga isso na rede para ser consumido por todo o povo brasileiro. Dessa forma, o produtor agrupa valor ao seu produto, porque a Copel paga por isso – há um medidor que mede a quantidade de energia que ele gera. Vi lá um exemplo: um produtor recebeu algo em torno de R\$2,5 mil no mês pela geração dessa energia elétrica. Ou seja, nós estamos aí com mais um meio de renda para o produtor, e ele, além de ter uma renda própria, está trazendo uma renda para todo o povo brasileiro na medida em que deixa de poluir o meio ambiente.

Além das palestras, como relatei anteriormente, os membros da Comissão presentes tiveram oportunidade de conhecer o Parque Tecnológico, que é o PTI, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana e ainda realizar uma visita técnica na usina binacional e um sobrevoo na área do reservatório de Itaipu, quando pudemos constatar parte dos resultados obtidos com o programa Cultivando Água Boa, através da recomposição integral das matas ciliares ao redor do lago.

Enfim, senhoras e senhores, a audiência pública de Itaipu foi uma experiência fantástica para a nossa Comissão e, tenho certeza, será de grande valia para a conclusão dos nossos trabalhos.

Novamente gostaria de apresentar meus agradecimentos ao Diretor-Geral da Itaipu, Dr. Jorge Samek; ao Diretor de Coordenação e Meio Ambiente, Dr. Nelton Friedrich; ao Superintendente Cícero Bley, que também foi palestrante naquela data; e a todos os funcionários

da Itaipu que de alguma forma ajudaram na realização desse evento. Também parabenizo toda a diretoria da usina e seu corpo funcional pelo excepcional trabalho que vêm desenvolvendo na empresa. Como disse o Senador Aloysio Nunes na audiência pública, Itaipu é uma empresa que dá orgulho ao povo brasileiro e nos dá orgulho de ser brasileiros.

Também merece registro neste momento o envio pelo Governo brasileiro das propostas do País para os debates da Rio+20. O documento enviado baseia-se em modelos de desenvolvimento global em favor da economia verde, da erradicação da pobreza e da adoção de práticas sustentáveis. O texto trata de 25 metas, como criação de programas de proteção socioambiental global, desenvolvimento sustentável, compras públicas sustentáveis, financiamento de estudos e pesquisas para o desenvolvimento sustentável e um protocolo internacional para a sustentabilidade do setor financeiro. As propostas foram enviadas ao secretariado da Conferência da Organização das Nações Unidas e farão parte do documento-base para as negociações que vão ocorrer antes da Rio+20, marcada para junho de 2012 – ou seja, a Rio+20 será realizada em junho de 2012.

Outro destaque da semana foi a participação da Presidente brasileira Dilma Rousseff na Cúpula do G-20 realizada em Cannes, ocasião em que exigiu dos países presentes maiores compromissos para reduzir os gases de efeito estufa, causadores do aquecimento global. Dilma advertiu que “há responsabilidades comuns e compromissos diferenciados”. O que não se pode é exigir dos países em desenvolvimento mais esforço financeiro do que o exigido dos desenvolvidos. A Presidente afirmou que: “Os países em desenvolvimento estão dispostos a oferecer uma contribuição, mas essa contribuição deve ser compatível com a redução da pobreza, sem impor obrigações financeiras adicionais”.

A Presidente brasileira disse esperar que o evento da Rio+20, previsto para o mês de junho, em vez impor novas metas, discuta um modelo de crescimento para o futuro, não apenas no que diz respeito ao meio ambiente, mas no qual sejam incluídas a economia verde, a erradicação da pobreza e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Por fim, gostaria de registrar a conclusão, agora há pouco, da votação do Código Florestal na Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aqui do Senado Federal. Resta, portanto, apenas uma tramitação, que é na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para que os últimos ajustes sejam feitos e o Senado Federal possa oferecer ao País uma legislação capaz de manter o Brasil na van-

guarda das ações de combate às mudanças climáticas, coibindo de uma vez por todas o desmatamento no território nacional, principalmente nas áreas de preservação permanente.

Quero dizer que o Senado Federal está promovendo uma série de reuniões – Deputado Micheletto, obrigado por sua presença – com a Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Noé, para que possamos, nessa questão do Código Florestal, fazer um texto inteligente num momento em que temos de conciliar a produção de alimentos e a conservação do meio ambiente, porque essas duas atividades não podem ser concorrentes, têm de viver juntas, porque é impossível a sobrevida do ser humano no planeta Terra sem alimento e sem o meio ambiente.

Sabemos que a Câmara tem uma posição muito formada no que diz respeito, muito bem formada, que foi o resultado da votação do código quando por lá tratou. Esse texto vai retornar à Câmara e, regimentalmente, o que é permitido à Câmara? É permitido que ela suprima aquilo que foi construído no Senado, mas não pode acrescentar além daquilo que foi colocado aqui no Senado Federal.

Nós temos, aqui no Senado, uma preocupação com relação a esse tema, para que venhamos a construir o melhor texto e que esse texto, realmente, seja aplicado e o cidadão brasileiro possa receber esse texto e aplicá-lo.

Então, Sras e Srs. Parlamentares, essas são algumas das observações que julgamos necessárias para este momento.

Deputado Moacir Micheletto, quer falar?

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MOACIR MICHELETTTO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, só para reforçar, nós presidimos a Comissão Especial, juntamente com o Deputado Aldo Rebelo, hoje nosso Ministro. Quero dizer que foi um exaustivo trabalho de quase um ano e meio, de um ano e oito meses, percorrendo o Brasil, 23 Estados brasileiros. Nós assistimos àquele espetáculo, ontem, aí, e nós tivemos aquilo em dois anos e meio, com mais de 70 audiências públicas. Em todas as audiências públicas, nós tivemos esse tipo de espetáculo com que o Senado conviveu ontem.

Imaginem como foi penoso chegar à Câmara dos Deputados, produzir um relatório do porte desse que o Deputado Aldo Rebelo fez, porque se nós o analisarmos na sua essência, no seu início, é um tratado, até pela capacidade que, inclusive, o Deputado tem.

Então, nós, aqui, fazemos todo o esforço para que agora, na Comissão de Meio Ambiente, nós possamos ter o equilíbrio, como disse V. Ex^a agora há pouco, porque nós precisamos ter o equilíbrio entre

o produtivo e o meio ambiente. Eu acho que esse é o caminho que nós vamos ter de percorrer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Micheletto.

A função do Senado Federal é de Casa revisora. Ele está fazendo esse papel, para que nós possamos, realmente, construir um Código Florestal que seja aplicável e que seja respeitado.

Passamos, então, à segunda parte de nossa reunião de hoje, que é a audiência pública destinada à apresentação das ações atuais e futuras sobre a gestão das águas no Brasil e as iniciativas perante outros países, em atendimento ao requerimento desta Presidência, aprovado em 14 de setembro do corrente ano, com a presença do Sr. Andreu Guillo, que é Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), e do Sr. Luiz Alberto de Mendonça Sabanay, que é Chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca e Aquicultura, os quais convidado para tomar assento à mesa. (Pausa.)

Então, de imediato, eu concedo a palavra ao Sr. Vicente Andreu Guillo, para dar início à sua exposição.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Senhoras e senhores, boa tarde.

Eu gostaria de agradecer à Comissão Mista de Mudanças Climáticas, presidida pelo Senador Sérgio Souza, e também pela presença dos Deputados Luiz Noé e Moacir Micheletto, que também esteve aqui, conosco.

A ideia é focar um pouco na temática água e mudanças climáticas. Mais do que falar exatamente sobre o sistema de gestão de águas no Brasil, procurar tratar desse tema focando um pouco a preocupação central desta Comissão, que é a questão do clima no Brasil.

Eu só pediria licença, inicialmente, para reforçar algumas das suas palavras, Senador, porque a Agência Nacional de Águas mantém uma relação muito estreita com a Itaipu Binacional em diversos programas, particularmente no que tange à formação. Então, o senhor comentou sobre a existência de diversos alunos, inclusive para o continente latino-americano, e a agência mantém com a Itaipu Binacional, através da Fundação Itaipu, um convênio, em que R\$3.500 milhões são garantidos pela Agência Nacional justamente para formar pessoas, a sociedade em relação ao sistema de gestão no Brasil e também no continente latino-americano.

Quero mencionar, assim como o senhor fez, com justiça, o programa Cultivando Água Boa. Queria, aqui, apenas reforçar, porque essa realidade vivenciada por Itaipu poderia ser expandida para outras usinas hidrelétricas do Brasil também. Muitas vezes, quando se trata da questão da energia elétrica no Brasil, se fala muito

sobre o custo, o preço, o valor e que isso pode acarretar aumento do preço da energia elétrica no Brasil.

Eu queria mencionar que, muitas vezes, o que é necessário – e Itaipu encontrou esse caminho – não é o aporte de recursos, mas, sim, a liderança que Itaipu pode oferecer para aquela região toda, para a sociedade, para as costureiras, para os prefeitos, para a comunidade, para o artesanato, para os ambientalistas daquela região, no sentido de buscar um horizonte comum em defesa das águas, em defesa da questão ambiental a partir, exclusivamente, da liderança. Então, quero reforçar essa questão, que esse é um exemplo exitoso, porém isolado. Nós poderíamos ter essa situação vivenciada em outras usinas hidrelétricas a partir de quê? A partir de vontade política das empresas, principalmente das geradoras de energia elétrica no Brasil, sem que isso representasse qualquer custo adicional.

E, segundo, também reforçando as palavras do senhor, Senador, é com relação ao aproveitamento energético do metano, proveniente da captura na criação de suíno, de aves e tudo o mais.

Quero, aqui, pedir licença e apresentar uma ideia que também dependeria, evidentemente, de vontade política que nós temos reforçado, de que é possível também dar um salto significativo no Brasil, no que tange à destinação de resíduos sólidos, se nós pudéssemos incentivar também um aproveitamento energético dos aterros sanitários. O que acontece? Muitas vezes, o custo de implantação do aterro sanitário é muito menor, no período de 10 anos, do que o custo de operação. Então, como conta geral, se diz que a operação anual de um aterro sanitário equivale a 33% da sua implantação; ou seja, em três anos você equipara o custo da implantação com o custo da operação.

Então, temos apresentado também a ideia de que se houvesse um mercado assegurado de energia elétrica para o aproveitamento do metano, para a geração elétrica dos aterros sanitários, você teria uma equação financeira que talvez estimulasse uma manutenção mais adequada dos aterros sanitários no Brasil. Então, evidentemente, que a produção de energia não vai cobrir o custo da operação dos aterros, assim como a energia não é o que garante a produção de suínos, mas ele é um recurso importante para garantir a sustentabilidade desses empreendimentos.

Eu queria, aqui, também deixar essa ideia de que se houvesse um e incentivo ao aproveitamento assegurado da energia elétrica proveniente dos aterros sanitários, nós teríamos aí um estímulo também a uma expansão significativa dos aterros sanitários. A gente sabe que, assim como a ausência de tratamento de esgoto, a ausência de destinação final dos resíduos

sólidos urbanos é um dos grandes problemas vivenciados pela sociedade brasileira.

Tratando do tema sobre água e mudanças climáticas, inicialmente, penso que é importante esclarecer que, na temática da água, existem diversos atores institucionais.

A Constituição definiu a dominialidade da água entre águas federais aquelas que passam de um Estado a outro, fazem divisa de um Estado com outro ou de um País, do Brasil, com outro país, são águas superficiais que são de domínio da União. As águas superficiais, cuja nascente e foz se dão dentro do território do Estado, ou as águas subterrâneas são de dominialidade dos Estados. Portanto, para a gestão de águas no Brasil, em primeiro lugar, é necessário ressaltar a importância dos Estados no Brasil e destacar que, infelizmente, poucos Estados no Brasil têm conseguido manter políticas de gestão de recursos hídricos contínuas. Elas, muitas vezes, oscilam significativamente, por razões de natureza política.

Também no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, é importante destacar, Srs. Senadores e Deputados, que há um compartilhamento de atribuições com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Na Agência Nacional de Águas, por força de lei, temos a competência para definir o acesso da água, ou seja, emitir a outorga ao usuário, temos a responsabilidade por coordenar a rede hidrometeorológica nacional e implementar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Porém, a definição de linhas gerais, diretrizes políticas relativas a recursos hídricos também é uma responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, através dessa Secretaria, que inclusive é quem tem uma responsabilidade maior sobre a formulação de diretrizes relativas ao tema, muito embora, evidentemente, a agência tenha um papel destacado nessa questão.

Há um segundo ponto que eu queria inicialmente apresentar aos senhores. Eu sou um estatístico de formação, venho do setor de energia elétrica, com uma experiência profissional no setor elétrico e também na área de saneamento. Convivo, na Agência Nacional, pelas relações internacionais brasileiras, com vários países. Eu queria apenas destacar, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que militam neste tema tão importante, que há uma grande resistência dos hidrogeólogos brasileiros e mundiais em aceitar a temática de mudanças climáticas como uma temática preocupante ou sobre a qual devemos ter uma atuação mais direta.

Então, provavelmente por lidar com escala de tempo geológico, os hidrogeólogos têm certa dificuldade nessa questão e é notório o atraso do sistema de recursos hídricos no âmbito geral para apresenta-

ção de propostas na questão da adaptação e da mitigação, quando comparado com outros setores que já tomaram medidas nessa direção, como, por exemplo, a agricultura, a Embrapa. Então, várias medidas já foram tomadas nessa direção, mas, na área de recursos hídricos, essa questão ainda é relativamente polêmica, tanto que o tema mudanças climáticas dificilmente é aceito pelo sistema e se trabalha muito com a variabilidade do clima.

Como eu dizia a respeito dessa resistência do setor de hidrogeologia em aceitar a temática das mudanças climáticas e da responsabilidade humana nessa aceleração das mudanças climáticas, o sistema trabalha muito com a variabilidade climática e não com o conceito de mudanças do clima. Há sempre uma discussão a respeito das chamadas estacionariedades das curvas de vazão, ou seja, trata-se muito mais de garantir se aquelas curvas históricas de vazão dos rios estão asseguradas do que introduzir dentro delas temas que incorporem a preocupação sobre a mudança do clima e, a partir daí, formular propostas mais concretas.

Esse problema se manifesta inclusive no próprio Plano Nacional de Mudanças Climáticas, em que a temática da água é muito reduzida. Para todos nós que conhecemos o plano, vamos perceber que, em relação à mudança do clima, há uma proposta muito vaga e ainda uma orientação para que estudos posteriores ao Plano Nacional pudessem complementar o tema.

Isso reflete em grande parte, Senadores aqui presentes, Deputados, em grande medida, essa incapacidade de o sistema assumir plenamente essa bandeira, por razões que também são razões de natureza científica.

Isso se justifica também por conta de que há uma grande dificuldade de colocar na escala de uma bacia hidrográfica e fazer o ajuste numa bacia hidrográfica dos modelos de previsão climática que são modelos, em primeiro lugar, com grande variabilidade e que tratam da questão do clima numa escala global.

Então, quando você vai transportar essa escala global, então que você pode identificar que há movimentos no sentido de haver mais eventos extremos, secas extremas, chuvas mais intensas, mas, quando se transporta para uma escala de uma bacia hidrográfica, esses modelos são altamente imprecisos, altamente imprecisos.

Mas, no caso brasileiro, e aí vou falar um pouco a seguir, talvez tenhamos condições de apresentar propostas mais concretas, e acho que há uma grande expectativa em relação ao papel do Brasil, porque temos grandes bacias hidrográficas. Mas, se imaginarmos que o conceito de bacia também é uma convenção, apesar de ser um fenômeno da geografia, mas é

uma convenção o conceito de bacia, nós podemos ter bacias que são relativamente pequenas. Por exemplo, eu venho da bacia do Piracicaba; Piracicaba, Capivari e Jundiaí, cuja cidade principal é a cidade de Campinas. São oitenta mil quilômetros quadrados a área da bacia, que o Deputado também tem um papel importante, ex-prefeito da cidade de Piracicaba que foi o autor, inclusive, da proposta da criação do consórcio que deu origem ao Comitê de Bacias Hidrográficas.

Pegar um modelo de previsão climática de natureza global e trazer para explicar fenômenos que têm essa dimensão numa bacia hidrográfica acaba tendo um grande nível de imprecisão – e queria aqui encerrar com essa parte e, depois, falar um pouquinho das propostas – e dificulta os hidrogeólogos em aceitar a temática dos modelos climáticos para a adaptação no que tange à gestão dos recursos hídricos.

Gostaria de fazer essa introdução para mencionar que, diferentemente de outras questões, como, por exemplo, a da agricultura, a questão da saúde, por conta da variação do clima e dos vetores de transmissão de doenças, que são questões que estão sendo assumidas, mesmo na pesca e o que isso representa e quanto isso está sendo sentido, na questão de gestão de recursos hídricos, ainda há uma certa resistência à aceitação, muito embora há uma preocupação cada vez maior e crescente.

Nesse sentido, quais são as propostas ou o que temos tentado sugerir em relação a essa questão? Em primeiro lugar, um aprimoramento da rede hidrometeorológica brasileira. Muito embora tenhamos um dos melhores sistemas de monitoramento, ainda é possível aperfeiçoar um adensamento maior dessa rede, uma qualificação maior dessa rede, de tal maneira que a gente possa produzir informações que venham subsidiar, fortalecer, ou constituir novos modelos no que tange à gestão de recursos hídricos.

Então, uma questão central que está sob a responsabilidade da ANA juntamente com diversas universidades e também com os Estados, particularmente os Estados é o adensamento dessa rede.

Isso está ganhando um impacto muito maior em função não tanto das questões relativas à oferta de água, mas das questões relativas às grandes catástrofes, às grandes inundações que o Brasil tem vivenciado nos últimos anos. Então, em função dessa realidade, como são os exemplos no Vale do Itajaí, como foi o exemplo, no ano passado, na região de Alagoas e Pernambuco, como tem acontecido com frequência em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em outros locais do Brasil, até mesmo no Maranhão, com inundações, há uma preocupação com a qualificação da Rede Brasileira de Monitoramento. Através dessas informações,

poderemos, em um curto espaço de tempo, acreditar eu, compatibilizar mais os modelos de previsão climática com os modelos de curva vazão, que são aqueles onde a chuva cai no solo e, a partir disso, medir a vazão dos rios brasileiros.

Inclusive, estamos avançando e fizemos um convênio com a Agência Espacial Brasileira no sentido de que o foguete brasileiro, a Agência Espacial conte também e a indústria nacional possa fornecer sistemas a fim de que possamos fazer esse monitoramento por meio do que é mais avançado, ou seja, os satélites também.

Então, a primeira questão que gostaria de destacar é o monitoramento para que tenhamos as informações mais precisas em relação aos recursos hídricos para a constituição de um modelo.

O segundo tema – e aí começo a entrar também na Rio+20, Senador, e estamos encaminhando essa proposta ao Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Itamaraty – é relativo a recursos hídricos, que consta do documento brasileiro que trata da governança global da água.

O que queremos dizer sobre isso? Na realidade, existem cerca de 56 organismos no âmbito das Nações Unidas que tratam da temática da água, sendo que água é sempre subordinada às preocupações principais desses organismos das Nações Unidas.

A OMM trata do monitoramento meteorológico. A água é subordinada ao clima. Na FAO, que trata da questão relativa à agricultura, produção de alimentos, a água é subordinada ao tema da produção de alimentos. Na Unesco, a água é subordinada ao tema geral da cultura. No Pnuma, a água é subordinada ao tema geral de meio ambiente.

Então, estamos apresentando uma proposta que não é nova, mas que, do nosso ponto de vista, exige uma liderança e o Brasil, acredito, tem todas as condições de fazê-la. Essa proposta é no sentido de que seja criado, no âmbito das Nações Unidas, um organismo que tenha como foco central a governança global de água, de tal maneira que as suas resoluções tenham vínculo, sejam de natureza vinculante para os países, porque o que a água tem produzido de maneira bastante profícua e positiva são organizações não governamentais globais que tratam dessa temática, mas não com essa natureza vinculante, como, por exemplo, o Conselho Mundial da Água. E vai acontecer, em Marseille, o VI Fórum; inclusive, o Brasil vai ter uma presença importante. Eu queria fazer um convite aos parlamentares porque o VI Fórum, muito embora tenha a natureza de juntar Executivo, sociedade civil, universidade e Parlamento, está apostando muito em que se aumente a participação dos parlamentares de

todo o Planeta na temática da água para que eles possam influenciar significativamente na formulação de leis.

Então, existem alguns organismos internacionais que tratam da água com muita representatividade, porém são ONGs globais, como acabei de mencionar, o Conselho Mundial da Água, o próprio Global Water Partnership, a parceria global pela água, cuja direção está se reunindo aqui no Brasil, a Conferência de Dirigentes Ibero-Americanos de Águas, o PHI vinculado à Unesco, enfim, uma série de organismos que tratam dessa temática, mas não com a natureza de serem vinculantes aos seus países.

Estamos apresentando a proposta não só de retomar o tema da necessidade que a ONU constitua um organismo com esse perfil, que, simplificadamente, chamo de Pnuma da Água. Então, precisaríamos de um organismo, de uma agência no nível de um organismo que trate do meio ambiente com foco exclusivamente na água e acredito que isso seja uma proposta bastante importante e que tem o apoio de diversos países.

Também estamos apresentando outra proposta e esta não consta do documento. Como vocês sabem, o país anfitrião, previamente às conferências, pode promover os chamados eventos especiais. Assim, serão quatro dias de eventos especiais. E estamos trabalhando para que um desses dias seja dedicado ao tema da água. Então, nesse dia, gostaríamos de trazer um debate em nível internacional. E como esse é um tema muito delicado, senhores e senhoras aqui presentes, que é simplificadamente a seguinte questão. Numa situação de variabilidade em relação ao clima, ou seja, de maior incerteza em relação ao clima, há uma necessidade, como medida de adaptação, de aumento da reserva de água. E isso obviamente acaba, em alguns aspectos, relacionando-se diretamente com a temática ambiental. Agora, achamos que temos de fazer esse debate de maneira madura, porque não é possível que a gente diga que o clima está variando e que a gente não tome as medidas necessárias para fazer frente a essa variabilidade.

Eu ouvi uma vez do Dr. Gomide, ex-presidente da Eletrobras, uma frase muito simples que diz o seguinte: como é que se determina um reservatório do setor elétrico, em nível geral, não para produção de energia elétrica? O reservatório é uma função do desvio padrão da água que chega. Basicamente, se você tivesse um rio que fosse regular o ano inteiro, não precisaria de reservatório porque ele seria absolutamente regular. Se o rio varia pouco, é preciso fazer um reservatório pequeno para controlar essa pequena variabilidade. Se o rio varia muito, para que se tenha uma regularização do rio é preciso fazer um reservatório maior. Portanto, é uma função do desvio padrão da água que chega.

Se o clima está variando, se o ciclo hidrológico está mudando, precisaríamos, de forma racional, discutir o aumento da reservação de água. E isso rebate diretamente com a temática ambiental, mas penso que é uma contribuição para o debate. Precisamos fazer com coragem, e a Agenda Nacional está preparando um documento para essa conferência, para esses dias que antecedem a conferência dos governos.

O terceiro tema também considero extremamente importante, ele tem um rebatimento com o Código Florestal, vou falar do Código no final. Estamos apresentando também propostas para que se constituam fundos mais significativos para pagamento por serviços ambientais. No nosso ponto de vista, o pagamento por serviço ambiental pode ser uma das formas de fazer uma ponte entre a necessidade da produção e da utilização da propriedade com a necessidade da preservação ambiental. Então, parece que é um conceito que ganha força é que é justo que a sociedade remunere o proprietário rural pela manutenção adequada das suas propriedades, de tal forma que as condições ambientais da sua propriedade possam prestar um serviço ambiental. Isso vale também para água.

Na temática da água, inclusive a agência tem um programa com essa natureza, chama-se Produtor de Água, que estimula com uma remuneração, juntamente com os comitês de bacia e com os governos municipais, remunera o proprietário rural por um valor. Esse valor é definido como custo de oportunidade, se aquele espaço de terra da sua propriedade tivesse sido utilizado como pastagem, é um valor pequeno, são R\$150,00/ano por hectare. E o proprietário aceita esse valor para que, em vez de ter uma utilização degradante, ele possa manter sua propriedade em condições adequadas e, com isso, prestar o serviço ambiental. No caso, da água, a manutenção das APPs mínimas de 30 metros que tem uma implicação direta na qualidade e na quantidade da água. Na quantidade, por conta da infiltração dessa água no subsolo e na qualidade, porque a mata ciliar é eficaz para impedir o carreamento de sedimentos, fertilizantes, agrotóxicos, que podem prejudicar não só a quantidade e a qualidade.

Só um pequeno parêntese, apresentamos uma ideia, por meio de um artigo, de que aproveitando o momento do vencimento das concessões do setor elétrico, onde os cálculos da Fiesp dizem que a sociedade brasileira tem cerca de 30 bilhões ao ano para discutir qual será sua destinação, que uma pequena parte desses recursos fossem destinados à constituição de um fundo para pagamento por serviços ambientais nas áreas de APP hídrica. E uma continha muito simples que fazemos ali: se o proprietário rural está disposto a aceitar R\$150,00 por hectare/ano, se levarmos esse

hectare, 10 mil metros quadrados, para a margem de um rio, 30 metros de cada lado, e dividirmos dez mil metros quadrados por 60 metros, vamos ter que um hectare de APP hídrica corresponde a 167 metros lineares de rio. Então, veja: nós estamos pagando R\$150,00 por hectare, e o proprietário aceita esse valor – entende que pode ser melhorado, mas aceita esse valor. Então, quando você divide R\$150,00 por 167 está dizendo basicamente que com R\$1,00 você protege um metro de rio com 30 metros de cada lado por pagamento por serviços ambientais.

Se nós destinarmos – a nossa proposta fala nisso – R\$100 milhões ao ano, o que é uma parcela muito pequena nesse montante de R\$30 bilhões, nós teríamos condições de ter um programa que protegesse 100 mil quilômetros de rios no Brasil, o que seria, sem dúvida nenhuma, o maior programa de natureza ambiental, de natureza hídrico-ambiental, de todo o Planeta. A sociedade ganharia, o proprietário ganharia, e o meio ambiente também ganharia. Então, também queria deixar aqui esta proposta, que nós apresentamos na forma de artigo. Trata-se de discutir a destinação dos recursos provenientes do vencimento das concessões do setor elétrico. Nós não estamos na linha de pegar um pedaço daquele valor, mas, sim, de dizer que o pagamento por serviços ambientais para APPs hídricas produz um benefício para o setor elétrico brasileiro na medida em que a qualidade da água dos reservatórios das usinas e a quantidade de sedimentos será menor, aumentando a vida útil das usinas. Então, não se trata de morder um pedaço, mas, sim, de apresentar uma proposta consistente e coerente com os interesses do próprio setor elétrico brasileiro.

Por último, nós queríamos mencionar aqui que apresentamos uma contribuição através de uma nota técnica encaminhada a todos os Senadores e Deputados. A Agência Nacional de Águas entende que é importante a manutenção da faixa mínima de 30 metros para os rios de até dez metros de largura. Nós reconhecemos na nossa nota técnica que há poucos estudos científicos que tratam dessa temática das zonas ripárias das APPs para a qualidade dos rios, mas os poucos estudos que existem apontam que é necessária uma faixa mínima, e essa faixa mínima é de 30 metros. Então, qualquer coisa diferente disso não vai se sustentar. Digo isso porque as críticas que às vezes se ouviam eram no sentido de que não haveria estudo para 30 metros, logo, a proposta deveria ser de 7,5. Para 7,5 não existe, para 15 também não existe. O que existe, mesmo sendo poucos os estudos científicos, conclui no sentido de que são necessários 30 metros no mínimo para a proteção das margens dos rios, especialmente – encerro com isso – para os pe-

quenos rios, porque normalmente o conflito também se manifesta diante do pequeno proprietário rural, da pequena propriedade que está às margens de um pequeno córrego.

Não existe rio que nasça grande, todos os rios nascem pequenos. Então, se as nascentes e os pequenos córregos não forem protegidos adequadamente, os grandes rios brasileiros, fonte de identidade cultural e de desenvolvimento econômico e social, na nossa avaliação técnica, sofrerão significativamente. Então, nós apresentamos uma proposta que nós gostaríamos de ver representada dentro do novo Código Florestal brasileiro, proposta no sentido de que é fundamental a manutenção dos 30 metros. Esses 30 metros são importantes para a qualidade da água e, além disso, também terão um papel significativo para a captura de carbono, com isso contribuindo também para essa temática de mudanças climáticas.

Peço desculpas por ter me estendido um pouquinho e agradeço imensamente esta oportunidade que está sendo dada à Agência Nacional de Águas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nós é que agradecemos, Dr. Vicente, por suas colocações.

Quero dizer que é muito difícil nós construirmos reservatórios de energia elétrica, porque a energia elétrica é colocada no sistema por tensão – se cai de um lado, alguém está gerando e suprindo. É assim o sistema de transmissão: você carrega uma ponta e a outra ponta descarrega, você tem de ficar carregando. Então, como é que você armazena energia elétrica? Reservatórios. Então, reservatório é a melhor forma de você guardar energia elétrica para que você possa produzir um controle em período de baixa produção em algumas regiões do País. E aí o sistema brasileiro é realmente maravilhoso.

Dentro dessa questão de serviços ambientais, eu concordo com V. Ex^a: nós temos de pensar e enaltecer aquele que protege, principalmente aquele que protege além de sua obrigação. A legislação brasileira é para punir aquele que degrada o meio ambiente, ou seja, aquele que desmata além daquilo que é permitido e acaba sendo autuado e assim por diante. Agora, e aquele que preserva além de sua obrigação? E a mata ciliar vem muito dentro disso aí.

Eu gostaria de agradecer e cumprimentar aqui o Deputado Márcio Macêdo, nosso Relator da Comissão de Mudanças Climáticas, e também registrar e agradecer a presença do Deputado Mendes Thame, do Deputado Arnaldo Jardim, da Deputada Rebecca, do Deputado Tripoli que abrilhantam os serviços de nossa Comissão. V. Ex^a...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Só pela oportunidade, por conta de seu comentário, Sr. Presidente, uma coisa extremamente breve.

Por uma circunstância, a Deputada Rebecca se dedicou muito a isso e o Deputado Tripoli também, nós temos um projeto de pagamento por serviços ambientais e que está em fase final na Câmara dos Deputados. Já passou pela Comissão do Meio Ambiente e se encontra na Comissão de Finanças. Eu sou o Relator dentro da Comissão de Finanças. Nós estamos ultimando... Eu quero agradecer inclusive ao Dr. Vicente, prezado amigo, que já mandou contribuições. Nós estamos exatamente neste instante discutindo com o Governo por conta do fundo mediano. Aliás, a proposta...

Nós vamos ter agora uma reunião. Eu vou, daqui a pouco, com o Secretário-Geral, Márcio Zimmermann, para exatamente discutir os termos em que o Governo vai enviar o projeto que conta com a questão das renovações no setor elétrico, que tem ligação com essa discussão. Mas quero dizer que é um momento oportuno para que as contribuições possam ser feitas e a gente, de alguma forma, eventualmente, possa incorporá-las lá no âmbito da Câmara, onde estamos tratando.

Última observação. Eu tive o privilégio de ver esse artigo do Dr. Vicente Andreu, foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, inclusive no Twitter, no Facebook repercutiu o artigo e distribuí às pessoas. Acho que seria muito útil se depois fosse distribuído ao conjunto da Comissão, porque é artigo muito procedente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Arnaldo Jardim.

Eu até depois gostaria do número desse PL, porque nós fizemos hoje um acordo na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia e esse tema específico nós deixamos para incluir na Comissão de Meio Ambiente, dentro do texto do Código Florestal. Então, eu acho que pegar a experiência desse projeto, para colocarmos... porque isso vai ser colocado dentro do Código Florestal. E, depois, lógico, estou vendo que está vindo uma lei geral para tratar do assunto, não só no que diz respeito à floresta, mas também no que diz respeito à água e assim por diante.

Deputado Tripoli, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Presidente, eu queria também aproveitar a oportunidade diante da manifestação e da reflexão lúcida do Dr. Vicente Andreu, no que diz respeito à questão do impacto do projeto dos 30m da margem de nossos rios que, na minha opinião, de maneira equivocada, foi votado na Câmara Federal e, agora, o Senado tenta ainda, com muita dificuldade, restando – parece-me – uma Comissão, a Comissão de Meio Ambiente, analisar o projeto para que a gente possa... E V. Ex^a coloca, de

uma forma muito clara, que os rios não nascem grandes, eles nascem pequenos. E a visão equivocada, a visão – eu diria – atávica que a Câmara teve no enfrentamento desse problema é preciso que se reveja, até porque nós, seres humanos, poderemos viver sem petróleo em um planeta capitalista, mas sem a água dificilmente sobreviveremos. Cientistas dizem que 65% ou 70% da composição do corpo humano são água. Portanto, V. Ex^a lida com a água que é um dos produtos mais importantes para a humanidade. Espero que sua fala aqui tenha eco na etapa final que terá o Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, e que a gente possa repor essa questão tão importante dos 30m da margem de nossos rios.

Era o que tinha a manifestar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Deputado Tripoli. Essa questão é uma das mais polêmicas dentro do Código Florestal, da nova redação.

Inclusive, foi alvo de debates ontem perante os Senadores passando da meia-noite. Enquanto vocês debatiam a DRU na Câmara, nós debatímos aqui o Código Florestal reservadamente, com alguns Senadores, relatores e presidentes das comissões que tratam desse assunto. São várias as proposições de emendas e o acordo fechado é o seguinte: no que diz respeito a florestas, a Comissão de Meio Ambiente vai tratar disso. Temos uma boa expectativa de que realmente venhamos a construir uma legislação que seja aplicável, coerente no que diz respeito à sustentabilidade, tanto no que diz respeito aos recursos naturais, mas também com relação à produção agrícola. A gente tem que ter a noção e a responsabilidade com esses temas e é este o momento. Quando o Congresso Nacional produz uma lei geral que passa a ser aplicada e o cidadão que escolheu aqui os seus representantes, que trabalha na confecção dessa legislação vai ter que depois respeitar e se submeter a ela. Então, realmente temos que ter essa responsabilidade.

Com a palavra o Deputado Márcio Macedo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Boa tarde a todas as Deputadas e aos Deputados aqui presentes. Cumprimento o Presidente Sérgio, parabenizando-o pela grande audiência pública lá em Foz do Iguaçu, que se conduziu os trabalhos lá. Queria abraçar os palestrantes de hoje, Luiz Alberto e meu querido amigo Vicente. Fui Secretário de Estado do Meio Ambiente do meu Estado e o Vicente era Diretor de Águas lá do Ministério. Tivemos uma parceria muito intensa. Foi graças à ANA, que ele preside hoje e ao Ministério do Meio Ambiente que conseguimos criar o sistema de meio ambiente e recursos hídricos do Estado de Sergipe, em parceria com o Governo Federal.

E lá eu estava ouvindo vocês falando, quando eu fui secretário nós criamos um projeto chamado Preservando Nascentes em parceria com o Ministério Público, que criou um outro chamado Adote um Manancial. Aí, nós adotamos um manancial deles e fizemos conjuntamente, que era para preservar as nascentes e os olhos de água doce. Parece simples – e é, na verdade – mas se não cuidarmos das áreas e dos recursos hídricos, inviabilizamos, inclusive, as atividades agrícolas. É um projeto muito bem-sucedido. Já temos praticamente, em torno de 50% das nascentes do Estado protegidas a partir de investimentos de recursos públicos do governo Federal, por meio da ANA, do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Estado.

Digo tudo isso, Senador Sérgio, porque este debate do Código aqui no Senado é crucial, inclusive para nossa Comissão, que tem uma interface muito forte.

Nós tivemos um debate muito intenso na Câmara que, infelizmente, não avançou em alguns consensos em que deveria ter avançado, porque o tema apaixonou muito e, ao invés de unificar, dividiu. Eu acho que o Senado com menos paixão, com menos calor e passado o momento de mais turbulência, mais crítico, acho que se deve se debruçar mais cientificamente, com bom-senso para construir os consensos necessários sobre o Código. Se não houver consenso aqui, vai voltar para a Câmara e reproduzir a disputa e o inferno que foi lá. Não há mais espaço para prevalecer uma tese em detrimento da outra. Tem-se que buscar aqui um grande entendimento nacional pela estratégia que é o Código. É um Código Florestal, mas que tem interface na política de recursos hídricos, na política agrícola, nos dois ramos dela, no agronegócio e na agricultura familiar, e na política de recursos hídricos. Ela se impõe de forma interdisciplinar.

O senhor tem uma tarefa importante por presidir esta Comissão: ajudar seus Pares nesta Casa a buscar o entendimento e o consenso necessários para compatibilizar o desenvolvimento da agricultura, que é fundamental para o PIB do País, tanto o agronegócio, como a agricultura familiar, que é responsável por 34% do PIB rural do país. A agricultura familiar leva para a mesa dos brasileiros 70% do alimento que nós colocamos de manhã, de tarde e de noite. Isso gera 74% de emprego no meio rural, então o agronegócio alavanca o país com o PIB e agricultura familiar alimenta o País. E nisso você tem que ter a preservação ambiental, senão nem a agricultura é sustentável.

Então é uma discussão que merece uma reflexão profunda e um sentimento de brasiliade e bom senso. Não dá para sair derrotado desse processo do Senado porque essa fase passou, acho que a fase agora é de construir consenso para que esse processo possa

chegar à Câmara, de forma que a Câmara referende o consenso construído aqui. Porque senão vai ter disputa, e vai ter disputa no mesmo grau que teve lá, e isso é ruim para o País.

Acho que há algumas “cláusulas pétreas”, se nós podemos dizer assim, na discussão do Código. Por exemplo, essa dos 30 metros é algo muito importante, e para agricultura também, para proteger o recurso natural água, inclusive manter o equilíbrio, o fluxo de energia na biodiversidade das propriedades, combater assoreamento, combater erosão e combater o uso de fertilizantes e de pragas invasoras. Então é algo que beneficia o meio ambiente e a agricultura também. Então é algo com que a gente tem que ter muito cuidado. Essa questão da APP, da preservação da APP e dos 30 metros é fundamental. É preciso também garantir que não haja a possibilidade de desmatamentos futuros. Eu acho que esse é um desafio de todos os brasileiros.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer isso, porque eu sei que ontem teve votação importante, polêmica – vinha num contexto mais tranquilo, mas ontem polemizou muito. Eu sei que a Comissão de mérito mais aprofundado que vai se debruçar sobre o tema é a do Meio Ambiente, que tem como Relator o Senador Jorge Viana, mas eu acho que esse sentimento de construção do consenso deve permear todos da Comissão de Meio Ambiente. Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, como Presidente da nossa Comissão, quero lhe ajudar nisso. Se a gente puder dialogar com o Relator Senador Jorge Viana e ajudar nesse processo no que tange à inter-relação com o combate às mudanças climáticas e à diminuição de gases de efeito estufa e os desequilíbrios que provocam as mudanças.

Era isso que eu queria dizer, além de parabenizar o Dr. Vicente, com quem eu sempre aprendo. Estou aqui olhando o professor. Quero lhe desejar sucesso na ANA. Pode contar com a gente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo, realmente nós vamos enfrentar esse debate aqui nos próximos dias sobre o Código Florestal na CMA.

Eu convido também para que tome assento na mesa o Dr. Estevão Campelo Melo Moura, Diretor do Departamento de Agricultura em Águas da União. Por favor, Dr. Campelo.

Adianto a V. Ex^{as}s que hoje nós vamos votar a viagem daqueles Parlamentares que vão representar esta Comissão em Durban, na COP-MOP, a Convenção das Partes, na África do Sul, cujo tema principal é o aquecimento global.

Há também outros requerimentos solicitando audiência pública no Estado de São Paulo, para discutir as questões, o impacto dos grandes centros urbanos

no aquecimento global, nas questões climáticas; em Aracajú, para discutir as questões dos biomas, todos eles; e uma proposta do Deputado Luiz Noé, para uma audiência pública no Estado do Rio Grande do Sul para discutirmos biocombustíveis.

Eu passo de imediato então, a palavra ao Dr. Luiz Alberto de Mendonça Sabanay, Chefe de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca e Agricultura, alertando a S. S^a que nós temos um tempo limitado, então peço a compreensão na divisão do tempo entre o Dr. Sabanay e o Dr. Campelo.

S. S^a tem a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO DE MENDONÇA SABANAY – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, Presidente desta Comissão; Deputado Márcio, nosso Relator; Dr. Vicente, da Agência Nacional de Águas; meu companheiro Estevão Campelo; Sr^{as}s e Srs. Deputados aqui presentes, com relação à questão da gestão dos recursos hídricos e ao que diz respeito à temática geral desta Comissão, eu queria referir-me a duas questões.

Primeiro, a pesca e a aquicultura no Brasil, como um ente da política pública nacional, instituído através da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, desde 2009, reintroduzem o tema da questão do uso das águas como um insumo produtivo no Brasil. Para nós é fundamental a discussão do tema a partir dessa premissa. Ela tem um múltiplo uso em todos os seus sistemas e também tem uso no espaço de produção.

A segunda questão é da nossa responsabilidade, do ponto de vista da política de Estado brasileiro, como é que nós ordenamos e ocuparmos essas águas para produzir. Esse processo tem sido feito de forma transversal, juntamente com o sistema de patrimônio da União, juntamente com o Ministério de Meio Ambiente, juntamente com a Marinha do Brasil, a organização desse processo produtivo, seja na esfera marítima, seja na esfera continental.

E a preocupação nossa em relação à gestão do recurso está exatamente não só no perímetro que vai ser ocupado para se fazer a utilização como espaço de produção, mas também no que é fundamental para o desenvolvimento da pesca e aquicultura brasileira e consequentemente para a produção do pescado brasileiro, como mais uma alternativa de proteína animal e uma alternativa de produção viável e sustentável para o Brasil, que é a qualidade dessa água.

Então tudo que influencia no sistema tem rebatimento na condição natural, na condição de água limpa, de água boa, como é o Projeto de Foz do Iguaçu, do qual nós também fazemos parte, somos um dos componentes desse programa, na questão tanto do manejo da pesca extrativa, quanto também da alternativa de produção e aquicultura, numa das primeiríssimas ex-

periências bem sucedidas no Brasil, começando pela política do entorno, da utilização da águas, do que é a água e a água como produção, reintroduzindo num sistema de trabalho, de emprego, de renda, de sustentabilidade, centenas de milhares de famílias que estavam, Senador, excluídas do acesso ao uso dessa água, de uma forma muito proibitiva e até policial nesses primeiros momento em que nós passamos a discutir essas políticas.

Eu também estou perfeitamente de acordo com a ideia de que a gestão de Itaipu Binacional, nos 23 Municípios em torno do São Francisco falso e verdadeiro e toda a constituição de uma política de sustentabilidade ambiental, para também, lógico, com o benefício da energia, mas também de outras alternativas que surgiram para os Municípios daquele entorno, sejam perpassadas à política nacional de produção energética na utilização do entorno e dos lagos dos reservatórios do País. Eu acho fantástica essa proposição de que a Itaipu seja um modelo, um exemplo de gestão na questão dos recursos.

Na introdução do tema da água como insumo produtivo, eu tenho que fazer uma diferenciação, porque o costume da utilização de espaço para produzir no Brasil é todo ele baseado no modelo fundiário, todo ele. Tudo que se pensou em produzir, pensou-se em produzir em terra firme. Então, com todos os seus estatutos, problemas históricos, conflitos, etc., está aí constituído o modelo fundiário brasileiro. E, com a introdução do tema das águas como um insumo produtivo para o nosso povo, para o desenvolvimento do nosso País, nós partimos do princípio fundamental de que esse espaço é público. É de controle público, de uso público e de múltiplo uso. Então, na preocupação da gestão do recurso temos que ter isso na memória. Não dá para transferir em forma ou hipótese nenhuma o mesmo modelo constituído do modelo fundiário brasileiro para modelo de produção no recurso hídrico brasileiro, por esse princípio.

Temos que trabalhar a gestão. E a nossa responsabilidade se torna um pouco mais não onerosa, mas de maior responsabilidade, devido à gestão e à responsabilidade do Estado brasileiro na gestão do recurso, na cessão do recurso, no monitoramento do recurso, na consequência da utilização no conjunto integrado e transversal das águas do nosso País. Então, acho que, de forma introdutória, tenho que fazer essa diferença para entendermos a temática que estamos trabalhando em relação à gestão do recurso hídrico no Brasil.

A terceira questão é a relação disso e a questão do tema das mudanças climáticas. Desde 2008, contribuímos para a elaboração do plano de mudanças climáticas. Somos membros do Fórum Brasileiro de

Mudanças Climáticas. Fazemos parte da constituição de um plano setorial de pesca e aquicultura para a questão das mudanças climáticas no programa de Governo.

E também, como foi citado Itajaí, o nosso principal polo industrial de pesca do Brasil. Aquelas enchentes que houve lá e outras que existem por força da mudança do clima hoje, a temática da mudança do clima, pescadores e trabalhadores das águas, de modo geral, são altamente impactados, bem como populações inteiras. Não é só a questão produtiva.

Quando se analisa as comunidades tradicionais da costa brasileira, na região amazônica – está aqui a Deputada Rebecca –, que é um dos temas que nos chama muito a atenção de como monitorar os impactos das mudanças climáticas nas populações tradicionais, principalmente numa região onde o insumo principal, o principal potencial para o desenvolvimento, no nosso modo de entender, são as águas amazônicas, podendo desenvolver, de uma forma bastante expansiva, a produção de pescado em detrimento do não desmatamento de florestas, da recuperação de áreas degradadas, porque num espaço, por exemplo, onde se pode produzir, em termos de hectares, proteína animal, como bovino, por exemplo, ou mesmo para plantio de grãos, num terço desse espaço pode-se produzir o mesmo volume de proteína animal em pescado, reduzindo, então, a ocupação do espaço de solos, reduzindo o desmatamento de alguma ou de outra forma, proporcionando uma alternativa viável para o desenvolvimento, geração de renda, trabalho etc. E isso olhando a região amazônica.

Do ponto de vista marítimo, a gestão do recurso está exatamente em duas responsabilidades. Primeiro, preservar o recurso natural. O peixe, se não cuidarmos dele, acaba. Então, não dá para usufruir do recurso natural e público de forma desordenada. Não é compatível uma pesca sustentável, hoje mundialmente discutida a utilização dos recursos marítimos ou recursos do mar; ou saber o que tem nesse mar, que pode ser uma alternativa para produção e geração de alimentos e outras coisas.

Esse ecossistema tem que ser de alguma forma, no que diz respeito à pesca, bastante ordenado, controlado e monitorado, porque o que mais vale para nós é ter o sistema vivo e que se possa subtrair desse sistema alternativo, por exemplo, para a aquicultura, o desenvolvimento da piscicultura, da maricultura como produção. Mas a cultura da pesca existe e não podemos tirar do meio de trabalho milhares e milhares de famílias sem propor uma alternativa viável de substituição para o seu modo de vida.

A segunda questão marítima no Brasil é o cuidado com o ecossistema, os nascedouros, os peixes, os

criadouros de peixes, os locais onde estão os berçários, as regiões lagunares, os estuários brasileiros. Temos que ter cuidado e um carinho especial e inclusive a indução de alternativas de trabalho para as populações que vivem nesse entorno que seja um pouco mais distante disso de uma ou de outra forma.

A terceira questão é o monitoramento, porque nós, no Brasil, vivemos, na pesca marítima, principalmente o usufruto de espécies migratórias e essa questão das mudanças climáticas tem alterado significativamente o comportamento dos estoques, inclusive com redução, com baixa, porque vai perdendo o seu ambiente natural de nascedouro, de engorda, principalmente na região Sul do Brasil e do continente, onde temos que ter um monitoramento bastante preciso de como vamos trabalhar essa situação.

Para isso, vou dizer um pouco da nossa intenção na elaboração do nosso plano setorial de mudanças climáticas que passa exatamente pela gestão dos recursos hídricos, a qualidade da água, onde vamos poder ter espaço de ocupação, de acordo com ordenamento que o Estado brasileiro está propondo, como vamos poder pescar de forma adequada e sustentável e se temos futuro com relação a isso.

Agora, a nossa preocupação, por ser uma agência de fomento e de desenvolvimento, está exatamente nas cinco milhões de pessoas que vivem no entorno das águas brasileiras e vivem produzindo, alimentando-se e, de alguma forma, têm a sua sobrevida voltada a esse universo. Com esse monitoramento da criação do fundo, do plano setorial, vai nos dar exatamente na dimensão das cinco regiões brasileiras como nós vamos nos comportar em induzir políticas públicas adequadas para o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola do nosso País.

Em resumo, a nossa tarefa tem esse gabarito de responsabilidade da sustentabilidade ambiental e do sistema de alto comprometimento, por ser uma política integrada no conjunto das políticas de Governo e de Estado, temos que nos manifestar e comportar a nossa política dessa forma; a segunda, por sermos os gestores ou um dos gestores dos recursos naturais, tanto hídrico quanto do ecossistema pesqueiro, temos que ter uma política que seja responsável com o futuro desse sistema e com a responsabilidade, e aí volto ao foco amazônico, como alternativa para o desenvolvimento daquela região, porque temos dito o seguinte: onde tem água, o negócio é peixe. Então, temos a Amazônia na nossa responsabilidade, nos nossos olhares como um dos principais espaços de captura de carbono e de sustentabilidade do Planeta e também na reversão de quadros que já estão degradados do ponto de vista do uso da terra e como alternativa para

cultura de proteína animal e uma alternativa para o desenvolvimento no Brasil.

Então, o monitoramento das mudanças climáticas para nós significa o curso da política que vamos estabelecer para os próximos anos, a sustentabilidade dessa política e também a alternativa que podemos propor com responsabilidade como política de governo e de Estado.

Compartilho a minha palavra com o meu Diretor de Águas da União, que é responsável pela implementação desses projetos no País, para que possamos contribuir mais com o debate desta Comissão.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado Dr. Sabanay.

Com a palavra sobre o mesmo assunto também do Ministério da Pesca o Diretor do Departamento de Aquicultura, Dr. Estevão Campelo

O SR. ESTEVÃO CAMPELO MELO MOURA – Boa tarde a todos, Senador Sérgio Souza, quero agradecer a presença do Sabanay, do Presidente Vicente Andreu, dos demais presentes, Deputados e Senadores.

Em primeiro lugar, vou tentar ser bem objetivo e complementar a fala do Vicente, do Sabanay, em relação a essa preocupação, uma preocupação de todos nós. Vou ser bem objetivo quanto às ações futuras do Ministério da Pesca e Aquicultura em relação ao monitoramento, à gestão e às preocupações pertinentes ao desenvolvimento da aquicultura. Antes disso, eu queria trazer alguns números que são muito importantes para que a gente possa entender a importância da produção aquícola, que ainda não se desenvolveu no seu total potencial aqui no Brasil.

Hoje, sem dúvida, o Brasil é o país que tem o maior potencial do mundo para desenvolvimento dessa atividade. Temos cerca de 13% da água doce, uma diversidade de espécie muito grande, 8.500km de costa e alguns números que são preocupantes. Por exemplo: o nosso consumo *per capita* ainda é 3kg abaixo do recomendado pela OMS. Nós consumimos apenas 9kg de pescado por ano, *per capita*, enquanto outros países como o Japão, por exemplo, 70kg, seguido por Portugal e Espanha, com 50kg, 60kg. Além do mais, temos um déficit de US\$1 bilhão negativo na balança comercial de pescado.

E aí vem a pergunta: vamos desenvolver aquicultura? Sim. Mas de que forma vamos desenvolver e como vamos chegar lá acho que é o grande desafio. O Ministério da Pesca está preocupado e tem as ações pertinentes para esse desenvolvimento. Dentre elas, eu queria reforçar a questão do imageamento e do controle dessa produção, principalmente nos reservatórios federais. Se utilizarmos apenas 1% da área dos

reservatórios federais, dos 216 reservatórios federais, nós poderemos saltar de 21º lugar como produtor de pescado para os cinco primeiros produtores do mundo.

Dessa forma, o Ministério, a partir de 2012, vai iniciar um plano de imageamento com georreferenciamento e ortorectificação para que os parques possam crescer e se desenvolver de forma ordenada e fiscalizada. Vamos junto à FAO trabalhar a tecnologia de monitoramento em tempo real. Esse projeto já vem sendo trabalhado junto ao Inpe. A partir de 2012, a tecnologia deve ser desenvolvida aqui no âmbito nacional, junto com o Inpe, com a Embrapa e com a parceria da ANA para o monitoramento desses reservatórios e desses parques aquícolas.

Além disso, o plano de monitoramento que vai atender às condicionantes de todas as licenças para produção aquícola nesses reservatórios e nos parques aquícolas marinhos que devem surgir a partir de 2012. Os primeiros parques já demarcados estão em Santa Catarina, cujas áreas foram entregues nesse último mês. E no Ceará vamos começar com algumas novidades demonstrativas de produção de peixe marinho no Município de Icapuí. E todos esses parques e todas essas iniciativas do Ministério precisam legalmente e vão ser seguidas de um plano de monitoramento bastante abrangente.

Encerro aqui. Essas são as colocações em relação ao monitoramento que vão ser tocadas, enquanto existirem os parques aquícolas, todos os anos, que também são complementados pela sinalização, pelo atendimento aos requisitos legais e pelo plano de capacitação, como já colocado aqui pelo Sabonay

Concluo dessa forma e espero ter explicado quais vão ser as ações. Estou aberto a perguntas, acho que é mais fácil de explicar a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Estevam, pelas suas colocações.

Quero registrar também que sobre o tema florestas a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aqui do Senado vai promover uma audiência pública agora nesta sexta-feira. Estarão presentes aqui o ex-Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho; Braulio Ferreira de Souza Dias, que é o Secretário da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente; José Luciano Penido, que é Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Celulose; Beto Veríssimo, que é pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, o Amazon; Tácio Azevedo, que é consultor do Ministério do Meio Ambiente; e o Sr. Roberto Smeraldi, que é diretor da OCIP Amigos da Terra. Isso vai ocorrer na próxima sexta-feira, aqui no Senador Fede-

ral, em uma audiência pública, a partir das 9 horas da manhã, promovida pela Comissão do Meio Ambiente.

Eu consulto o Deputado Tripoli se quer fazer alguma consideração.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria dar uma justificativa, visto que a Casa aqui trabalha num limite e num ritmo muito rápido. Eu só queria justificar a saída dos meus colegas: o presidente abriu a votação agora e está havendo uma verificação de votação na Câmara Federal. Imaginem que a DRU ontem foi até quase três horas da manhã, a discussão do projeto de lei, e fez com que nós hoje, às 9 horas, estivéssemos na Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal para ouvir a Ministra Izabella Teixeira, que veio já previamente combinada com a comissão. Portanto nós estamos aqui diuturnamente, eu diria, num revezamento para suprir todas as necessidades. Então mais para justificar a ausência dos meus colegas e agradecer a presença de todos.

Eu acho que, Senador Sérgio, ficou extremamente claro para nós a importância desse item, desse quesito, a questão da água, no que diz respeito às mudanças climáticas, no que diz respeito ao Código Florestal, o impacto que pode causar essa matéria-prima que é finita, embora alguns não acreditem, principalmente os ruralistas do Congresso Nacional. Espero que tenha servido como uma grande reflexão para que eles, quando forem votar nosso Código Florestal, tenham em mente a importância do que nós estamos discutindo aqui.

Eu volto a repetir: a matéria-prima mais importante para a humanidade que nós temos ainda no Planeta é, sem sombra de dúvida, a água. E o Brasil, por ser um dos maiores proprietários desse bem, seria extremamente importante que levasse em consideração a fala das três grandes autoridades aqui, que demonstraram alto conhecimento no sentido de colaborar para que pudéssemos melhorar o conteúdo e a capacitação nossas de conhecimento da água.

Agradeço a gentileza e peço desculpas. Se não der o meu voto, eu terei problemas com a minha bancada e com os meus eleitores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Tripoli, é sempre bom ouvir V. Ex^a, que é um conhecedor profundo das questões ambientais.

Eu quero registrar que o debate central, aqui aproveitando a presença tanto do Ministério da Pesca, quanto da ANA, no Código Florestal, é a questão das águas. A função desse Código Florestal é legislar, é tratar de propriedades privadas, porque não está em discussão no Código Florestal nenhum parque nacional, estadual ou municipal; não está no Código Florestal

áreas indígenas, porque essas áreas já são por outras leis protegidas na sua totalidade.

Ficou um ponto ainda complexo, que é a questão urbana, que ainda vai ser debatido aqui no Senado Federal, principalmente na questão dentro da Comissão do Meio Ambiente, que também estamos falando aí de problemas gravíssimos, principalmente em áreas de risco – e normalmente as áreas de risco ou estão em encostas e morros ou estão em margens de rios. E o Código Florestal vem tratar, no momento em que ele fala em encostas de morros, em deslizamentos, do controle do fluxo das águas e da velocidade com que elas percorrem durante chuvas torrenciais, principalmente, de matas ciliares que funcionam, como colocado pelo Dr. Guillo, como um filtro para a não poluição dessas águas.

Eu acho importantíssimo esse debate, mas quero fazer um registro. Na minha opinião, nós deveríamos acabar com o desmatamento. Isso já está muito claro na lei da Mata Atlântica, que já avançou, e muito, com relação a esse tema, mas ela se restringe ao bioma da Mata Atlântica e ainda temos aí outros biomas, e é isso que vamos debater um pouco na audiência pública de Aracaju no dia 28.

Mesmo do jeito que já está e com os avanços que já foram colocados dentro do código, acho que nós vamos ter um aumento de cobertura florestal a partir da aprovação dessa lei, principalmente em matas ciliares, porque, se tem um ponto que é pacífico, no que diz respeito a APPs, é a proibição da supressão, a não ser naqueles casos de utilidade pública, endereço social, mas supressão, a retirada de área de coberturas florestais nesses ambientes que são de áreas de preservação permanente. O que está em discussão e a passos já bem avançados, isso está, de certa forma, acelerada, é a questão da recomposição das matas ciliares; recomposição.

O que está em discussão neste exato momento aqui, no Senado Federal? É se a obrigatoriedade de recomposição para rios até 10m, por exemplo, seja de pelo menos em 15m, isso quer dizer se tiver uma área maior do que isso já preservada, não se mexe. Então, é aquilo que está com atividade consolidada, porque há uma preocupação muito grande principalmente com relação ao pequeno produtor, aquele que, durante décadas, ele foi incentivado a morar próximo à água por questões de logística, por questões de falta de energia para movimentar essa água e assim por diante. Até mesmo na década de 50, tivemos, em alguns Estados brasileiros, um surto de malária muito grande, e houve até um programa e um incentivo que a distribuição de terras só se daria, se o produtor ou colono, no momento em que ele tomasse a posse da

sua terra, se ele desmatasse, se ele fosse bem próximo da nascente por conta de um controle sanitário. Houve uma evolução por estudos, talvez ainda não aprofundada ao tanto que se precisa, mas houve uma evolução no tamanho das matas ciliares nos anos todos, nessas mudanças que houve dentro do Código. No início, eram 5m, depois, 15m, hoje, até 200m para rios acima de 600m.

Mas, assim, em minha opinião, vamos ter um aumento muito grande de cobertura florestal, principalmente em margens de rios, e isso é o mínimo que podemos fazer. E a ideia que vem a se construir agora, dentro da Comissão de Meio Ambiente do Senado, é que se crie um momento de transição porque, se está dizendo que inviabilizaria a propriedade neste momento, de uma imposição imediata de recomposição de 100% das APPs e, se criarmos um momento de transição para áreas consolidadas para daqui, vamos dizer, a 10, 15, 20 anos, que toda essa área teria, então, sido recomposta, como veio da Câmara a proposta para a recomposição das áreas de reserva legal para serem recompostas num prazo de 20 anos. Então, esse estudo está sendo feito aqui e está realmente bem encaminhado e devemos chegar a essa conclusão ainda este mês, porque a nossa meta é votarmos, inclusive, no plenário do Senado, ainda este mês, o Código Florestal.

Consulto o Deputado Luiz Noé, se quer fazer uso da palavra para fazer indagações ou comentários sobre as explanações dos nossos palestrantes.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Eu gostaria de parabenizar V. Ex^a pela audiência, pela qualidade, e também, se fosse possível, que ficasse na nossa Comissão a sugestão que o Sr. Vicente colocou sobre os aterros sanitários. Muitas vezes, falta conhecimento, falta visão para essa colocação do gás que poderia ser aproveitado num estudo que V. Ex^a tem que poderia pertencer à Comissão para que pudéssemos divulgar isso.

Hoje, nos Municípios do interior do Rio Grande do Sul, são feitos verdadeiros consórcios e nem o Município quer ficar com esses aterros sanitários, porque os prefeitos dizem que, durante a colocação do resíduo, todos são parceiros, depois que ele acaba de ser colocado, os outros Municípios do consórcio não estão juntos, tem uma problemática de toda parte do País, sabendo que essa energia não será suficiente para o pagamento total do que é investido, mas, sim, que abate isso. E, como está sendo feito de maneira de consórcio, acredito que seria mais facilitado. No Rio Grande do Sul, tem-se que fazer em torno de 200 km a 500 km, muitas vezes para ter um aterro sanitário

licenciado. Então, os Municípios estão tendo dificuldade, e sua sugestão é muito boa.

Quanto à questão da aquicultura, o desafio é grande. Vocês têm um trabalho muito grande pela frente, nós temos um trabalho muito grande e, neste momento, o que se puder passar de informação, de divulgação, o trabalho que a Itaipu faz também, de produção de peixes nas suas barragens, acredito que poderia ser uma ideia para se levar para outras unidades, mesmo para unidades menores. Mas, o que vejo hoje no Estado do Rio Grande do Sul é que parece que quando você tem um reservatório de água aquele reservatório é de propriedade da empresa. As cidades vizinhas não participam dele, não existe a experiência que vimos na Itaipu, onde a comunidade regional se sente parte daquele investimento. Lá não ocorre isso.

Então, que a gente pudesse também adotar uma política para esses reservatórios que temos em todo o País, inclusive os reservatórios menores, que são os PCHs, que a gente tem colocado, porque parte desse investimento – e hoje eu falava com os prefeitos – tem um percentual x do impacto ambiental que é reservado para investimento para fazer esse manejo com as comunidades, mas muitas vezes não é feito, mesmo nos novos investimentos, com a questão do impacto ambiental.

Seriam essas as duas sugestões. Se eu puder colaborar mais com esses dados nesse sentido e vocês, nesse sentido também, dos nossos reservatórios.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Luiz Noé. De fato, o que vimos na Itaipu e que aqui foi colocado pelo Dr. Guillo, é a função social da entidade, da instituição Itaipu. Eu percebi o seguinte. O que ela cede aos ribeirinhos, aos Municípios? A tecnologia, que é o que ela tem de conhecimento. Então, dentro do seu parque tecnológico, do seu pessoal capacitado, leva essas experiências e traz a sociedade para a discussão. A própria sociedade organizada acaba arrumando o jeito e os recursos necessários, através dos Municípios, com um pouco de aporte também da Itaipu, mas que é a parte menor.

Então, passo a palavra a V. S^a, Dr. Guillo, para que faça as suas considerações finais.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Eu agradeço a oportunidade.

Com relação às informações sobre resíduos, esse foi um estudo que fizemos quando eu estava na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério, mas vou pedir que o Dr. Nabil Bonduque encaminhe a esta Comissão esses estudos que foram mantidos, que mostram isso. Se você criar um mercado assegurado, a distribuidora tem de comprar aquela energia. Você estimula, porque não haverá

risco na implementação de um processo de produção de energia, e, em seguida, você consegue garantir melhor a operação, porque o principal problema de um aterro sanitário não é a sua instalação, mas a sua operação adequada e o seu encerramento, com todas as consequências.

Agradeço muito a oportunidade. Na semana passada, fui à Argentina, tinha uma reunião chamada Conferência dos Dirigentes Ibero-Americanos de Água. Eu estava na janela, o avião passando pelo Uruguai, pela Argentina, naquela região que vocês também conhecem, eu observava a produção agrícola no sul desses dois países, os rios não têm quase que um metro de mata ciliar. E aí, olhando para aquilo, você reflete sobre o quanto é justo, do ponto de vista do proprietário rural, tentar fazer a exploração adequada da sua propriedade. Mas, fazendo uma comparação entre a questão do desmatamento, principalmente das APPs hídricas, com a nossa ausência de tratamento de esgoto, que é uma característica do Brasil e dos países de urbanização muito rápida, percebi que o Brasil vai gastar, está gastando uma fortuna para fazer com que os rios retornem a uma condição razoável em função de não ter havido um investimento adequado em tempos passados, principalmente por não ter havido um planejamento.

Não quero, não tenho capacidade de profetizar, mas, como acredito que, realmente, a presença do ser humano altera significativamente o clima, esses países que desmataram, tenho absoluta convicção, num curto espaço de tempo, terão de gastar fortunas para fazer a recomposição mínima das condições para manutenção, inclusive, da sua própria produção. Então, penso que temos uma oportunidade ímpar no Brasil, neste momento histórico, de aprendizado. Acredito que o papel do Congresso será amplamente reconhecido pela sociedade, mas que a gente caminhe, evidentemente, a partir de um país com a nossa complexidade, porque tratar de APP...

Outro dia, eu era instigado pelo Senador Jorge Viana a tratar, por exemplo, de rios intermitentes. Como é que ficam as APPs em rios intermitentes no semiárido? Não é uma formulação sobre o rio, o rio existe durante uma semana, quinze dias, dois meses, mas ele não existe... Então, há uma carência de formulação, mas eu queria encerrar com uma mensagem que, inclusive, ouvi até do Senador Cristovam Buarque e do próprio ex-Presidente Fernando Collor, de que o Brasil tem procurado nos tratados internacionais garantir que nas questões ambientais não haja uma regressão, ou seja, que a gente não tenha, em nível internacional, uma regressão naquilo que já avançou.

Eu acho que isso fica como uma lição também para o brasileiro, para nós aqui mesmo, para que a gente faça as adaptações que o Código realmente exige, mas que a gente não tenha um caminho em direção à regressão.

Muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Vicente Guillo, é um prazer tê-lo aqui na Comissão.

Com a palavra o Dr. Luiz Alberto Sabanay, para fazer as considerações em nome do Ministério da Pesca.

O SR. LUIZ ALBERTO SABANAY – Deputado Noé, duas questões objetivas. A primeira, água no Brasil acho que é uma das temáticas que esta Comissão tem que preservar e preservar em alto tom é dizer que a gestão e o controle do recurso hídrico brasileiro é público. Ainda que Pacuera seja uma faixa de isolamento que tem fins ambientais, mas a mesma condição que tem fins ambientais também tem fins sociais. O acesso ao recurso público hídrico deve ser a nossa temática porque a tendência é e era a chamada privatização dos espaços de controle para privatização do recurso. Nós temos que inibir esse tipo de política de uma ou de outra forma, o livre acesso.

A segunda grande questão, na minha consideração final, Senador Sérgio, é que nós precisamos pautar sempre no debate de compensações e mitigações de impactos, fugir da discussão da mitigação e da compensação monetária do impacto de uma ou de outra forma. Nós temos que fazer uma compensação econômica, seja através de uma política como disse o Dr. Vicente, através de uma composição de fundos que a gente possa fazer manejos de compensações objetivas, ou para as populações, por exemplo, atingidas por barragens de construção de hidrelétricas, em vez de expurgá-los do centro de vida deles que é a vida da pesca, vida ribeirinha, nós criarmos alternativas econômicas sustentáveis a partir do processo de compensação.

Um avanço já foi feito no Brasil, registro aqui, o Presidente Lula, no ano de 2009, assinou o decreto dos atingidos que reconhecia as populações ribeirinhas de pescadores no Brasil. Por que não eram reconhecidas? Porque não tinham um palmo de terra. Trabalhar em água não era visto. Então, eu acho que acho que nós temos água e população no entorno que têm que ser centro de debate e o controle social e público desse processo.

Obrigado, Senador Sérgio.

Obrigado, Vicente, pela companhia.

Meu companheiro Estevão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu agradeço a presença de todos em nome

desta Comissão e coloco a Comissão à disposição de V. Ex^as para que sempre que houver algo que possa contribuir com os nossos trabalhos e que sejam em prol da sociedade brasileira e do povo em todo o planeta serão sempre bem-vindos.

Muito obrigado.

Dando continuidade à nossa reunião, passamos agora à parte deliberativa.

Há sobre a mesa alguns requerimentos, entre eles o Requerimento do Deputado Luiz Noé, que requer a realização de audiência pública em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, para discutir a produção e o consumo de biodiesel no Brasil, como forma de diminuir a emissão de carbono na atmosfera.

V. Ex^a tem a palavra para comentar o seu requerimento.

O SR. LUIZ NOÉ – Bom, o requerimento se justifica porque esta Comissão está debatendo principalmente a questão do respeito ao meio ambiente, à produção alimento e, acima de tudo, à capacidade de produzir energia. O Brasil se destaca pela sua capacidade de clima diversificado, então, é preciso aproveitar cada potencial de clima e solo e transformar esse potencial em produção de energia.

O Rio Grande do Sul é pioneiro na questão dos biocombustíveis, principalmente do biodiesel, sendo o maior produtor de biodiesel. O Estado tem as primeiras empresas neste setor e é produtor em grande escala.

Para a nossa sociedade conhecer: a influência hoje desta energia limpa, assim como o etanol é o biodiesel, quanto estamos utilizando hoje no diesel tradicional, que é o diesel de origem de petróleo; principalmente o quanto poderemos utilizar; e qual o benefício para a nossa sociedade em ganho, em qualidade de vida e em ganhos monetários também.

Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, tem esta característica de pesquisa e de produção. Por isso, até conversando com a equipe anteriormente, sugiro colocar nessa questão o etanol. Não somente da soja se produz o biodiesel, mas também no Rio Grande do Sul há pesquisas muito grandes sobre outros ingredientes, tipo a canola.

Por isso estaríamos sugerindo que essa audiência, assim como a de Itaipu, que serviu de exemplo, que foi feita na represa, onde se podia visualizar, fosse também feita na cidade de Passo Fundo – tem a questão de aeroporto, a questão de acesso –, mas se visualiza a produção, a pesquisa e a comercialização do produto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Luiz Noé.

Consulto os Srs. Parlamentares: aqueles que aprovam o presente requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Também quero registrar a ausência do Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente desta Comissão, que não pôde comparecer em função de viagem, de missão ao exterior.

Também há sobre a Mesa requerimento do Deputado Márcio Macêdo, subscrito também por esta Presidência, que requer audiência pública na cidade de Aracaju, para discutirmos os biomas brasileiros e o requerimento do Deputado Mendes Thame, também subscrito por esta Presidência, que requer audiência pública na cidade de São Paulo, destinada a debater a política setorial na área das cidades e dos centros urbanos.

Os Parlamentares que os aprovam, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados.

Por último, o requerimento da Mesa desta Comissão que, nos termos regimentais, traz a indicação dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados para comporem a comissão que vai representar esta Comissão na Convenção das *Parties*, COP17, que acontecerá em Durban, com início no próximo dia 28 de novembro e término no dia 9.

Então requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Srs. Parlamentares Jorge Viana e Vanessa Grazziotin, Senadores, e dos Deputados Alfredo Sirkis, Márcio Macêdo, Arnaldo Jardim e Antonio Carlos Thame para comporem e participarem como representantes desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional da COP17, que acontecerá nos próximos dias 28 a 9 de dezembro, na cidade de Durban, na África do Sul.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Será encaminhado à Mesa do Senado para posterior encaminhamento à Comissão de Relações Exteriores para as devidas providências.

Agradeço a presença dos nossos convidados e também dos Srs. Deputados e Senadores que por aqui passaram durante esta audiência pública e de todas as senhoras e senhores que aqui compareceram.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.)

ATA DA 11^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e vinte e um minutos do dia dezesseis de novembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin e dos Deputados Fernando Ferro, Márcio Macedo e Alfredo Sirkis, membros da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Raimundão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 10^a Reunião, que é dada como aprovada. O Presidente passa a leitura das informações desta Comissão sobre as principais notícias da semana. A seguir, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Alfredo Sirkis, relata sua participação, representando a Comissão, no seminário *Which Green race to Durban*, realizado no Parlamento Europeu, na cidade de Bruxelas, na Bélgica. A Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, dos Doutores Osvaldo Stella, Diretor do Programa de Mudanças Climáticas do IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Gustavo Tosello Pinheiro, Coordenador para Instituições Financeiras Internacionais do TNC – *The Nature Conservancy*; e Paulo D'Ávila Ferreira, Diretor Executivo do IDESA– Instituto de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Goiás, destinada a apresentar as atividades que reduzem as emissões de desmatamento e degradação florestal – REDD e pagamento por serviços ambientais, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Comissão, aprovado em 5 de outubro do corrente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senhores parlamentares Márcio Macêdo, Alfredo Sirkis e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DE 16/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a

11^a Reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº 4 do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Como já é de hábito desta Comissão, nós fazemos, Deputado Sirkis, um relatório dos acontecimentos da semana, ou dos últimos dias, sobre mudanças climáticas. Então, vou fazer uma rápida leitura sobre os temas e, logo em seguida, solicitarei a V. Ex^a que faça também um apanhado geral sobre a sua visita à China e ao parlamento europeu, onde participou de debates sobre mudanças climáticas.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública de hoje, passo a relatar os fatos relacionados aos trabalhos de nossa Comissão ocorridos desde o nosso último encontro.

Senhoras e senhores, com a proximidade da Conferência das Partes em Durban, a COP 17, é conveniente trazer ao conhecimento da CMMC algumas informações sobre a evolução dos assuntos ligados ao evento.

Primeiramente, chamaram atenção as declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmando que a COP 17 tem a obrigação de buscar a criação de um acordo para limitar as emissões de gases do efeito estufa e também estabelecer um fundo para a mitigação e adaptação climática em países em desenvolvimento.

Para o coreano, a COP 17 deve ser o primeiro passo para um ambicioso acordo global.

O interessante é que, ao afirmar isso, Ban Ki-moon se diferencia da postura de muitos países, incluindo da sede do evento, a África do Sul.

Afinal, para o governo sul-africano, Durban não deveria discutir um acordo climático, visto que o sucesso neste front é praticamente impossível. Em vez disso, a conferência deveria se focar em ações concretas como financiamento e transferência de tecnologias.

Sobre o Fundo Climático Verde, que foi proposto na COP 16 em Cancún, o Secretário-Geral da ONU acredita que já passou da hora de tirá-lo do papel. Na sua opinião, o Fundo não pode ser apenas uma ideia vazia. Os governos precisam providenciar os US\$100 bilhões que foram prometidos. E assim, teríamos um resultado concreto de Durban.

Ainda sobre a COP 17, recentemente foi noticiado que, paralelamente aos vários encontros climáticos que aconteceram sob a tutela das Nações Unidas,

muitas reuniões foram realizadas e uma coalizão de nações dispostas a estender o Protocolo de Kyoto teria sido criada.

A coalizão englobaria União Europeia, China, o grupo dos países menos desenvolvidos (LDCs) e a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e tentaria, na COP 17, promover a continuidade do único tratado climático internacional.

A intenção seria criar uma maioria dentro da COP para isolar os Estados Unidos. Assim, talvez seja possível avançar na questão do Protocolo de Kyoto.

O governo norte-americano tem sido acusado de se afastar das negociações climáticas por estar mais preocupado com a crise econômica e com as eleições presidenciais de 2012.

Outro país que ficaria isolado seria a Rússia, já que o seu chefe das negociações climáticas, Oleg Shamanov, declarou recentemente que jamais assinará a extensão de Kyoto. Nas suas palavras, a Rússia não se beneficia de um acordo que não obrigue todos a terem metas.

Também com o objetivo de integrar as propostas para a COP 17, um grupo de 18 países, entre eles Maldivas, Etiópia e Costa Rica, estão reunidos em Bangladesh para o Fórum de Vulnerabilidade Climática.

Além de pressionar as nações mais ricas a ajudar, o Fórum pretende apresentar algumas estratégias de adaptação que já estão em prática.

A verdade é que a COP 17 deveria ter grande atenção de todas as nações do globo e os esforços deveriam ser incansáveis para que um resultado positivo pudesse ser encontrado, mas ainda depois do alerta recente da Agência Internacional de Energia – AIE, que, através de um relatório, concluiu que o mundo pode não ser capaz de limitar o aumento da temperatura global a níveis seguros se uma nova ação climática internacional não for tomada até 2017, especialmente porque muitas usinas de energia de combustível fóssil e fábricas estão sendo construídas ao redor do Planeta.

Se o mundo limitar o aquecimento global a 2°C – que, segundo os cientistas, é o nível mínimo de segurança antes que efeitos devastadores das mudanças climáticas ocorram – os volumes de emissão de gases não devem ter mais de 450 partes por milhão (ppm) de dióxido de carbono. Com as emissões já chegando a 390 ppm de CO₂, está se esgotando o tempo para tomar uma atitude.

Segundo a AIE, em seu relatório Mundial de Energia, a infraestrutura energética existente já está liberando 80% das emissões permitidas sob esse cenário. Quatro quintos do total das emissões de carbono relacionadas à energia permitidas até 2035 para limitar

o aquecimento já vêm das usinas, prédios e fábricas existentes.

Atrasar uma ação é uma falsa economia. Segundo o relatório da AIE, para cada US\$1,00 de investimento economizado no setor de energia antes de 2020, um adicional de US\$4,3 precisaria ser gasto depois de 2020 para compensar o aumento das emissões.

Em maio, a AIE informou que as emissões globais de CO₂ atingiram seu nível mais alto em 2010, impulsionadas principalmente pelas economias dependentes de carvão.

Se novas políticas climáticas forem implementadas cautelosamente, as emissões de CO₂ acumuladas nos próximos 25 anos equivaleriam a três quartos do total dos últimos 100 anos, disse a AIE. Isso levaria a um aumento de temperatura médio de longo prazo de 3,5°C. Se novas políticas não forem implementadas, o mundo estará em um “caminho perigoso” para um aumento de 6 graus.

Nesse cenário, ganham em importância as energias alternativas, limpas e renováveis.

No caso brasileiro, levando em consideração as últimas novidades, a energia solar promete ganhar espaço na matriz elétrica nacional, tanto que crescem os investimentos em pesquisas e novas tecnologias nessa área.

Furnas, por exemplo, fechou parceria com a hidrelétrica chinesa Três Gargantas para o desenvolvimento de energias renováveis em diversas partes do mundo. Uma das ideias em análise é construir usinas solares integradas aos parques eólicos que a empresa instalou no Rio Grande do Norte e no Ceará.

A integração eólica e solar diminui riscos, pois os sistemas solares podem assumir a carga em eventual interrupção dos aerogeradores eólicos.

Furnas também testa com o Centro de Pesquisas da Eletrobrás – Cepel, duas tecnologias solares com a instalação de painéis fotovoltaicos e coletores termossolares em diversas partes do País. A expectativa é ter um projeto de usina solar até o fim de 2012.

Outra expectativa é quanto ao leilão que a Empresa de Pesquisa Energética – EPE se prepara para realizar no primeiro trimestre de 2012. É preciso criar uma política de geração de demanda. No caso da eólica, a procura foi criada com os leilões. Fala-se em um leilão de 10MW para a energia solar, mas, ele não pode ser isolado. Tem que ser contínuo, se o objetivo for criar uma indústria nacional.

Outro caso de energia alternativa, que poderá ser muito interessante para o Brasil, é a geração de energia através das ondas do mar. Tivemos a oportunidade de ouvir o Prof. Luiz Pinguelli Rosa tratar do

assunto na audiência pública da CMMC em Foz do Iguaçu. Estima-se que o potencial energético das ondas na costa brasileira chegue a 87GW, espalhados no litoral das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Testes realizados pela Coppe/UFRJ indicam que 20% desse total poderiam ser efetivamente convertidos em energia, o que equivale a 17% da capacidade total instalada no País hoje.

Um projeto pioneiro nessa área vem sendo desenvolvido pela própria Coppe com financiamento da Tractbel Energia, do grupo GDF Suez, que investiu R\$12,5 milhões em sua implementação. Trata-se da primeira usina movida pela força das ondas na América Latina, localizada no Porto de Pecém, em Fortaleza. O local foi escolhido por suas ondas constantes, mas de pouca elevação.

Inicialmente, os dois módulos geradores produzem 200KW de energia, usados na própria operação do Porto de Pecém. No entanto, há espaço para a instalação de dezenas de outros geradores, para uma eventual expansão de capacidade, quando a fase de testes for concluída.

Os desafios para a humanidade no que se refere às mudanças climáticas são consideráveis, porém, é uma satisfação verificar que o Brasil está lidando muito bem com eles. Sobretudo, no que tange à geração de energia. Já possuímos uma matriz energética das mais limpas do mundo, e ainda assim, continuam as iniciativas para torná-la ainda mais adequada do ponto de vista ambiental.

Senhoras e senhores parlamentares, assessores e todos aqui presentes, essas eram as informações que a Comissão julgou oportuno trazer, além daquelas que serão colocadas nesse momento pelo Deputado Alfredo Sirkis, que é o Vice-Presidente desta Comissão e que esteve, na última semana, em viagem pelo continente asiático e também pelo continente europeu, onde ouviu e participou ativamente de debates sobre a questão das mudanças climáticas.

V. Ex^a tem a palavra, Deputado.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Boa tarde a todos.

De fato, tive a oportunidade de participar de três importantes eventos relacionados a mudanças climáticas. O primeiro deles foi o chamado Cúpula do Baixo Carbono, na cidade de Dalian, na China, que foi basicamente uma reunião técnico-acadêmica. Cerca de dois mil convidados, na sua maioria professores universitários, pesquisadores, alguns empresários de diferentes ramos de energias limpas, e relativamente poucos políticos. Na verdade, de políticos, havia o ex-Secretário de Defesa da Alemanha, Rudolf Scharding, do S.P.D. alemão e eu. Foram cerca de 160 workshops falando

sobre energia solar, eólica, questão de transportes, questão de urbanismos e construção de cidades de baixo carbono, biocombustíveis, ou seja, houve aí uma série de temas que foram abordados, alguns inclusive com grau de profundidade técnico-científica muito elaborada, até difícil de acompanhar para quem não é técnico nem cientista. Mas, de fato, foi uma reunião extremamente significativa e que mostra um pouco a ambição dessa cidade, que fica no norte da China, de ser uma cidade referência para grandes eventos. Eles sediaram há pouco uma reunião Davos asiática. Então, estão, de fato, querendo se credenciar como uma cidade para esse evento se transformar essa Cúpula do Baixo Carbono, inclusive, em um evento anual. Posteriormente, eu tive ainda na China, em Xangai e Pequim, a possibilidade de visitar duas grandes fábricas de painéis fotovoltaicos. Em Xangai, a Shanghai Solar, que é uma estatal chinesa subsidiária da empresa aeroespacial da China, que vem se dedicando basicamente à montagem de painéis fotovoltaicos e à pesquisa com painéis tanto mono como policristalinos.

Em Beijing, tive a oportunidade de visitar a Yingli, que é a segunda maior empresa solar chinesa, que, ao contrário da Shanghai Solar, que cuida de uma parte específica, cuida desde a questão do processamento das pedras de silício, de todo o processo industrial até à fabricação de células fotovoltaicas e da montagem dos painéis, para o qual usa inclusive robôs, e consegue produzir um tipo de painel muito demandado internacional pela sua qualidade, pela sua regularidade.

Acompanhando um pouco esse processo, cheguei a perceber a razão pela qual a China, nesse momento, consegue dominar cerca de quase três quartos do mercado internacional fotovoltaico, na medida em que tem produzido a um preço extremamente baixo e com uma qualidade muito boa. A questão de produzir a um preço extremamente baixo é um dado muito significativo, porque o grande problema do solar sempre foi o seu custo comparado com outras formas de geração de energia.

No caso da China, que depende muito das suas térmicas a carvão, de fato já está começando haver uma aproximação. O quilowatt solar/hora ainda representa o dobro do preço do quilowatt solar energia termoelétrica a carvão, mas os dois estão se aproximando a uma velocidade muito maior e, de fato, esse cálculo do custo do carvão não leva em consideração uma série de outros gastos que deveriam ser considerados também, como problemas de saúde futuros, a questão das próprias emissões de gases de efeito estufa e outras questões.

Então, sem querer me aprofundar muito nisso porque vou querer falar mais de questões relativas

diretamente ao clima, eu fiquei muito impressionado mesmo com a qualidade, a produtividade e a prioridade que tem sido objeto na China a indústria solar.

Bem, a outra reunião que participei foi em Beijing, onde fui como observador parlamentar à reunião do grupo informal chamado Basic, que é o grupo basicamente constituído por Brasil, África do Sul, Índia e China, que se reuniu para discutir uma estratégia em comum em relação à Conferência de Durban.

Em relação à Conferência de Durban, existem duas formas de analisar. Se analisarmos em termos absolutos, em relação àquilo que a ciência vem colocando, e ainda hoje ouvimos no relatório lido pelo Presidente, mais um relatório científico, esse da Agência Internacional de Energia, com dados cada vez mais preocupantes, tem sido a tendência de todos os relatórios científicos dos últimos anos, que, a cada relatório, a situação seja descrita como um pouco mais grave do que a anteriormente considerada, e não é uma exceção esse relatório, então, uma forma de se considerar essas reuniões é imaginar o seu resultado mais otimista comparado com o mínimo daquilo que a ciência coloca como necessário para conter a concentração de gás e efeito estufa na atmosfera em 450ppm e, portanto, a temperatura média do Planeta ainda este século não ultrapassar os dois graus. Se formos fazer isso, de fato, aponta para uma realidade praticamente apocalíptica.

Se formos considerar todos aqueles objetivos obrigatórios dos chamados grupo de países que integram o Anexo I do Protocolo de Kyoto, se somarmos isso com os objetivos, digamos, voluntários apresentados e anotados pelas Nações Unidas nas Conferências de Copenhague e de Cancún, veremos que, realmente, a distância entre tudo isso e o mínimo que os cientistas determinam como necessário para se chegar a esse objetivo é abissal, é gigantesca.

Por outro lado, podemos analisar essas Conferências em relação aos objetivos a que elas se propõem quanto ao universo paralelo que foi criado nessas Conferências, que é o universo da negociação diplomática em torno da questão do clima. Se analisarmos sob esse viés, qual é a questão que se apresenta para a Conferência de Durban? O que se apresenta para a Conferência de Durban basicamente é o seguinte: no final do ano que vem, vencerá o primeiro período de compromissos do Protocolo de Kyoto, que envolve basicamente os países do chamado Anexo I, e, no momento em que vence esse primeiro período de compromissos sem que ele tenha sido renovado, simplesmente deixa de haver país no mundo com obrigação legal de reduzir suas emissões.

Realmente, essa é uma situação grave não só por isso, mas também por outro fato não menos importante: toda a incipiente economia do carbono está fundamentada no Protocolo de Kyoto e no fato de que há países já com metas legalmente vinculantes – *legally-binding* é a palavra em inglês do jargão das Nações Unidas – e de que esse processo tende a se complementar no futuro. Portanto, existe uma *commodity* ambiental a ser negociada, que é a redução de carbono, ou seja, a redução de carbono passa a ter uma expressão econômica, e isso é absolutamente fundamental para o futuro. Se o Protocolo de Kyoto vai para o espaço em termos de obrigações legais e vira um documento praticamente inócuo, realmente as consequências são muito graves.

Então, qual é a prioridade da diplomacia brasileira? A prioridade da diplomacia brasileira é conseguir que se renove esse período, que os países que fazem parte do Anexo I do Protocolo de Kyoto aceitem um segundo período de obrigações do Protocolo de Kyoto. Aí a gente cai num campo de dificuldade. Qual é esse campo? Basicamente, esses países são desenvolvidos. Alguns deles já estão claramente “roendo a corda”. O Japão já disse que não participa desse segundo período, a Rússia também já disse que dele não participará, e, provavelmente, o Canadá e a Austrália, que são países que hoje estão no Anexo I do Protocolo de Kyoto, não se disporão a participar desse segundo período. Qual é a alegação desses países? É a de que a situação mudou muito de 1997, quando foi criado o Protocolo de Kyoto, para cá. Naquela época, de fato, a parte do leão das emissões cabia aos países desenvolvidos, mas, hoje, mais da metade das emissões já é de países em desenvolvimento. A China é, hoje, o primeiro país emissor, à frente dos Estados Unidos, embora esteja perto dos Estados Unidos; cada um tem um pedaço mais ou menos correspondente a 20% das emissões. E os países da Europa, que, neste momento, se dispõem a persistir no segundo período de compromissos em determinadas condições por eles apresentadas, representam apenas 16% das emissões anuais.

Ainda assim, é fundamental que se mantenha esse segundo período, mas, para se manter esse período, a gente cai na velha metáfora futebolística de que é preciso “combinar com os tchecos”. Se queremos, de fato, que os países da Europa continuem e aceitem um segundo período de compromissos do Protocolo de Kyoto, alguma coisa deve ser combinada com eles.

O que esses países dizem? Eles dizem praticamente o seguinte: “Primeiro, hoje em dia, somos responsáveis apenas por 16% das emissões. Segundo, não dá para a gente renovar, se não houver pelo

menos uma sinalização por parte tanto dos países em desenvolvimento quanto dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que não participam do Anexo I do Protocolo de Kyoto – os Estados Unidos se recusaram a ratificar, na época do Protocolo de Kyoto –, uma sinalização desse conjunto de países que, em algum momento, no futuro, vão aceitar metas obrigatórias – este “em algum momento no futuro” é visto mais ou menos como sendo o ano 2020.

Então, a reunião do Basic era basicamente em relação a que gesto África do Sul, Brasil, China e Índia podem fazer em direção à comunidade europeia para confortá-la na disposição de aceitar esse segundo período de compromisso.

O Brasil vinha propondo nos corredores, com o apoio da África do Sul, que houvesse uma declaração do Basic dizendo que aceita metas obrigatórias a partir de 2020, metas que ainda vão ser negociadas, mas a base delas são os chamados Namas, que são aquelas metas voluntárias, que foram anunciadas em Copenhague e Cancún, mas que aceitaria a partir de 2020, desde que também países desenvolvidos que estão fora do Anexo I, como é sobretudo o caso dos Estados Unidos, aceitem também. Mas essa posição que o Brasil quis encaminhar não prosperou, em função da hostilidade da Índia, que continua presa àquele paradigma dos anos 90, de que apenas países desenvolvidos devem ter metas obrigatórias.

A China acenou a sua disposição de ser flexível. Nunca especificou exatamente em que consistiria essa flexibilidade, até porque ficou numa situação muito confortável. Como o Basic se dita mais ou menos pela sua posição mais atrasada, e a posição mais atrasada é a que acaba criando os termos de consenso, saiu um documento perfeitamente pívio, que não diz nada e não atende àquela expectativa, que me parece, cá entre nós, razoável da comunidade europeia em relação ao anúncio de uma data futura a partir da qual nós passaremos a ter metas obrigatórias.

Bom, depois disso, fui ao parlamento europeu justamente para me encontrar com os tchecos que estavam ali.

De fato, a situação é complicada, porque a comunidade europeia, de um lado, deseja o segundo período de compromisso. Em segundo lugar, boa parte dos países da comunidade europeia já tem legislações nacionais que vinculam esses países a essas metas. Já é uma obrigação legal pela legislação nacional desses países. Porém, evidentemente, eles, nesse momento, estão numa situação muito delicada, porque, por um lado, existem todos aqueles países que estão roendo a corda e pulando fora, que mencionei aqui; por outro lado, dentro da própria comunidade europeia, existem

países que questionam a continuidade da Europa no Anexo I do Protocolo de Kyoto nessas condições. Países como a Polônia, que tem muito carvão; países como a Espanha etc.

Então, há um momento delicado, em que pode acontecer, de fato, em Durban, que não se consiga, naquela dificuldade de negociação que existe entre 193 países em busca de consenso e uma série de temas sendo discutidos em separado, pode ser que não haja condições para que seja aprovada essa coisa minúscula, porém essencial nesse momento, que é a continuidade, o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto.

Então, o que busquei colocar não na reunião do Basic, porque fui lá apenas como observador parlamentar, mas o que coloquei no plenário do parlamento europeu durante o debate? Estavam presentes a comissária do clima da comunidade europeia, Connie Hedegaard; a secretária-executiva da comissão do clima das Nações Unidas, Christiana Figueres; um dos mais importantes executivos do Greenpeace. Havia, ali, uma plateia bastante qualificada, tanto de pessoas de governo quanto de pessoas da sociedade civil, sobretudo das várias instâncias da União Europeia.

O que busquei basicamente colocar e penso interpretando o sentimento que existe no Congresso brasileiro, nessas condições, é basicamente o seguinte: em primeiro lugar, nós temos que fazer uma releitura dos princípios das obrigações comuns, mas diferenciadas que o Protocolo de Kyoto coloca. Porque como vimos em termos de mitigação de emissões, a situação é diferente da situação do final dos anos 90. Então, é necessário que os países em desenvolvimento assumam metas de redução das suas emissões num primeiro momento contra a chamada curva “*business as usual*”; num segundo momento, absolutas mesmo. Na verdade, o que vai determinar se vai se chegar ou não, se vai ultrapassar ou não o limite de segurança colocado pela ciências não são as emissões *per capita*, não é o histórico de emissões, são as emissões em absoluto daqui para frente. Por outro lado, é necessário que haja um componente, continue a haver e haja cada vez mais um componente de justiça climática nesse processo. Ou seja, continua sendo importante verificar emissões *per capita* – a dos Estados Unidos, por exemplo, é sete vezes maior do que a da China – e histórico de emissões.

Pelo histórico de emissões, a responsabilidade dos países desenvolvidos – Europa, Estados Unidos, Japão – é de 70% do acumulado de emissões desde o início da era industrial até hoje. Isso tem que ser levado em consideração, mas de que forma? Não mais da maneira como era levado anteriormente, na época

de Kyoto, em que por causa disso os países em desenvolvimento estariam isentos de mitigação. Mas têm que ser levados em conta na hora do pagamento da conta; basicamente no pagamento da conta do Fundo Verde para o Clima.

Então, o que eu venho colocando é que esse pagamento deve ser na proporção das responsabilidades históricas, ou seja, que os países desenvolvidos têm que aportar 70% da dotação desse fundo e de outras questões de financiamento.

Outras questões que tive a oportunidade de tocar foram as seguintes: segundo a questão da dificuldade que a opinião pública nos vários países, da própria imprensa e mesmo de jornalistas extremamente experientes nesse tema têm para poder claramente explicar e as pessoas entenderem o objetivo de redução de cada país, na medida em que as métricas são diferentes. A Europa corta em cima do ano-base de 1990; para o Brasil e os Estados Unidos – este quando anunciou que ia cortar e depois recuou – o ano-base é 2005; existem países que têm ano-base de 2000 e outros que têm ano-base em 1992; e China e a Índia usam outro critério completamente diferente, que é a intensidade de emissão de carbono por cada ponto do produto interno bruto.

Isso, na hora de tentar fazer uma comparação do esforço específico que cada país está fazendo, dá uma confusão gigantesca na cabeça até dos jornalistas especializados no assunto. Então, seria importante haver uma métrica unificada em torno de objetivos de mitigação.

O outro ponto que eu acho é uma discussão extremamente pertinente é até que ponto o sistema das Nações Unidas é capaz de produzir um resultado que minimamente dialogue com aquilo que a ciência coloca como mínimo necessário. Eu sou muito cético em relação a essa questão, mas, de qualquer jeito, estamos nesse processo, o Brasil tem um papel superimportante nesse processo, vamos em frente. Mas acho que não se deve excluir a possibilidade de ter grupos informais, como é o caso do G-20, que é informal – embora tão importante, é informal –, mas na esfera política tem um grupo informal que juntasse o Basic, a União Europeia, a América do Norte, e alguns países importantes como o Japão, a Austrália, a Rússia e alguns países especialmente vulneráveis ao processo de aquecimento global, Ilhas Maldivas, Tuvalu, etc. para poder fazer aquilo que Tancredo Neves dizia, que a boa reunião é aquela em que tudo está previamente combinado, tudo está previamente acertado. Se os grandes países emissores conseguirem chegar a certos acordos entre si, previamente, torna-se

muito mais fácil que no processo das Nações Unidas as negociações de fato avancem.

Sabemos que não há mais tempo para isso antes da Conferência de Durban, mas o que venho propondo é que, caso a Conferência de Durban não apresente, de fato, um grande avanço, que se utilize o advento da Rio+20 para que, sem interferir naquilo que já é agenda oficial do evento, que é uma agenda dada pelas Nações Unidas e que vai tratar basicamente de economia verde e de governança internacional, que possamos ter, em um chamado *side event* – ou seja, um evento paralelo –, a partir de um convite formulado pela nossa Presidente, uma reunião dos principais países emissores e de alguns países vulneráveis, a fim de tentar, eventualmente, chegar a acordos políticos que tenham sido impossíveis na reunião de Durban.

Basicamente, isso foi colocado. Eu acho que, de forma geral, nossas ponderações foram muito bem recebidas. O papel que o Brasil vai desempenhar na reunião de Durban é um papel estratégico extremamente importante. O Brasil tem, de fato, um peso muito grande nessa negociação, tem a autoridade de ser um país em desenvolvimento que está conseguindo concretamente avançar internamente na questão do clima, e esperamos que não retroceda por causa do Código Florestal. Nós temos, de fato, um papel estratégico.

Por outro lado, a posição do Itamaraty tem sido extremamente cautelosa e muitas vezes não tem vocalizado de forma clara posições da maneira que teria de fazer para assumir de fato esse papel de liderança. Nós estamos discutindo. Hoje pela manhã mesmo, houve uma reunião no Itamaraty para programar qual será a ação em Durban. E me parece – para finalizar – que seria importante que a nossa diplomacia tivesse uma posição mais pró-ativa, uma posição mais clara e mais agressiva em relação a fazer a ponte entre aquilo que o Basic coloca e aquele mínimo que a União Europeia necessita para concordar em continuar participando do Anexo 1 do Protocolo de Kyoto.

São basicamente os informes que eu queria dar. Agradeço muito a atenção de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Alfredo Sirkis.

Também quero cumprimentar nosso colega parlamentar, Deputado Raimundão. Seja bem-vindo à Comissão de Mudanças Climáticas.

Dando início à nossa audiência pública de hoje, que tem por objetivo apresentar as atividades que reduzem as emissões de desmatamento e degradação florestal – Redd, e pagamento por serviços ambientais, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Comissão, com a presença do Dr. Paulo D'Ávila Ferreira, Diretor Executivo do IDesa (Instituto de Desenvolvimento

Econômico e Socioambiental de Goiás); do Sr. Osvaldo Stella, Diretor do Programa de Mudanças Climáticas do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia); e do Sr. Gustavo Tosello Pinheiro, Coordenador para Instituições Financeiras Internacionais do TNC (The Nature Conservancy). Convido-os para tomarem assento à mesa.

Concedo, de imediato, a palavra ao Dr. Paulo D'Ávila para dar início à sua exposição.

V. Ex^a tem a palavra, Dr. Paulo.

O SR. PAULO D'ÁVILA FERREIRA – Boa tarde a todos.

Para mim, é uma satisfação ter aceitado o convite do Senador para expor aqui um estudo, um trabalho de mais de cinco anos, que tem sido desenvolvido por uma instituição, uma metodologia criada no Estado de Goiás para a criação de unidades de crédito de sustentabilidade. Esse programa, ou metodologia, tem o nome de Brasil Mata Viva, e ele, hoje, já está beneficiando alguns proprietários rurais em algumas regiões do Brasil, principalmente Mato Grosso, Pará, Amazonas, Rondônia e também Goiás, ultimamente, na geração de unidades de créditos de sustentabilidade.

O IDeSA é o Instituto para o Desenvolvimento Socioambiental, que é o braço de representação da sociedade civil dentro do programa, e o nosso papel é trazer para vocês, para a sociedade, para esta Casa, a esta importante Comissão, o que a gente tem criado, o que a gente tem desenvolvido nessa área. Para mim, também é um prazer estar aqui com os colegas do Ipam e da TNC, apesar de não nos conhecermos, eu tive vários trabalhos em várias áreas em que os colegas atuam no Brasil. É uma satisfação tê-los aqui.

Por favor.

O que seria UCS BMV? Seria a Unidade de Crédito de Sustentabilidade Brasil Mata Viva. É uma unidade de monetização, ou seja, é gerado um título, ancorado, e um estoque de carbono em florestas nativas. Ou seja, a partir de uma quantificação do carbono estocado, de uma valoração dessa riqueza, da biodiversidade, do potencial hídrico e também da vocação econômica, viés que nós não deixamos de trabalhar de maneira nenhuma, porque, durante toda a minha vida de ambientalista e tecnólogo na área de desenvolvimento sustentável, eu nunca participei de um programa que tivesse a preservação ambiental e que não tivesse a participação efetiva do proprietário rural no Brasil. Sem ele seria quase que impossível a gente desenvolvermos alguma coisa.

Começamos a trabalhar na região do arco de reflorestamento, região norte e centro do Mato Grosso e Pará, na região do rio Xingu, do lado direito do mapa, Araguaia, Xingu, até o rio Madeira. Essa faixa aí. Então,

nesse trabalho procuramos sempre a parceria com a associação de produtores rurais da região. Por exemplo, na base do Xingu, no norte do Xingu, nós temos 65 propriedades rurais que aderiram ao programa. Isso quantifica aproximadamente 160 mil hectares em propriedades rurais, e que hoje estamos já com esse carbono quantificado e registrado. Para vocês terem uma ideia, só essa área, esse é um dos seis núcleos que a gente está trabalhando, só essa área corresponde a 28% de todo o título de carbono registrado no Planeta, por um relatório anual, entregue agora, e que demonstra tudo isso que está acontecendo.

Próximo, por favor.

Esse valor aí foi gerado a partir da quantificação, que é feita por propriedade rural. O que seria quantificada? Aonde que a gente trabalha na propriedade? Nós trabalhamos com a reserva legal, o que tem de floresta, o que tem de biomassa, nas APPs, ou em algum excedente que a pessoa tenha além disso. Ou seja, isso não impede de a pessoa ter só a reserva e APP e não receber por isso. Estou falando em receber porque o beneficiário, além do Planeta, claro, é o proprietário rural. Ele fica para ele com o valor de aproximadamente 32% a 35% do recurso gerado. Os outros 32% a 35% são pagos para a associação desses produtores rurais, para eles desenvolverem a matriz produtiva vocacional da região – soja, boi, extrativismo de castanho, látex, qual seja a vocação daquela região –, esse outro um terço, vamos dizer assim, vamos arredondar os números para melhor entendimento, é dado à associação. Essa associação pode formar uma sociedade de propósito específico, que vai ser a entidade que vai comercializar essa produção. Poxa, mas espera aí: estou falando em carbono e estou falando em produção? Sim, não temos como desvincular isso. Hoje o mundo não quer só a preservação. O mundo precisa de alimentos e de outras commodities nossas, brasileiras, que produzimos, que podem entrar nisso.

Até que enfim foi criada uma maneira de agregar a essa produção o custo ambiental de produzir isso. Esse é o título? É o modelo? Está registrado? Aquele icnograma lá em baixo, à direita, qualquer celular que tenha um registro de leitura pode ler ali; vai sair o mapa da propriedade rural, a condição que tem, o percentual de floresta em pé, o percentual de produção, o que produz, o que tem de plano.

Nós assinamos com o proprietário rural um compromisso de 25 anos. Ele não pode mexer na área dele de floresta durante 25 anos. Esse título pode ser vendido por um ano, por cinco ou por vinte e cinco e pode ser vendido para quem quer apagar, anular a pegada dele – nós falamos nisso, ele vai aposentar esse título, vai comprar e “esse aqui eu emiti tanto, então está aqui

a minha compensação” – ou pode ancorá-lo por um processo de venda que tenha todos as *commodities* agregadas, os alimentos, a produção florestal, enfim.

Próximo, por favor.

Isto seria mais ou menos o que a gente faz, uma propriedade rural, na parte de baixo tem um mapinha e tal, por meio do instrumento desse título – o título representa a declaração de posse e compromisso do ocupante. Veja bem, a parte que toca ao proprietário rural, se tem algum descumprimento ambiental, o primeiro compromisso registrado em cartório que ele vai ter vai ser, por exemplo, recuperar a parte da APP dele que está degradada. Hoje, na área do Xingu, todos sabem, a reserva legal é 80%, mas a maioria, talvez uns 95% dos proprietários, só têm 55%. Então o primeiro compromisso deles seria de recuperação.

Como eu tenho só quinze minutos, tem que ser um pouquinho mais rápido. Vinte?

Ali está todo o processo de elaboração dessa unidade. O Brasil Mata Viva entra em contato com os parceiros, o Imei é uma instituição, uma empresa... Dentro do processo Brasil Mata Viva, nós temos o Imei, a Unesp, a Funesp, uma universidade em São Paulo, que faz toda a parte tecnológica, que quantifica na floresta, acompanha a produção. É muito importante o produtor rural saber como aplicar o dinheiro nesse caso de matriz produtiva. Então vamos supor que a matriz produtiva, no Xingu, seja boi. Ele vai ter de ter uma pecuária de baixo carbono, vai ter de ter o pasto de maneira adequada, vai ter de recuperar a pastagem para que possa ter um ganho maior e nunca olhar a mata como uma possibilidade dele fazer um dinheirinho. O proprietário rural, em determinadas épocas do ano, precisa lançar mão de sua economia. Se ele não tem e não tem outra opção, ele vai pensar em derrubar uma madeirazinha para fazer um dinheiro. Esse compromisso, primeiro, foi feito em cartório. Segundo, a gente dá condição econômica para que ele possa fazer isso.

Então o Imei está lá. Tem, na parte direita superior uma instituição, uma empresa que faz todo o acompanhamento da parte agropecuária, de produção ligada à Universidade de São Paulo, são técnicos de lá. O IDeSA, no qual sou diretor executivo, faz a verificação e a validação socioambiental. Nós vamos cobrar. Então temos indicadores – os indicadores vão aparecer mais à frente – que têm de ser cumpridos. Se aquela região ali socialmente não é bem atendida, vamos supor que a cidade do núcleo não tem um hospital para atender de maneira adequada a população, esse projeto pode ajudar a fazer isso, pode ajudar a trabalhar essas deficiências do Município, da região, para que

as pessoas possam socialmente tirar proveito também da riqueza da região.

A Bolsa de Transações de Ativos é a instituição que comercializa. Então, na comercialização, durante todo esse processo, estamos vendendo o Brasil Standard (BES), que é a certificadora, que é o que certifica tudo isso aí. Inclusive, a produção agrícola, pecuária ou florestal sai desse processo com um selo de certificação. A UCS age em cima do ASE, ou seja, os parâmetros ambientais, sociais e econômicos, que são vários e que variam de 1 a 7. Então, se houvesse um indicador 777, esse seria o sonho, pois, economicamente, seria totalmente viável; ambientalmente, seria totalmente regulado, em conformidade com as leis; e, socialmente, atenderia a toda a comunidade, não só ao proprietário da fazenda, da propriedade rural, mas também a toda a região.

A Sociedade de Propósito Específico (SPE) seria criada por esses proprietários rurais ou, por exemplo, pela Associação de Produtores do Xingu. Evidentemente, a maioria desses proprietários não tem capacidade de gestão. O projeto já prevê que haja um administrador profissional. Essa não é uma cooperativa, mas, sim, uma empresa, uma Sociedade de Propósito Específico. A maioria dos contratos existentes hoje em vias de serem assinados ou já assinados está atrelada à produção de alimentos. O mundo precisa de alimentos também. Precisamos de oxigênio e da natureza, mas também precisamos de alimentos. E o Brasil produz alimentos. Essa é uma maneira de pagarmos a compensação ambiental.

Uma pessoa conhecida – a maioria dos ambientalistas a conhece – falou, certa vez, que o Brasil não vende soja, que o Brasil vende água em grãos e não recebe por isso. Em Goiás, há 20% em reserva legal, e o proprietário rural – podemos verificar isso em qualquer federação de agricultura – diz assim: “Puxa, tenho só quatro quintos da minha fazenda, só 80%. Paguei 100% da minha fazenda, e esses 20% eu os estou deixando para o Planeta, mas este não me paga”. Talvez, alguém possa dizer: “Que incoerência! É insensível!”. Mas é uma propriedade rural, não é uma casa. Ele a comprou para produzir, ele a comprou para ter rendimentos. E, hoje, seria totalmente viável o proprietário receber por isso. Com certeza, haveria um pouco menos de briga em toda essa discussão do Código Florestal, não é, Deputado?

No final, a sociedade, a associação da região, a comunidade, os proprietários rurais vão gerir, na verdade, esse processo. O Brasil Mata Viva e as instituições parceiras, evidentemente, estão engajados no projeto desde o início e participam, até o final, de todo o processo.

Como se desenvolve o processo de geração? Esse processo surge da iniciativa de uma empresa patrocinadora ou investidora. Por exemplo, para a Vale do Rio Doce, em Carajás, na própria área da Vale, quantificamos o carbono. A Fundação Vale o vendeu para a Vale. Com o dinheiro, a Fundação Vale aplicou em uma região, na APA do Igapé Gelado. São 86 proprietários rurais numa área de 12 mil hectares, que receberam, pela mata em pé, o dinheiro para produzir. E isso se deu com hortifrutigranjeiros. Eles estão produzindo. Há um *packing house*, um local para se trabalhar toda essa produção, que sai desse núcleo, que se chama Estação Conhecimento – a Vale criou isso –, já empacotada, toda arrumadinha. Ali o frango é abatido, o leite é ensacado. Pode-se dizer: “Puxa, mas na floresta, vai se vender para quem? Para onde vai essa produção? Essa produção vai de avião ou de caminhão para o Sul?”. Não! O próprio núcleo da Vale, em que há seis mil ou sete mil habitantes, está comprando toda essa produção. Ou seja, num lugar só, conseguimos fechar uma equação que é muito difícil se fechar em outro lugar, porque a floresta está preservada, porque há produção. Nesse *packing house*, nessa Estação Conhecimento, não há só escola convencional, mas há escola que ensina o cidadão a plantar, a cuidar da horta, a cuidar do pomar, a cuidar da galinha que vai botar ovos, a cuidar do gado, a fazer uma boa cerca, tudo isso, além do viveiro de mudas para recuperar. A própria associação já começa a ganhar dinheiro vendendo para o próprio núcleo aquelas mudas para reflorestar as áreas que precisam ser recuperadas.

Constitui uma sociedade. Lá, no caso, foi estação de conhecimento. Esse exemplo é bom porque vai dar para explicar direitinho.

A SPE adquire os produtos gerados ali com as unidades, e, claro, esse capital de implantação da matriz produtiva é dado pela venda do título. Tanto o produtor recebe quanto a associação, no caso, a matriz produtiva; a SPE vai receber.

O resultado da matriz produtiva retorna com rentabilidade, cujos números nem podemos colocar. Acho que seria, hoje, o que há de rendimento em termos – não é minha área agrícola – do que o proprietário rural espera de *commodity*.

Como é feito isso? Geralmente, uma tonelada de biomassa equivale a uma unidade de crédito de sustentabilidade. Para vocês terem uma ideia, na região de Humaitá, Amazonas, está dando 1.200 toneladas por hectare. Aqui, na beira do Araguaia, região do Vale do Araguaia, produção de gado, o Cerrado está rendendo 400 toneladas por hectare.

Todo mundo quer ouvir valor! Isso é uma coisa inerente nossa, que estamos aqui cercados sempre por resultados.

Hoje, uma unidade de crédito de sustentabilidade está sendo comercializada por 2,5 euros por ano. Se vende por um ano, 2,5; se vende por cinco anos, 2,5 vezes 5. Evidentemente, não se esqueçam de dividir um terço para despesas gerais de todo esse processo gerado, desde a pessoa que vai lá checar a documentação do proprietário rural, depois medir, codificar a biomassa, fazer os mapas, ver o referencial, as imagens que nós temos, porque nós temos que ver, nós temos que acompanhar, monitorar. Depois que a pessoa foi lá, quantificou, ele foi lá, desmatou e vendeu a madeira! Então, isso aí tem que ser verificado. Temos todo um processo de verificação.

Depois a emissão de título, a comercialização, o cartório que registra esse título internacional, dependendo do país em que ele vai ser comercializado. Existe o cartório dos Estados Unidos, o da Alemanha, e, enfim, outros.

Então, a quantidade mais o monitoramento e a avaliação por 30 indicadores; o resultado ambiental, o resultado social e o resultado econômico, que varia de 0 a 7. Cada um tem aproximadamente dez indicadores.

Por exemplo, na área social, nós temos escolas na região, nós temos estradas, transporte público, saneamento. O saneamento entra em duas questões, na área ambiental, social e econômica, enfim, todos os resultados, todos os indicadores.

Esse é um gráfico que mostra que temos que ter um ganho econômico, um ganho social e um ganho ambiental com o projeto. Para se ter uma ideia do que hoje nós temos quantificado, nós temos aproximadamente 300 milhões de unidades de crédito quantificadas, ou seja, já foi lá no Xingu, Arinos, Teles Pires, Madeira, em Rondônia também, Araguaia, Araguaia nascente, Médio-Araguaia – dos dois lados, Goiás e Mato Grosso; núcleo Jaborandi, na Bahia, divisa com Goiás. Nós temos aproximadamente 500 milhões de toneladas de carbono, de biomassa ou de UCS, quantificadas, mapeadas, com tudo arrumadinho. E temos mais 500 milhões em quantificação em vários núcleos do Brasil. Só o do Xingu deu 60 milhões de toneladas de carbono, ou seja, 60 milhões de UCS. Foi isso que falei, quando disse que estamos com 28% de todo título de carbono estocado em floresta pelo último relatório anual.

Próximo, por favor.

O índice de viabilidade do projeto é dado pela geração de processo...

Passe para o outro, porque vai ficar mais fácil de entender.

O índice de viabilidade do projeto é dado pela forma entre o potencial desflorestador, monetizado.

O que a pessoa daquela região ia ganhar em derrubar a floresta, plantar soja e colher? Evidentemente que não vou pensar, lá em Cavalcante, para quem conhece o nordeste do Estado de Goiás, em soja numa área que tem só Cerrado rupestre. Eu não posso fazer essa conta, mas a conta numa região que tenha aptidão para soja seria isso. Xingu é gado; então, o que vai ganhar com a derrubada, com a pastagem, com o gado? Esse é um potencial e esse potencial é quantificado, e claro o CE, que é o carbono estocado. Então, isso e a viabilidade do projeto seria essa formulazinha aí que vocês viram.

Põe a anterior para ver a fórmula depois de explicada.

Por favor, mais um.

O índice de viabilidade é dado pelo potencial de desflorestamento e o carbono estocado. O carbono é um indexador desse processo. Nós não vemos só o carbono estocado. E pensando aqui, o carbono estocado, a floresta em pé, vai gerar um índice de biodiversidade fantástico na região. Quem tem floresta em pé tem água e tem biodiversidade. A turma que trabalha com meio ambiente aqui sabe quanto isso é importante, nem só a floresta está em pé. Junto com essa floresta, está toda a nossa riqueza de biodiversidade brasileira que ainda não tem um preço final. Os preços parciais são de fazer a gente ficar orgulhoso como brasileiro.

Próximo, por favor.

Esse potencial desflorestador do mercado monetizado: o valor da madeira é visto, se ele for derrubar; o valor do uso do solo, qual é o tipo de exploração daquela região, agropecuária, área urbana, enfim, o que aquela região produz, o que aquele tipo de terra que nós estamos trabalhando pode produzir se for derrubado tudo.

O custo de reposição de área degradada também é levado em conta; a recomposição florestal, porque geralmente a maior parte dessas propriedades rurais tem de fazer isso; e o custo de manutenção no caso da responsabilidade social do projeto.

Hoje, várias empresas – nós acabamos de ver um festival, o SWU, que fez um trabalho interessantíssimo, que, além daquelas ações simples, veio mostrar o que um senhor *show* de música pode fazer pelo meio ambiente. Hoje há empresas que, para ficarem bonitas na fita, na fotografia, compram um título e fazem muita propaganda disso. Não é só isso, aquele título tem que gerar também melhorias nas condições social, ambiental e por não econômica de toda uma região.

Como utilizar o título? Ele serve de lastro em operações financeiras. Isso é mais fora; nós não te-

mos normatização no Brasil ainda, mas está sendo visto e pode ter certeza que tem empresas batendo à porta da Brasil Mata Viva, bancos, porque sabem que investindo nesse tipo de título – sem mexer com nada, só investindo no título e botando dinheiro lá para que o núcleo, ou o BMV, ou programa BMV ou o padrão, ou a associação de produtores possam desenvolver os projetos –, só de aplicar no título, ele vai ganhar muito, porque esse título tende a valorizar.

Com todos esses problemas que o Deputado citou com relação ao Protocolo de Kyoto, de ser renovado ou não, todos os problemas que existem nos projetos de MDL pelo Brasil e pelo mundo, os erros e acertos, hoje, o Redd, mais e mais, eu vejo o BMV como uma evolução desse projeto Redd, ou seja, deu uma resposta a mais, um *plus* do que é o Redd, que foi essa parte de juntar a parte econômica com essa história. Vamos valorizar, vamos valorar o nosso meio ambiente, a nossa biodiversidade, o nosso papel de produtor rural. Eu não sou produtor rural, sou ambientalista, mas sem ele nós não trabalhamos, não temos como recuperar ou manter uma floresta. Ela tem dono e esse dono tem que estar no processo.

Seja indígena, seja unidade de conservação... As unidades hoje têm grandes problemas, se não cuidar da parte social do entorno da unidade, aquela comunidade vai comer aquela unidade de conservação. Vemos isso no mundo todo, principalmente na África. Imaginem esse desenho nosso para outros lugares que estão com problemas sociais muito piores do que os nossos. Muito piores. Havia ficado como compensação ambiental e social, não é? Hoje, compensação ambiental, nós estamos com um projeto com o Governo do Estado de Goiás que se chama Goiás Sustentável, que é exatamente isto: estamos pegando as unidades de conservação no entorno da grande Goiânia, por exemplo, e os polos industriais. Vamos manter aquilo ali. Por esta maneira: ele vai ter um título.

Próximo, por favor.

Como garantir em ações sustentáveis e, claro, o quantitativo de ações de sustentabilidade de uma empresa. Hoje, todas as empresas têm uma preocupação enorme. Há alguns anos, o *marketing* cultural era o mais usado por todas as empresas do Brasil. Hoje, podem ver que o *marketing* ambiental está aliado a todas as grandes empresas do mundo, não só daqui.

Crédito de carbono. É claro, hoje existem alguns processos, mas o Redd, que é verificado, é o desmatamento evitado verificado. Você pode verificar. O sequestro de carbono, como era antigamente chamado, de florestas plantadas, sempre tem aquele entrave: "O que será que ele vai fazer com a madeira depois? Vai fazer carvão? Será que vai fazer móveis mesmo?"

Garantidos, certificados? Como eu vou seguir isso? Como vou verificar isso?". O Redd tem essa vantagem em relação aos outros processos de neutralização de emissões. Ele pode ser verificado. Claro, o carbono social, ético, tem grande valor hoje. E a biodiversidade, há vários tipos de processos em andamento para verificação disso, o que só vêm somar ao que pensamos: que, evidentemente, ninguém faz nada sozinho. Nós temos parceiros e sempre nos sentamos em mesas de discussão que nos levam a resultados positivos.

Pegada ecológica. Anular sua pegada. Como contabilidade ambiental. A pegada hídrica ou a biocapacidade, enfim, tudo isso pode ser valorado hoje e pode ser resolvido com a UCS, que é uma geradora de carbono por área.

Podemos passar, isso aí não tem...

Então, governança, melhorando a imagem da cooperativa, o Brasil Eco Standard, identificação de consumidor... Hoje, o consumidor, lá na ponta, na gôndola do supermercado, procura produtos com valor ambiental ou com ganho ambiental ou com emissão menor, enfim, que tenham essa condição. Claro, nós estamos trabalhando com um selo de eficiência, estamos medindo isso, temos técnicos pelo norte do País todo, trabalhando. Nós trabalhamos muito durante cinco anos e agora nós estamos tendo um retorno, vamos dizer, pelo menos uma satisfação enorme, por esse produto estar redondo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO D'ÁVILA FERREIRA – Bem, é isso.

Brasil Mata Viva. Tem o site do Brasil Mata Viva ali embaixo. Meu nome é Paulo D'Ávila, meu e-mail está aí. Já tivemos oportunidade de trabalhar em quase todos os Estados representados por estes Senadores e Deputados na área ambiental, e com muita satisfação hoje, o IDESA – e eu como Diretor Executivo – participa desse programa Brasil Mata Viva.

Estou à disposição para alguma pergunta, alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, por enquanto, Dr. Paulo D'Ávila.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Osvaldo Stella, para dar início à sua exposição.

O SR. OSVALDO STELLA – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, pelo convite, e Deputado Sirkis.

Vou procurar, nos quinze minutos seguintes, fazer uma breve explanação do vínculo que temos hoje apresentado entre o Redd (Redução de Emissão por Desmatamento) e o pagamento por serviços ambientais e alguns desafios que temos pela frente para poder implementar isso em larga escala no País.

Próximo, por favor.

Bem, o pagamento por serviço ambiental nada mais é do que um esforço de décadas que existe na nossa sociedade, de internalizar, na contabilidade oficial dos processos, dos produtos de qualquer atividade, serviços ambientais. No jargão técnico, é internalizar as externalidades. Ou seja, acoplar aos custos aqueles custos que, efetivamente, não são contabilizados, como, por exemplo, quando eu tenho uma térmica a carvão mineral, ela emite fuligem, e essa fuligem causa vários danos à saúde das populações do entorno. Esses danos geram custos para a sociedade de tratamento médico-hospitalar, que não estão embutidos na conta de luz, mas eles existem efetivamente. Então, essa questão do pagamento por serviço ambiental é um desafio em fazer a contabilidade do custo real das coisas, computando esses custos indiretos.

Outro pacote de custos que precisam ser internalizados são os serviços ambientais oferecidos pelos sistemas ecológicos: pelas florestas, pelos oceanos, entre outros.

Na questão florestal, por exemplo, nós temos centenas de estudos que mostram cientificamente os serviços que as florestas prestam para as atividades econômicas. Por exemplo, a cultura de maracujá, 100% da polinização da produção do maracujá dependem de polinizadores naturais: abelhas, insetos, etc. Então, eu só consigo produzir maracujá em regiões onde ainda existe remanescente florestal. Sem a floresta... Não existe ainda a polinização artificial do maracujá. Então, existe um serviço que a natureza oferece para os plantadores de maracujá, que são os polinizadores.

Há alguns anos, já existem vários casos de agricultores, nos Estados Unidos e na China, que foram obrigados a alugar colmeias para efetuar a polinização das lavouras por não haver mais colônias de abelhas suficientes para fazer essa função. E isso aumentou o custo de produção. Então, pela falência de um serviço ambiental gratuito, eu aumentei um custo de produção de uma determinada cultura. Existem dezenas de exemplos desse tipo. Na lavoura da soja, por exemplo, entre 20% e 30% da produção estão vinculados à polinização natural. Ou seja, se eu acabar com os polinizadores, vou ter um decréscimo da produtividade da soja.

Hoje, no Brasil, nós temos a construção de vários arcabouços legais simultâneos. Nós temos a implementação da política nacional de mudança climática, nós temos, em trâmite, a política nacional de pagamentos por serviços ambientais. Então, é o momento oportuno para entender como essas iniciativas se comunicam, para entender como seria ideal o encaminhamento e a aglutinação delas para um resultado comum.

Hoje, no País, por exemplo, nós temos vários casos de implementação de projeto de pagamento por

serviços ambientais, principalmente voltados à questão do recurso hídrico em várias instâncias, tanto público, privado, terceiro setor, etc. Nós temos, por exemplo, um grande projeto no Paraná gestado pela Itaipu Binacional, o Produtor de Água Boa, que remunera os proprietários de terra nos tributários do reservatório de Itaipu em função dessa cobertura vegetal, porque essa cobertura vegetal reduz o assoreamento do reservatório e aumenta a vida útil da planta, de geração. O que determina muitas vezes, além do desgaste das turbinas, numa hidrelétrica, é o assoreamento do reservatório, porque, na medida em que a chuva cai nas cabeceiras e encontra o solo descoberto, ela vai arrastando sedimento e leva esse sedimento para o córrego, que leva para o rio, que leva para o reservatório. Esse sedimento se acumula no fundo do reservatório, diminui o volume de água do reservatório e a usina hidrelétrica passa a ter um tanque de combustível, vamos dizer assim, uma vez que o combustível da hidrelétrica é água, menor. Então, na medida em que todos os produtores e todos os tributários mantiverem suas áreas de preservação permanente, é uma economia gigantesca para a empresa, porque ela está aumentando a vida útil do empreendimento em bilhões de reais. É esse tipo de visão sistêmica que busca monetarizar o custo dos serviços ambientais.

Outro exemplo muito interessante. Na cidade de Bonn, na Alemanha, existem áreas, grandes áreas pantanosas que têm taboa, aquela vegetação de brejo que a gente conhece. Esta vegetação, a taboa, tem uma propriedade ecológica interessante: ela absorve nitrogênio da água. Nitrogênio é um dos contaminantes que precisa ser retirado da água para tornar a água potável. Então a empresa de tratamento da cidade contabilizou quanto cada hectare de taboa retirava de nitrogênio na água, comparou com o custo que tinha para retirar esse nitrogênio através de processo químico no tratamento e fez um acordo com os proprietários. "Olha, se vocês mantiverem essas áreas de banhados, vocês vão receber uma quantidade de dinheiro". Para a companhia, é lucro, porque, menos nitrogênio na água menor o custo de tratamento. Então são mecanismos desenvolvidos para monetarizar o pagamento do serviço ambiental.

Quando a gente fala em Redd de serviço ambiental, Redd, redução de desmatamento, embora a gente não tenha ainda, em muitos casos, atribuído um valor consensual a todos os serviços ambientais de uma floresta, um deles, o carbono, já é comoditizado; ou seja, existe um mercado de carbono implementado e existe um valor atribuído a esse carbono. Hoje, nós temos principalmente o ETS (European Trading Scheme), que é o mercado de carbono dentro da Comuni-

dade Europeia, onde foram estabelecidos tetos, limites de emissão para vários setores da indústria europeia. Se você ultrapassa aquele limite, você é obrigado a comprar créditos de carbono ou de outras empresas que ficaram abaixo da meta ou de mercados, como o MDL, e de outros mercados de implantação como pode vir a ser o Mercado Brasileiro de Crédito de Carbono, previsto na Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Então o que dá uma posição estratégica diferenciada para o Redd em relação aos outros sistemas de pagamento por serviço ambiental é justamente o fato de, bem ou mal, eu já ter uma componente monetizada e com vários sistemas de contabilidade, securitização, todos os elementos que eu preciso para criar um mercado efetivamente operacional.

Próximo, por favor.

No entanto, o Redd precisa de uma série de instrumentos, de uma série de prerrogativas para se constituir de maneira que, no futuro, ele possa participar desses mercados mandatórios de redução de emissões. Esses mercados têm uma série de regras, uma série de atribuições peculiares a eles que exigem que seja construída uma estrutura nacional de Redd, simplesmente pelo motivo primeiro, o motivo principal. A redução do desmatamento é mais uma política nacional do que uma iniciativa de um ou de outro proprietário. O proprietário pode ter todo o desejo de manter a floresta em pé, mas se ele não tiver o apoio de políticas nacionais, estaduais e municipais, a chance que isso aconteça e se mantenha num horizonte de tempo é muito reduzida.

Então, para entendermos o mecanismo de Redd como algo que efetivamente pode contribuir para a mudança da dinâmica de uso do solo do País, ele tem de estar acoplado a uma política nacional de mudança climática e do uso do solo. Fora disso, é difícil incluir essas reduções num possível mercado internacional, porque elas não têm lastro, elas não têm dimensão suficiente para participar dessas negociações.

Outro ponto que merece destaque, como o Deputado Sirkis falou no início deste encontro, é que, hoje, estamos na iminência de ultrapassar o que os cientistas determinam como limite de aumento de temperatura no Planeta, a barreira dos 2°C. Quando falamos em 2°C, não falamos que a temperatura vai subir de 21°C para 23°C, mas falamos de um aumento na temperatura média do Planeta. E o Planeta é um caldeirão de reações químicas que funciona constantemente. Uma alteração de 2°C pode ter efeitos que desconhecemos, que não conseguimos mensurar. Mas, efetivamente, o que, há duas décadas, eram cenários faz parte, hoje, da realidade. Por exemplo, há o aumento da intensidade da frequência de eventos climáticos extremos, ou

seja, há mais furacões, mais tempestades, mais secas. Toda a pesquisa que temos feito na Floresta Amazônica, por exemplo, tem comprovado que a frequência e a intensidade de secas e de enchentes são cada vez maiores. E os prejuízos econômicos decorrentes disso, como vários estudos mostram, serão sempre superiores aos custos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e para não romper esse limite dos 2°C.

Nesse cenário, o Brasil tem um papel extremamente privilegiado e diferenciado. Mesmo que falemos em Basic ou em G-20, o Brasil, apesar de ainda não ser um país desenvolvido, não é mais considerado um país em desenvolvimento e é o único país, hoje, em que a grande maioria das emissões de gás de efeito estufa vem do desmatamento. Hoje, em torno de 65% das emissões de gás de efeito estufa do País vêm do desmatamento. Reduzir o desmatamento pode ser uma medida de custo negativo para o País. Boa parte do desmatamento é feita de maneira ilegal, em terras devolutas, numa atividade que gera prejuízos econômicos e sociais e muito pouca arrecadação de impostos e arrecadação de outras fontes de renda para o País. Vários estudos mostram que o Brasil pode reduzir em 20% ou 30% as suas emissões de gás de efeito estufa com custo negativo. Ou seja, o Brasil pode aumentar a economia e reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Possivelmente, é o único País do mundo que tem a possibilidade de estabelecer uma redução significativa de emissão de gases de efeito estufa sem custo econômico.

Isso, efetivamente, está diretamente vinculado ao Redd, mas ainda é uma atividade que pode ser conseguida no curto prazo. O grosso das emissões da maioria dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos vem, principalmente, do setor de energia, porque, nesses países, a energia é produzida principalmente pela queima de carvão mineral, que é um combustível fóssil.

Então, mudar todo o parque de geração de energia elétrica num país é uma atividade muito mais complexa, que exige muito mais investimento e muito mais tempo, do que a de adotar medidas de curto e médio prazo para reduzir o desmatamento e implementar outra política de uso do solo.

Esse paradigma entre conservação e produção é uma falácia, não tem sustentabilidade do ponto de vista técnico-científico. Hoje, no Brasil, há pelo menos 60 milhões de hectares de áreas de terras degradadas, que, com baixo investimento, poderiam novamente tornar-se produtivas.

Então, o importante é parar com esse ciclo de desmatar, usar, degradar, desmatar novamente, usar, degradar, porque, basicamente, em termos gerais, é

a mesma abordagem agrícola que os povos primitivos que ocupavam esta Terra Brasilis utilizavam, que é a agricultura de corte e queima.

Hoje, o Brasil tem todos os instrumentos tecnológicos e científicos necessários para implementar um outro padrão e um outro paradigma de agricultura, como já temos na soja, na bioenergia etc. Expandir uma agricultura tecnificada e socioambientalmente correta como linha geral para o País já é mais do que suficiente para garantirmos a produção, dobrar ou triplicar a produção de carne, por exemplo, sem derrubar uma árvore sequer.

Próximo, por favor.

Mais um, por favor.

Então, rapidamente, nos próximos cinco minutos, vou mostrar como é possível uma proposta para uma estrutura nacional de Redd.

Neste gráfico, o que se tem é uma representação do que o Brasil propôs voluntariamente como redução de desmatamento – reduzir em 80% até o ano de 2020. E, se cumprirmos essas metas até 2020, o Brasil deixaria de emitir algo em torno de 3 bilhões de toneladas de CO₂. Isso de maneira extremamente conservativa, considerando ainda uma média de 100 hectares de carbono por hectare, que é algo bastante subdimensionado.

Próximo, por favor.

Se fôssemos utilizar apenas o critério de fluxo, ou seja, a redução de desmatamento, antes de ter o “+” no Redd+, o Redd-plus, só o fluxo era considerado. Então, uma das brigas de várias ONGs do Brasil, que ajudaram a construir a política nacional, é incluir a conservação nessa conta, incluir a floresta em pé no debate.

Só para termos uma ideia, se considerássemos só redução de fluxo, 51% dessa redução estaria no Mato Grosso; 3%, no Maranhão; 11%, no Pará; e 10%, no Amazonas.

Próximo, por favor.

Quando nós acoplamos a esse cenário a possibilidade de valorar o estoque – e aí foi colocado outro critério, que é o cumprimento das metas, para premiar os Estados que efetivamente cumprissem suas metas de redução de emissão –, nós construímos um outro cenário, com o qual estou valorizando a floresta em pé, a redução do desmatamento e o alinhamento, a política pública voltada à redução do desmatamento.

Próximo, por favor.

Portanto, haveria uma divisão daqueles 3 bilhões de toneladas de maneira bastante diferente do que no cenário inicial, em que os três principais Estados florestais, por causa principalmente da área territorial e do histórico produtivo, estariam dentro do mesmo pa-

tamar de recebimento de emissões evitadas. Haveria 26% para a Amazônia, 24% para o Pará e 20% para o Mato Grosso.

Isso só para entendermos como é possível fazer um monitoramento e uma determinação do desmatamento evitado em nível federal e, depois, aplicar através de lei, acordo, decreto uma divisão entre os Estados e construir uma estrutura mais abrangente e mais consistente, que permita a entrada de projetos de iniciativas, como vimos anteriormente, que estariam registradas nesse sistema nacional, o que permitiria que o País tivesse uma contabilidade única.

Em relação à questão do desmatamento evitado, hoje temos condições de estipular com precisão para a Amazônia, principalmente porque não temos um Prodes, o sistema de monitoramento do Inpe, ele hoje é histórico e definido para o bioma Amazônia.

Então, é óbvio que ele pode ser replicado para outras áreas do País. Isso exige investimento. Acho que o próximo passo é ampliar isso para o Cerrado; poder ampliar essa abordagem para o Cerrado também.

O que a gente está trabalhando é em cima do que a gente tem hoje, e o que nós temos hoje é o Prodes, que é o sistema do Inpe, que mede desmatamento histórico com acuidade científica mundialmente reconhecida e a um custo, para a sociedade, acessível. Não é um sistema particular altamente oneroso.

Próximo, por favor.

Então, só para vermos como seria no Redd e como é no Redd+. A gente percebe que, com o Redd+, com a possibilidade de incorporar a floresta em pé, e não só a redução do desmatamento na conta, eu crio um cenário político muito mais abrangente e favorável entre os Estados da Amazônia, e, depois, há uma série de estudos que já foram feitos. A gente rodou esse modelo com mais precisão para o Acre, por exemplo, que já tem todo um sistema de pagamento por serviços ambientais desenvolvido, e os números fecham. O montante de redução de emissão que o Acre tinha calculado bate com essa conta feita no nível federal.

Próximo, por favor.

Então, eu teria a possibilidade de, por exemplo, destinar metade dessa redução de emissões aos Estados para que, com esse recurso, eles pudessem ser transferidos para o mercado de carbono ou para empresas ou para qualquer outra instituição e contribuir para a implementação das políticas estaduais de combate ao desmatamento.

Nos Estados, como indicam já algumas políticas estaduais de combate ao desmatamento – Mato Grosso está tendo audiências públicas sobre ela agora, Pará, Acre etc. – eu teria uma agência estadual que faria o registro dos projetos. Então, por exemplo, essa inicia-

tiva que foi apresentada antes da minha apresentação poderia ser registrada no Estado, ter uma parte dessa cota no Estado, assim como outras, tanto as iniciativas do próprio Estado, como as iniciativas da iniciativa privada ou de qualquer outro tipo de investimento.

E eu poderia destinar outra parte dessas reduções de emissões para os fundos que não exigem contabilidade, como, por exemplo, Fundo Amazônia e outras iniciativas de governo onde é difícil se estabelecer uma contabilidade, uma relação entre o recurso investido e a redução de emissão. Por exemplo, é evidente que a gente precisa de um investimento massivo em regularização fundiária na Amazônia, porém, não é uma atividade a que eu posso atribuir diretamente uma relação entre emissão evitada e regularização fundiária. Então, eu preciso de recursos, e esses recursos viriam dessa metade que seria destinada a esse tipo de projeto, e esse projeto também serve para securitizar a parte que vai tornar um crédito para o mercado mandatório.

Então, isso, em termos financeiros, é muito atrativo para o investidor, porque estou emitindo um título e tenho outro como garantia. Se houver um grande incêndio ou se qualquer coisa der errada, eu tenho um lastro gigantesco de ativo para bancar aquilo que foi comercializado. Isso, para o mercado mandatório, é muito interessante.

Próximo, por favor.

Dentro dos Estados, é interessante desenvolver – isso está sendo feito em alguns Estados através da política estadual de mudanças climáticas, de combate ao desmatamento – mecanismos para identificar as prioridades e as necessidades de cada tipo diferente de uso do solo.

Nesse mapa, por exemplo, a gente tem destacado, principalmente, as terras indígenas, as áreas protegidas, os assentamentos e áreas quilombolas. Então, a gente percebe que hoje, ainda, em torno de um terço, que é a área amarela, da região amazônica ainda não tem um proprietário definido.

E, para garantir a manutenção da floresta em pé, é primordial que essa questão seja resolvida e abordada de maneira severa nas próximas décadas.

Próximo, por favor.

Então, uma possibilidade, considerando essas quatro principais categorias fundiárias, é o desenvolvimento de fundos específicos para cada uma delas, porque cada uma delas necessita de uma abordagem e de um tratamento diferenciado. O que a gente precisa desenvolver para uma terra indígena é completamente diferente do que a gente precisa desenvolver para uma área de produção de soja, por exemplo. Então, a divisão desses investimentos em fundos direcionados por tipo de situação fundiária pode ser uma alternativa.

Próximo, por favor.

Se eu pegasse toda aquela emissão evitada e, agora, em vez de dividir pelos Estados, eu a alocasse por tipo de uso do solo ou de situação fundiária, eu teria uma divisão aproximada disso, que é, basicamente, um reflexo da importância da área pública, terras públicas não destinadas, na dinâmica do desmatamento na Amazônia: 42% da contribuição, da manutenção do estoque e da redução de emissão, hoje, são áreas públicas não destinadas, e uma parte marginal dessa área são propriedades privadas.

Próximo, por favor.

Então, finalmente, quero frisar o entendimento de que, para existir, se for o caso, um mercado de carbono que aceite ou inclua as emissões evitadas por desmatamento, é primordial que haja uma estrutura nacional; que essa contabilidade seja feita com base nos instrumentos que temos mais consistentes – que hoje é o Prodes, operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais –; e que essa contabilidade, a partir dela, sejam desenvolvidos mecanismos, que podem ser voltadas para os Estados ou por categoria de uso do solo, para promover uma divisão de benefício, criando uma estrutura que permita participação desde terras indígenas até da iniciativa privada na construção desse sistema nacional de Redd.

Esse sistema pode, efetivamente, contribuir para a implementação; ele é uma parte importante para a implementação de uma economia de baixo carbono no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Osvaldo Stella.

Na verdade, nós estamos discutindo esse tema de serviços ambientais não de forma tão avançada como já está sendo tratado no bioma amazônico, mas dentro do Código Florestal, para que haja também um pagamento de serviços ambientais, principalmente para o excesso das obrigações no que diz respeito às APPs e à Reserva Legal. Acredito que, daí, ele vem mais dentro daquela questão do Redd+, em que, além de estancar o desmatamento, vai-se promover um reflorestamento, principalmente...

O SR. OSVALDO STELLA – Posso explicar?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pode, por favor.

O SR. OSVALDO STELLA – Senador, essa questão da APP é primordial, em primeiro lugar, porque a APP de mata ciliar é uma cobertura vegetal que oferece uma quantidade diferenciada de serviços ambientais. Então, quando a gente suprime a APP, a gente está dando um ganho marginal de área cultivada, porque, na maioria das propriedades, não faz diferença 15m, 20

metros na beira do rio, a declividade é maior, o tipo de solo é diferente. Então, muitas vezes, o desmatamento da APP gera pouco benefício, em termos produtivos, para o produtor e muito prejuízo para a sociedade e para o meio ambiente. Então, desenvolver um sistema nacional que permita que os proprietários tenham uma condição diferenciada para recuperar as áreas de preservação permanente sem arcar com o custo econômico total disso é fundamental tanto para estabelecer a questão da redução de emissão de carbono ou a geração de créditos do carbono ou do mercado, quanto para fortalecer o Código Florestal e para resolver essa questão fundamental.

É mais um desses casos em que a implementação de um PAC do reflorestamento vai gerar emprego porque, para produzir muda tem que construir viveiro, treinar técnicos, vender tubetes, vender bandejas de germinação, sistemas de irrigação e emprega-se muita gente. É um sistema que ainda não é mecanizado, automatizado.

Algumas estimativas indicam que, hoje, só no Estado de São Paulo, atualmente, a gente tem algo em torno de um milhão de hectares de área de preservação permanente desmatados. Para eu recuperar essas áreas, precisaria de algo em torno de dois bilhões de mudas. Com a capacidade de viveiros instalada hoje no Estado de São Paulo, eu precisaria de algo em torno de 70 anos para produzir todas essas mudas.

É um desafio grande que tem que ser escalonado no tempo, apoiado por sistemas de apoio em todos os níveis de governo e que pode, além de garantir a continuidade da prestação do serviço ambiental, resolver um problema que hoje, por exemplo, no Estado de São Paulo, é urgente, que é toda essa mão de obra que saiu do corte da cana queimada com a adoção da mecanização. Eu poderia incorporar por mais alguns anos, uma década talvez, grande parte dessa mão de obra em outra atividade, que seria a recuperação das APPs e, com certeza, isso pode ser levado para outros Estados em outras situações, e a gente resolve um problema criando outra solução.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Temos aqui, no Senado, a obrigação de promover um texto do Código Florestal que venha sinalizar nesse sentido, principalmente da recuperação das áreas degradadas, no que diz respeito ao aumento da produtividade, tanto nas áreas de pastagem quanto em áreas agrícolas, mas também da recuperação das APPs, porque principalmente no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste, nas últimas décadas, talvez até mesmo dezenas de anos, vemos aí constantes desmatamentos em áreas de APPs, e hoje a recomposição de for-

ma integral dessas APPs é realmente impossível de forma imediata.

O Senado está estudando uma fórmula para que haja uma obrigatoriedade de recomposição imediata e para que haja um escalonamento, nos próximos 20 anos, como foi proposto o das reservas legais pela Câmara, também na recomposição dessas áreas e que isso funcione como um momento de transição entre o desenvolvimento econômico da propriedade, porque, há, no caso, duas questões, ou três, como foi bem colocado aqui: a ambiental, a social e também a econômica, porque as propriedades rurais hoje, na grande maioria, que são de agricultores familiares, são propriedades pequenas, o cidadão tira dali o seu sustento e, sem uma consciência ambiental, ele terá problemas no futuro e ele é consciente disso.

Passo a palavra ao Dr. Gustavo Tosello Pinheiro para que possa fazer as suas explanações.

Muito obrigado, Dr. Osvaldo Stella.

O SR. GUSTAVO TOSELLO PINHEIRO – Obrigado, Senador Sérgio Souza. Boa tarde, Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo e os outros companheiros que compõem a Mesa.

A questão dos instrumentos econômicos para a manutenção da cobertura florestal é o grande debate que a gente tem que ter hoje, principalmente na Comissão de Mudanças Climáticas. Por quê? As metas que o Brasil assumiu de redução do desmatamento na Amazônia de 80% e, posteriormente, com o PPCerrado de redução de 40% no bioma do Cerrado, elas vêm sendo alcançadas, na Amazônia já mais avançadamente, com base sempre no controle. Nós desenvolvemos muitos projetos em campo, em parceria com produtores rurais, e o que mais se ouve deles é que o Estado só está presente com o braço forte, nunca com a mão amiga. Isso é o que gera esse ambiente muitas vezes conflituoso entre a conservação ambiental e a necessidade de produção.

Então, isso decorre de uma implementação inclusiva incompleta desses planos. Tanto, o PPCDam, quanto o PPCerrado, os Planos de Controle do Desmatamento preveem componentes de comando e controle, preveem componentes de regularização funcionária, preveem componentes de incentivos econômicos e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

Contudo, o único componente que tem sido implementado é o componente de comando e controle. Então, muito dessa... A redução praticamente decorre meramente do comando e controle.

Como o Osvaldo mesmo explanou, temos o Prodes e também o Deter, que é um sistema de alerta

mais rápido, que possibilita as ações de comando e controle que têm sido empreendidas.

Contudo, apesar de o Brasil hoje ser visto como um modelo em monitoramento florestal, desmatamento e, inclusive, em controle de desmatamento das florestas tropicais, a gente conhece muito pouco da realidade do campo, da realidade de onde ocorre o desmatamento, da nossa realidade florestal. Conhecer essa realidade é um ponto de partida para que possamos efetivamente implementar incentivos econômicos, para mudar a realidade produtiva e conciliar a produção com a conservação do meio ambiente.

No trabalho que a gente vem desenvolvendo em diversos Municípios – hoje, mais de 50 Municípios em diversos Estados, no Pará, em Mato Grosso, em Santa Catarina, em São Paulo, em Minas Gerais, mais recentemente no Espírito Santo, Tocantins – a gente encontra a primeira dificuldade na ausência de informações cartográficas confiáveis. Todos os estudos que são feitos, que buscam mensurar os passivos ambientais existentes no Brasil, são feitos em cima de bases cartográficas que não são confiáveis. Infelizmente, as nossas bases cartográficas no Brasil ainda são muito deficientes.

O primeiro Município onde a TNC conseguiu construir uma parceria entre o setor produtivo, os órgãos de governo municipais e estaduais, o Ministério do Meio Ambiente foi Lucas do Rio Verde. Em Lucas de Rio Verde, o trabalho teve de começar pela revisão completa da cartografia, porque você tinha rios que não apareciam na cartografia, você tinha rios que apareciam na cartografia e que não existiam ou que estavam em lugares diferentes, estradas, enfim, todos os elementos cartográficos disponíveis nos processos de licenciamento do Estado ou do Governo Federal eram incorretos.

Então, a gente precisa fazer um investimento grande em desenvolver bases cartográficas confiáveis, para a gente poder efetivamente falar com segurança sobre o tema.

A segunda questão é o mapeamento do uso do solo detalhado, em nível de cada um dos Estados, em cada um dos biomas e chegando em cada um dos Municípios, que são pouco mais 5 mil e 500.

Por fim, a gente precisa chegar em uma análise em nível de propriedade. Se a gente está querendo efetivamente mudar o paradigma de desenvolvimento rural no Brasil para conciliar conservação e produção, temos de olhar para o nível de propriedade.

Isso tudo, esse pacote tecnológico para analisar a condição atual e propor um novo modelo de desenvolvimento que concilie a produção e a conservação já existe. Essa experiência começou em Lucas do Rio

Verde, difundiu-se em outros Municípios, no Pará, Mato Grosso e outros Estados, hoje está presente em mais de 50 Municípios, onde se conseguiu, onde se tem parcerias entre o setor produtivo, o governo, a sociedade civil, e ele se chama Cadastro Ambiental Rural. Ele foi instituído como norma por meio do Programa Mais Ambiente e vem sendo implementado em todos esses Municípios.

Alguns dados que eu acho relevantes e que têm sido muito poucos divulgados: os dois Estados que estão mais adiantados para a divulgação do cadastro, Pará e Mato Grosso, têm, no caso do Pará, 30% de seus imóveis rurais com Cadastro Ambiental Rural implementado. Isso quer dizer que são Municípios que revisaram as suas bases cartográficas, que analisaram os seus passivos ambientais e onde você tem um diagnóstico em nível de propriedade, em um terço das propriedades rurais do Pará de quais são os passivos ambientais que têm que ser regularizados ou compensados, nos termos do Código Florestal, ou, então, quais são os ativos florestais, porque você tem propriedades onde você tem mais reserva legal e mais APP do que deveria ter pela lei e que podem ser, inclusive, fruto para fazer aquela compensação daquelas que não têm.

No Mato Grosso, a gente já tem 45%, quase metade dos imóveis rurais, com Cadastro Ambiental Rural implementado e dentro do sistema de licenciamento do Estado, do Simlcam do Mato Grosso.

Então, essa discussão sobre a implementação ou não do Código Florestal, a possibilidade de implementação ou não, ela tem de se basear nesses dados. E esses dados demonstram claramente como é possível implementar o Código, como é possível conciliar a conservação ambiental e a produção.

Outra questão que é importante colocar é quanto custa fazer isso. Eu tenho ouvido muito recentemente o argumento de que implementar o Código, fazer o cadastro dos Municípios, fazendo já o referenciamento do perímetro das propriedades, os mapeamentos de uso do solo, o levantamento de passivos e ativos florestais é caro. E a experiência tem mostrado que não é caro.

Nos Municípios em que a gente tem implementando esse trabalho em parceria com os sindicatos rurais, com as associações de produtores rurais, com as prefeituras, fazendo o trabalho sempre em nível municipal, buscando alcançar pelo menos 80% de cadastramento da área de Município, que é o que estabelece a Portaria nº 68, de 2010, do Ministério do Meio Ambiente, que cria a lista negra dos Municípios com maior desmatamento, a gente tem observado um custo médio de 50 centavos por hectare. É um custo baixíssimo, absolutamente viável, tanto para o produtor quanto para o caso de implementação disso como política pública e

destinação de recursos orçamentários para isso, fora os instrumentos que a gente já tem de financiamento, como o Fundo Amazônia, que hoje pode se constituir em um grande financiador desse trabalho.

Há alguns Municípios que acho que a gente tem de observar e cuja experiência tanto Senadores como Deputados poderiam olhar com bastante carinho, porque é a experiência que a gente tem tentado reproduzir. Um é Lucas do Rio Verde, que foi o primeiro Município onde foi viabilizada uma aliança entre produtores, ONGs e governos municipais, estaduais e onde se decidiu: "Queremos que Lucas seja um modelo". E hoje é um modelo.

Graças a isso, Lucas do Rio Verde conseguiu atrair muitos investimentos privados, com plantas da Sadia e de outras empresas. Isso gerou todo um processo de dinamização econômica no Município que você não vê em outras regiões.

Recentemente, mais recentemente, Paragominas, no Pará, Município que já foi o campeão brasileiro de desmatamento, hoje, é um modelo de sustentabilidade, está toda semana na mídia. Você tem hoje missões do Governo Federal indo para Paragominas para aprender com o que foi feito lá. Isso também graças à parceria entre o setor produtivo, governos locais, estadual, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e a sociedade civil.

Querência, no Mato Grosso, é outro Município que já foi campeão de desmatamento, estava na lista negra do MMA. A partir de uma parceria entre todos os atores do Município, hoje tem mais de 80% de sua área cadastrada, reduziu seus índices de desmatamentos e saiu da lista negra do MMA.

Vou dar uma lista de Municípios que já estão prestes a sair da lista, são Municípios que já têm mais de 80% da sua área cadastrada, todos no arco do desmatamento. Já foram Municípios da lista negra, ainda são, mas que já têm as condições para sair da lista: Alta Floresta, Marabá, Cumaru do Norte, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu. Todos esses Municípios já têm mais de 80% da sua área cadastrada. Muitos deles, como São Félix do Xingu, de dimensões continentais, maiores do que muitos países europeus.

Há outros cinquenta Municípios que tem essas parcerias estabelecidas e que estão fazendo o cadastro ambiental. O que esses Municípios ganham com isso? Além da efetiva regularização ambiental, da adequação em relação à legislação ambiental, esses Municípios, ao saírem da lista negra do Ministério do Meio Ambiente como Municípios que mais desmatam, passam ou voltar a ter acesso a crédito, o que é muito importante para o setor produtivo. Eles podem atrair novos investimentos, porque as empresas ava-

liam que esses são Municípios com menor risco para suas operações. Eles passam a ter instrumentos para fazer o planejamento territorial e de desenvolvimento econômico de atividades produtivas do Município, porque você passa a ter bases cartográficas confiáveis e ferramentas com as quais você pode fazer análises de todos os tipos de informações como o uso do solo, localização de infraestrutura, para você fazer o planejamento municipal com ferramentas cartográficas digitais de georreferenciamento.

Os proprietários rurais, por sua vez, observam todo um processo de dinamização econômica nesses Municípios. Isso possibilita maior segurança para instituições financeiras que concedem crédito, o que pode, inclusive, levar à redução das taxas cobradas; a abertura e o acesso a mercados garantidos, uma vez que você tem como comprovar que a produção daquele Município é feita de acordo com a legislação e de forma sustentável. E é a porta de entrada a implementação do cadastro, em nossa opinião, para incentivos econômicos como o Redd e com o pagamento de serviços ambientais. Porque se você não consegue monitorar o Município em nível de propriedade, não tem como implementar nenhum sistema.

O grande desafio para implementação, por exemplo, do Redd, hoje, é o monitoramento. O Fundo Amazônia, que é o modelo que o Brasil deu para o mundo, é baseado no passado. O Brasil recebeu da Noruega a doação de US\$1 bilhão para o Fundo Amazônia, baseado na redução que foi obtida no período anterior, uma redução que hoje já alcança um bilhão de toneladas. Dos três bilhões que o Osvaldo colocou como potencial, a gente já alcançou praticamente um terço do nosso potencial. Pelos valores cobrados pelo BNDES, de cinco dólares por tonelada, a gente teria potencial de captar até US\$5 bilhões para o Fundo Amazônia. A gente só captou um: um bilhão da Noruega, dezoito milhões do governo alemão e, agora, quatro milhões da Petrobras.

Só que isso é um mecanismo que se baseia numa redução que foi alcançada através da implementação dos sistemas de comando e controle. Ela não é baseada num investimento produtivo sustentável. Ela não pode ser vista como, efetivamente, um instrumento de Redd, da forma como ela é discutida na Convenção de Clima.

Para a gente implementar um sistema de incentivos, precisa conhecer o território. Para conhecer o território, a gente precisa cadastrar e regularizar as propriedades de acordo com a legislação vigente no País, qualquer que seja ela – e aí, a gente cai na discussão do Código Florestal – qualquer que seja o Código Florestal que saia do Congresso Nacional,

em relação a quanto se protege de APP, a quanto se mantém de reserva legal.

E, obviamente, pensando nas gerações futuras, a gente tem de levantar ao máximo os padrões de proteção, porque são eles que vão garantir a sustentabilidade do nosso agronegócio, a sustentabilidade da nossa produção rural, da agricultura familiar, que é quem alimenta o País. Quanto ao futuro das gerações que estão por vir, a gente precisa garantir que, na discussão do Código, existam os instrumentos adequados a sua implementação. O instrumento adequado é o Cadastro Ambiental Rural, a única forma de conseguir monitorar o espaço rural brasileiro, de modo a garantir a sustentabilidade do agronegócio e a conciliação entre a produção e a conservação ambiental.

Há um detalhe muito importante que acho que merece ser lembrado, dado que o Código está nas suas últimas semanas, provavelmente, aqui no Senado, depois deverá retornar à Câmara. O texto aprovado na Câmara e que veio ao Senado e que, depois, foi apresentado no relatório conjunto do Senador Luiz Henrique traz um retrocesso muito grande, porque ignora os avanços que a gente observa no Pará e no Mato Grosso e que foram viabilizados pelo Mais Ambiente e retorna ao texto do Código original, que é muito ultrapassado. Então, em vez de prever o perímetro georreferenciado das propriedades rurais e a análise de uso do solo, com a identificação das APPs e Reservas Legais, ele prevê uma planta da propriedade com um ponto de amarração. Isso inviabiliza a implementação do cadastro de modo digital barato, viável, que é o que a gente tem feito no Pará, em Mato Grosso e hoje se espalhando em diversos Estados.

Então, acho que este é um tema que deve ser olhado com muito cuidado pelos nobres Senadores e Deputados, para garantir que a gente não tenha esse retrocesso, que a gente consiga incorporar as lições aprendidas com a implementação do Código, principalmente nesses dois Estados e também em outros.

Há duas emendas, a 17 e 20, feitas na Comissão de Ciência e Tecnologia pelo Senador Ricardo Ferraço, do seu partido inclusive, do PMDB do Espírito Santo, que buscavam justamente trazer esses avanços do Mais Ambiente, da implementação no Pará e em Mato Grosso, para o texto do Código. Infelizmente, essas emendas não foram acolhidas pelo Senador Luiz Henrique. Espero que agora, na Comissão de Meio Ambiente, elas sejam acolhidas, para garantir que a gente tenha um Código, qualquer que seja, implementável, que traga os instrumentos modernos para a implementação.

Por fim, gostaria de falar só um pouco sobre as experiências já em curso no Brasil, principalmente de pagamentos por selos ambientais, que acho que é

uma experiência de que a gente tem participado e que pode ajudar a subsidiar as discussões aqui no Senado e também na Câmara.

Além do Código Florestal, há o PL 792, na Câmara, que institui o pagamento para o selo ambiental em nível federal, que está sendo relatado pelo Deputado Arnaldo Jardim, do PPS de São Paulo, na Comissão de Finanças e Tributação. Atualmente, ele está um pouco parado por conta da discussão do Código. Todas as matérias relacionadas acabam ficando um pouco paradas.

A gente tem tentado subsidiar a discussão do PL792 com base em experiências em campo. A TNC contribuiu com o Comitê de Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí na implementação de um sistema de pagamento por selos ambientais, na divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Ele, hoje, está em pleno funcionamento e tem possibilitado o pagamento a produtores rurais que preservam ou restauram as Áreas de Proteção Permanente no entorno dos rios formadores dessa importante bacia hidrográfica.

Esse modelo vem sendo reproduzido em outras bacias hidrográficas, como, por exemplo, a bacia do rio Guandu, que abastece a região metropolitana do Rio de Janeiro, e tem servido de modelo para a implementação de programas de produtores de água em diversas outras regiões. Minas Gerais, há algum tempo, lançou uma lei que institui o programa Bolsa Verde para implementação de programas de produtores de água no Estado, para produtores que tenham até quatro módulos fiscais. O Estado do Espírito Santo passou também uma lei de pagamento por serviços ambientais, que institui o Fundágua, um fundo de água que destinará 60% dos seus recursos provenientes de parte dos *royalties* do petróleo que o Estado recebe e que tem uma destinação já prevista de 20 milhões para restauração, recuperação e pagamento sobre serviços ambientais aos produtores detentores dessas áreas. O Estado de Santa Catarina, na região da bacia do rio Camboriú, também está criando o primeiro programa piloto na bacia, onde a gente tem estabelecido uma parceria com Municípios, Estados e a concessionária de água Emasa. O Distrito Federal, também em parceria com a sociedade civil, Governo, Caesb, instituindo um programa de pagamento por serviços ambientais para restauração de APPs na bacia do rio Pipiripau. Mato Grosso do Sul e Paraná são Estados com os quais temos começado conversas, que demonstraram interesse em formular propostas no mesmo sentido, para estabelecer programas de restauração das APPs ripárias para a conservação de recursos hídricos, o que a gente tem chamado de produtores de água.

Sendo o senhor do Estado do Paraná, é importante ressaltar a importância disso para a proteção não só de recursos hídricos, como de solo. O Paraná tem um grande programa de restauração, de recuperação de solos por conta da erosão. É um programa caro. E a experiência tem mostrado que a proteção das áreas ripárias e a redução de erosão e outras coisas são muito mais baratas, mesmo com o pagamento sobre serviços ambientais, do que a recuperação dessas áreas *a posteriori*, como, infelizmente, temos historicamente observado no Brasil.

Por fim, só para não ficar apenas no PSA, mencionar um pouquinho a questão do Redd, o Brasil tem sido um líder nessa questão por ter conseguido reduzir o desmatamento na Amazônia. Agora, está começando um trabalho para buscar a redução do desmatamento no Cerrado e tem buscado construir uma estratégia nacional. Agora, essa estratégia nacional, qualquer que seja, nunca vai ser implementável, como nenhuma política pública é implementável, apenas pelo nível federal de governo. A gente sabe que as políticas que funcionam no Brasil são implementadas por meio de parcerias entre os três níveis de governo. Então, é preciso que a gente construa, efetivamente, um modelo em que Governo Federal, Estados e Municípios compartilhem responsabilidade, papéis e recursos para a implementação de políticas. Eu arrisco até dizer que o que a gente precisa é, talvez, pensar em um sistema único de ambiente, em que você tenha processo de pactuação, ações e programas de políticas públicas com dotação orçamentária para os três níveis de governo, estabelecimento de metas e sistemas de monitoramento, como o Brasil tem dado exemplos em outras áreas, como no desenvolvimento social, em que recentemente foi aprovado o Suas, aos moldes do SUS, como a gente faz na educação, com a divisão de papéis entre os três níveis de governo. Não dá para a gente imaginar que o nível federal vai implementar a política em nível municipal. Todos esses Municípios que listei, que implementaram o Código Florestal, que estão no processo de regularização, que estão conseguindo conciliar a produção e a conservação ambiental, só conseguiram fazer isso porque houve o envolvimento dos três níveis de governo – o Município, o Estado e o Governo Federal partilharam responsabilidades e pactuaram o que cada um iria implementar. Eu acho que é inviável acreditar que o Ibama vai implementar o Código Florestal no Brasil ou mesmo as secretarias estaduais de meio ambiente. Temos Estados que são verdadeiras nações em termos de áreas, até Municípios. Então, precisamos fortalecer os órgãos nos três níveis de governo e construir políticas que consigam efetivamente compartilhar responsabilidades e esta-

belecer papéis muito claros para cada um dos entes federados, senão corremos o risco de continuarmos construindo políticas que são muito bonitas no papel, mas que não são efetivamente implementáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Gustavo.

Realmente, aqui, no Congresso Nacional, já temos iniciado este trabalho do Código Florestal pela Câmara, agora com o projeto aqui no Senado Federal, que, com certeza, vai retornar à Câmara dos Deputados. Nossa compromisso e nossa obrigação como legisladores é fazer uma lei que possa ser implementada. O Código data de 1965, com suas alterações no tempo e no espaço, e pouco se fez durante estes anos todos, porque foi uma legislação que não pegou. A intenção é realmente fazer uma legislação que possa ser implementada, sempre promovendo o equilíbrio entre produção de alimentos... Tivemos recentemente o anúncio, por parte da ONU, de que a população mundial atingiu a casa dos sete bilhões e que pode chegar à casa dos dez bilhões até 2050. Com esses dados, temos que promover as ações necessárias para as mitigações e segurar o aquecimento global, já que isso pode acarretar situações devastadoras no nosso ecossistema e, aí sim, inviabilizar até mesmo a produção rural.

Acho que o Congresso Nacional tem promovido avanços nos estudos no que diz respeito ao Código Florestal, mas não podemos esquecer que o Código Florestal que está sendo discutido no Congresso Nacional neste momento trata da preservação nas áreas de APP, que são de preservação permanente, e reserva legal em propriedades privadas. Não estamos falando aqui de áreas indígenas, de áreas públicas, e não podemos esquecer jamais que ainda temos no Brasil uma cobertura florestal que chega à casa de 65% do território nacional e que pouco mais de 30% é utilizado para as atividades agrícolas. E a primeira meta do Brasil é realmente a redução do desmatamento.

E onde isto está sendo implantado? Nos biomas do Cerrado, nos biomas da Amazônia. Isso porque, no bioma da Mata Atlântica já está vedado há muito tempo, pela Lei da Mata Atlântica, o desmatamento. Eu acredito que nesse bioma da Mata Atlântica, que é responsável pelo território brasileiro onde há a maior parte da produção agrícola, que responde pela maior parte da produção agrícola, vai haver necessariamente um avanço no reflorestamento a partir do momento em que se traz a obrigatoriedade de recomposição dessas áreas, principalmente das áreas de preservação permanente já de imediato, sob pena de inviabilizar a propriedade com economia, na parte econômica da pro-

priedade, e aí, lógico, o social, porque aí vai inviabilizar financiamento, vai inviabilizar uma série de situações.

Acabou de deixar o recinto o Deputado Fernando Ferro, mas não posso deixar de registrar que o Deputado Fernando Ferro nos presenteou com a sua presença na nossa reunião de hoje. Também quero registrar e agradecer a presença do Deputado Márcio Macêdo, que é o Relator desta Comissão, a quem eu passo a palavra para as suas considerações e perguntas aos nossos palestrantes.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Boa tarde a todas as Deputadas e aos Deputados aqui presentes, às pessoas que nos assistem e que nos ouvem neste momento.

Não tive oportunidade de ouvir a fala do Dr. Paulo, Sr. Presidente, Senador Sérgio, mas fui contemplado com as falas do Dr. Osvaldo e do Dr. Gustavo.

Considero esta audiência pública da mais alta relevância, porque ela trata de dois temas que têm interface direta com o conteúdo central da nossa Comissão, que é a redução do desmatamento e que, por conseguinte, altera na emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e na discussão sobre o pagamento de serviços ambientais.

Quero dizer que há um projeto de lei na Câmara, da Deputada Rebecca Garcia, que é o PL nº 195, de 2011, que já foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e está na de Finanças, em que o Deputado Marcon é o Relator neste momento. Depois, vai para a de Finanças e Tributação... Aliás, está na de Agricultura hoje; depois vai para Finanças e Tributação; e, por último, para a CCJ.

Acho que temos que levar em consideração esse PL porque o que o senhor colocou aqui, Dr. Osvaldo, está no corpo do PL. Então, acho que tem muito a contribuir no debate do pagamento de serviços ambientais, o Redd. Acho que o projeto é extremamente consistente e vai dar uma contribuição. Estou estudando-o e pretendo levá-lo em consideração no relatório desta Comissão, porque é um tema que tem interface direta com o produto do nosso debate aqui, na Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Também quero dizer que todos esses temas têm interface com o Código Florestal, que é uma legislação estratégica para o País. Ele tem interface nas matrizes da agricultura familiar, do agronegócio, da proteção das florestas, nas políticas de mudanças climáticas. Então, é algo que temos que nos debruçar com muita tranquilidade e com a dimensão exata da importância deste tema para o Brasil.

Ele é de 1965, como foi colocado aqui. Portanto, do século passado. Agora, é uma legislação consistente. Embora já tenhamos virado o século e, obviamente,

precise ser reformulado, ele tem uma contribuição muito grande para o País. Aliado a outras legislações como a Lei dos Recursos Hídricos, a Lei do Snuc, que institui as áreas protegidas, isso constitui um arcabouço legal muito consistente que o País legou para o Planeta. E essa reformulação do Código leva em consideração esse componente, essa visão estratégica da legislação para o Brasil.

Assim, acho que podemos contribuir, no ambiente desta Comissão, para que o Código possa sofrer influência deste debate e que possa refletir este novo País.

Também quero dizer que as informações que nos chegam do Ministério do Meio Ambiente é que também está trabalhando junto ao Relator na Comissão de Meio Ambiente com o projeto de pagamento de serviços ambientais. Já fizemos esse debate na Câmara, quando o Código passou por lá, e neste momento, há uma equipe técnica debatendo, segundo informações que tive, para contribuir na reformulação do Código a fim de que esteja presente o pagamento de serviços ambientais. Penso que isso é importante também.

Por último, quero registrar, como disse o Senador Sérgio, que o bioma Mata Atlântica está protegido por lei. É outra parte da legislação ambiental brasileira e de proteção de seus biomas que é muito significativa. Então, temos os dois planos na Amazônia e do Cerrado. Mas há um quarto bioma brasileiro que está órfão e do qual precisamos trabalhar a sua proteção, que é a Caatinga, um ecossistema eminentemente brasileiro, que acontece só aqui no Nordeste do Brasil e no norte de Minas e que tem uma biodiversidade extraordinária e pouco conhecida.

No ano passado, estava lendo um artigo da *Folha* dizendo que uma das fontes de pesquisa que está sendo desenvolvida em busca da cura do câncer é de um princípio ativo da Caatinga. Nós conhecemos pouco a Caatinga, que é nossa e que degradamos muito. Há um processo de destruição muito grande. E a Caatinga, além do aspecto biológico e natural, tem todo um processo cultural e de relação antrópica, de catingueiros e catingueiras que sobrevivem heroicamente no Nordeste brasileiro e no norte de Minas. E são cenários completamente diferentes. Você chega na época da seca: um cenário que dá dó; você chega na época da chuva: um ecossistema belíssimo, lindo, exuberante, forte. Então, é algo que precisa ser estudado e que precisamos integrar ao nosso debate, porque é um ecossistema importante para o País; é pouco estudado, muito degradado, mas tem uma importância grande para toda uma região do Brasil.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Passo a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis para que faça as suas considerações.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, infelizmente, eu perdi uma das intervenções porque tive de ir à reunião dos *royalties*. Então, vou comentar um pouco o que ouvimos aqui do Dr. Paulo Ferreira e, depois, do Gustavo.

Acho que é evidente que o futuro passa pela ideia de que os serviços ambientais têm um valor econômico, precisam ser claramente monetizados, transformados em algo que possa de fato gerar riqueza e retorno e, por outro lado, claro, isso se relaciona com a questão do carbono. Ou seja, a ideia de redução das emissões de carbono tende a se transformar numa espécie de *commodity* ambiental internacional. O futuro passa mais por aí do que pelos tradicionais mecanismos de comando e controle, embora eles sejam hoje fundamentais, porque são o que nós temos.

Em relação à colocação do Dr. Paulo: achei muito interessante a forma como foram concebidos esses títulos. Não saberia dizer exatamente se tudo aquilo de fato vai funcionar da forma como foi previsto, porque, nessas coisas, o diabo mora nos detalhes. Enfim, queria apenas problematizar algumas coisas tendo como objetivo o aperfeiçoamento do projeto.

Um estudo divulgado muito recentemente mostrou uma coisa extremamente preocupante. Esse estudo mostrou que, o ano de 2010, quando tivemos uma seca muito grande na Amazônia, repetindo a seca de 2005, trouxe efeitos exponenciais para o processo de aquecimento global. Na verdade, a Amazônia e outros ecossistemas brasileiros neste momento já são ameaçados não apenas pela motosserra diretamente, mas também pelos efeitos exponenciais do aquecimento global. Então, o próprio aquecimento global virou um grande fator de destruição da Amazônia ou, melhor dizendo, de savanização da Amazônia em última análise.

A informação é absolutamente assustadora: nesse ano de 2010, quando houve novamente uma seca na Amazônia – por efeito simplesmente da seca, já não estamos falando do desmatamento –, esse processo emitiu mais carbono na atmosfera do que o conjunto de emissões da Índia – essa foi a comparação utilizada pelos cientistas. Então, um dos aspectos que precisariam ser levados em consideração nesse processo é que, além da questão das ações diretas de desmatamento, existe o problema dos efeitos exponenciais já existentes do aquecimento global. Esse é um aspecto que eu queria levantar.

Há outro aspecto: eu acho questionável a relação com a questão da pecuária por exemplo, de que, em relação a determinadas terras, teria de ser levado

em consideração o valor que teriam para uma eventual atividade da pecuária – falou-se em outras atividades econômicas, mas eu me fixei especificamente na pecuária.

Primeiro, eu acho que deve haver um tratamento diferente em relação à questão de um reflorestamento ou da preservação de uma área que está fora da proteção legal e de outra área que basicamente é uma área de proteção permanente ou uma área protegida por algum outro tipo de figura de proteção. Não se pode atribuir o mesmo valor econômico para essas situações, que são diferentes. Acho que existe uma questão econômica importante associada ao reflorestamento e à absorção de carbono que esse reflorestamento suscita. Depois, nós temos áreas que não são protegidas por legislação e, no momento em que você atribui um valor econômico à sua preservação, você está criando um mecanismo de preservação. Finalmente, você tem áreas que são protegidas por legislação. Então, são três coisas que têm expressões diferentes.

No caso da pecuária, a questão é que, na verdade, o Brasil não precisa mais atribuir área nenhuma, suplementar, à pecuária. Ao contrário, nós temos uma das pecuárias de menor produtividade em todo o mundo, temos um boi por hectare, um boi por campo de futebol. Nós poderíamos, sim, aumentar substancialmente a produtividade da nossa pecuária e liberar área para o reflorestamento por exemplo.

Então, são essas as observações que eu queria fazer em relação à sua colocação.

Em relação ao que nos disse o Gustavo, que é sempre muito preciso, muito pertinente, quero apenas reforçar a ideia de que a discussão do Código Florestal na Câmara dos Deputados foi de uma pobreza absoluta. Foi uma discussão de caracterizações políticas basicamente e em nenhum momento se discutiu a questão dos mecanismos econômicos subjacentes, a modernização.

Nós, ambientalistas, concordamos que o Código Florestal de 65 está ultrapassado. Mas qual é a grande inovação, qual é a grande novidade? A grande novidade é justamente esta que estamos discutindo: como associar ecologia com economia. Isso não foi feito na Câmara dos Deputados.

Outra coisa que não foi feita foi a incorporação das modernas ferramentas que a tecnologia nos oferece. Hoje nós temos um sistema de monitoramento por satélites, e o Inpe domina uma série de tecnologias que eram impensáveis quando originalmente foi criado o Código Florestal. Isso, como nós muito bem vimos na intervenção do Gustavo, não foi levado em consideração.

Então, acho que ainda há tempo para tentar colocar o Código Florestal na perspectiva de uma discussão moderna e sair desse Fla-Flu absurdo que foi criado, sair desse campo em que simplesmente não se leva em consideração tudo o que se acumulou de tecnologia em todas essas décadas que se passaram.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Alfredo Sirkis.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Ferreira para suas considerações finais.

O SR. PAULO D'ÁVILA FERREIRA – Em relação ao que o Deputado Sirkis falou: nós temos, no processo todo, uma diferenciação de valoração das áreas conforme a aptidão. É evidente que, numa região de pecuária ou em áreas que têm pastagens degradadas, hoje muitas áreas podem ser aproveitadas para reflorestamento. Hoje não seria preciso derrubar nem um hectare de floresta em lugar nenhum, nem de Cerrado, nem de Caatinga, nem da Amazônia, para a produção, seja ela pecuária, seja ela de cana, seja ela do que for. Então, hoje nós temos essa vantagem de poder recuperar áreas que estão degradadas – grande parte hoje da área do Estado de Goiás é de pastagens degradadas, basta você percorrer as estradas do Estado para notar isso.

Evidentemente, essas questões em relação às mudanças ou modificações da fitofisionomia de regiões causadas pelo aquecimento global vão estar presentes no processo no momento em que você volta à área para quantificar novamente aquele carbono estocado. Por exemplo, algumas propriedade rurais terão, de ano para ano ou de cinco anos em cinco anos, na nova medição ou quantificação desse carbono, um ganho por ter recuperado áreas que antes não eram vegetadas, como APPs etc. E no primeiro ano, com o primeiro recurso recebido por fazer esse tipo de trabalho, poderá haver um ganho de biomassa. Em algumas outras regiões, na quantificação permanente que deve ser feita de ano em ano ou de cinco em cinco anos, dependendo do projeto ou da negociação daquela área, em termos de carbono estocado. Nós vamos verificar que também houve uma modificação na biomassa, devido a modificações da fitofisionomia por aquecimento global.

Eu acho que atendi ao que o Deputado estava questionando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Paulo Ferreira.

Eu gostaria apenas de fazer um breve comentário. Pelo muito que ouvi aqui – rapidamente vou passar a palavra a Dr. Gustavo e ao Dr. Osvaldo –, nós estamos buscando o equilíbrio. O equilíbrio é a palavra-chave em tudo o que se debate. E nós temos debatido mui-

to aqui sobre ABC – e aí vai, dentro do que o senhor falou, Dr. Paulo Ferreira, que é a recuperação dessas áreas degradadas. E elas, por si só, seriam suficientes para estancarmos os desmatamentos porque nelas poderíamos produzir os alimentos necessários, pelo menos da forma que se coloca neste momento. Mas, nós temos, no Brasil, não só uma potência agrícola; temos, no Brasil, uma potência ambiental. Eu acho que é isso o que se está muito discutindo quando nós falamos aqui em pagamento de serviços ambientais, quando nós falamos de Redd, e assim por diante. Se nós promovermos também um equilíbrio dentro disso, pegando um pouco daquilo que foi colocado aqui pelo Dr. Oswaldo e também complementado pelo Deputado Sirkis, nós estamos criando aqui uma *commodity* ambiental, então, alguns países, para promover equilíbrio do Planeta na sustentabilidade ambiental, têm de devolver a outros países alguma coisa, porque estamos fazendo mais do que aqueles.

Quando nós falamos das convenções das partes e porque os protocolos não são seguidos ou não são efetivamente cumpridos, porque deles têm de ter a unanimidade, é porque um país que não é signatário de um desses protocolos, porquanto, por sua condição socioeconômica naquele momento, entende que não é prioridade para ele a questão ambiental e prefere continuar na forma de desenvolvimento já instalada naquele país, neste momento ele abre margem para o questionamento dos demais, na medida em que se pergunta por que aquele país pode ter seu desenvolvimento mais acelerado, utilizando-se de mecanismos que degradam o meio ambiente, em detrimento de outros que têm de promover uma conservação ou uma ampliação das áreas de conservação, principalmente no que diz respeito à emissão de gases nocivos ao Planeta, à camada de ozônio. Então, esse equilíbrio também tem de haver. Então é o porquê se fala muito da importância da prorrogação do Protocolo de Kyoto. Porque, se não houver uma prorrogação do Protocolo de Kyoto, provavelmente nós vamos ter um Planeta onde os países podem implantar suas próprias políticas regionais de desenvolvimento econômico em detrimento de outros. E nós já vemos muito isso ocorrendo. A China aumentou muita sua produção industrial nos últimos anos e tem seu crescimento no PIB astronômico, passando à casa dos dois dígitos, por quê? Porque ela está utilizando combustíveis fósseis na maior parte de sua matriz energética, que são mais baratos, porque, se fossem mais caros, talvez ela não estivesse sofrendo esse crescimento tão rápido.

Passo, então, a palavra ao Dr. Osvaldo Stella para suas considerações finais.

O SR. OSVALDO STELLA – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

O grande desafio de tudo isso que discutimos hoje é buscar soluções que se adaptem a um país continental como o Brasil, com situações tão diferentes. O Código Florestal, por exemplo, ele tem de atender ao produtor de uva da serra gaúcha e ao produtor de soja do Tocantins. São duas realidades completamente diferentes, circunstâncias completamente diferentes e que, de alguma maneira, precisam se enquadrar dentro de um mesmo arcabouço legal. Esse é um grande desafio, que pode ser abordado em cima de alguns critérios.

Em relação à questão das áreas de preservação permanente de mata ciliar, por exemplo, acho que é evidente a necessidade de um plano, de um projeto nacional que dê suporte e viabilize essa atividade para acabar com essa... É um patrimônio público que foi degradado e precisa ser recuperado. Acho que é mais importante entender como isso vai ser feito do que, efetivamente, quem vai fazer.

A gente tem percebido, com relação a isso, por exemplo... A China tem um projeto, que vai completar 10 anos, de recuperação de áreas degradadas com o restauro florestal. E foram restaurados, plantados, 37 milhões de hectares, ou seja, algo em torno de mais de 30 vezes o que tem de área de preservação permanente degradada em São Paulo. A gente percebe que não é algo tecnológico, nem fisicamente inviável. A Índia tem um projeto semelhante de cinco milhões de hectares. Acho que é o momento de o Brasil pensar em alguma coisa desse porte, não simplesmente um programa de recuperação ambiental, mas geração de emprego, desenvolvimento de tecnologia, etc.

Então, eu acho pode ser uma peça-chave nesse quebra-cabeça transformar essa questão em uma oportunidade, e não em um peso ou em uma punição para quem quer que seja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Osvaldo Stella.

Com a palavra, o Dr. Gustavo Pinheiro para suas considerações.

O SR. GUSTAVO TOSELLO PINHEIRO – Obrigado, Senador. Eu acho importante a gente ressaltar a questão da tecnologia. O Brasil, no século passado, fez o que a própria ONU considera A Revolução Verde e transformou-se nesta grande potência agrícola, possibilitada por muitas tecnologias desenvolvidas aqui e que possibilitaram a expansão de nossa agricultura em regiões antes incultiváveis, como o Cerrado. Isso foi feito graças a técnicas como a fixação biológica de nitrogênio e outras, como o plantio direto, tecnologias que o Brasil desenvolveu e que hoje se colocam como

o caminho para a Agricultura de Baixo Carbono, como bem mencionou o Deputado, na política de ABC.

E nós temos muitas outras tecnologias. O problema é que, infelizmente, elas não estão difundidas em todo nosso setor rural. O rotacionamento de pastagens, por exemplo, desenvolvido no Brasil, possibilita um aumento da intensificação da pecuária e a alteração desse paradigma de um boi por hectare, até menos, às vezes. Há regiões em que há 0,7 boi por hectare. Você pode chegar a cinco. Com manejo médio, você chega a três, quatro. Em uma região com solo bom você chega a cinco. Já há produtores hoje, por exemplo, de leite, com pastagens irrigadas, chegando a 11 bois por hectare. Ou seja, você pode facilmente reduzir a área ocupada pela pecuária para um terço ou para a metade ou até para um décimo da área ocupada hoje sem prejuízo, ao contrário, com o aumento da produtividade e o aumento do lucro e a redução dos custos do produtor. O grande custo de qualquer produtor rural é o custo de capital que ele carrega com aquela área que ele está ocupando e que muitas vezes o produtor não considera, porque ele não tem assistência técnica para fazer a conta, efetivamente, do quanto de patrimônio ele está indispondo ali para manter uma atividade produtiva com baixa produtividade e baixo retorno.

O desafio da agropecuária brasileira, do agronegócio brasileiro, da produção agrícola brasileira é incrementar, tecnologicamente, em todo o Brasil, não em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, regiões onde há tradição de três, quatro séculos de atividade agrícola e onde se tem uma difusão tecnológica, mas também no Mato Grosso – Mato Grosso hoje é um exemplo –, no Pará, no Amazonas, no norte do Tocantins, na Bahia, no Maranhão.

Então, eu acho que a gente precisa pensar em garantir investimentos e assistência técnica para difundir essas tecnologias que a gente já tem. A gente não precisa inventar nada de novo. Se a gente simplesmente seguisse a cartilha da Embrapa no Brasil inteiro, provavelmente a gente não estaria tendo essa discussão aqui, ao contrário, a gente teria o mundo inteiro vindo aqui – como muitos vêm – mas a gente teria o Brasil como modelo sem nenhum questionamento.

A outra questão é a gente pensar em todas essas cadeias produtivas que a gente pode incentivar, como a cadeia de restauração florestal. A gente pode trazer muitos empregos ditos verdes para o Brasil. Eu me lembro que antigamente um fazendeiro mantinha uma área de floresta plantada na sua propriedade, era um investimento. Há fazendeiros que plantavam ali árvores pensando na sua aposentadoria muitas vezes, porque têm um prazo longo de maturação. O plantio de floresta é, provavelmente, a atividade rural que tem

a maior rentabilidade, se você tiver a disposição para indispor aquela área por 20, 30 anos.

Hoje, estamos desaprendendo coisas que a gente sabia, que eram feitas tradicionalmente no campo e hoje a gente está desincorporando conhecimentos que a gente tinha. A gente precisa pensar muito nessa questão que é, como bem diz o Deputado Sirkis, que estava lá hoje no Ministério das Relações Exteriores pouco antes, na reunião sobre a COP de Durban. Foi colocado muito bem pelo Embaixador André Corrêa do Lago, que o grande desafio que as mudanças climáticas colocam para os governos, principalmente, é essa oposição entre o curto e o longo prazos, porque as políticas que vão garantir o sucesso do combate à mudança climática no longo prazo e o futuro das gerações que estão por vir não são políticas que vão trazer ganhos políticos no curto prazo, infelizmente. Vocês que estão na política têm esse desafio de conciliar mandatos de curto prazo com a necessidade de implementação de políticas de longo prazo. Então, acho que é importante pensarmos em tudo isso e garantirmos a implementação de todas as alterações de que precisamos para garantir o futuro das próximas gerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Gustavo. Só para complementar um pouco o que V. Ex^a colocou, o meu Estado do Paraná promove como atividade sustentável o reflorestamento. Acho que o Estado do Paraná é o Estado brasileiro que mais tem cobertura florestal por conta do reflorestamento. Lógico que para utilização da biomassa, principalmente, mas também para as fábricas de papel e celulose que lá se instalaram. É uma atividade realmente muito rentável e muito se está fazendo para essa finalidade de garantir um futuro. Alguns plantam as florestas pensando na faculdade dos filhos ou na aposentadoria.

Antes de encerrarmos a nossa reunião de hoje, eu gostaria de anunciar que no próximo dia 18 de novembro, sexta-feira, estaremos na cidade de São Paulo, no auditório da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo – Sema/SP, onde faremos uma audiência pública regional desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para tratar das causas e consequências da mudança no clima relacionada às grandes cidades. Estarão presentes, além de parlamentares desta Comissão, palestrantes. Aqui cito o nome da Josilene Vannuzini Ferrer, que é Diretora de Avaliação do Impacto Ambiental, e também do Sr. Oswaldo Lucon, da Assessoria de Mudanças Climáticas da Cetesb. Então, será na cidade de São Paulo, a partir das 8h30, no auditório da Secretaria de Meio

Ambiente do Estado de São Paulo. Convido a todos que puderem para que se façam presentes.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão. Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, dos senhores convidados que aqui nos abrilhantaram com as suas palestras e de todos aqueles que compareceram nesta reunião.

Muito obrigado.

Uma boa tarde.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO.

Às nove horas e dez minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e onze, no Auditório da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senador Eduardo Suplicy e dos Deputados Márcio Macêdo, Antonio Carlos Mendes Thame. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A pauta visa atender ao Requerimento nº 16, de 2011-CMMC, aprovado em 9 de setembro do corrente, em que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Regional, na cidade de São Paulo, destinada a avaliar e debater a política setorial na área das cidades e centros urbanos, de acordo com os objetivos da Política Nacional sobre Mudanças do Clima, de autoria do Senador Sérgio Souza e Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 11ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública Regional em São Paulo para tratar das causas e consequências da mudança do clima relacionados às grandes cidades. Durante a abertura, passa-se a palavra ao Senhor Bruno Covas, Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Deputado Márcio Macêdo. Em seguida é aberta a mesa: "Cidades e Centros Urbanos" no âmbito das Mudanças Climáticas, com apresentações de Josilene Banzinno Ferri, diretoria de Avaliação e Impacto Ambiental - CETESB e Oswaldo Lucon, assessor de Mudanças Climáticas. Encerrada as exposições, o Senhor Presidente abre para questionamentos dos membros da Comissão e ouvintes. Após as perguntas,

o Senhor Presidente declaração encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Deputados Luiz Noé e Alfredo Sirkis, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 12ª Reunião, que é dada como aprovada. O Presidente passa a leitura das informações desta Comissão sobre as principais notícias da semana. Em seguida, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Alfredo Sirkis, assume a Presidência. A seguir, a Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, do Senador Casildo Maldaner, Relator da Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado Federal; Deputado Glauber Braga, Relator da Comissão Especial de Medidas Preventivas diante de Catástrofes, da Câmara Federal; e Adriano Santhiago de Oliveira, Coordenador do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, destinada a debater a intensificação dos desastres naturais: defesa civil e áreas de risco geológico, em atendimento ao Plano de Trabalho desta Comissão, aprovado em 5 de outubro do corrente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Parlamentares Alfredo Sirkis e Luiz Noé. A seguir, passa-se à apreciação do seguinte Requerimento Extrapauta: Requerimento nº 7, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza e Deputado Alfredo Sirkis, que requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater as causas e consequências do vazamento de petróleo no Campo do Frade, na Bacia

de Campos, operado pela empresa norte-americana Chevron. A reunião contará a título de sugestão, com a participação dos seguintes convidados: representante da Petrobrás; representante da Empresa Chevron e representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, aprovado. Usam da palavra os senhores parlamentares Luiz Noé, Alfredo Sirkis e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propõo a dispensa da leitura e da aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovada.

Um breve relatório dos acontecimentos desta Comissão e de ocorrências que marcaram fatos e dados a respeito da emissão de gases e desastres da última semana no que diz respeito ao meio ambiente.

Na última sexta-feira, Deputado Sirkis, senhoras e senhores aqui presentes, meu caro amigo Parlamentar, colega deste Parlamento, Glauber Braga, esta Comissão realizou audiência pública regional na cidade de São Paulo, para tratar das causas e consequências da mudança do clima relacionadas às grandes cidades.

A reunião ocorreu no auditório da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e contou com a presença do Secretário Estadual do Meio Ambiente, o Deputado Bruno Covas, em nome de quem agradeço a extraordinária acolhida que tivemos de todos os funcionários daquele órgão.

Também estiveram presentes, abrilhantando o evento, o Deputado Márcio Macedo, Relator desta Comissão, o Deputado Mendes Thame, o Senador Eduardo Suplicy, o Presidente da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental – Cetesb, o Sr. Otávio Okano, prefeitos, vereadores e outras autoridades daquele Estado e também de outras unidades da Federação.

A audiência teve dois palestrantes: a Srª Josilene Banzinni Ferri, que é Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental da Cetesb, e o Sr. Oswaldo Lucon, que é Assessor de Mudanças Climáticas da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

As palestras foram extraordinariamente ricas para esta Comissão. Pudemos verificar o trabalho que vem sendo feito no Estado de São Paulo para combater as emissões de gases do efeito estufa.

A política de mudanças climáticas de São Paulo foi sancionada, no ano de 2009, pela Lei Estadual nº 13.798 e regulamentada pelo Decreto nº 55.947, de 2010. Em síntese, o Estado de São Paulo terá que reduzir em 20% as emissões de CO₂ até o ano de 2020, levando-se em consideração o valor emitido no ano de 2005.

Para a implementação da lei é fundamental acompanhar o detalhamento, o perfil e a evolução da emissão de gases de efeito estufa naquele Estado. E assim foi produzido o primeiro inventário de emissões antrópicas de gases de efeitos diretos e indiretos do Estado de São Paulo, apresentado à Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas naquele audiência.

Vale aqui ressaltar que a elaboração desse documento a respeito da metodologia – seja bem-vindo, Senador Casildo Maldaner – adotada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, também foi relatada e exaltada naquele momento.

Enfim, Sras e Srs. Parlamentares e senhoras e senhores aqui presentes, tenho a convicção de que as experiências apresentadas em São Paulo serão muito importantes para esta Comissão e para a conclusão do nosso relatório final.

Deixo aqui apenas uma reflexão, a partir do que ouvimos naquele evento.

É bem verdade que a nossa diplomacia tem buscado um acordo internacional que estabeleça metas de redução das emissões para todos os países, levando em conta suas particularidades no que se refere ao seu histórico de emissões e ao seu desenvolvimento econômico. E isso é salutar, porém o Planeta não pode esperar que se adotem medidas, ainda que voluntárias. Para enfrentar o aquecimento global, cada país deve fazer a sua parte, independentemente da conclusão de um acordo.

Isto tem sido colocado constantemente aqui, inclusive pelo Deputado Vice-Presidente desta Comissão, Alfredo Sirkis: o temor do resultado da Convenção das Partes, que vai acontecer no próximo dia 28 de novembro a 9 de dezembro, na cidade de Durban, na África do Sul.

Mudando de assunto, a audiência pública de hoje é destinada a debater a intensificação dos desastres naturais, defesa civil e áreas de risco geológico.

Convidamos para participar deste debate o Deputado Glauber Braga, que foi o Relator na Câmara deste tema, o Senador Casildo Maldaner, que é o Relator aqui no Senado, e, representando o Ministério

do Meio Ambiente, Adriano Santhiago de Oliveira, a quem convido para tomar assento à Mesa, para debatermos este tema.

Trata-se de tema extraordinariamente importante. Afinal, o mundo vem acompanhando inúmeros desastres ambientais ocorridos nos mais diversos locais do globo.

No Brasil, não é diferente. As tragédias que vêm se sucedendo, episódios como no Estado do Rio de Janeiro, em Alagoas, em Pernambuco, no Amazonas, em Santa Catarina, Senador Casildo, e até no meu Estado, o Estado do Paraná, em que tivemos um desastre no início desses anos, na região serrana, na Serra do Mar.

Na maioria das vezes, as tragédias decorrem da abundância de chuvas, que, por consequência, resulta em trágicas enchentes. Na semana passada, inclusive, foi apresentado um relatório em Kampala, Uganda, onde está reunido o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, o IPCC, incluindo que algumas das piores tragédias climáticas recentes são resultado do aquecimento global. E o mundo pode esperar por eventos ainda mais dramáticos nos próximos anos.

O anúncio acontece a apenas duas semanas do começo da Conferência das Partes, a XVII Conferência Mundial, que vai ter como tema principal mudanças climáticas e vai ocorrer na cidade de Durban, na África do Sul.

O novo relatório do IPCC é extremamente cauteloso e, para alguns cientistas conservadores, ele se restringe a casos de clima severo, isto é, secas e chuvas extremas. Recordes de temperatura também foram considerados. Segundo o documento, há uma significativa tendência estatística no aumento de eventos de chuva intensa em algumas regiões do Planeta.

O sumário, de 29 páginas, é voltado para governos. Em fevereiro, o IPCC deve liberar uma versão ampliada. O relatório final, porém, só deverá estar pronto em 2013.

O relatório também destaca que é virtualmente certo que aumentos na frequência e na magnitude de recordes de elevação de temperatura e de redução nos extremos de frio vão ocorrer ao longo do Século XXI em escala global.

O IPCC destaca que a vulnerabilidade das pessoas também aumentou e continuará a crescer. O aumento populacional associado ao mau uso da terra e à falta de planejamento costeiro coloca mais pessoas em risco. O IPCC pede aos governos mais ação para proteger a população e evitar que os eventos extremos do clima se tornem catastróficos.

Aliás, também merece registro e guarda total relação com a audiência pública de hoje o acidente a que o

País assiste perplexo e preocupado, ocorrido na Bacia de Campos, com a empresa norte-americana Chevron.

Na verdade, o evento ocorreu com a mesma empresa, chamada Transocean, que faz os trabalhos de perfuração para a Chevron, no campo de Frade, e operava a plataforma da British Petroleum, que explodiu no Golfo do México, causando um dos maiores desastres ambientais da história recente.

Diante da pressão exercida por autoridades que cobram providências da petroleira norte-americana Chevron, o Presidente da empresa no Brasil, George Buck, afirmou que a companhia assume total responsabilidade pelo vazamento do óleo que atinge há dias o litoral do Rio de Janeiro.

De acordo com Buck, o vazamento teria acabado, restando apenas o óleo das rochas no fundo marinho, que ainda forma volumes que sobem para a superfície, mas em menor quantidade.

Segundo ele, a empresa subestimou a pressão do reservatório perfurado e superestimou a solidez da formação rochosa do fundo do mar. O rompimento de uma das paredes de rocha do poço pode ter despejado o equivalente a até 3,7 mil barris diários de petróleo nos três primeiros dias de vazamento.

A Agência Nacional de Petróleo divulgou nota na qual informa que o vazamento diminuiu, mas não cessou. Fala-se ainda na hipótese de o vazamento ter sido provocado por uma ruptura parcial do reservatório de petróleo e, se assim for, o volume de vazamento poderá ter proporções muito maiores.

Fica evidente que ainda há informações desencontradas entre a Chevron e a ANP. Isso só eleva o grau sobre o que está ocorrendo, de fato, naquele campo de extração de petróleo.

O que realmente importa, em todo esse episódio, é que, o quanto antes, possamos esclarecer todos os fatos e, sobretudo, punir exemplarmente os culpados.

Enfim, Sr^{as}s e Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, essas eram as informações que esta Comissão julgou necessário trazer à sociedade brasileira, mas, principalmente, a preocupação no que diz respeito a esse vazamento no campo de Frade, inclusive pela mesma empresa responsável pelo vazamento no Golfo do México.

Acho que o Brasil, que vai iniciar uma prospecção de petróleo em águas profundas, terá de ter mais segurança ambiental, porque todos nós assistimos o quão difícil foi estancar o vazamento no campo do Golfo do México. Imaginem se isso ocorrer aqui na bacia brasileira, o quão difícil será.

Gostaria de agradecer e registrar, mais uma vez, a presença do Senador Casildo Maldaner, que é o Relator do tema Desastres Naturais no Senado Federal;

agradecer o Deputado Glauber Braga, que foi o Relator na Câmara dos Deputados; agradecer o representante do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santhiago de Oliveira, por ter atendido aos convites desta Comissão.

Nós estamos hoje com um debate adiantado do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente. Inclusive chega aqui, Deputado Sirkis, uma convocação, uma vez que está sendo aberta a votação naquela Comissão. Portanto, solicito a V. Ex^a que assuma os trabalhos, para que nós possamos comparecer à Comissão de Meio Ambiente.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Bem, hoje, aparentemente, é um dia muito movimentado. Eu, de minha parte, tenho a Comissão da Reforma Política, mas mandei um assessor para lá, que me chamará só em caso de extrema necessidade, se a minha emenda estiver sendo votada.

Então, vamos começar os nossos trabalhos.

Hoje, temos uma sessão dedicada ao tema adaptação. Como vocês muito bem sabem, a questão das mudanças climáticas tem duas grandes discussões. Há uma discussão sobre mitigação – várias vezes já nos referimos a isso nos debates anteriores – e uma discussão a respeito de adaptação.

Mitigação é saber o que pode ser feito para reduzir a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e, assim, tentar chegar àquilo que a ciência diz que é o limite máximo de segurança existente, que seria o aumento da temperatura média do Planeta em dois graus, e a manutenção da quantidade de gás de efeito estufa na atmosfera na ordem de 450 ppm.

Já foi dito aqui, mas vale a pena repetir que, ainda que o conjunto dos compromissos obrigatórios, por parte dos países do Anexo I do Protocolo de Kyoto, somados aos compromissos voluntários, que foram anotados nas Conferências de Copenhague e de Cancún, por parte das Nações Unidas, referindo-se a muitos países que não fazem parte do Anexo I do Protocolo de Kyoto, mas apresentaram metas voluntárias, ainda que fosse cumprido religiosamente, ainda assim estaríamos a uma distância abissal do mínimo que os cientistas colocam como sendo necessário para impedir estas duas coisas de acontecerem: a concentração de gás de efeito estufa na atmosfera ultrapassar 450 ppm – já estamos em 390 – e a temperatura média do Planeta, neste século, ultrapassar os 2°C. Existe uma série de dados científicos, neste momento, dando como praticamente inevitável que será ultrapassado esse limite de 2°.

Enfim, essa é a discussão sobre mitigação que está muito mal parada neste momento. E existe a discussão sobre adaptação. O que é adaptação? É como

nos preparamos para os desastres naturais que virão, inevitavelmente. Mesmo hoje, com o aumento da temperatura média tendo sido até agora de apenas 0,8°, já vemos situações climáticas pelo mundo afora que simplesmente não existiam há coisa de 20, 30, 40 anos. E a tendência é que esses episódios se tornem cada vez mais graves.

Uma das questões – provavelmente a pior de todas dentro desse debate – é a de que não sabemos, ainda, e nenhum cientista tem uma conclusão clara, a respeito de consequências exponenciais. Porque existe um certo momento, nesses fenômenos naturais, em que se muda de patamar de qualidade, ou seja, passa a haver uma espécie de ciclo vicioso exponencial em que as consequências deixam de ser aquelas que simplesmente foram analisadas, em termos cumulativos, pela ciência, e passa a haver uma qualidade diferente.

Então, vou dar dois exemplos, um deles até muito próximo a nós. O primeiro exemplo são as concentrações de metano que existem no polo ártico, na medida em que se dá o derretimento das geleiras. Existem enormes reservatórios de metano que vão sendo liberados na atmosfera e vão, evidentemente, se somando, de forma exponencial, aos gases de efeito estufa ali já presentes pela ação da queima de carvão, da queima de petróleo, das queimadas, etc.

A outra, nós vivenciamos já duas vezes na presente década, na Amazônia, que é o fenômeno das secas. Tivemos duas secas importantes, 2005 e 2010. Elas já são decorrentes de mudanças climáticas e, além disso, são agravantes de mudanças climáticas.

Ficou pronto estudo científico recente de que, no ano de 2010, ano passado, a Amazônia, pelo simples resultado da seca, emitiu mais gases estufa, sobretudo CO₂, na atmosfera, do que o conjunto de emissões de um país do porte da Índia.

Então, com relação à Amazônia, de um lado, temos o desmatamento direto, concreto, a motosserra em ação e as queimadas; por outro lado, o resultado exponencial já do próprio aquecimento global agindo sobre a floresta amazônica na forma de secas.

Então, a questão da adaptação é problemática porque, na verdade, não sabemos o que prever, o que esperar. Sabemos que haverá ondas de calor; sabemos que haverá enchentes fortíssimas, muito mais fortes do que as que existem atualmente; sabemos que haverá aumento do nível dos oceanos; sabemos que haverá efeitos sobre a agricultura sérios; sabemos que haverá uma série de questões, mas não sabemos qual, exatamente, a intensidade desses fenômenos e como eles, combinados com outros, poderão, eventualmente, causar efeitos exponenciais.

Bem, então, hoje, para falar justamente do assunto adaptação e debater a intensificação dos desastres naturais, a defesa civil nas áreas de risco geológico, em atendimento ao plano de trabalho desta Comissão, temos aqui o Senador Casildo Maldaner, Relator da Comissão Temporária de Defesa Civil do Senado Federal, a quem passo a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Vice-Presidente e Presidente em exercício desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Deputado Alfredo Sirkis, quero aqui cumprimentar também o nobre Deputado Glauber Braga, que é o Relator da Comissão de Defesa Civil da Câmara dos Deputados, também o Adriano Santhiago de Oliveira, que coordena o Departamento de Mudanças Climáticas junto ao Ministério do Meio Ambiente, os demais presentes a esta sessão e, naturalmente, estender os cumprimentos, Deputado Alfredo, ao Senador Sérgio, que aqui no Senado preside esta Comissão.

Acho que o trabalho de V. Ex^{as} quanto à questão dos climas, das mudanças que acontecem no mundo nesta Comissão é extraordinário. Diria que é uma espécie de vigília permanente que esta Comissão resolveu trazer para si, para constantemente acompanhar esses fenômenos que ocorrem no mundo, a começar por nós, dentro de casa, de cuidarmos da nossa horta, de nós mesmos, de como ocorre no Brasil, o que acontece, o que temos de fazer, o que não fazer. Há um alerta e precisamos estar presentes.

Esta é a 11^a Reunião da Comissão, uma comissão que merece todo o nosso respeito, o respeito da sociedade brasileira por essa preocupação.

De nossa parte, gostaria de dizer que temos aqui no Senado, como na Câmara dos Deputados, uma comissão provisória para analisar a questão da defesa civil, dos desastres, toda essa questão. Aqui foi criada uma comissão temporária com essa finalidade. Essa comissão tem como Presidente o nosso Senador Jorge Viana. Por sinal, hoje está reunida com a Comissão de Meio Ambiente, e estão votando o Código Florestal. O Senador Sérgio saiu para votar, e eu também peço desculpas se tiver de me retirar um pouco antes, em função dessa votação.

O novo sistema do Código Florestal brasileiro, quer queiram ou não, traz isso presente, uma vez que, para que possamos produzir com sustentabilidade, envolve o meio ambiente, todas essas questões.

Aqui no Senado, essa comissão temporária foi criada e coube a mim ser o Relator. Cito aqui o Tomé, que é um consultor da Casa, o nosso consultor mor na comissão temporária do Senado, o Cláudio, também aqui presente, o Fábio e o Mafra, que acompanham, e os demais envolvidos com esse tema essencial.

De nossa parte, como também da parte do Deputado Eduardo Braga, na Câmara, estamos procurando fazer com que o nosso trabalho possa convergir para aquilo que a Câmara vem elaborando, para trazermos uma nova ordem da defesa civil no Brasil.

Como tem caráter temporário, a Comissão tem como marco a defesa civil e desloca o foco para ações de resposta e construção, principalmente para que possamos ir na direção da prevenção e preparação. Esse é o grande foco do nosso trabalho aqui no Senado.

Já estivemos participando de algumas diligências no Brasil, inclusive no Estado de V. Ex^a, junto ao Senador Lindbergh e outros colegas, entidades da região Sudeste, como Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo. Fizemos uma diligência na região Nordeste, em Pernambuco, nos Estados que compreendem aquela região. Estivemos no Norte, em Manaus, com os Estados da Amazônia, ouvindo e sentindo, e também no nosso Sul, em Florianópolis, com a participação do Rio Grande do Sul e do Paraná, de pessoas ligadas a esse setor, não só dos Governos dos Estados, mas dos Governos municipais, das pessoas relacionadas com a defesa civil, que trouxeram o que pensam, o que podemos fazer, como podemos criar uma nova metodologia para a ação da defesa civil no Brasil.

A legislação vigente está sendo analisada e estamos buscando aqui o que há de melhor com os nossos técnicos, junto a países como Espanha, Estados Unidos, Chile, Japão, Austrália, Cuba e Itália, que têm alguma legislação nesse campo da defesa civil bem desenvolvida. Por meio de suas embaixadas aqui em Brasília, estamos coletando o que possuem de melhor para que possamos inserir em uma legislação brasileira, na defesa civil brasileira. Essa é uma ideia que estamos procurando trazer.

Há quatro focos, como disse antes. A prevenção vem em primeiro lugar, porque o Brasil, em tese, não é previdente nesse sentido, somos desprevenidos, como também despreparados para responder. Para tanto, precisamos de recursos financeiros, fundos para dar guarda à prevenção e à preparação para, caso sinistros aconteçam – ninguém está livre disso –, termos condições de responder e saber como trabalhar.

Estamos procurando rever esses aspectos, reformular o Fundo Especial para Calamidades Públicas no Brasil (Funcap). Há propostas em tramitação para que possamos contemplar essas questões todas. Eu vivi uma experiência, quando Governador do meu Estado, de desastre. De madrugada, fomos surpreendidos por prefeitos, entidades, e tive de ligar para a defesa civil, que me disse: “Olha, Governador, nós estamos despreparados. Não temos como fazer”.

Hoje, o que precisamos fazer? Temos de fazer um levantamento das áreas atingidas, junto às prefeituras, aos Municípios. Faz-se um relatório, que é levado para a defesa civil do Estado, que, por sua vez, leva à defesa civil Nacional, que é vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que, por sua vez, encaminha à Casa Civil, que emite uma medida provisória. Essa medida provisória vem ao Congresso Nacional, mas dali já se passaram seis meses. Assim, continua lá a escola no chão, a ponte caída, sem a pinguela para que as crianças possam ir à escola, o posto de saúde do mesmo jeito, a recuperação não foi realizada.

Hoje, é isso que ocorre normalmente. Nós conhecemos esses caminhos. Os orçamentos dos fundos que temos não respondem a essas questões. Somos muito imprevidentes em relação a isso.

Então, estamos buscando nos preparar para esses acontecimentos e há algumas questões básicas. Sobre uma delas, tenho um projeto de lei tramitando no Senado – essa é uma questão que também vamos procurar colocar –, mas é um coadjuvante, é para ajudar. Trata-se de uma proposta de que de todo seguro que se faça no Brasil será destinado algum valor, 1% do prêmio – não é do seguro compulsório, obrigatório para carro, esse não –, de todo seguro feito de fonte própria, aquele que não é obrigatório, como segurar uma casa, um imóvel, um automóvel, do prêmio, daquilo que for indenizar.

Qual é a finalidade? Fizemos um levantamento em 1999 e viemos trabalhando isso. Em 2009, chegáramos, por ano, no Brasil, só de seguros, a algo em torno de R\$70 bilhões, que é o valor do movimento. E hoje é bem mais do que isso, algo em torno de R\$100 bilhões os seguros praticados no Brasil, que são livres, e não compulsórios.

Se nós fizermos, por exemplo, o seguro de um automóvel lá em Nova Iguaçu, que teve problemas também com enchentes, com sinistros. Ao segurar um carro em Nova Iguaçu, aquele prêmio, se for de R\$1 mil, 1% dá R\$10,00, que irão para a defesa civil Nacional, automaticamente. Um terço disso volta ao Estado em que foi praticado o seguro, automaticamente, para a defesa civil do seu Estado; e outro um terço, para fechar o inteiro, vai para a defesa civil organizada lá no Município de Nova Iguaçu, ou de Friburgo, onde aconteceu a prática do seguro.

Com isso, vamos motivar a cultura do seguro. E a defesa civil lá estruturada sabe que do seguro que nós fizemos naquele Município, no mínimo um terço veio para ela. Nós temos a segurança de que vamos ter alguma coisa na nossa organização. E nós queremos amarrar que, desses recursos, no mínimo em torno de 70% sejam aplicados. Ou então 25% na pre-

venção e 25% na preparação. E aí, no caso do sinistro, se acontecer, já tem para reparação mais 50%, para dividir naquelas duas fases: na reparação e nos primeiros socorros. Quer dizer, a defesa civil do lugar já tem alguma coisa. Se precisar de mais, a defesa civil Estadual também tem uma reserva. E se a abrangência for maior, a nacional também estará preparada para isso.

Essa é uma tese que vamos apresentar nos próximos dias. Praticamente já está elaborada na Comissão e vamos levar ao plenário, em sintonia com a Câmara dos Deputados, para ver se levamos avante isso. Inclusive queremos aproveitar o momento, porque na Câmara dos Deputados tramita uma MP, se não me engano de nº 547. E faço um apelo ao Deputado Braga, que é o Relator da Defesa Civil lá, para ver com o Presidente da Casa e com o Presidente desta Comissão, Deputado Alfredo, se o Presidente Maia pode... Eu não sei se já designou ou não o relator dessa MP, que trata de medidas preventivas ou dessa tese de defesa civil no Brasil. Se ela, vindo ou, quem sabe, introduzindo algumas questões nesse sentido de coisas práticas, mas, vindo para o Senado, nós ainda possamos, este ano, nessa mesma MP, já arrumarmos essas questões todas para nós implantarmos uma nova política, uma nova metodologia de prevenção, principalmente, da defesa civil no País, para enfrentar sinistros e essas questões todas. E a prevenção deve englobar o acompanhamento de questões meteorológicas, que queremos adaptar por regiões, para previamente avisar os moradores. Existe uma série de coisas que temos elencado aqui para essa proposta.

E também nessa preparação de fundos, o que existe hoje no Funcap?

Existem hoje alguns estímulos para que os Municípios participem dos seus orçamentos, mas como é só na recuperação, os Municípios não colocam. O que estamos inserindo agora? É que se o Município colocar um real no orçamento para prevenção, o Governo Federal vai entrar com três – para prevenção –, e as normas vão ser ditadas. Aí o Município vai se sentir estimulado a inserir no seu orçamento e o Estado também. Temos que amarrar os Municípios, os Estados e o Governo Federal.

Então, é a proposta que está se construindo: o Município entra com um; se o Estado coloca um, dois, o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, vai entrar com três. Nós teremos então um orçamento motivado para isso, e esses recursos vão estimular para que o Município tenha um caixa melhor para a prevenção e também para o sinistro, se ele vier. Nós temos de nos preparar para entrar em campo imediatamente, imediatamente. Principalmente

na prevenção estamos trabalhando. São questões que estamos preparando.

Existe uma tese também para a Caixa Econômica Federal, alguma coisa que não deixa de ser uma questão social. Vamos ver se conseguimos que, das loterias da Caixa Econômica Federal, vá também alguma coisa para isso. E que não contemple apenas o Ministério da Integração Nacional e a defesa civil Nacional, mas também as defesas civis estaduais e as defesas civis organizadas dos Municípios. Isso vai motivar a organização das defesas civis nos Municípios e vai motivar os seguros, a popularizar os seguros. As companhias de seguro que hoje apresentam alguma resistência, a médio e longo prazo terão vantagens, porque nós investiremos mais na prevenção, os sinistros serão menores e, assim, as indenizações também acontecerão em menor proporção, e elas terão vantagem, com o tempo. Precisamos fazer com que isso avance no Brasil.

Uma outra questão que nós sentimos e estamos embutindo em nosso relatório é que, nessas regiões do Brasil, além das estações meteorológicas, em Municípios médios inclusivé, devemos motivar a desburocratização desse fundo, descontingenciar essa questão do orçamento. Os recursos que vão para esse fim não podem ser contingenciados. Devemos incentivar também o treinamento de profissionais, pois isso também faz parte da medida preventiva. A preparação, a profissionalização de profissionais dessa área, incluindo, no Brasil inteiro, defesa civil nas grades curriculares dos ensinos fundamental, médio, superior. Quer dizer, mudar a cultura, para que, nas escolas, se motive a disciplina sobre defesa civil, sobre a adaptação do lixo, de não jogar aqui e acolá, mudar essa cultura, preparar as pessoas para enfrentar algumas intempéries.

Em Santa Catarina, por exemplo, a maior cidade catarinense não é Florianópolis, é Joinville, e lá, quem administra isso é a defesa civil, que é formada por voluntários. Buscaram o modelo na Alemanha há muitos anos e lá exercem isso, em harmonia com a defesa civil e militar que temos no Estado. A defesa civil lá é voluntária e muito organizada. E eles atuam fortemente nisso. Existem várias comunidades no Estado, vários Municípios, e a defesa civil está preparada. Surgiu alguma eventualidade, eles entram em campo na hora.

São algumas teses. Nossa relatório está sento concluído, sob a batuta do Tomé e dos amigos. E nós, assim como o Senador Jorge Viana e os colegas, haveremos de, nós próximos oito, dez dias, trazê-lo à tona. E se pudermos sintonizá-lo com a Câmara – viu, Deputado Braga? –, eu acho que seria fundamental, para, em suma, Deputados Alfredo e Adriano, nós termos alguma coisa mais preparada para o Brasil. Essa

é a ideia, esses são os princípios que precisamos enfrentar para sermos mais preventivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Muito obrigado Senador. V. Ex^a levantou uma questão muito importante, que é aproveitarmos este momento para, numa ação conjunta da Câmara e do Senado, avançar em relação a obter os recursos necessários para fazer frente a esse desafio.

Vou passar a palavra ao Deputado Glauber Braga. Antes, porém, queria só fazer algumas pequenas observações.

Em primeiro lugar, eu acho que o aspecto crucial a ser entendido é que defesa civil é uma cultura e que no Brasil nós não temos a cultura da defesa civil. Defesa civil é algo basicamente preventivo, em que existe uma população previamente preparada e planos de contingências: planos de contingências das autoridades e planos de contingências que envolvem uma população que foi preparada para determinada contingência. Isso existe em outros países. E V. Ex^a, quando for fazer a consulta e pegar os aportes, verá que existem países que, pelo fato de haver muito terremoto, pelo fato de terem passado por um histórico de catástrofes naturais ao longo da história, têm isso bastante consolidado. Nós no Brasil não temos essa cultura de defesa civil. Então, o que me parece é que é um sistema que envolve, em primeiro lugar, uma organização e um treinamento prévio, que envolve inclusive exercícios com a própria população, de evacuação de determinadas áreas e envolve um mapeamento geral de áreas de risco.

Que grandes riscos existem? A primeira grande família de riscos envolve as águas, que podem ser riscos de desabamento em áreas de encosta e riscos de inundação em áreas baixas e ribeirinhas. Mas há outros tipos de catástrofes naturais: queimadas, incêndios florestais e marés, que, com o processo do aquecimento global, serão cada vez mais presentes. Eu acho que, no Brasil, os grandes riscos envolvem água. Tivemos em Santa Catarina, por força do aquecimento global, o fenômeno inédito dos tornados, que é uma coisa que nunca antes tinha acontecido. É outro risco. Então, tem de haver um mapeamento prévio do risco inerente a cada localidade especificamente e o plano de contingência de prevenção imediata disso, do trabalho anterior que tem de ser feito de forma mais estrutural, que é, evidentemente a remoção e o reassentamento de edificações em áreas de risco, tanto de encosta quanto de beira de rio ou canal. É um trabalho estrutural a ser feito ao longo do tempo, e também aquele trabalho que precisa ser feito de pronto alerta. Hoje nós já temos ferramentas tecnológicas que há 30,

20 anos atrás não tínhamos. Os satélites são capazes de dar esse alerta prévio em relação à iminência de um fenômeno meteorológico extremo.

Para que isso resulte de fato em uma ação tem de ter uma sala de situação, com órgãos da defesa civil e outros órgãos de segurança da população, devidamente organizados, com um sistema de alerta. Que a população possa alertada, por sirenes ou outras formas de aviso, e que haja um plano para que a população seja evacuada de determinada área e conduzida a outra área previamente preparada para essa finalidade, que pode funcionar regularmente como escola ou outra atividade normal e regular naquela área, mas estar preparada para, em determinado momento, uma população de determinada área ser totalmente evacuada e abrigada nesse ponto.

Basicamente, eu acho que isso requer, como disse o Senador, financiamento, requer um trabalho de levantamento, de estudo, de mapeamento do risco, de monitoramento e comunicação, de uma sala de situações, a possibilidade de uma ação preventiva de evacuação e, depois, de uma ação de mitigação dos danos causados por essa catástrofe natural.

Ninguém melhor para falar disso do que o Deputado Glauber Braga, que vem de uma cidade que foi particularmente afetada por enchentes que aconteceram no início do ano, o Rio de Janeiro. Foi uma enchente totalmente atípica. Enchentes acontecem todo verão, mas a tromba d'água que se abateu sobre aquela região, também afetando Teresópolis e outras cidades, sobretudo Friburgo, foi excepcional. Algumas áreas que não eram consideradas áreas de risco, que nunca foram mapeadas como áreas de risco, foram totalmente submetidas à catástrofe. Houve, de fato, danos muito elevados e um processo de reconstrução que até agora vem se arrastando, vem sendo truncado, envolvendo inclusive escândalos, envolvendo desvios de verbas. Tudo aconteceu por imprevidência antes e por má gestão depois. Eu acho que é fundamental o depoimento do Deputado, que conhece melhor do que ninguém tudo que aconteceu com a sua cidade e com a região próxima e vem desenvolvendo esse trabalho muito vinculado a planejamento e a defesa civil.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, e se o nobre Relator, Deputado Braga, consentir, estou sendo chamado para participar da votação do Código Florestal, mas nosso coordenador-mor, o Tomé, permanecerá, uma vez que trabalhamos em conjunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Muito obrigado, Senador. Vote bem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Sirkis. Em Santa Catarina, temos Sirkis. E Sirkis rima com Sirkis.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – É outra família. Bem, Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Deputado Sirkis, que está presidindo os trabalhos, Senador Casildo, que estava conosco, Adriano, representante do Ministério do Meio Ambiente, a todos e a todas presentes, vou ser bem objetivo na minha apresentação e já começo dizendo que esta Casa, o Congresso Nacional, no encontro da comissão permanente, que aconteceu no mês de janeiro, a partir da maior tragédia climática da história do Brasil, que aconteceu na região serrana do Rio, reuniu-se e definiu que, na volta dos trabalhos parlamentares, a partir de fevereiro, seria formada uma comissão especial de medidas preventivas a catástrofes climáticas, e inclusive o próprio Presidente, Deputado Sirkis, participou daquela reunião da comissão permanente, no período de recesso parlamentar.

Recebemos uma tarefa, que foi a formação de uma legislação, de uma norma, que tratasse da redução de riscos de desastres no Brasil. Procuramos trabalhar um tripé, dando a oportunidade de ouvir as comunidades atingidas, até porque não há quem seja mais especialista em desastre do que aquele que teve a oportunidade de vivenciá-lo. Tivemos também a possibilidade de fazer uma avaliação dos projetos de lei sobre o tema que estavam tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e fomos procurar quem tinha acúmulo na área, especialistas no Brasil que estudam a matéria de redução de riscos de desastres, em várias regiões brasileiras e inclusive no exterior, participando do principal encontro internacional que trata do tema da estratégia internacional de redução de riscos de desastres.

Isso fez com que apresentássemos uma proposta de relatório, que se divide basicamente em três partes: uma alteração à Constituição; o Estatuto de Proteção Civil, que é Lei de Prevenção, a Lei de Redução de Riscos de Desastres; e uma última parte do relatório, que é a indicação ao Executivo de medidas que são prerrogativas próprias do Governo Federal, do Executivo Federal.

Quero fazer um agradecimento à Roseli, que foi a consultora que esteve conosco durante a elaboração de todo esse trabalho. Sem ela, esse relatório não teria ficado pronto e a contento, lembrando que, durante todo o mês de novembro, estaremos recebendo contribuições para votar o relatório na primeira sessão do mês de dezembro da Comissão Especial.

A proposta de emenda à Constituição é para garantir aquilo que foi colocado pelo Senador Casildo:

recursos ao fundo. Falar em prioridade governamental sem falar em investimento financeiro, previsão orçamentária, é fazer discurso de goela. Temos aqui uma proposta concreta de alteração ao art. 159 da Constituição, para que essa destinação seja obrigatória ao fundo. Isso teria capacidade de recursos que viriam do IPI e do próprio Imposto de Renda, inicialmente R\$1,5 bilhão ao fundo. De onde tiramos esse número? Procuramos trazer, Deputado Sirkis, a possibilidade de que, inicialmente, o fundo pudesse ter aproximadamente R\$3 bilhões, que foi o que o Governo Federal gastou, no ano de 2010, Dr. Adriano, com a resposta a desastres ocorridos. Não estou falando nem de recursos empenhados, estamos falando do que foi executado, do que foi liberado, em 2010, através de medidas provisórias.

O fundo atual, que já existe e que trata do tema, só pode ser utilizado em resposta e reconstrução. A proposta que estamos apresentando, além de indicar algumas fontes, faz com que o fundo, que foi também a preocupação apresentada pelo Senador Casildo, possa atuar principalmente na prevenção e na preparação a desastres. Então, R\$1,5 bilhão sairia dessa proposta de alteração constitucional e R\$1,5 bilhão – faremos uma proposta parecida com a do Senador Casildo – viria dos prognósticos de loteria. Além disso, outra parte, uma parcela desses recursos, solicitaríamos dos *royalties* de petróleo destinados à União. Sabemos que esse é um tema sensível hoje, principalmente na discussão que está sendo estabelecida entre os chamados Estados produtores e não produtores. Então, fizemos com que uma parcela desses recursos pudesse ser destinada especificamente ao fundo.

A pergunta natural pode ser: o que tem a ver *royalties* de petróleo com um fundo preventivo a calamidades públicas, Deputado Noé? A nosso ver, tudo. Se estamos falando em alterações climáticas, estamos falando necessariamente do combustível que é utilizado, estamos falando do número de desastres, que aumenta no decorrer dos anos, a partir de mudanças e alterações. Precisamos tratar necessariamente da alocação de recursos a fim de preparar as comunidades para os desastres que virão a partir do combustível que utilizamos no planeta Terra.

Depois – eu tive a oportunidade, os senhores ainda não, está distribuída a cópia do relatório –, na página 69, apresentamos o estatuto propriamente dito, a Lei de Redução de Riscos de Desastres. No estatuto, começamos, no art. 2º, com os conceitos, pois não adianta falarmos de uma legislação de proteção civil... E por que proteção? Já começo dizendo. E por que não um estatuto de defesa e sim de proteção civil? A origem da expressão defesa civil tem um caráter reativo, vem da Segunda Guerra e tinha como conceito prepa-

rar as comunidades para o caso de guerra. Estamos procurando trazer para o nosso relatório e para essa legislação um caráter de aprofundamento de ações preventivas. Exatamente por isso, alteramos o nome daquela que seria Defesa Civil para Estatuto de Proteção Civil, que tem como objetivo reduzir os riscos de desastres. Essa foi inclusive uma alteração solicitada – que é simbólica, eu sei – por algumas coordenações de defesa civil. Outras reagem, preocupadas com essa alteração, mas um grande número já considera o conceito interessante e já é praticado inclusive na Itália.

Então, no art. 2º, trazemos conceitos. Se queremos popularizar uma legislação, não podemos fazer uma regra de gabinete, nós queremos que as pessoas conheçam essa lei, que as pessoas discutam essa lei, que as pessoas possam criticar essa lei. Então, no art. 2º, falamos o que é desastre, o que é estado de calamidade pública, situação de emergência, plano de contingência, para que esses conceitos sejam cada vez mais popularizados.

Depois, no art. 3º, falamos da política propriamente dita. Quais são os objetivos da política de proteção civil e quais são as diretrizes adotadas para que esses objetivos sejam cumpridos. Procuramos fazer uma análise de cada uma das diretrizes aprovadas pela I Conferência Nacional de Defesa Civil. Analisamos uma por uma e verificamos aquelas que poderiam ser incluídas no texto que foi disponibilizado para os senhores.

No art. 5º falamos do fundo. E aqui tem o detalhamento. Já tive a oportunidade de dizer de onde sairiam esses recursos.

E a partir do art. 8º, página 76, falamos do sistema propriamente dito. Divisão de responsabilidade. Hoje, acontece um desastre no Brasil e, sejamos claros, ainda existe um grande bate cabeça de qual é a tarefa do Município, do Estado e do Governo Federal. O que tem que fazer o prefeito municipal, sua coordenação local de defesa civil, sua secretaria municipal, no caso dos Municípios que têm, o que tem que fazer o Estado e o Governo Federal. No sistema, procuramos fazer essa divisão de responsabilidade com uma preocupação: é que essa divisão de responsabilidades tinha que ter também o caráter de não-ferimento ao pacto federativo. Estamos falando de uma lei nacional, mas não podemos obrigar, naquela que é a prerrogativa do Município, a prefeitura a fazer isso ou aquilo, mas também não podíamos ficar inertes à questão, e aí vieram algumas propostas.

Entre as propostas, é que aqueles Municípios que constituíssem suas secretarias municipais de defesa civil, seu órgão de defesa civil, o seu conselho que deliberasse e discutisse as questões, o seu fundo para ter acesso aos recursos, teriam prioridade no acesso

aos recursos do fundo. Essa não foi uma invenção nova, isso já existe em outras legislações do Brasil, inclusive no que diz respeito aos recursos sólidos, e procuramos transferir esse tema também para a Lei de Redução de Risco de Desastres.

Vou citar um exemplo: no art. 10, inciso VII, aluguel social. Deputado Sirkis, na região serrana, V. Ex^a citou o Município de Nova Friburgo, que tem 2.500 famílias recebendo aluguel social e existe a necessidade de mais 2.500 famílias cadastradas e que estão dentro dos critérios. A Prefeitura diz que já fez o encaminhamento da documentação necessária ao Estado. O Estado, por sua vez, diz que a Prefeitura não fez o encaminhamento da documentação e que parte desses recursos deveriam ser disponibilizados pela Prefeitura. Ou seja, não existe uma regra e um critério para determinar, a partir do desastre, quem vai realizar esse pagamento. Então, procuramos criar uma regra. Procurei ser bastante prático, objetivo mesmo. O que houve de dificuldade na região serrana do Rio, em Santa Catarina e em outros Municípios e Estados que passaram pela calamidade pública? E de que forma isso poderia ser inserido na Lei de Redução de Riscos?

Aí vamos para a competência dos Estados e a competência dos Municípios. Aqui eu faço uma observação rápida. O Deputado Sirkis falou do plano de contingência, da necessidade de que os Municípios tenham seus planejamentos para uma situação de desastre já confirmada.

Na página 82, no § 1º, estabelecemos o que minimamente tem que conter esse plano de contingência, porque, hoje, além de os Municípios não elaborarem – essa deve ser uma responsabilidade municipal –, não fica claro aquilo que necessariamente o Município tem que fazer. Então, existem planos de contingência realizados, mas que são de difícil compreensão, e as pessoas, as comunidades, as populações não têm acesso a esses planos. Então, estabelecemos regras nesse sentido de maneira bem objetiva.

No art. 19, página 86 – e aqui estou pinçando alguns artigos, por conta do tempo, por considerá-los relevantes –, o Deputado Sirkis falou também de denúncias na região serrana e em outros Municípios do Brasil na utilização de recursos. Recebemos uma ideia do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, na visita que fizemos ao Estado, e incorporamos essa ideia ao texto. Qual é? Reconhecida a situação de emergência e o estado de calamidade pública, os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, Controladoria-Geral da União, o próprio Ministério Público, fariam o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo desempenhadas pelo gestor da crise. E o gestor, se no caso for o prefeito municipal, tem que

garantir as condições para que isso aconteça. Isso, em primeiro lugar, garante que gestor mal intencionado e que quer desviar o recurso público tenha uma vigilância mais próxima de suas ações e dos seus atos, mas ele garante também o direito do bom administrador, que não vai ter um órgão de controle fazendo a verificação de uma atitude, de uma ação, três, quatro ou cinco meses depois, a partir, única e exclusivamente, de um relato de uma folha de papel. Essa foi uma regra que instituímos no nosso relatório, a partir do art. 19, que achamos que pode minimizar o efeito negativo de recursos que são repassados e não são bem aplicados pelos Municípios e pelos Estados.

Outra ideia que incluímos no relatório. E isso vem da análise de alguns projetos de lei que já estavam tramitando. Não podemos falar em política de redução de risco de desastre se não houver a clareza de que temos uma questão e um pano de fundo que é a ocupação do solo urbano. Um sistema econômico que concentra riqueza necessariamente maximiza desastre, porque ele vai concentrar pessoas exatamente naquelas áreas em que se tem uma concentração maior de dinheiro, de recursos financeiros.

No art. 30, propomos uma alteração ao plano diretor, uma alteração ao Estatuto das Cidades, para incluir no plano diretor a necessidade de que os Municípios possam colocar suas cartas geotécnicas e seus mapas de risco exatamente no plano diretor discutido comunitariamente.

Hoje, temos o mapa de risco propriamente dito e a definição do ponto seguro, dos caminhos que podem ser percorridos para chegar nesse ponto, temos a carta geotécnica, que é o mapa intermediário, e temos os mapas de suscetibilidade, que são aqueles maiores. Consideramos que incluir a carta geotécnica nos planos diretores pode ser uma boa solução também para que haja um conhecimento municipal sobre suas áreas de risco e medidas que podem estar sendo adotadas na identificação dessas áreas.

Além disso, viemos aqui com mais algumas sugestões. Entre elas, no art. 34. Para falar numa mudança de paradigma, numa cultura que seja realmente preventiva, temos que falar numa modificação cultural. Absorvemos uma sugestão que veio do Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que foi a prestação do serviço alternativo ao serviço militar obrigatório. Temos, hoje, no Brasil, um conjunto grande de jovens que querem servir, mas existe o excesso de contingência.

Naquelas áreas que são consideradas de risco de desastre e que já estão mapeadas nesse sentido, esse jovem poderia servir à coordenação, à secretaria local de proteção civil, de defesa civil anteriormente.

Então, essa foi mais uma ideia que conseguimos trazer ao texto.

No art. 35 fazemos uma alteração à Lei de Crimes Ambientais, falando especificamente daqueles casos em que o agente público, em alguns casos também o agente privado, sabedor que aquela área é uma área de risco, ou seja, o prefeito municipal ou o candidato a vereador sabe que a área tal está determinada como de risco no plano diretor, a partir da carta geotécnica que foi elaborada. Mesmo assim, sabedor disso, dolosamente, incentiva a ocupação naquela área, dando, por exemplo, material de construção para que o morador faça ali a sua moradia. Ou, para falar nos grandes casos, os especuladores imobiliários. Eles sabem que aquela área é de risco, está determinada no plano diretor, está determinada pela carta geotécnica, e, mesmo assim, desenvolve ali um empreendimento que pode colocar em risco centenas de pessoas. Nesse caso específico, estabelecemos uma punição por meio da Lei de Crimes Ambientais. Não estamos falando de todos aqueles casos em que a ocupação tem que ser revisada, porque senão estaríamos sendo inconsequentes ao falar de algo que não pode ser modificado no curto prazo, mas não incentivar a ocupação naquelas áreas onde essa identificação já está feita, determinada, é possível e pode ser estabelecido.

O Senador Casildo falou sobre o tema e fazemos uma alteração no art. 36, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo nos currículos escolares o tema proteção civil e educação ambiental através da legislação.

Esse foi um apanhado rápido. Tenho aqui dois minutos.

Indicação ao Executivo. Essa teria que ser uma proposta própria do Governo Federal. E nós propomos a criação da carreira de agente de proteção civil. O entendimento é que essa seria uma prerrogativa própria, porque a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal ou o Congresso não poderiam trabalhar o tema, porque como é uma carreira predominantemente pública, para criar a carreira, você necessariamente teria que criar cargos, e a criação de cargos é uma prerrogativa do Executivo, não poderia ser de iniciativa própria.

Para finalizar, eu queria falar daquilo de que o relatório ou o estatuto não tratam e que são as nossas grandes preocupações, e por isso nos motivam estar aqui hoje nesta Comissão, que é o pano de fundo. Estamos procurando criar uma boa regra, tangenciamos em questões de alteração climática do Planeta, mas precisamos ter ações mais contundentes e efetivas no que diz respeito a essas alterações, à emissão de gases.

E nisso, especificamente, o Estatuto de Proteção Civil, a Lei de Redução de Risco de Desastres, pode

ter um papel, mas não vai conseguir fazer aquilo que esta Comissão está fazendo, com o trabalho que está sendo aqui desenvolvido.

E, para finalizar, também dizer que as alterações que estão sendo propostas têm que ter sempre, também, um caráter de avaliação de um sistema econômico concentrador de riqueza. Querendo ou não, a concentração de riqueza... Eu já tive oportunidade de falar isso anteriormente. Todos os projetos de distribuição de riqueza, inclusive de valorização da presença do homem no interior, na zona rural, são positivos a partir do momento que fazem com que possamos garantir uma minimização dos desastres, a partir de uma desconcentração da riqueza, porque não há re-concentrador maior de riqueza e renda do que um desastre climático.

Essa era a minha contribuição e me coloco à disposição da Comissão para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Muito obrigado, Deputado, extremamente útil e muito interessante a sua colocação.

Eu darei a palavra agora para o representante do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santhiago.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Obrigado, Deputado Sirkis, em seu nome gostaria de agradecer o convite, registrando que há pouco tempo tivemos o prazer de estar juntos na reunião em Pequim, que tratou do tema de mudança do clima envolvendo os países do Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China).

Gostaria de saudar o Senador Sérgio, que não está presidindo mais esta reunião, temos o prazer de ter o Deputado Sirkis aqui presidindo, o Deputado Glauber Braga e também o Senador Casildo, que infelizmente também teve que se retirar, e com isso, estendo os meus cumprimentos a todos.

Trago aqui alguns *slides*, como bom técnico, para trazer alguns elementos de discussão no âmbito da comissão mista sobre esse tema totalmente importante, que é o tema de adaptação.

Próximo, por favor.

Eu gostaria, inicialmente, antes de entrar nos elementos mais específicos, acho que imagens falam mais por si sós do que algumas palavras... Esse é um trabalho feito por uma área do Ministério, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Nossa amigo Wigold Schaffer fez um estudo de caso justamente sobre a tragédia da região serrana, citada pelo Deputado Glauber. Aliás, eu sou daquela região, eu sou um cidadão petropolitano, eu sou de Petrópolis, e realmente, como o Deputado mencionou, o Deputado Sirkis também, sofremos uma das maiores catástrofes, senão a maior catástrofe natural na história recente, ou talvez de toda a história do Brasil.

Por favor, a próxima.

Aqui, rapidamente, talvez essas figuras já sejam conhecidas por todos, é importante destacar muito o que o Deputado Glauber acabou de dizer, a importância de manter comunidades rurais em suas regiões, e a outra parte que o Deputado Sirkis também mencionou de maneira bastante apropriada, da importância da floresta, porque a floresta também é uma vítima da mudança climática. Ela não é só uma fonte de emissão de gases de efeito estufa.

E essa figura traz bastante claramente a importância das Áreas de Proteção Permanente em áreas rurais. Por isso citei os dois Deputados. Eles mencionaram essas duas questões nas suas duas falas. E vemos uma figura do antes e uma figura do depois do desastre climático, e a importância que têm as Áreas de Proteção Permanente para evitar resultados mais danosos.

E vemos também, como o Deputado Glauber bem mencionou, a importância de desconcentrar riqueza e de ter ações específicas locais, porque as áreas antrópizadas são as áreas obviamente mais atingidas.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ)

– Para ver o quanto estavam desmatadas as APPs e como isso facilitou a ocorrência da tragédia.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA

– Exatamente. Aqui vemos o resultado disso que o Deputado Sirkis acaba de mencionar.

Próximo, por favor.

Aqui, na mesma linha, para indicar um pouco esses mesmos resultados, a importância que têm as Áreas de Proteção Permanente, das unidades de conservação.

Próximo.

Essas todas são fotos da região serrana.

Próximo, por favor.

Sempre mostrando antes e depois.

É claro que também existe um componente natural forte. Apesar de termos uma concentração antrópica grande, mesmo em áreas onde podemos ter uma certa proteção de vegetação podemos ter um desastre natural forte.

Próximo, por favor.

Aqui também trazemos novas fotos.

Próximo.

Novamente. Vemos que aqui tivemos uma invasão de águas muito grande. A questão que o Deputado Sirkis mencionou da importância de se considerar comunidades que são vulneráveis a enchimento de rios, de canais.

Próximo.

Isso não se restringe, obviamente, à região serrana, ao Rio de Janeiro, temos exemplos de desastres naturais recentes no Brasil inteiro. Em Santa Catarina.

Próximo.

Blumenau.

Por favor, o próximo.

Região Nordeste. Alagoas também sofreu bastante recentemente, com eventos extremos.

Próximo, por favor.

A região do Senador Sérgio Souza. Aqui, se não em engano, são fotos da cidade de Antonina, no Paraná, que também teve uma catástrofe recente que não foi muito veiculada pela imprensa.

Por favor, a próxima.

Mais uma vez mostrando a vulnerabilidade de comunidades.

Por favor, a próxima. Pode ir passando, por favor.

Novamente, mesmo regiões com cobertura vegetal densa estão vulneráveis a esses eventos climáticos extremos.

Próximo.

Novamente, aqui vemos os topo das montanhas, que foram bastante castigados.

Próximo.

Enfim, isso tudo para entrarmos nos elementos específicos. Para discussão desta Comissão, Deputado Sirkis, essa parte é técnica mas é importante para a busca de resultados, é de extrema relevância fazer uma separação entre variabilidade climática natural e mudança global do clima, o que muitas vezes é confundido.

A variabilidade climática natural está associada a variações naturais relacionadas a causas naturais. Por sua vez, a mudança do clima considera fortemente o elemento antropogênico e isso é refletido na discussão internacional.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima tem um foco essencialmente antropogênico. Tanto – o Deputado sabe muito bem – que o objetivo da convenção é tentar lidar com as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera de modo que se impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Então, estamos tratando de interferências antrópicas no sistema climático.

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, por sua vez, o Senador Sérgio mencionou o relatório recentemente lançado sobre eventos extremos, IPCC, leva em consideração ambos os elementos, tanto o antropogênico, que é considerado pela Convenção sobre Mudança do Clima, mas também considera as variações naturais. Essa diferença é importante.

A Professora Alice Grimm, da Universidade Federal do Paraná – eu fiz questão de trazer isto aqui,

de uma apresentação que ela fez na ultima Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenada pelo antigo Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação –, traz uma afirmação muito importante: que é necessário ter modelos capazes de simular corretamente o clima presente, com sua variabilidade natural, para projetar mudanças climáticas no futuro. Ou seja, a parte de variabilidade natural nos modelos é extremamente importante, o que vem às vezes sendo esquecido por alguns pesquisadores. Caso contrário, as incertezas dessas projeções serão tão grandes que a sua aplicação prática seria até desaconselhável.

Próximo, por favor.

Eu digo isso por conta deste tema aqui. Ainda considerando variabilidade climática e mudança global do clima.

O alerta sobre desastres, citado por todos os Deputados e Senadores que me antecederam em suas falas... É importante termos clareza de que esse alerta sobre desastres associados a eventos climáticos extremos está associado a uma natureza de curto prazo e de previsões. Eu acho que é muito importante para as ações a serem tomadas na área de adaptação e mudança do clima ter bem clara a diferença do papel da meteorologia, que tem uma escala de tempo de algumas semanas, uma previsão de escala temporal. É claro que, como bem disse o Deputado Sirkis, hoje temos avanços tecnológicos que nós não tínhamos no passado, estamos muito mais preparados para previsões mais acuradas, mas o fato é que estamos falando de uma escala temporal bem menor do que a escala temporal que é considerada na questão da mudança global do clima.

E, aqui, uma diferença importante. Ao tratarmos de meteorologia, há uma profunda relação com previsão. Diferente do que acontece na pesquisa sobre mudança global do clima, que trata de projeções de longo prazo. E diferente de meteorologia, que tem essa escala temporal bastante específica, a mudança do clima trata de uma escala bem mais larga de espaço-tempo. É uma escala espaço-temporal bastante grande, e aí nós, diferente de meteorologia, estamos falando de climatologia.

Próximo, por favor.

Isso tudo para dizer que – é claro que não estou pregando aqui que as ações não devem ser feitas por conta dessa diferença – é importante ter essas duas vertentes bem claras, porque hoje muito dificilmente conseguimos separar o que é categoricamente devido à mudança global do clima e o que é categoricamente devido à variabilidade natural. Não quer dizer que não

tenhamos que adotar ações, mas existe essa questão científica, que está sendo cada vez mais bem tratada.

Se nós considerarmos o Terceiro Relatório de Avaliação do IPCC, ele traz um dado muito importante em relação a como os países em desenvolvimento e as comunidades mais pobres são atingidos.

O Terceiro Relatório de Avaliação – não estou falando do último, de 2007, eu falo do terceiro, de 2001 – traz a informação de que na década de 50 havia uma perda econômica global proveniente de eventos catástrofícios extremos da ordem de US\$3,9 bilhões por ano.

Se for considerada a década de 90, temos um salto de perdas econômicas de mais de dez vezes. Ou seja, isso demonstra que realmente a mudança do clima vem acontecendo de maneira bastante rápida. E aproximadamente um quarto dessas perdas ocorreu em países em desenvolvimento.

Eu tive oportunidade de encontrar a Drª Thelma Kruger um pouco antes de vir para cá, e ela me passou, não tenho certeza se ainda está disponível na Internet, mas o Senador Sergio Souza mencionou, o relatório do IPCC é um relatório especial sobre manejo, sobre gerenciamento de riscos de eventos extremos e desastres para avançar na questão da adaptação da mudança do clima.

É justamente esse relatório que o Senador mencionou, aprovado agora na semana passada pelo IPCC, e daqui a pouco ele vai ser tornado público, se não estiver já. Mas como um dado mais recente e atualizando esse que acabei de mostrar para os senhores, por exemplo, esse relatório mostra que se tratarmos de perdas de seguro e de perdas de medidas econômicas provenientes de desastres, isso é maior nos países desenvolvidos.

Agora, as taxas de mortalidade e perdas econômicas como proporção do PIB são muito maiores nos países em desenvolvimento. Então, eles dão o exemplo aqui de 25 anos, no período de 1979 a 2004: mais de 95% das mortes por desastre natural aconteceram em países em desenvolvimento. Isso é bastante convincente.

O Dr. José Marengo, meteorologista do INPE, em uma apresentação passada, e eu achei importante trazer isto aqui também, afirma que as principais razões para os fenômenos climáticos severos causarem cada vez mais danos nas cidades e populações são menos climáticas do que demográficas e políticas.

Eu interpreto que aqui ele não está querendo dizer que a parte climática tem a sua importância. Obviamente que tem. Mas as questões associadas e vistas de um foco mais amplo trazem a importância de rever conceitos de ocupação do solo, enfim, as ques-

tões demográficas e políticas são importantes para as tomadas de decisão.

Próximo, por favor.

Ainda falando de ciência, agora já no relatório de avaliação do IPCC mais recente, o de 2007 – lembrando que o IPCC vem trabalhando no quinto relatório, a ser apresentado em 2015 –, o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC traz a informação de que é muito provável que a maior parte do aumento de temperaturas médias globais dos meados do século XX se deva ao aumento de concentrações antrópicas de gases de efeito estufa.

E aqui na linguagem do IPCC muito provável quer dizer que a probabilidade é maior do que 90%. Para os senhores terem uma ideia de comparação, quando o painel trata uma probabilidade de “extremamente provável”, estamos falando de uma probabilidade maior do que 95%, e se for virtualmente certa aquela informação, é uma probabilidade maior do que 99%.

Mas, de qualquer forma, é inegável que a mudança do clima vem sendo provocada, sim, por intervenção antrópica no meio ambiente.

Próximo, por favor.

Novamente, como contundência, o IPCC traz a informação de que o aquecimento do sistema climático é inequívoco, mas uma vez mostrando que os céritos... É claro que temos que respeitar opiniões, mas fica um pouco difícil hoje não aceitar o papel antrópico na mudança do clima.

Próximo, por favor.

Aqui são medidas que os senhores já conhecem bastante bem, e aí são medidas observacionais do IPCC de aumento de temperatura média global, média do nível do mar e diminuição de cobertura de neve no Hemisfério Norte.

Próximo.

Falando de variabilidade climática natural e a parte antropogênica, isto aqui é muito ilustrativo da importância de quando considerarmos as questões de adaptação à mudança do clima, de considerarmos as duas vertentes juntas. Esses são dados do terceiro relatório de avaliação do IPCC, de 2001, e aqui é muito interessante o dado de que se considerarmos anomalias de temperatura, de acordo com a variação temporal, nós temos alguns resultados de modelos, modelos globais de mudança do clima, e alguns resultados – esses modelos aqui na parte hachurada cinza – de observações. São realmente observações, medições.

E aí os senhores notam que se considerarmos só a força natural isolada, a curva do modelo e a curva da parte observacional não batem, elas estão divergentes. Se considerarmos separadamente a força antropogênica somente e não considerarmos

a natural, de novo temos uma incompatibilidade de curvas. A parte cinza, que é a do modelo, diferente da parte observacional.

Mas, aí sim, para defender de maneira contundente o que eu vinha defendendo anteriormente, quando considerarmos as forças natural e antropogênica, aí, as duas curvas, tanto a observacional como a do modelo de resultados se encaixam perfeitamente. Então, a importância de nós considerarmos os dois elementos.

Próximo, por favor.

O que o Governo Federal vem fazendo em relação à mudança do clima? Bastante rapidamente.

Pode passar, por favor.

Nós temos hoje, por meio do mandato dado pela Política Nacional sobre Mudança do Clima, aprovada no final de 2009, o compromisso nacional voluntário de reduzir as nossas emissões em relação ao que foi projetado para o ano de 2020 no intervalo entre cerca de 36% e 39% das nossas emissões.

Para isso, foram elaborados alguns planos chamados Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima. Nós já temos hoje elaborados o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, um plano coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Da mesma maneira, nós já temos elaborado também o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado, o PPCerrado, o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, o Plano Decenal de Energia, no setor energético, e, em fase de elaboração para serem entregues até o final deste ano, alguns planos que já vinham previstos na lei, notadamente os planos de siderurgia, indústria e mineração, que estão sendo elaborados mas podem fazer parte de um pacote somente de indústria. Ainda temos que esperar para ver se vai ser esse o resultado realmente. Um plano no setor de transportes. Na área de saúde e na área de aquicultura e pesca, que não estava prevista na lei, mas o Ministério, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca se prontificou a trazer também a sua contribuição com o plano setorial.

Próximo, por favor.

Aqui, para falarmos de coordenação, de monitoramento de emissões e de estimativa de emissões de gás de efeito estufa, e aí, muito mais ligado ao que o Deputado Sirkis falou no início, na área de mitigação da mudança do clima, a ideia do Governo Federal é ter diferentes centros de monitoramento e o mais avançado e já previsto no seu plano de emissão de baixo carbono da agricultura, um centro multi-institucional de monitoramento, coordenado pela Embrapa e com forte participação da rede de clima, que é uma rede organizada pelo Inpe e, portanto, o hoje Secretário do Ministério

da Ciência, Tecnologia e Inovação, Carlos Nobre, tem um papel importante na Rede Clima, envolvendo instituições de pesquisas acadêmicas para auxiliar esses centros. A ideia é que esses centros de monitoramento sejam parte dos diversos planos setoriais.

Eu chamo atenção para a discussão de hoje aqui. Na área de adaptação, vemos o plano da área de saúde e o plano da área de aquicultura e pesca muito mais voltados para o tema de adaptação, mas são os centros que ainda estão sendo pensados. É claro que cada um desses planos é coordenado pela pasta competente, mas vemos esses centros se replicando nos diferentes planos.

Próximo.

Em termos de recursos financeiros. Hoje, temos o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. E aproveito para fazer menção ao que o Deputado Glauber falou de recursos provenientes dos *royalties* de petróleo para amparar um fundo preventivo. Essa ideia foi um pouco utilizada no Fundo Nacional sobre Mudança do Clima como um instrumento da Política Nacional sobre Mudança no Clima. Os recursos não vêm de *royalties*, mas de uma participação especial do petróleo, prevista na Lei do Petróleo, a que o Ministério do Meio Ambiente tinha direito. Só que, naquela época, como a Lei do Petróleo estava, o Ministério só podia acessar esses recursos se houvesse algum acidente na indústria de petróleo. Estava havendo um acúmulo de recursos, e ficava meio esquisito, meio contraditório ter que haver um acidente para aquele recurso ser mobilizado.

O Ministério do Meio Ambiente propôs a mudança dessa lei, isso aconteceu e, até 60% dessa participação especial que era destinada ao Ministério do Meio Ambiente é voltada para um Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Para o orçamento de 2011, tivemos, em termos de recursos reembolsáveis, R\$200 milhões para projetos de mitigação e adaptação. Os projetos de recursos reembolsáveis são projetos operacionalizados pelo BNDES. Coube ao Ministério do Meio Ambiente operacionalizar os projetos de recursos não-reembolsáveis, da ordem de R\$30 milhões.

Próximo.

Então, estamos falando que para o orçamento de 2011 os recursos de R\$230 milhões, e esses recursos podem aumentar para os próximos anos.

Só para ilustrar rapidamente, temos muitos temas na área de adaptação, embora aqui haja alguns elementos de mitigação, Deputado, mas na parte de não-reembolsáveis o Ministério procurou dar uma atenção à adaptação.

É bem verdade que na negociação internacional, o tema de mitigação tem um *status* muito maior do que

o tema de adaptação. Isso é fato. O tema de mitigação, por exemplo, tem a parte de mercado de carbono, tem uma parte econômica importante e, na adaptação, não é dispensado o mesmo tratamento.

Em função disso, os países em desenvolvimento vêm, por recursos próprios – e aí cabe uma observação rápida, em termos de implementação da Convenção sobre a Mudança do Clima, os países do Anexo I –, deixando muito a desejar em termos de compromisso que assumiram em transferências de tecnologias, em capacitação, em transferência de recursos para países em desenvolvimento.

Isso não é como obrigação não vinculada em uma razão. Existe a responsabilidade histórica desses países em terem causado grande parte da mudança do clima que estamos sentindo hoje. Assim, eles assumiram o compromisso de fazer essas transferências de tecnologia, capacitação e recursos, o que não vem acontecendo. Os países estão agindo de maneira própria, e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima é um exemplo disso.

Próximo, por favor.

O importante para o nosso debate de hoje também... Ainda, é claro, é um recurso muito pequeno, mas para iniciar alguma coisa no componente de adaptação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, devemos reconhecer, a exemplo do que vem acontecendo internacionalmente, internamente também temos que melhorar nossa atuação na parte de adaptação, a exemplo do que vem acontecendo na parte de mitigação. Em relação ao sistema de alerta contra desastres naturais, temos uma descentralização orçamentária para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Secretário Carlos Nobre de novo falou bastante no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre a questão do sistema de alerta para desastres naturais. Havia a previsão de R\$10 milhões e, por questões burocráticas, já conseguimos disponibilizar para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação R\$3 milhões, mas com perspectiva de aumentar esses recursos.

Próximo.

Bom, se o senhor me permite, Deputado, rapidamente, eu sei que passei o meu tempo, mas como comentários finais, mencionei a questão da negociação internacional, e acho que vale explorar um pouco mais isso também. Hoje, temos um bloco de discussão de mitigação, mas existe uma discussão de adaptação, mudança do clima.

Na convenção de Cancún foi criado um comitê para adaptação, e essa é uma vitória grande dos países em desenvolvimento. Há uma perspectiva de promessa dos países desenvolvidos de US\$30 bilhões para o período entre 2010 e 2012, um *fast start* para

financiamento, só que o que os países em desenvolvimento vêm dizendo é que esse dinheiro ainda não apareceu de maneira forte. Seria um dinheiro reetiquetado. Esse recurso deveria ser novo e adicional, mas os países desenvolvidos vêm apresentando recursos que já estavam comprometidos para outras áreas, e ele vem sendo reetiquetado como recurso para mudança do clima.

Também há a promessa de os países desenvolvidos desembolsarem, também para financiamento, para adaptação e mitigação, US\$100 bilhões anuais até o ano de 2020, o que também está um pouco difícil de acontecer, principalmente em um cenário de crise econômica.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Até ou a partir?

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Desculpe, a partir. O financiamento de longo prazo é a partir de 2020.

Novamente, para mostrar as ações dos países em desenvolvimento, para finalizar.

Hoje, existe um fundo de adaptação internacional para a mudança do clima. Só que os recursos do fundo de adaptação estão sendo gerados por projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo, os projetos que geram as reduções certificadas de emissões, popularmente conhecidas como créditos de carbono. Dois por cento das reduções certificadas de emissões geradas pelos projetos de MDL vão para um fundo de adaptação para que ele contemple projetos de adaptação em países em desenvolvimento, mas o curioso, mais uma vez, é que esse recurso vem de projetos sendo desenvolvidos pelos próprios países em desenvolvimento.

Eu acho que já extrapolei bastante o tempo, Deputado. Eu agradeceria mais uma vez a oportunidade. E fico à disposição para a continuidade dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Eu queria agradecer a contribuição sempre muito importante e técnica e, para concluir, fazer algumas observações.

Eu acho que a discussão de hoje aponta para aquilo que deveria ser uma mudança no paradigma de como este assunto vem sendo tratado desde os anos 90.

Nós temos, no Protocolo de Kyoto, um determinado entendimento sobre obrigações comuns, porém diferenciadas. E me parece que o grande desafio, daqui para frente, e talvez esse seja um dos temas da Conferência de Durban, é tentar revisitar esse conceito. Ele não muda o conceito em si, mas se coloca hoje de uma forma diferente da que se colocava nos anos 90.

Por um lado, é inegável que o papel do mundo em desenvolvimento na emissão de gases de efeito estufa é substancialmente mais importante do que era naquela época. Nós estamos caminhando para uma situação em que, daqui a alguns anos, em 2020, 70% das emissões provirão do mundo em desenvolvimento e 30% do mundo desenvolvido.

Hoje, os países que provavelmente ainda se dispõem a permanecer num segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, basicamente países da Comunidade Europeia, da União Europeia, melhor dizendo, já que o Japão, a Rússia, o Canadá e a Austrália aparentemente vão sair dessa obrigação, infelizmente.

Esses países da Europa hoje respondem por 16% das emissões. É evidente que tem que haver uma mudança nesse sentido, ou seja, tem que se adotar como princípio não mais aquela visão da época do Protocolo de Kyoto, de que apenas os países desenvolvidos devem cortar suas emissões porque isso se tornaria cada vez mais inócuo.

Por outro lado, persistem noções como aquelas da responsabilidade histórica das emissões *per capita*, porque, se é verdade que o futuro do clima, daqui para frente, não vai depender nem das emissões *per capita* nem do histórico de emissões, vai depender das emissões no agregado, do número absoluto de emissões daqui para frente, por outro lado, existe, sem dúvida alguma, quando se considera a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera e os riscos que ela têm, cada vez maior, de ultrapassar os 450 ppm, existe um histórico de emissões acumulado.

De fato, os países desenvolvidos, desde o início da era industrial até hoje, são responsáveis por 70% das emissões. Como é que se sai dessa contradição? Porque fica um diálogo de surdos, em que ambos têm razão. E o fato de terem razão não quer dizer nada, porque não agrega para uma solução.

Evidentemente, os países desenvolvidos têm razão quando dizem que, daqui para frente, o fundamental vai ser o que será emitido. No entanto, os países em desenvolvimento têm razão quando apontam para emissões *per capita*. A China, por um lado, hoje, é o maior emissor e, de outro lado, se formos analisar as emissões *per capita*, emitem um sétimo dos Estados Unidos. Por outro lado, 70% das emissões acumuladas pertencem aos países desenvolvidos.

Como sair desse impasse completo em que ambos têm o discurso muito bem articulado? O discurso de ambos é coerente porque os dois têm razão, e não adianta nada para a humanidade ficar nesse impasse. Trata-se de basicamente considerar uma nova visão das obrigações comuns, porém diferenciadas, de que, por um lado, todos temos que reduzir as nossas emis-

sões e, por outro lado, é necessário aplicar o princípio poluidor-pagador, ou seja, os custos, tanto da mitigação quanto da adaptação, os custos aportados para o Fundo Verde do Clima têm que ser proporcionais e relacionados com o histórico de emissões, com a responsabilidade respectiva nas emissões desde o início da era industrial, ainda por cima considerando o tempo que essas emissões permaneceram na atmosfera, porque também tem que ser considerado esse aspecto.

Se se conseguir chegar a um acordo sobre essa leitura, será possível avançar porque todos vão ter a obrigação de cortar, mas a conta vai ser paga dentro do princípio poluidor-pagador. Essa é uma discussão relativamente nova e difícil de fazer porque vai contra hábitos mentais fortemente consolidados, tanto por parte de uns quanto por parte de outros, mas se não houver essa nova visão, essa nova abordagem, não se conseguirá avançar nem na mitigação, nem no financiamento.

Dito isso, se não houver mais nada a ser colocado, eu gostaria de, para encerrar, colocar em votação, um requerimento assinado pelo Presidente, Senador Sérgio Souza, e por mim, que é o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CMMC

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC, para debater as causas e consequências do vazamento de petróleo no Campo do Frade, na Bacia de Campos, operado pela empresa norte-americana Chevron. A reunião contará, a título de sugestão, com a participação dos seguintes convidados:

- Representante da Petrobrás;
- Representante da Empresa Chevron; e
- Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Eu gostaria de submeter à votação.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de, junto com essa sua proposta... Foi aprovada, aqui na Comissão, audiência pública, no dia 16 de dezembro, no Rio Grande do Sul, sobre os biocombustíveis.

Eu gostaria de fazer a retirada dela para este ano e propor para o próximo ano, porque gostaríamos que houvesse uma participação maciça do Estado, principalmente dos alunos ligados ao curso de Agronomia e aos outros setores da economia do Estado. Esse é um período difícil.

Deixo como proposta para a Comissão o dia 16 de março de 2012, que é também o dia em que costumamos fazer as audiências públicas, para que possamos ter a organização de todos os segmentos do Estado nesse evento da Comissão, mas com a forte participação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e dos setores envolvidos na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Muito bem.

Quem é favorável ao primeiro requerimento permaneça como está. (Pausa).

Aprovado.

Quem é favorável ao segundo requerimento permaneça como está. (Pausa).

Aprovado.

Dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Inicia-se a reunião às 14 horas e 19 minutos e encerra-se às 15 horas e 59 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS, EM ARACAJU, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e onze, no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em Aracaju, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senador Antonio Carlos Valadares e do Deputado Márcio Macêdo. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A pauta visa atender ao Requerimento nº 15, de 2011-CMMC, aprovado em 9 de setembro do corrente, em que requer, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública Regional, em Aracaju, no Estado de Sergipe para tratar do tema: As Consequências das Mudanças Climáticas nos Biomas Brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia, de autoria do Senador Sérgio Souza e Deputado Márcio Macêdo. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 13ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública Regional em Sergipe para debater as consequências das mudanças climáticas nos biomas brasileiros: mata atlântica, caatinga, cerrado e Amazônia. Durante a abertura, passa-se a

palavra ao Senhor Genival Nunes Silva, secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, representando o Governador do Estado, ao Senador Antonio Carlos Valadares, ao Deputado Federal Márcio Macedo, à deputada Angélica Guimarães, Presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe e à deputada estadual Conceição Vieira. Em seguida, passa-se à exposição do Senhor Fernando Antonio Macena da Silva, Pesquisador da EMBRAPA Cerrado, Senhora Karen Suassuna, Diretoria do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente e Senhor Francisco Campello, Diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente. Encerrada as exposições, o Senhor Presidente abre para questionamentos dos membros da Comissão e ouvintes. Após as perguntas, o Senhor Presidente declaração encerrada a reunião agradecendo a recepção da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe para a realização da referida reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, EM CONJUNTO COM A 57ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senadores Sérgio Souza e Rodrigo Rollemberg, reúnem-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Jayme Campos, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Waldemir Moka, e dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 14ª Reunião, que é dada como aprovada. A presente

Reunião destina-se a realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, de Silvio Jablonski, Assessor de Diretoria, e Edson Montez, Coordenador Adjunto de Meio Ambiente, ambos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Curt Trennepohl, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Mário José Guisi, Subprocurador Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); e Luis Alberto Pimenta Borges Bastos, Supervisor de Meio Ambiente da CHEVRON Brasil, representando o Presidente da Empresa, George Buck; com o objetivo de debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Deixam de comparecer os Srs. Carlos Minc Baumfeld, Secretário Estadual da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, e John Amos, da Organização Não-governamental SkyTruth, que justificou ausência. Após a exposição dos convidados, a Presidência suspende a reunião às 11h09 e reabre a sessão às 11h19. Usam da palavra os senhores parlamentares Rodrigo Rollemberg, Marcelo Crivella, Sérgio Souza, Antonio Carlos Mendes Thame e Alfredo Sirkis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando a presente ata, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, e Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Sérgio Souza**, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 15ª Reunião da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Srãs Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente audiência pública conjunta objetiva debater os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo proveniente do noticiado acidente ocorrido na plataforma Sedco706, utilizada pela Chevron, localizada no campo de Frade, na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, com a participação dos seguintes convidados: Sílvio Jablonski, Assessor de Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que convido para a Mesa; Sr. Curt Trennepohl, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Dr. Mário José Guisi, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); Carlos Minc Baumfeld, Secretário Estadual da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, que não confirmou presença; e Luiz Alberto Pimenta Borges Bastos, representante da Chevron do Brasil, a quem convido para a Mesa.

Informo que o representante da Organização Não Governamental Sky Truth, Sr. John Amos, justificou sua ausência.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, esclarecendo que esta é uma audiência conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Mudanças Climáticas, tão bem presidida pelo Senador Sérgio Souza.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, para as suas observações iniciais, e aos nossos convidados, quero registrar apenas a preocupação de toda a população brasileira com o acidente ocorrido na Bacia de Campos, motivado pelo vazamento de petróleo no campo explorado pela Chevron.

O objetivo desta audiência pública, que não é isolada, é fazer um conjunto de audiências públicas para aprofundar este tema no âmbito do Parlamento.

Dividiria em duas preocupações: uma imediata, que é compreender, inicialmente, as causas desse acidente específico. Se houve negligência da empresa, quais foram as razões de um acidente desse tipo, quais foram as providências tomadas pelos órgãos responsáveis, o Ibama, a Agência Nacional de Petróleo, o Ministério Público Federal, enfim. Informações trazidas pela imprensa, desde ontem, sobre o acondicionamento do óleo retirado do mar e levado para Duque de Caxias. Se foi feito adequadamente, se efetivamente ali também houve negligência ou não da empresa ou das empresas no acondicionamento daquele óleo. São informações importantes que o País precisa ter conhecimento, especialmente o Senado, sobre esse acidente específico.

O outro tema, que pretendemos nos aprofundar nas audiências públicas seguintes, é que o Brasil é um país que é vanguarda no desenvolvimento tecnológico e na exploração de petróleo em águas profundas, por meio de tecnologias desenvolvidas pela Petrobras. O que o Brasil está fazendo, efetivamente, para poder explorar o pré-sal com o máximo de segurança?

Por outro lado, é importante questionar por que, até este momento, ainda não temos um plano de contingência, o que está faltando para, efetivamente, o Governo cumprir o que está previsto na lei aprovada desde 2001, salvo engano, e que previa um plano de contingência. De quem será a responsabilidade maior nesse plano de contingência. É importante que o Senado conheça, com profundidade, o plano de contingência, quais são as responsabilidades de cada Ministério, a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo, do Ibama, enfim, é importante saber.

Outra coisa é uma rediscussão da Lei de Crimes Ambientais. Será que as multas previstas na legislação brasileira são suficientes para acidentes que causam danos de tal magnitude? A imprensa noticiou que, no ano passado, quando tivemos o acidente no Golfo do México, envolvendo a British Petroleum, as multas chegaram a US\$ 20 bilhões. No Brasil, a multa maior, individualmente, é de R\$ 50 milhões. Segundo o delegado da Polícia Federal que investiga o caso, Dr. Fábio Sciar, uma média de 53 minutos de extração de petróleo pagaria uma multa desse valor. Não seria o caso de rediscutirmos os valores das multas previstas na Lei dos Crimes Ambientais?

Uma outra questão que se coloca, também para um debate futuro, é que os Estados que são produtores de petróleo, ou os Estados confrontantes com a exploração de petróleo, recebem uma quantia bastante elevada de *royalties* e participações especiais. Será que esses recursos estão sendo bem investidos? Que percentual desses recursos estão sendo utilizados na fiscalização, na dotação de sistemas de proteção e de socorro, no caso de acidentes?

Outra questão levantada ontem, com grande destaque, na primeira página do jornal *O Globo*: Será que o orçamento da Agência Nacional do Petróleo, o orçamento destinado à fiscalização, é compatível com os imensos desafios que o País tem na exploração do petróleo, especialmente agora, com o advento do pré-sal? Como podemos capacitar e instrumentalizar as agências e as instituições, como Ibama e ANP, para que possam, efetivamente, cumprir as suas missões legais?

São questões que precisam estar colocadas, é um privilégio para um país como o Brasil ter uma matriz energética extremamente diversificada – registro aqui, com muita alegria, a presença do segundo Vice-

-Presidente da Casa, Senador Waldemir Moka – e não podemos deixar de reconhecer o que poderá significar para o Brasil, do ponto de vista do avanço tecnológico, dos investimentos em educação, ciência, tecnologia, inovação e das melhorias das condições de vida da nossa população, se soubermos usar, com inteligência e de forma estratégica, os recursos auferidos do pré-sal.

Mas também temos que ter a plena consciência da necessidade de investirmos em segurança, para que possamos realizar todos os investimentos necessários e a prospecção e a extração de petróleo com o nível máximo de segurança. Para isso, é fundamental que as autoridades do nosso País, especialmente o Senado Federal, tenham conhecimento completo, pormenorizado, profundo, de todas as ações e iniciativas que o Governo Federal vem tomando nesse sentido e o que cabe como responsabilidade ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, no sentido do aperfeiçoamento da legislação brasileira.

Então, dividiria em dois tópicos o nosso interesse: o esclarecimento deste acidente específico, das responsabilidades e das providências que estão sendo tomadas pelos órgãos ambientais brasileiros e, ao mesmo tempo, o que precisamos fazer para o futuro, para dar maior segurança à extração de petróleo em nosso País.

Passo, neste momento, a palavra ao Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Muito do que V. Ex^a falou também é preocupação da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. O Brasil vem constantemente aumentando a prospecção de petróleo. O País, nas últimas décadas, principalmente na última, tornou-se um grande produtor mundial de petróleo, mas o petróleo do Brasil está em águas, principalmente em águas profundas – e esse tipo de segurança é que temos que ter.

O Congresso Nacional não pode se furtar dessa responsabilidade, tanto no cuidado com o meio ambiente, como também com relação à fiscalização, porque, em um acidente como esse, que não me parece ser pequeno, com uma amplitude deste tamanho, talvez as sanções pecuniárias, principalmente multas, que devem ser exemplares, não são à altura de um acidente dessa natureza. Mas é isso que estamos aqui para discutir e até mesmo para pautar uma sequência futura propositiva ao Poder Executivo ou ao Legislativo, no que diz respeito à fixação de um nível maior de multas.

Temos que nos preparar, Senador Moka, para explorar esse petróleo do Brasil – e cada vez mais são descobertos campos com grandes reservas de petróleo, em áreas cada vez mais profundas da nossa costa.

A responsabilidade deste Congresso Nacional e do Governo Federal tem que ser ainda maior. Temos que ter um controle para que toda a população brasileira e mundial seja preservada por um eventual vazamento dessa natureza e outros que podem ter proporções ainda maiores. Sabemos que isso é possível de acontecer, porque aconteceu, recentemente, no Golfo do México, algo parecido e com proporções ainda maiores.

Acredito que o Congresso Nacional tenha a função muito mais de pautar, no preventivo, as ações necessárias para que acidentes como este não venham a ocorrer, e esta pauta pode ser na formulação ou na recomendação normativa, para promovermos uma prevenção necessária, e também, lógico, a impositiva, com a criação de multas que sejam adequadas a eventos como esse.

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, uma Comissão Permanente do Congresso Nacional, em conversa com a Comissão de Meio Ambiente, na semana passada, tomou a decisão de promover esta audiência pública, em conjunto, porque é um debate que interessa não só ao Senado Federal, mas também ao Congresso Nacional e a toda população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Gostaria, então, de iniciar ouvindo o representante da Chevron.

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BATOS – Bom-dia a todos. Em nome da Chevron, agradeço a oportunidade de poder aqui trazer esclarecimentos sobre este acontecimento, um vazamento que tivemos, em função de um problema técnico no poço, na bacia de Campos, no campo do Frade.

Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se trocar de lugar, fica melhor.

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BATOS – Bom dia a todos.

Ex^{mo} Sr. Dr. Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização; Ex^{mo} Sr. Sérgio Souza, Senador, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas; outros Senadores presentes; a Chevron agradece a oportunidade de poder estar aqui falando sobre o nosso incidente no Campo do Frade, trazendo explicações e informações que achamos fundamentais pela pauta colocada pelo Sr. Senador.

Eu vou passar a apresentação e, depois, estarei aqui para responder as perguntas e as colocações que forem feitas.

Inicialmente, eu gostaria de posicionar que a Chevron é uma empresa com alicerces muito fortes e padrões de qualidade muito altos, que são exercidos no mundo inteiro e que não são diferentes aqui, no Brasil. Temos princípios que regem a nossa conduta. Todas as pessoas da empresa são consideradas valores da empresa e todos nós temos conexão com os valores que fazem parte do nosso modo de operar: integridade, confiança, diversidade, criatividade, parceria, proteção às pessoas e ao meio ambiente e sempre alto nível de desempenho. A empresa sempre procura ser reconhecida e ter o grande objetivo de ser o que chamamos de primeiro nível mundial, então, ser referência para todas as outras empresas.

Próximo, por favor.

Uma breve descrição sobre o incidente. Esse é um esquema em que vocês podem ver a plataforma Sedco 706, a estrutura descida no momento em que houve o problema. Nós estávamos com a coluna de perfuração, o BOP colocado, porque havia a expectativa de atingir uma camada portadora de hidrocarboneto. Já haviam sido feitos revestimentos de 36 e 13 3/8, cimentados. Estava na fase de poço aberto para perfuração, quando encontramos um ponto de pressão não esperada, acima do que estava esperado dentro da perfuração. Essa pressão causou o que é chamado de *kick*, que é um influxo de fluido para dentro da coluna de perfuração, que é identificado pelo aumento de lama nos sensores da borda da plataforma. Quando ocorreu isso, o BOP foi ativado instantaneamente e conteve o *kick*, não causando maiores problemas. O que não esperávamos é que a formação abaixo da sapata de 13 3/8 tivesse uma fissura. A avaliação técnica é que, na subida do óleo, quando teve o *kick*, ele encontrou resistência da sapata que não cedeu. Então, abaixo dela, houve um ponto de pressão e uma chama da ruptura na formação, abaixo da sapata. Nesse momento, com tudo parado, ou seja, o poço fechado com o BOP, controlado, não havia ideia de que isso estava ocorrendo. Depois, vou mostrar para os senhores uma linha do tempo, em que podem ser vistos os eventos.

Próximo, por favor.

O que aconteceu no dia 7 de novembro? Foi controlado e comunicado às agências no dia seguinte. Foi comunicado ao Ibama e à ANP. No dia 8 de novembro, então, foi vista um mancha ao sul da nossa plataforma, através de um helicóptero que fazia a troca de pessoal no FPSO Brasil. Primeira vez que essa mancha foi observada. O óleo não apareceria à superfície de forma espessa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Só para esclarecer: o que é FPSO?

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BATOS – FPSO é uma unidade de processamento, produção e armazenamento de óleo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – De quem é essa unidade?

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BATOS – FPSO Frade é da Chevron, no Campo do Frade. FPSO Brasil é da Petrobras, no Campo de Roncador.

Então, a distância entre essas duas unidades, a nossa sonda e a FPSO Brasil, é de 4.600 metros. A mancha apareceu a cerca de três quilômetros, na distância ao sul, sendo visível, então, pelas condições dela, pelo helicóptero que estava fazendo a troca de pessoal na unidade FPSO Brasil. Nesse momento, a Petrobras avisou a todos na área, ao nosso campo, que é próximo, e achávamos tratar-se de uma mancha órfã. A Petrobras começou o combate a essa mancha, e nós colocamos nossos barcos à disposição, para auxiliá-la nesse combate, como é o padrão quando se tem uma mancha órfã próxima das unidades. Foi feita uma avaliação nas condições do poço. Não havia indício de problema algum, mas identificamos que foi um *kick* de óleo, e não havia registros de perda do óleo ou de problemas na coluna.

Então, a Petrobras também começou nesse momento a avaliar suas estruturas. O campo de Roncador tem várias estruturas submarinas na área. Foi feita uma avaliação.

O FPSO Frade começou também uma avaliação, em todos os poços já produzindo, pela avaliação dos registros que estavam vindo, e todos eles foram identificados como não havendo problema.

No dia seguinte, o ROV da Chevron, uma vez informado, ninguém achou a causa. Começamos a expandir as áreas de busca, quando, então, o ROV da Sonda, 706, o nosso ROV, foi descido e afastado, no seu limite, ou seja, longe da plataforma, e conseguiu ver a primeira fissura. Nesse exato momento, nós começamos a assumir a resposta. Até então, estávamos participando em apoio à Petrobras. Nesse momento, nós assumimos a resposta, e começamos toda a estrutura para ativar o nosso plano de emergência, colocar em operação o plano de emergência e fazer as devidas comunicações.

Aqui tem uma linha do tempo mostrando que houve um aumento de pressão e um *kick* detectado, com BOP funcionando no dia 7. No dia 8, foi achada a primeira mancha, e começaram as análises para descobrir onde poderia estar o problema. No dia 9, as análises continuaram, com a primeira exsudação sendo identificada, e a nossa equipe de resposta, que

já estava em *stand by*, ou seja, de prontidão, desde o dia anterior, foi efetivada. Começamos, então, nos dias 10 e 11, o combate à mancha e, principalmente, a preparação da lama pesada, para o controle da fonte.

Desde o início, nosso presidente colocou três grandes objetivos muito claros: primeiro, segurança do pessoal envolvido; segundo, controle da fonte; terceiro, resposta de emergência para minimizar os danos ao meio ambiente.

No dia 12, foi confirmado esse fluxo abaixo do revestimento – as análises indicaram isso –, e nós continuamos a resposta emergência, já com a tentativa de contenção e recolhimento, e com a técnica de dispersão mecânica. Contenção e recolhimento não se mostraram adequados pela característica com que o óleo chegava à superfície. Ele não formava manchas visíveis, ficando um pouco na subsuperfície. Isso dificultava tanto a identificação pelos barcos, como a eficiência das barreiras que são utilizadas para contenção e recolhimento em alto-mar.

Várias estratégias foram sendo desenvolvidas, como tentar passar os barcos por cima, para tentar levantar, e esse óleo soltar um pouco para que chegassem à superfície, mas elas não surtiram grande efeito. Isso devido ao volume que estava saindo ao fundo. Esse deslocamento, desde o ponto em que houve a ruptura, até o fundo do mar, que ainda é motivo de análise. A gente não sabe que caminho esse óleo percorreu. E, depois, o deslocamento na coluna d'água até a superfície levava esse óleo a já chegar à superfície espalhado, o que diminuía muito a espessura dele na superfície. A gente via alguns locais em que havia concentração, porque, com as ondas, no momento, algumas daquelas partículas iam de novo se aglutinando. Em alguns lugares, você o via mais concentrado. Era onde nós tentávamos atacar.

Desde o dia 10, começamos a estratégia de voos para identificação. Como eu disse, era muito difícil ver esse óleo do barco. Os barcos não conseguiam identificar. Viam o prateado, mas não conseguiam identificar o óleo que estava na superfície muito claramente. Então, com os sobrevoos diários de helicóptero, de duas até três vezes, com a presença de representantes da ALP, da Marinha, do Ibama, mas passávamos a estratégia, para que os barcos pudessem fazer essa resposta.

No dia 13 de novembro, quatro dias depois de conseguirmos identificar a fonte, a lama pesada foi bombeada, e a fonte isolada. A mesma função da lama pesada é você conter e evitar que qualquer coisa saia do reservatório. Então, no momento em que essa lama pesada foi passada, o fluxo que já tinha saído no poço acabou. Ou seja, a fonte de alimentação para aquele vazamento foi cessada.

Então, o que nós tivemos a partir daí – vocês vão ver num *slide* futuro – é um caimento do valor. Ou seja, apenas o óleo que já havia saído e estava no trajeto, ao longo do sedimento e na coluna d'água, é que continuava a vazar.

No dia 14, continuam as ações de combate.

No dia 15, condições climáticas desfavoráveis. Houve uma passagem de frente fria, com ondas de 4 a 6 metros no local. Isso durou de 3 a 4 dias.

Estrategicamente, nós trouxemos as nossas embarcações para terra para que elas pudessem ser reabastecidas, realimentadas e ter a tripulação trocada. Nesse processo, foi tomado todo o cuidado, nessas embarcações que tivessem vindo da área, ao chegar próximo da costa, elas eram, identificado que havia alguma contaminação de óleo, elas eram acompanhadas por embarcações batedoras até um porto no Rio de Janeiro, uma área no Rio, onde fizemos a descontaminação dessas embarcações.

No dia 16, houve a cimentação do primeiro tampão do poço. Uma vez a fonte controlada com a lama, foi feito um plano de cimentação para o abandono do poço, alinhado, apresentado e aprovado pela ANP em cada um dos passos. E sempre é discutido com a ANP em função dos resultados. Então, o primeiro tampão foi colocado no poço.

E agora, do dia 17 ao dia 28, nós continuamos com o combate. A mancha que ainda existe na superfície, que é cada vez mais fina, não permite o recolhimento, está sendo dada a dispersão mecânica, que é um processo dado em resposta de emergência a esse tipo de mancha. Há um monitoramento do poço, continuando, está confirmado que houve interrupção da fonte e estamos começando as preparações para as operações finais.

Continuamos fazendo o sobrevoo. A partir do dia 17, começamos sobrevoos com aeronaves para aumentar a autonomia da avaliação. Esses sobrevoos também têm participação de técnicos do Ibama, de técnicos do Inea, que estão embarcando constantemente e acompanhando essa redução das manchas.

Como eu falei, a prioridade da resposta foi garantir a segurança das equipes. Temos orgulho de falar que desde o dia 10, quando começamos a resposta, não houve um caso de acidente com qualquer pessoa na resposta. São quatrocentas pessoas envolvidas.

Interrompemos a fonte do vazamento. A interrupção era outro... E a recuperação do meio ambiente... Dar as tratativas e as ações para fazer a armação da resposta.

Então, aí existem vários pontos, como vocês podem ver, vários barcos dedicados, o uso de imagens de satélite para poder comprovar e ser validada junto

à avaliação feita do sobrevoo, que é o que indica, para você ter uma avaliação mais crítica da quantidade de óleo na água. Especialistas em controle de poço foram chamados para auxiliar, mobilização da equipe de resposta mundial da Chevron, ou seja, especialistas, tanto remotamente quanto alguns que vieram para o País, deram apoio na resposta.

No dia seguinte, no dia 11, conseguimos chegar com o Skandi Salvador, que era a embarcação multifunção que temos sob contrato, com dois ROVs, e desde então ele vem fazendo o monitoramento dos pontos onde estava saindo o óleo. Tem todo esse acompanhamento, todas elas foram mapeadas, e é acompanhamento diário das condições do vazamento no fundo.

Temos toda a estrutura de comando. Foi considerado e foi contratado um navio-tanque da Petrobras para que a gente tivesse, no caso da eficiência do recolhimento de óleo, não perdêssemos tempo tirando as embarcações do cenário onde você tinha mancha. Seria passado para esse navio-tanque para poder otimizar o que a gente tinha de capacidade de tancagem.

Houve o controle dessa fonte residual. E uma coisa que eu aproveito as palavras falando quanto ao plano de contingência e as ideias todas é que houve um apoio de toda a indústria do petróleo. A Chevron teve contribuições de várias empresas. Isso é um padrão comum internacionalmente feito e aqui no Brasil funcionou também muito bem. E também tivemos o apoio da Marinha do Brasil, da ANP e do Ibama. Desde o primeiro momento, todas as autoridades foram notificadas e, a partir daí, as informações foram passadas, com relatórios diários, além da presença de técnicos na Chevron da ANP, do Ibama e também do Inea, instituto ambiental do Estado do Rio de Janeiro.

Próximo.

Para se ter uma ideia, quando houve a identificação do vazamento, no primeiro momento – como nós não tínhamos esses valores todos e ainda há uma série de coisas que estão sendo analisadas –, nós fizemos toda a avaliação de reservatório, de potencial de reservatório, das pressões, para poder chegar a essa curva, indicando os valores que foram vazados e mostrando claramente que, quando se obteve o controle da fonte no dia 13, houve um decréscimo grande e o que nós temos agora é apenas um afloramento de óleo residual, que já estava a caminho da superfície.

Próximo.

Para se ter uma noção de comparação, o que já foi muito feito, em Macondo, em 2010, foram quatro milhões, quase cinco milhões de barris, e o nosso vazamento foi de 2.400 barris; só para se ter, em escala, uma ideia de como é a dimensão de cada um dos incidentes.

Próximo.

Essa é uma imagem *mod* do dia 09. Vocês veem claramente a mancha na área onde estava... Eu sobrevoei a área nesses dias, e a mancha mostrava um padrão muito constante. A corrente estava muito forte, sem agitação, sem ondas. Então, não havia uma grande dispersão. Ela tinha uma propagação indo para sul/sudeste.

Próximo.

Também fizemos todas as análises com imagens de radar que são mais adequadas para esse rastreamento. Essa é uma imagem do dia 09, indicando a mancha. Nós fizemos e estamos fazendo ainda um acompanhamento dessas imagens.

Próximo.

Não sei se apagando a luz as pessoas poderão ver melhor essas imagens, mas essa era a fonte do vazamento. A aeronave está em cima da Sedco 706. O afloramento chegou ao ponto de 1,6 milhas ao sul, e há uma propagação dessa mancha.

Próximo.

Outra visão, já com os barcos dando o combate no momento em que ela aflora.

Próximo.

Essas imagens foram de ontem, do sobrevoo. É uma área muito pequena. Como a gente vem falando, é exatamente um óleo residual apenas que ainda está aflorando, com uma estrutura de resposta em local, ou seja, as embarcações ainda serão mantidas enquanto houver a situação. E como está descrito em nosso plano de emergência individual, o encerramento das operações só será dado após o acordo com o órgão ambiental sobre as situações.

Um técnico do Ibama viajou no dia 27 para acompanhar isso, e nós estamos mantendo esse acompanhamento também pelos órgãos ambientais, justamente para a tomada dessa decisão.

Aqui são algumas embarcações. Como eu falei, as principais estratégias que estavam sendo feitas estão relacionadas à dispersão mecânica pela característica do óleo na superfície do mar.

Tentamos o recolhimento. Naquelas condições em que o óleo aflorava mais, conseguimos identificar. Foi feito o recolhimento. Recolhemos 385 metros cúbicos de água oleosa. Existem algumas colocações, que vou aguardar para fazer, mas que já foram feitas pelo Presidente, pelo ilustríssimo Senador, quanto à destinação disso. Temos as posições.

Apenas vou rapidamente mostrar as imagens submarinas do ROV. Nós começamos a monitorar as localidades das manchas – cada uma delas foi identificada. Por isso, nós tínhamos, com esses *frames*, a identificação da localização com ROV para poder fazer

uma avaliação, durante o tempo todo, de como está a saída das gotas de óleo do fundo.

Próximo.

Então, para concluir, agimos rapidamente. No momento em que fomos avisados e começamos a tomar o controle da resposta, todos os recursos foram colocados. Conseguimos matar, controlar a fonte em quatro dias. Estatisticamente, isso é um resultado excelente nas operações de controle de poço. Trabalhamos com total transparência, mantendo informadas todas as agências ambientais, a ANP, e àqueles que nos solicitaram participação foram dadas informações com clareza, levando ao local, avaliando, tendo toda a posição de estar sempre mostrando. E vamos analisar os detalhes desse evento para poder compartilhar com toda a indústria, para que isso nunca mais ocorra em águas brasileiras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A apresentação vai ficar e estará disponível imediatamente na Internet, após o término da audiência pública.

Passo a palavra ao Presidente do Ibama, Sr. Curt Trennepohl.

O SR. CURT TRENNEPohl – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; Sr. Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas; Srs. Senadores; Dr. Guisi, do Ministério Público Federal; representantes da Chevron; Sérgio, da ANP; senhoras e senhores; eu gostaria de fazer rapidamente uma cronologia de como o Ibama se situou nessa operação.

No dia 7, a empresa Chevron, conforme ela já demonstrou – eu vou praticamente seguir essa cronologia, apenas inserindo o Ibama no contexto -, comunicou que teria havido um *kick*, um refluxo dentro do seu poço. Isso é um indicativo de que alguma coisa ocorreu, mas não obrigatoriamente é um indicativo de que houve um acidente. No dia 8, fomos comunicados pela Petrobras, conforme já mostrado pelo Chevron, de que havia um vazamento, possivelmente uma mancha órfã entre a estação do Frade e a estação do Roncador, entre as duas plataformas. Quando a Petrobras nos comunicou, às 19 horas e 28 minutos, que existia uma mancha de óleo de origem indeterminada, a nossa coordenação de emergências ambientais entrou em prontidão, porque uma mancha de origem indeterminada é indicativo de que ocorreu alguma coisa e tem de se descobrir onde é. No entanto, somente no dia 9/11, às 18 horas e 17 minutos, a Chevron conseguiu identificar a origem do vazamento e deu informação ao Ibama. No dia 9/11, às 18 horas e 17 minutos, nós fomos comunicados de que estava ocorrendo um vazamento de petróleo cru

no fundo do oceano, próximo ao posto que estava sendo perfurado. A partir da manhã do dia 10/11, o nosso grupo de licenciamento de petróleo e gás e o nosso grupo de emergências ambientais passaram a atuar dentro da sala da emergência da Chevron, porque a Chevron estava coordenando as operações de contenção do vazamento e nós passamos a atuar juntamente com eles, assim como a própria Agência Nacional de Petróleo, que também passou a atuar dentro da sala de emergência.

Eu gostaria de deixar claro, Srs. Senadores, que o Ibama não combate – nós não temos nem a expertise nem os equipamentos nem essa função institucional – o vazamento do petróleo. Nós acompanhamos e fiscalizamos o combate feito pela empresa licenciada. Toda empresa, quando se habilita ao licenciamento para exploração de petróleo, obrigatoriamente, apresenta uma análise de risco e um programa de emergências individuais. O programa de emergências individuais prevê todo o *pari passu* que a empresa deverá tomar no caso de um vazamento. Nesse caso específico, a Chevron acionou o seu plano de emergências individuais para combater e nós ficamos no monitoramento dos trabalhos.

Um plano de emergência ambiental prevê equipamentos, pessoal, práticas numa sequência que nós acompanhamos. No entanto, estávamos – isto foi objeto de crítica em alguns lugares – recebendo informações da própria Chevron. Sim, porque nós não tínhamos o veículo submarino para acompanhar o vazamento, nós nem tínhamos o equipamento, nem era, a princípio, a nossa função estar lá, embaixo, procurando vazamento. Então, ficamos monitorando as atividades que a Chevron desenvolveu para conter o vazamento.

Após a conclusão do fechamento do posto, depois de conterem o vazamento na coluna onde ele aconteceu, nós solicitamos à Chevron toda a documentação referente ao plano de emergência, porque esse controle não precisa ser feito obrigatoriamente no momento.

Eu vi uma reportagem, numa revista, em que um delegado da Polícia Federal se dirigiu ao local e disse que viu somente uma embarcação. Nós solicitamos à Chevron, nós temos, no Plano de Emergência Individual, todas as embarcações que ela precisa operar no caso de uma emergência. E nós recebemos da empresa todas as embarcações que ela teria empregado.

Evidentemente, não foi possível, para nós, acompanhar, no teatro de operações, se todas essas embarcações estavam ou não no local. O que nós usamos? Nós cruzamos com as informações do Ministério da Marinha que ele tenha movimentação *pari passu* de todas as embarcações que circulam naquela área.

Então, nós recebemos da Chevron toda a documentação que, supostamente, comprovava que o Plano de Emergência Individual foi acionado e executado a contento e cruzamos eles com informações que nós temos, nossas mesmas, de observações de sobrevoos, da Marinha e da Agência Nacional de Petróleo.

Nesse cotejamento de informações, onttem encaminhamos à Chevron mais um comunicado que havia dois relatórios que não foram suficientes. Então, solicitamos a complementação desses estudos, e, possivelmente, até esse final de semana, o Ibama poderá dizer, conclusivamente, se o Plano de Emergência Individual foi executado conforme a obrigação.

Não tendo sido executado, tendo havido alguma falha, caberá uma autuação à empresa num valor máximo de R\$10 milhões pela não execução das medidas de contenção da emergência.

Paralelamente a isso, o Ibama autuou a empresa não pela Lei de Crimes Ambientais, mas pela Lei do Óleo, porque houve um vazamento de óleo – isto é reconhecido – e é assumido pela empresa. Então, a materialidade e a autoria estão claramente identificadas e foi aplicada uma multa de R\$50 milhões, que é a multa máxima, Senador Rollemburg, possível nesses casos.

Existe um grupo de trabalho formado por procuradores e técnicos nossos que está analisando a hipótese de se aplicar mais um auto de infração agora com base na legislação ambiental.

Isto está sendo analisado porque, até o momento, um derramamento de óleo no mar é uma ocorrência que pode trazer resultados negativos e impactos ambientais daqui há muito tempo. Até este momento ainda não tivemos nenhum peixe morto ou nenhuma ave morta, o que não significa, em hipótese nenhuma, que não tenha ocorrido um dano ao meio ambiente, às algas, à microfauna, ao plâncton.

Então, existe um grupo técnico que está analisando a forma de mensurar esse dano e uma equipe de procuradores analisando a possibilidade de aplicar-se a Lei de Crimes Ambientais e o decreto sancionador conjuntamente com a Lei do Óleo, porque a Lei do Óleo, na verdade, não tem uma vinculação direta com o dano ambiental, mas com o derramamento de óleo.

Então, até este momento, senhores, o Ibama tem acompanhado as ocorrências, temos uma Coordenação de Emergências Ambientais que está acompanhando isso *pari passu* no Rio de Janeiro, temos o nosso pessoal de licenciamento de petróleo e gás...

Nesse aspecto, Sr. Senador, eu gostaria de fazer uma colocação. A fiscalização desses poços de petróleo é feita de uma maneira diferente. Nós não temos condições – aliás, seria praticamente impossível – de fazer uma fiscalização a essa profundidade para ver a

possibilidade de rompimento. Então, a fiscalização de poços de exploração de petróleo, na verdade, o que nós fiscalizamos é o plano de emergência, o que acontecerá no caso de um incidente. Nós não podemos prever onde ocorrerá um acidente, onde poderá ocorrer um vazamento. Por isso, nós centramos o nosso trabalho de monitoramento em cima dos planos, basicamente.

Somente para os senhores terem uma ideia, no ano de 2011, nós emitimos 56 licenças de exploração de petróleo e gás, resultado de 469 análises técnicas, de 100 vistorias. E aqui entra o importante – este número já está defasado, são 17 –, nós fizemos, só naquela região da bacia de Campos, 17 exercícios simulados de acidente este ano. Então, por 17 vezes, a nossa equipe de petróleo e gás e a nossa equipe de emergências ambientais deflagraram um acidente hipotético. Nós nos deslocamos até uma determinada plataforma e avisamos à empresa que ocorreu um vazamento, e acompanhamos, durante dois, três dias, a evolução das medidas de prevenção que a empresa executa. No caso de perfuração de gás e petróleo, nós não fazemos uma fiscalização em dutos, em poços, na estrutura de perfuração e exploração. Só fazemos acidentes simulados para ver as respostas no caso de acidente.

Esse poço, infelizmente, não foi objeto de nenhum dos nossos simulados este ano, mas tenho a impressão de que, mesmo que tivesse sido, dificilmente se teria detectado ou previsto o vazamento que aconteceu. O máximo que nós teríamos feito é a avaliação prévia das emergências, o plano de emergência individual.

Então, senhores, o Ibama esteve presente desde o começo. Nós apenas nos mantivemos afastados da mídia. O Ibama apenas se comunicava através de notas, mesmo porque no começo existiam muitas hipóteses, algumas inclusive que depois não se confirmaram. Desde o começo, estivemos presentes. Não nos manifestamos porque havia muita incerteza sobre o que realmente tinha acontecido e o que precisava ser feito. Desde o dia 10, no dia imediatamente após a comunicação, que ocorreu de noite, ou seja, a partir do primeiro dia seguinte, estivemos presentes, acompanhando todas as medidas que estavam sendo implementadas. Até esse momento, de concreto, o Ibama autuou a empresa em R\$50 milhões por vazamento de petróleo, concluirá, daqui a dois dias, a análise se a empresa cumpriu ou não o plano de emergência conforme licenciado – em não tendo cumprido, será autuada novamente no limite de R\$10 milhões – e estudá a hipótese de aplicar mais uma multa de R\$50 milhões por danos ambientais.

Eu gostaria de fazer um último comentário, Senador Rollemburg, quanto ao valor das multas. Eu con-

cordo com o senhor em gênero, número e grau sobre o fato de esse valor como indenização, como compensação pelos danos causados ser irrisório. Como multa administrativa, com finalidade pedagógica, dissuasória, talvez o valor não seja tão irrisório, mas como uma punição para recuperar o dano causado ao meio ambiente é irrisório. Na ocorrência da British Petroleum, a multa aplicada pelo órgão ambiental foi US\$75 milhões, mas o fundo para recomposição e indenização dos danos causados foi US\$22 bilhões. Infelizmente, no Brasil, para se conseguir essa indenização por danos causados, normalmente é o Ministério Público Federal que precisa erguer a bandeira e entrar com ação civil pública. Aqui, no Brasil, infelizmente, dependemos do Judiciário para fixar a indenização por danos causados ao meio ambiente, através de uma ação do Ministério Público Federal. A multa administrativa de R\$50 milhões é pequena. Não tem finalidade indenizatória, mas pedagógica, dissuasória. Ela não garante a recomposição do dano causado ao meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Curt pela sua colaboração ao debate.

Passo agora a palavra ao representante da Agência Nacional de Petróleo, Dr. Sílvio Jablonski.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Obrigado.

Bom dia, Srs. Senadores, demais presentes.

Em nome do nosso Diretor Geral, Haroldo Lima, e da diretora que cuida da parte de exploração e produção, Drª Magda Chambiard, agradecemos a oportunidade de estar aqui contribuindo com a apresentação da visão da ANP sobre esse incidente, esperando que nós tenhamos ensinamentos importantes a serem refletidos tanto na prática regulatória – e imagino que o Ibama também vai ter esse rebatimento nas suas práticas em relação a planos de emergência. (Pausa.)

Bom, eu posso tentar, inicialmente, fazendo um pequeno... Ela está completamente distorcida para baixo por alguma razão. Não sei... (Pausa.)

Tem a ANP, mas ela está toda distorcida. (Pausa.)

Bom, essa primeira figura reflete o padrão de atuação das três instâncias que trabalham na regulação de segurança e meio ambiente do Brasil: a Marinha, a autoridade marítima, que vai, por intermédio da Marinha e da Diretoria de Portos e Costas, cuidar da segurança marítima; o Ibama e o MMA, que cuidam da parte de meio ambiente e a ANP, que cuida de segurança operacional. Essas três engrenagens refletem a legislação aplicada no Brasil e mostram por que, mesmo sem um plano nacional de contingência ou, se fosse o caso, sequer sem um plano de área, é

possível que haja concatenação e uma ação integrada dessas três instâncias.

Estamos trabalhando, antes mesmo de qualquer incidente, nas investigações, nas fiscalizações junto com a Marinha. Temos um convênio para avaliação de segurança marítima, segurança das embarcações. Estamos em contato frequente com a equipe de meio ambiente para que essas três peças da engrenagem funcionem no sentido de garantir o máximo de segurança aos empreendimentos que nós temos no Brasil.

Próximo.

Eu vou, talvez, ser um pouco repetitivo, mas vou passar bem rapidinho.

Do ponto de vista da ANP, essa é a linha de tempo, que já foi mostrada e depois citada pelo presidente do Ibama. A gente teve o *kick*, a Petrobras comunicou a mancha, a Chevron comunicou o acidente. Neste mesmo dia, 9 de novembro, a ANP designou uma equipe de acompanhamento, fez contato com a Marinha. No dia seguinte, estávamos no centro de comando da Chevron. Iniciamos aquilo que é pertinente à atividade da ANP, que era discutir o abandono do poço, como é que seria feita a cimentação para que esse poço pudesse ser abandonado e o vazamento contido. Voltamos ao centro de comando da Chevron e participamos de sobrevoos. No dia 13, foi aprovado o plano de abandono em caráter emergencial e, no dia 14, nós reunimos, apesar de já estarmos trabalhando em conjunto, o que nós chamamos de gabinete de crise, formado pela ANP, Marinha e IBAMA. Três dias depois, estávamos a bordo da plataforma, a Sedco 706, a DPC estava a bordo do navio Skandi, em Salvador, onde estavam sendo registradas as imagens do ROV, que é o equipamento que faz as filmagens submarinas. Tivemos uma reunião no gabinete de crise. Continuarmos com sobrevoos. No dia 21, a Chevron foi autuada pela ANP em relação a duas irregularidades constatadas: uma em relação à precariedade das informações prestadas quanto às imagens de fundo; e outra em relação à impossibilidade de cumprimento imediato do plano de abandono, que foi proposto pela própria companhia. Tivemos a multa do Ibama e, de lá para cá, continuamos com os sobrevoos e com o acompanhamento do trabalho de cimentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para não perder a oportunidade.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acho que seria importante explicar, com um entendimento mais simples, o que é o *kick*.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – O *kick* eu vou explicar no próximo *slide*, por favor.

Isso aí é só para vocês terem uma ideia de onde fica o Campo de Frade. Ele está situado na porção norte do polígono do pré-sal. Então, ele está ali no segundo *slide*.

Está vendo alguma coisa aí? Sabe o que é? Eu mexi aqui... Ah, bom. Agora estou vendo aqui.

Aqui está o Campo de Frade; está nesta porção. Ele está dentro do polígono do pré-sal, mas essa perfuração estava na fase do pós-sal, isto é, acima da camada de sal.

Próximo.

Bom, isso é uma repetição daquele *slide*, da transparência que foi mostrada pela Chevron. Nós temos o nível do mar ali, zero metro; uma lâmina d'água de 1.184 metros; o final da fase revestida do poço com a sapata. Então, nós tínhamos ali o topo do primeiro reservatório, 2.140 metros; a profundidade alcançada, 2.279 metros; e uma profundidade linear de 3.329 metros. Ao alcançar a profundidade de 2.279 metros, houve o chamado *kick*.

O que é o *kick*? O *kick* é um influxo do fluido do reservatório dentro da coluna. Então, é como se... Em princípio, quando se está perfurando um poço, não temos olhos para ver o que está acontecendo lá embaixo. Existe um controle que é feito pelas... um controle das pressões. Existe uma pressão do reservatório, e o operador trabalha colocando o que nós chamamos de lama ou fluido de perfuração, que tem diversas funções, como a de lubrificar a broca que está perfurando e também a de garantir a pressão hidrostática, que vai fazer com que broca continue e o fluido não suba até a superfície ou cause um acidente. Um *kick* não é exatamente um acidente, mas é um pequeno influxo de óleo ou de gás que começou a subir contra a vontade da concessionária, do perfurador, do operador que estava trabalhando.

Diante desse *kick*, com os sensores de pressão e com a presença do operador, foi fechado o BOP. O BOP não aparece na figura, mas ele está aqui. O BOP é aquele instrumento, aquele equipamento que fecha o poço instantaneamente. Como os senhores se lembram, ele não funcionou no caso de Deepwater Horizon, lá no Golfo do México, e causou todo o acidente. No nosso caso, o BOP fechou instantaneamente.

Do ponto de vista da ANP, estas são ainda suposições que estão em análise. A operadora tentou fazer o controle do poço, fazendo a recirculação do fluido, isto é, colocando o fluido para baixo de novo, e isso pode ter causado uma ruptura, como a Chevron já colocou, aqui na base da sapata. Então, houve uma conjugação talvez, um acidente relacionado a uma falha no uso da lama e no controle das pressões, associado, de maneira muito infeliz, a uma falha geológica existente aqui

que rompeu a camada de substrato e fez com que o óleo migrasse para a superfície.

Próximo.

Essa figura mostra os diversos pontos de exsudação. Explicando: são os pontos onde houve vazamento de óleo de fundo. Então, esses pontos foram classificados de P2 a P28. Essas distâncias aqui equivalem a aproximadamente 30 metros – 30, 60, 90, 120 metros, mais ou menos. O poço está aqui. Então, aqui há os pontos – P13, P12 –, uma numeração que foi dada pela própria operadora.

Aqui é o P2, mostrado na apresentação da Chevron, que é o poço onde se detectaram as primeiras vazões. Só que, hoje, a gente não tem mais nenhum tipo de óleo exsudando aqui e temos, ou tínhamos, até o dia 24 uma exsudação aqui.

Essa é a imagem do fundo da fenda do P-28 no primeiro dia. Notem que a câmara está nesta altura: 3,84. Então, alguns dias depois, já não tem aquela fenda contínua com exsudação. No dia 20 de novembro, a câmara está a um metro de altura, liberando bolhas de gás. E, no dia 24 de novembro, que é o último filme que nós temos, com a câmara a 0,72 centímetros, ela está liberando pequenas gotículas de óleo no P-28. Esse é o último ponto onde ainda há alguma exsudação.

Próximo.

Só para a gente dizer que o papel da ANP obviamente não se restringe ao controle e à busca de causas de incidentes. Nós temos toda uma rotina de trabalho que passa pela avaliação prévia. Quando uma plataforma vai iniciar trabalhos no Brasil, 90 dias antes, se for uma plataforma de perfuração, 180 dias antes, se for uma plataforma de produção, ela encaminha à ANP o que chamamos de DSO – Documentação de Segurança Operacional. E nós temos um sistema de gestão composto de 17 práticas operacionais, de segurança operacional, que o operador é obrigado a cumprir. Ele concorda com essas práticas e nós iniciamos auditorias regulares em relação a todas as plataformas em atividade. Havendo um incidente, nós fazemos o controle desse incidente, fazemos uma avaliação de acordo com a nossa Resolução nº 44 e, finalmente, fazemos uma avaliação anual dos incidentes ocorridos no Brasil, tanto em terra quanto no mar.

Nos últimos 12 meses, nós fizemos, em ambiente offshore, no mar, 700 notificações de não conformidade, interditamos onze plataformas, sempre a partir de fiscalizações a bordo.

O que aconteceu nos dois, no FPSO Frade, que é a unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga da Chevron, e na plataforma?

A ANP começou o processo em dezembro de 2008, aprovou em junho de 2009, fiscalizou a bordo

aqui, fiscalizou a bordo aqui, fiscalizou a bordo em junho de 2010, fiscalizou a bordo em março de 2011, fiscalizou em junho e certificou a aderência da documentação de segurança operacional do FPSO.

Em relação à plataforma, foi submetido em março de 2009, foi fiscalizada em abril, aprovada em outubro, nova fiscalização em maio, houve convocação da Chevron por não conformidade, depois a ANP certificou a aderência, fez nova fiscalização aqui, controlando especificamente o BOP e hoje a plataforma está com a declaração de conformidade válida até maio de 2012.

Pós-incidente ou pós-accidente.

Nós estivemos, seguidamente, continuamos sempre presentes no centro de controle da Chevron, estamos acompanhando com o pessoal embarcado o programa de cimentação e vamos fazer a investigação do incidente. Estamos iniciando e vamos dar mais velocidade à investigação assim que cessar a contingência, estamos em contato com o pessoal do DPC, recebendo a cada 24 horas as filmagens feitas pelo ROV, estamos a bordo do FPSO para verificar como está a produção e se isso traz algum tipo de interação com o poço que estava sendo perfurado, estamos articulados com a ANP e com a Marinha do Brasil na realização desses sobrevoos diretos e na discussão da estratégia futura e fizemos as duas infrações por aqueles motivos que nós havíamos mencionado, que é a garantia do cumprimento dos planos aprovados e a integridade das informações.

Finalmente, para a ANP, a prioridade hoje, em qualquer acidente, são as medidas de contenção e resposta. Isso é prioritário.

Nós iniciamos a apuração de responsabilidade com uma investigação minuciosa, a partir de procedimentos bem estabelecidos e de conhecimento técnico.

De acordo com a nossa própria resolução de comunicação de incidentes, isso, obrigatoriamente, vai nos levar a reavaliar o nosso processo regulatório.

Então, estamos sempre prontos a aprender com qualquer tipo de incidente que aconteça no Brasil.

Queremos garantir uma presença forte do Estado, monitoramente constante, com otimização de recursos. Nós estamos trabalhando em conjunto com a Marinha do Brasil. Temos um corpo técnico na ANP, na área de segurança nacional, altamente especializado, pequeno, mas altamente especializado, todos com certificação internacional.

Nós podemos adotar medidas do tipo notificações, multas, medidas cautelares, penalidades contratuais, porque temos um arcabouço regulatório que é respeitado pela indústria e tem reconhecimento mundial.

A ANP participa do Fórum Internacional de Reguladores, que reúne as mais importantes agências

reguladoras mundiais e fazemos a troca de experiências anualmente ou na existência de qualquer incidente.

Fazemos questão de manter essa colaboração constante com os demais órgãos da administração pública e garantimos a máxima transparência no que estamos fazendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Mário José Guisi. Sub-procurador-Geral da República do Ministério Público Federal.

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISI – Cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg pela iniciativa da audiência pública que traz a debate para a sociedade uma questão extremamente relevante, diante do tipo de empreendimento de que tratamos; também cumprimento o Senador Sérgio Souza e os colegas de Mesa.

O nosso trabalho, além dessa oportunidade de tratarmos especificamente da questão desse vazamento de óleo, tem sido pensar nessas atividades, hoje empreendidas pela sociedade e pelas empresas, que são de alto risco e que colocam os órgãos em uma situação, muitas vezes, de impotência em relação à capacidade de conhecimento e de investigação do tipo de técnica que é utilizada para aquela atividade.

Digo isso porque, até citando aqui Ulrich Beck, muito oportuno, quando diz, citando outro alemão: "O conhecimento da física concerne aos físicos. Os efeitos, a todos os seres humanos. O que concerne a todos só pode ser solucionado por todos".

Portanto, esta audiência pública, é extremamente oportuna porque essas questões de alta tecnologia precisam ser consideradas e debatidas na perspectiva daqueles que vão sofrer as consequências. Quando falamos dessa questão, estamos falando de petróleo, de transgênicos, de atividades nucleares.

Eu confesso a V. Ex^a que quando chega a notícia de uma audiência pública para tratar de uma atividade de perfuração de poço de petróleo, me dá um frio na barriga. Por que eu digo isso? Porque não temos controle de ponta das técnicas utilizadas para aquela atividade. Não temos. Quem tem esse controle de ponta são técnicos, cientistas de ponta, aqueles que estão exatamente trabalhando nessa atividade nas empresas que melhor remuneram essa atividade.

Portanto, o Estado, na percepção do Ministério Público, está a um passo aquém daquilo que permite um controle dessa atividade. O que temos em mãos é essa possibilidade, como eu entendi do que trouxe o Presidente do Ibama, de termos algum controle dos planos ou do monitoramente, para que, se alguma coisa não der certo, o que irá acontecer. Mas nós

estamos completamente na mão daqueles que estão executando a atividade.

Aqui me chamou a atenção um aspecto – pode ser que eu esteja errado, porque sou leigo na matéria –, mas, quando se fala na perfuração desse poço específico e pelo que se descreveu do vazamento, verifica-se que esse poço não é revestido. Confirma isso? Essa perfuração da rocha não é revestida, ou então não teria acontecido um vazamento na rocha.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – A parte final, que ia até o ponto onde aconteceu o *kick*, não era revestida.

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISI – Pois é. Aí nós podemos ter uma ideia de que temos uma dimensão de... pois não.

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – A fase só é revestida. Isso é um procedimento internacional adotado. Não é nada que é feito só nesse caso. A fase só É revestida após você chegar ao ponto desejado. Quando você termina a perfuração de uma fase é que você a reveste. O Sílvio pode comprovar isso.

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISI – É porque é plenamente previsível que pode ter um tipo de rocha, um sedimento, enfim, fissuras. Na verdade, esse desenvolvimento da perfuração, independentemente de ser acompanhado por uma luva de revestimento, obviamente é a assunção de uma possibilidade ou de um risco de um acidente que, enfim, se assume quando se inicia essa prática. Evidentemente, sabe-se que, nessas atividades, independentemente de culpa ou não culpa, há responsabilidade do causador de dano, obviamente, e, claro, das consequências que isso venha a acarretar.

Enfim, gostaria de trazer esse panorama. Parece que nós vamos caminhando na medida em que os acidentes vão acontecendo. Quando nós assistimos ao acidente no golfo do México, eu torcia para que isso não acontecesse no Brasil. Eu falei: mas, olha, nós estamos com tantos poços, com tanta possibilidade de perfuração que a possibilidade de isso vir acontecer, como agora se confirma, e as possibilidades futuras também são bastante significativas.

De qualquer forma, ainda estamos na pendência de um planejamento mais eficiente com relação a essa questão das consequências, como já tem sido muito falado nos planos de emergência e contingenciamento.

Já foi trazido aqui muito bem pelo Senador Rodrigo Rollemberg a questão da multa. Hoje, se observarmos a dimensão do faturamento dessas empresas, comparativamente, a 50 milhões de reais, chega a ser ridículo. Na verdade, nós precisamos tratar isso numa dimensão de percentual de faturamento da empresa e não de um valor fixo como inicialmente. Mas é um

caminhar em que busca trazer para melhores análises. Acredito que isso, no futuro, venha a ser modificado.

Com relação às atividades próprias do Ministério público nisso, obviamente que a lei mesmo prevê que o Ibama deverá encaminhar um relatório das consequências da dimensão do dano, para que o Ministério público possa, oportunamente... embora já tenhamos três inquéritos públicos civis instaurados a respeito especificamente desse tema.

Portanto, eram essas as questões que eu gostaria de trazer inicialmente e, eventualmente, na conversa, a gente pode melhorar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a participação do Dr. Mário Gisi. Quero registrar que esta Presidência recebeu uma correspondência da Chevron, George Buck, justificando a sua ausência, que estaria dedicado à contenção, redução e eliminação do vazamento e indicando o Sr. Luiz Alberto Pimenta Borges bastos para participar desta audiência pública.

Quero agradecer a participação de todos e gostaria de fazer alguns questionamentos, inicialmente, à Agência Nacional de Petróleo.

Pelas informações ou pelas investigações realizadas aqui, qual a responsabilidade direta da Chevron e qual a dimensão real do vazamento? Ao longo dos últimos dias houve informações desencontradas sobre o tamanho exato do vazamento.

Outra pergunta, ainda, à Agência Nacional do Petróleo: o vazamento poderia ter sido evitado? Houve de fato negligência da empresa ou os relatórios geológicos realizados foram insuficientes para prevenir os graves acidentes na exploração?

Outra pergunta, ainda, à ANP: as iniciativas de mitigação foram corretas? Até que ponto as medidas para esse enfrentamento foram, de fato, adequadas?

Outra questão que é muito grave, de extrema gravidade, divulgada por uma revista semanal, salvo engano a ISTOÉ: diz-se que haveria suspeitas de que a Chevron sem autorização da Agência Nacional do Petróleo estaria buscando a extração do petróleo na camada do Pré-Sal e não estaria autorizada a isso.

A Agência Nacional do Petróleo tem suspeitas ou tem indícios que confirma isso? O que a ANP tem a dizer dessa informação?

Uma empresa do porte da Chevron, considerada a terceira maior petroleira do mundo com receitas avaliadas em quase US\$ 70 bilhões, deve pagar apenas pelo desastre, ou precisa também ser punida por ter mentido ao Estado brasileiro, caso seja confirmado que houve negligência no repasse das informações ao Estado brasileiro?

Até que ponto a prospecção por uma multinacional numa profundidade que lhe é legalmente vedada, se de fato se confirmar que havia interesse em perfurar e retirar petróleo do pré-sal, configura crime contra a soberania nacional quanto a essa riqueza submarina, além do crime ambiental?

Os jornais noticiaram também que a Agência Nacional do Petróleo tinha suspendido o registro, a atuação da Chevron no Brasil. Essa é uma decisão temporária ou é uma decisão definitiva?

Que fatos levaram a Agência Nacional do Petróleo a decidir pela suspensão das atividades da Chevron no Brasil?

Quais as exigências e as medidas de fiscalização previstas pelo governo para o acompanhamento da reparação das falhas de segurança?

Os Estados estão realmente preparados para esse desafio?

Afinal esse acidente mostra que a exploração petrolífera no Brasil deve ser discutida pela Federação. É uma dimensão muito mais ampla do que a simples partilha dos dividendos – no caso, os *royalties* do Pré-Sal –, principalmente a partilha de responsabilidades. É de responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo fiscalizar a utilização de parte dos *royalties* para aparelhar Estados confrontantes no que se refere a ter condições para fiscalizar?

O representante da Chevron disse que foi feita uma avaliação e que não houve registro de perdas no poço. Ora, se foi feito esse levantamento e havia efetivamente – foi constatado depois – o vazamento, isso me parece constituir uma falha grave. Se também não foi prevista antecipadamente a fissura numa rocha que permitiu o vazamento do óleo, não houve falha nos levantamentos geológicos desse poço?

Ainda uma pergunta que, de certa forma, já foi respondida pelo Dr. Mário Guisi e pelo Presidente do Ibama: os valores dessas multas são adequados?

Mas eu gostaria de fazer uma outra questão em cima disso.

Segundo levantamentos que realizamos após esse acidente, o Ibama só recebe efetivamente 0,3% das multas que aplica. Portanto essas multas, além de serem muito baixas – 50 milhões por um acidente dessa magnitude –, podem nem se concretizar. Historicamente isso vem sendo confirmado.

No caso da Agência Nacional do Petróleo, os percentuais são um pouco mais altos, mas ainda insignificantes. Apenas 15% dessas multas são efetivadas.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Mário Guisi, ao Presidente do Ibama e ao representante da Agência Nacional do Petróleo o que fazer para que efetivamente essas multas sejam convertidas para o Tesouro Nacio-

nal e possam ser aplicadas pelo Estado brasileiro? Por que nós temos um percentual tão baixo de efetividade nessas multas aplicadas pelo Ibama e pela Agência Nacional do Petróleo?

E gostaria de ouvir a opinião do Presidente do Ibama sobre a sugestão do Dr. Mário Guisi: se nós deveríamos definir essas multas por percentual de faturamento ou por valores certamente maiores do que os que estão vigendo hoje.

Ainda uma outra pergunta para a Agência Nacional do Petróleo.

Ontem – e me referi a isso no início da minha fala – o jornal “O Globo” demonstrou com muito destaque o orçamento insignificante da Agência Nacional do Petróleo para promover fiscalização da extração de petróleo.

Que orçamento seria necessário para se fazer essa fiscalização? O corpo funcional da Agência Nacional do Petróleo é suficiente para exercer a fiscalização numa magnitude tão grande de perspectivas de exploração petrolífera no Brasil?

Outra questão que eu gostaria de apresentar.

É claro que há exigências de investimento em segurança por parte das empresas quando do licenciamento ambiental e da autorização para a exploração de petróleo, mas como isso é definido? Quais são os procedimentos que levam a... Por que a Agência Nacional do Petróleo não consegue detectar preventivamente a possibilidade de uma falha geológica, por exemplo, no procedimento de licenciamento do poço?

E ainda para o representante da Agência Nacional do Petróleo: o plano de contingência. O que falta para o plano de contingência e qual seria a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo num plano de contingência? A Agência Nacional do Petróleo tem também o poder fiscalizatório. Portanto, qual seria a sua responsabilidade num plano de contingência?

Eram esses os questionamentos que eu gostaria de fazer, registrando mais uma vez que a Comissão de Meio Ambiente vai se aprofundar nesse tema, nós temos o interesse específico de entender as causas desse acidente e a partir dele retirar lições. Queremos acompanhar também todos os desdobramentos desse acidente, as ações do Poder Público Federal, dos órgãos ambientais brasileiros, a efetividade das punições a serem adotadas nesse caso, mas estamos muito preocupados em contribuir para que o Brasil construa efetivamente um plano de contingência que seja debatido e conhecido pelo Senado Federal e que nos dê condições de fazer a exploração de petróleo em águas profundas com toda a segurança exigida.

Passo ao palavrão ao Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

As indagações da Comissão de Mudanças Climáticas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço licença ao Presidente Sérgio Souza para me retirar, mas retornarei em seguida. Eu tenho uma audiência muito rápida com o Presidente Sarney para tratar da tramitação do Código Florestal. O Senador Jorge Viana já está se dirigindo para o Gabinete do Presidente, que está nos aguardando. Retornarei imediatamente para acompanhar as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Rodrigo. As indagações colocadas pelo Senador Rodrigo Rollemberg são da sociedade como um todo e não deixam de ser, também, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Mas estamos tratando muito, nesta audiência, das consequências desse desastre, do infortúnio que ocorreu na Bacia de Campos, no Campo de Frade.

Quanto às causas. Quais foram as causas desse incidente? Acho que aqui temos de cuidar muito das causas.

Notei que o Ibama colocou a sua posição de que cuida mais das consequências e de que tem uma responsabilidade no que diz respeito à autorização dessa prospecção, mas, naquilo que lhe é peculiar e quanto a alguns fatores, principalmente aqueles que estão sob o mar, inclusive nas perfurações, não são de seu controle, até mesmo porque lhe falta a tecnologia necessária para essa observação.

Talvez aí esteja o ponto chave. Por que as causas desse incidente ocorrem de que forma? Por exemplo, li na transferência aqui apresentada pela Chevron que houve um aumento inesperado de pressão. Pelo que entendi da exposição, houve um refluxo e há uma tensão entre uma pressão vinda do poço e uma pressão colocada no momento da perfuração. Quando desse refluxo, aparentemente houve, naquele momento, um desespero e, imediatamente, ocorreu um aumento de pressão colocado pela própria empresa. Esse aumento de pressão não foi o que causou a ruptura? Esse aumento de pressão foi devidamente controlado? A empresa estava preparada para fazer esse aumento de pressão? Não houve até mesmo um medo de um dano ambiental ainda maior, parecido com aquele ocorrido no Golfo do México?

Como é que a empresa Chevron – aí a ANP poderá nos responder –, como ela agiu materialmente nessa questão da colocação dessa pressão? Foi com sedimento? Foi com gases? A tensão causada por isso acarretando a ruptura do solo. O solo foi analisado de forma ampla e correta? Foram promovidos

estudos para prever a ruptura desse solo? Porque há uma pressão não só do próprio solo, mas também da água que está sobre esse solo. Então, imaginem o tamanho da pressão que não voltou desse poço, para que houvesse essa ruptura. Como foi feito o combate à mancha de petróleo? Muito foi dito e visto quanto a não haver a coleta desse óleo que foi derramado, e sim uma dispersão desse óleo por meio de lançamento de outros produtos químicos. Esses produtos não seriam danosos, também, ao meio ambiente?

Ouvimos aqui que houve o abandono desse poço, mas não foi abandonado o campo de petróleo. Acredito que isso seja uma riqueza brasileira e, provavelmente, haverá uma perfuração, nesse mesmo campo, no Campo de Frade, de um novo poço, para que não venhamos a perder todas as pesquisas desenvolvidas para encontrar o petróleo naquela região. Eu acredito que o petróleo ainda possa ser prospectado. Gostaria de ouvir dos palestrantes o que será feito nesse sentido.

Com relação às multas, não sei se a ANP ou o Ibama é o mais adequado para responder. Verificamos que as multas aplicadas pelo Brasil, creio, não têm nem mesmo caráter pedagógico. No momento em que tratamos de um evento dessa magnitude, talvez a legislação não separe o dano ambiental que possa ocorrer em um campo em terra e um campo na água, principalmente em águas profundas. Como são elaboradas as multas? Qual a legislação de outros países? Como é feito? Os Estados Unidos chegaram a aplicar multas de US\$ 20 bilhões por conta do vazamento no golfo do México, qual a fundamentação utilizada para isso? O parâmetro é de acordo com o faturamento da empresa? De acordo com o tamanho do dano ambiental? De acordo com o tamanho da falta de controle ou irresponsabilidade? Ou é um caráter pedagógico dado à aplicação dessa multa?

Então, são esses os questionamentos que coloco neste momento. Consulto se algum dos Srs. Parlamentares têm mais algum questionamento. (Pausa.)

Então, de imediato, passo a palavra ao representante da Chevron, que foi o primeiro expositor, para que promova as suas respostas.

O SR. LUIZ ALBERTO PIMENTA BORGES BATOS – Senadores, Senador Rollemberg, Senador Sérgio Souza, inicialmente, gostaria de agradecer novamente a oportunidade com essas perguntas que a Chevron tem de trazer os elementos que foram feitos e as ações que foram tomadas e, talvez, dirimir algumas das dúvidas que estão acontecendo.

O Senador Rollemberg colocou sobre o registro de perdas do poço, da falha, que é que pode ter acontecido, se era previsto antecipadamente, valores, levantamentos geológicos.

Gostaria de deixar muito claro que esse acontecimento para a Chevron, foi uma grande surpresa. Todas as avaliações preliminares foram feitas e tomadas dentro dos rigores da operação, com parâmetros bem conservadores, ou seja, muito restritivos, para sobrelevar alguns valores relacionados a risco. De modo que isso é o que norteia nossas operações. Então, esse acontecimento está sendo amplamente analisado dentro da Chevron, para podermos entender exatamente o que aconteceu.

Como nosso presidente falou desde a primeira vez, nós não fazemos avaliações ou considerações, conjecturas. A Chevron trabalha em cima de dados e informações. Então, as análises estão sendo feitas e, assim que tivermos as informações, elas serão passadas.

Quanto às perguntas do Senador Sérgio Souza sobre as causas do incidente, descontrole, isso não foi visto na plataforma. O que todos os registros mostram é que, no momento de um pico de pressão, a estrutura máxima de segurança no poço, que é o BOP, funcionou, e funcionou muito bem, segurando.

Quanto ao adensamento ou colocar lamas mais pesadas, nós levamos exatamente quatro dias para poder matar o poço, ou seja, conter o vazamento, que essa lama não é feita a bordo. Durante a perfuração, você tem os tanques de lama próprios, com a lama em densidade que você pode variar um pouco para poder variar durante a perfuração, mas a lama de controle do poço é de uma densidade muito mais elevada. Nós levamos, então, esse tempo. Em quatro dias, começamos a fazer, a desenvolver essa lama e fazer o plano de abandono do poço, ou seja, de matar o poço com a ANP, *pari passu*, cada passo desenvolvido, feito e aprovado pela ANP, que ia lá e era realizado.

Então, quanto ao descontrole pessoal a bordo da sonda, trabalhou de forma perfeita, de acordo com os registros e a forma como deve ser feita. E o BOP evitou, como o senhor mesmo falou, possibilidade de um incidente muito pior, como poderia ser o golfo do México, se nós tivéssemos o descontrole do poço.

Como a parte de material, parte de ruptura, pressão, isso tudo ainda é base de análises, está sendo avaliado para entender exatamente como é que o óleo saiu naquele ponto onde foi identificada uma fratura na camada sedimentar e chegou à superfície.

Existem no campo, os planos geológicos mostram claramente registros de sísmica, existem fraturas, mas nós não estávamos nesse ponto próximo à fratura. Mas é um elemento que está sendo analisado e há conhecimento sobre isso. Isso faz parte da análise que está sendo feita.

Quanto ao combate da mancha de óleo, é importante entender que existem várias técnicas que

são utilizadas e que são definidas tanto pela agência americana... No site da EPA você tem essa informação. Há o site da IPIECA, que é uma estrutura de pesquisa da indústria de óleo. Isso tudo está lá definido. São padrões internacionais adotados. Com a presença do óleo ou uma determinada característica desse óleo na superfície ou na coluna d'água, é feita uma ação de resposta.

Quero deixar aqui muito claro que a Chevron nunca jogou areia em cima do óleo, porque esse não é um processo utilizado, não serve de nada; em algo mar a areia não tem nenhuma função de carrear ou querer levar óleo para o fundo. A Chevron também não aplicou dispersantes, nenhum dispersante químico foi aplicado porque, ao analisar a legislação, na Resolução Conama 269 existe uma área de tomada de decisão para avaliação da pertinência de aplicação de dispersantes ou não. O caso não se encaixa em nenhum dos casos onde a aplicação de dispersantes era autorizada. Isso foi comentado inicialmente porque faz parte do plano. Existem estratégias onde o dispersante passa a ser uma alternativa de resposta porque quando o óleo está se dirigindo para áreas sensíveis, há perigo à vida ou à saúde das pessoas, tem que se fazer uma avaliação para tomada de decisão, qual a técnica que vai ser usada. Isso faz parte da decisão da resposta num combate de vazamento.

Quanto ao abandono do poço, a Chevron está com as operações de perfuração paralisadas em função da análise e da conclusão desse poço. Todo o plano está sendo discutido com a ANP, como eu disse, *pari passu*. A cada determinação existe uma aprovação da ANP e é realizada a atividade. Estamos fazendo isso exatamente para garantir que todo procedimento adotado para isolamento desse poço – a gente fala em abandono, mas seria o completo isolamento desse poço – não causa nenhum problema mais, de possíveis problemas no futuro.

Desculpem se esqueci alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Curt Trennepohl, para responder as indagações feitas pelos Senadores.

O SR. CURT TRENNEPohl – Senador Sérgio Souza, eu gostaria de fazer um pequeno comentário.

Desculpe, eu não estou fazendo uma advocacia da minha casa, mas eu gostaria de explicar alguma coisa sobre multas do Ibama.

Ultimamente, tem aparecido sistematicamente na mídia que o Ibama é o órgão mais ineficiente na cobrança de multa, que nós cobramos apenas, na verdade, 0,67% das multas que nós aplicamos.

Eu gostaria de fazer um pequeno comentário, Srs. Senadores, Dr. Mário Guisi, quem são os autuados pelo Ibama? Chevron: R\$50 milhões. Isso é uma exceção. O autuado pelo Ibama é o agricultor, é o pescador, é o pequeno infrator ambiental, aquele que leva uma multa de valor muito pequeno. Vou dar um exemplo: 76% dos autos de infração aplicados pelo Ibama... São 115 mil autos de infração que neste momento estão pendentes de pagamento têm valor inferior a R\$2 mil. Isso representa 0,48% do valor das multas aplicadas pelo Ibama. O pequeno é um volume infinitamente superior ao grande autuado. Então um grande autuado, se a Chevron demorar cinco ou dez anos para pagar, essa diferença, esse valor, vai ter um peso tão grande em cima da efetiva arrecadação do Ibama, que dá uma impressão de ineficiência, que às vezes não existe. Nós temos milhares de processos julgados, inscritos na dívida ativa, em execução fiscal, milhares e milhares de processos.

O problema é que a nossa legislação até 2008 previa quatro instâncias de recursos administrativos e após o quarto recurso administrativo, quer dizer, depois do trânsito em julgado administrativamente, os senhores não tenham a menor sobra de dúvida, esses autos de infração de valor mais elevado todos, sem exceção, são judicializados. Então nós temos toda uma cronologia administrativa. Quando ela termina – quatro, cinco, seis anos depois – aí começa toda a fase judicial. Então, dizer que... À primeira vista, dá a impressão de que o Ibama não cobra multa. Cobra, e cobra muito!

O problema é que, das multas que nós aplicamos, mais de 95% são de valor muito pequeno. Quando o Ibama aplica uma multa de valor mais elevado, e essa multa é judicializada, isso tem um peso muito grande nessa relação autuação/cobrança efetiva. A maioria dos órgãos que detém poder de polícia e poder de autuação, autuam grandes concessionárias, grandes grupos empresariais. Nós não. Mais de 95% das nossas multas são pequenas; são infrações cujo valor é muito pequeno.

Então, evidentemente, tive autorização da Ministra Izabella Teixeira para fazer um estudo, propondo um decreto por parte da Presidência da República – isso será levado à Senhora Presidenta –, transformando todos os autos de infração com multa inferior a R\$2 mil em advertência, porque, com isso, vamos tirar 115 mil processos administrativos que estão tramitando dentro do Ibama, isso por uma razão extremamente simples: não se trata de uma anistia. Existe um estudo do Ipea feito no ano passado que aponta que a cobrança judicial de um processo custa, no mínimo, R\$4.379,00. O custo da tramitação administrativa deve ser mais ou menos a mesma coisa, para cobrar R\$2

mil. Então, a mando da Ministra, fizemos esse estudo que a Ministra deverá levar à Presidenta para ver se tiramos esse volume enorme de autuações pequenas, transformando-as automaticamente em advertência.

Com respeito ao valor das multas, se elas deveriam ser um percentual sobre o faturamento da empresa, é uma alternativa, ou a capacidade contributiva, ou o faturamento, o lucro estimado previsto nesse poço, porque, no Brasil, infelizmente, não temos um seguro ambiental. Nós temos seguro contra terceiros, mas seguro por danos causados ao meio ambiente nós não temos.

Eu lancei, Sr. Senador e Dr. Mário Guisi, a ideia de que se criasse um fundo para garantir as ações compensatórias, mitigatórias e indenizatórias ao meio ambiente. Esse fundo, sim, poderia ser proporcional ao faturamento pretendido da empresa, ou o investimento nesse empreendimento, conjugado com o risco que representa, porque isso evitaria a necessidade de se partir sempre para o Judiciário, para estipular a indenização ao meio ambiente, à coletividade. Talvez seja, Senador, uma ideia que possa amadurecer, a criação de um fundo, a exemplo do fundo de defesa dos bens difusos, mas um fundo que, em não ocorrendo nenhum acidente, ao término na operação, seria devolvido à empresa. Seria uma garantia ambiental. Talvez essa seja uma forma de avançarmos.

Que a multa é pequena, Dr. Mário Guisi, é, principalmente quando se sabe que essa multa não tem finalidade reparatória.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Curt.

Vou passar a palavra ao Senador Crivella, que também tem indagações a V. Ex^as.

V. Ex^a, Senador Crivella, tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. É um prazer saudar aqui o Curt, o Mário, o Sílvio e o Luis.

Bom, as nossas preocupações são essas já expostas na mídia e que dizem respeito às providências que estão sendo tomadas para que possamos prevenir, monitorar. A partir do momento em que o acidente ocorre, e é impossível que acidentes não ocorram – por menores que sejam os riscos, eles sempre ocorrem –, o que fazer para minimizar seus efeitos?

Essas questões me parecem em andamento, e diversas sugestões têm sido apresentadas, com base também na experiência internacional, mas eu tenho dúvidas com respeito ao pré-sal porque não há experiência internacional, sobretudo com acidentes em perfurações tão profundas, o que, acho, hoje é a nossa maior preocupação, olhando para o futuro.

Não sei se poderíamos entrar nesse debate, mas como é que os senhores veem os esforços, ou se estão participando ou se foram consultados no plano de contingenciamento que o Governo elabora, no sentido de que a gente possa contribuir com o mundo na previsão de acidentes nessas altas pressões, altas profundidades, altas pressões que virão no pré-sal.

Eu gostaria também de saber de vocês se foi realmente o melhor e o mais acertado processo, uma vez verificado o vazamento daqueles, me parece, 400 mil barris de petróleo e uma mancha de mais de 100 quilômetros quadrados, dispersar o óleo com jatos d'água e se não haveria uma recomendação melhor, ainda que isso pudesse, de alguma forma, mostrar que não estávamos preparados ou que não tínhamos os equipamentos disponíveis naquele momento para fazer o melhor em termos de remediar esse acidente.

Eu queria também perguntar aos senhores se a Chevron, na opinião de vocês, realmente se mostrou, no acúmulo, com mais um acidente, vamos dizer assim, uma petroleira incapaz de lidar com os desafios do seu negócio. Há, no Congresso e na opinião pública, muitos que defendem a suspensão de suas atividades no País por um prazo de cinco anos, o que seria até mais construtivo do que apenas as multas.

Na opinião de vocês, qual seria o melhor emprego dos recursos obtidos com as multas, de que maneira elas poderiam realmente ser justificadas, já que reparar danos ambientais, eu diria, não me parece exequível? São danos que, no fundo, no fundo, serão diluídos ao longo do tempo, mas a lição desse desastre poderá, com as multas aplicadas, se tivermos boas ideias, ser proveitosa. Por isso, eu gostaria de ouvi-los sobre como deveríamos aplicar esses recursos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Crivella.

Antes de passar a palavra aos palestrantes, eu quero ouvir o Deputado Mendes Thame, que também é membro da Comissão de Mudanças Climáticas, V. Ex^a tem a palavra, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, Srs. Senadores, Parlamentares, Srs. Conferencistas, convidados para esta audiência pública:

Num caso como esse, do incidente que ocorreu, nós temos duas hipóteses, não há uma terceira: ou a empresa cumpriu todas as medidas cautelares exigidas pelo órgão que dá licença ambiental e que autoriza a perfuração ou não cumpriu. Se cumpriu todas as exigências e ainda assim ocorreu esse imprevisto, que causou “tamanha surpresa”, como disse o repre-

sentante da Chevron, alguma coisa tem de ser mudada no rol das exigências para que não ocorra daqui para a frente. Se eles cumpriram tudo e mesmo assim ocorreu o imprevisto, quando ocorre o imprevisto muda-se o quadro, o estado das artes, e se estuda uma nova relação mais rigorosa para evitar que isso ocorra novamente. Se não cumpriu por que não o fez? Uma das perguntas que eu gostaria de fazer é a seguinte: quem responde pelos testes sismográficos e estatoscópicos exigidos para se obter a licença ambiental? É uma empresa idônea? Esses testes estavam corretos? Ou a falha constatada mostra que alguma coisa que foi detectada pelos testes não correspondeu? Os testes diziam: não há problema de passar de tamanha pressão e passou? Alguma coisa assim? Em suma, a Agência Nacional do Petróleo, o Ibama, têm alguma coisa em curso para mudar as exigências – seja no licenciamento ambiental –, tornando-o mais rigoroso? Ou houve alguma falha de fiscalização que permitiu que a empresa deixasse de cumprir alguma norma? Isso não é feito? Quando ela consegue a licença já assume um compromisso e, a partir daí, se analisa, se administra pelo resultado e não se fiscaliza, a cada momento, se ela está cumprindo ou não.

A terceira é um esforço, é uma pergunta muito oportuna do Senador Crivella, sobre como esse acidente pode ser co-relacionado, qual a interligação desse acidente com a perfuração em situações muito mais difíceis, com a perfuração em águas profundas. Como esse caso de 1,2 metros de profundidade da lâmina de água. E agora a perfuração do pré-sal, a 5 mil, 7 mil, 12 mil metros, em alguns casos. Como se faz isso se não há uma experiência acumulada internacionalmente. Qual a correlação, o que vai ser feito pelas autoridades para que a gente possa aumentar o grau de segurança, para minimizar a possibilidade de acidentes como esses se repetirem cotidiana e corriqueiramente?

É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Mendes Thame.

Vamos suspender os trabalhos da Comissão por 15 minutos para que possamos esperar a chegada do Senador Rodrigo Rollemberg, que está, neste momento, na Presidência desta Casa, juntamente com o Senador Jorge Viana e o Presidente Sarney, tratando do cronograma para a votação do Código Florestal.

A reunião está suspensa por 15 minutos.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião foi suspensa às 11 horas e 7 minutos e reaberta às 11 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos retomar a nossa audiência pública.

Quero agradecer ao Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, por ter suspendido, a meu pedido, essa reunião. Como disse, tinha uma audiência já agendada com o Presidente Sarney para entrega do Código Florestal, acompanhado dos relatores e dos demais Presidentes das Comissões, e gostaria muito de estar presente quando da respostas aos questionamentos que fiz aqui aos nossos convidados. Agradeço ao Senador Sérgio Souza pela compreensão.

Fui informado pela assessoria sobre os comentários feitos pelo Presidente do Ibama a respeito das multas, da constituição de um fundo de recebimento dessas multas para que essas multas sejam efetivamente aplicadas na recuperação dos danos ambientais e nas questões ambientais de uma forma geral, mas gostaria de fazer mais um questionamento ao representante da Agência Nacional do Petróleo.

Não seria o caso de exigirmos nesses postos um revestimento completo do poço de petróleo como questionou o sub-Procurador, Dr. Mário Guise, ampliando, com isso, as condições de segurança. Se, nesse caso específico, houve algum tipo de falha no revestimento do poço na parte que hoje seria obrigatório.

Vamos retomar e repasso a palavra, neste momento, ao Presidente do Ibama, Dr. Curt, registrando com muita alegria a presença do nobre representante do Estado do Rio de Janeiro, Senador Marcelo Crivella.

Passo a palavra ao Presidente do Ibama, Dr. Curt.
O SR. CURT TRENNEPOHL – Pois não, Senador.

Gostaria de inverter a ordem das respostas começando com o Senador Crivella.

O senhor questiona se a Chevron se mostrou uma petroleira incapaz de lidar com os desafios de seu negócio. Possivelmente, em razão de um histórico de acidentes que precedeu à atuação da empresa no País. Parece-me que li notícias de alguns acidentes anteriores.

Para nós, no Ibama, Senador, é muito difícil avaliarmos a capacidade de uma empresa petrolífera. A avaliação que podemos fazer é o número de acidentes ocorridos. Sob a ótica ambiental, eu poderia analisar qual é a empresa que tem um grande número de acidentes e qual seria a que tem o menor número, só que também seria muito errônea essa minha análise porque sabemos que a empresa que mais atua no Brasil é a Petrobrás que atua praticamente num percentual significativo dos poços.

Hoje, evidentemente, se formos analisar, a Petrobrás possivelmente tem um número de multas bem maior do que outras empresas, mas isso não significa

dizer, de forma alguma, que a Petrobrás é incapaz. É porque a presença dela é maior.

Nesse caso específico, Senador Crivella, o que o Ibama vai analisar é: foi cumprido o plano de emergência ambiental? Sim ou não? Esse plano foi suficiente, sim ou não? Se ele não for cumprido a contento, evidentemente, a empresa terá que adequar esse plano ou alterar a sua forma de atuar para garantir uma resposta rápida no caso de um acidente porque, se ocorrer um acidente – tecnicamente, parece que isso ficou muito claro – por qualquer razão não muito claro, o que nós, da área ambiental, queremos saber é:

Houve resposta?

Foram tomadas as medidas para minimizar o dano ambiental? E depois vamos compensar esse eventual dano ambiental causado.

O senhor coloca também, Senador, como seria melhor empregado o recurso das multas. Se não seria melhor utilizar essas multas para reparar os danos. Essas multas, Senador, não são utilizadas para a reparação de danos. Essas multas são receita da União e não têm como finalidade reparar dano. As multas são só administrativas. Esse recurso não entra para o Fundo de Recomposição do Meio Ambiente.

A recomposição dos danos ambientais se busca através da ação civil pública. Normalmente é proposta pelo Ministério Pùblico Federal e, muitas vezes, o Ibama propõe, mas via de regra é o Ministério Pùblico Federal que entra com uma ação civil pública. Daí, nessa ação judicial é que se busca a recomposição dos danos. Não através da multa. A multa não é aplicada com essa finalidade

O Deputado Mendes Thame fez a colocação para saber se essa empresa cumpriu as medidas cautelares do órgão licenciador ou não e colocou que, se cumpriu e o acidente ocorreu, devem-se mudar as exigências. Foi um acidente. Em tendo sido um acidente – e, até este momento, nós ainda não temos essa conclusão das análises técnicas: se esse acidente ocorreu em razão de falha humana, em razão de falha de material, em razão de imperícia, negligéncia ou imprudéncia, essa análise ainda não está pronta. Mas essa é uma análise muito mais técnica e, portanto, quem tem a expertise para analisar isso com mais profundidade, evidentemente, é a ANP.

Eu costumo separar. A ANP trabalha na causa; nós trabalhamos na consequência. Então, essa análise sobre se as medidas recomendadas para a atividade de petróleo foram atendidas e seguidas à risca pela ANP ou pela Chevron ou não, isso evidentemente é um trabalho técnico que a ANP vai concluir.

O Senador Crivella coloca também que é preciso prevenir, monitorar e minimizar efeitos. E aí surge

a dúvida do Pré-Sal, se nós estamos prontos ou não. Senador, prevenir e monitorar, dentro das limitações que nós temos, nós temos feito. Tanto nós fazemos como a ANP faz. Eu diria que até com muito mais frequência do que nós, porque operação é uma atribuição da ANP. Nós fazemos monitoramentos, fiscalizações rotineiras no que diz respeito ao aspecto ambiental. E no que diz respeito a acidentes, tudo que nós podemos fazer são simulações, fazer simulados, para ver como a empresa reage no caso de um acidente. Temos uma equipe hoje de 212 servidores, voltados exclusivamente para emergências ambientais. São treinados, com pessoas com especialização, inclusive, fora do país. Mas, voltando a dizer: não para operar e sim para monitorar e acompanhar. Nós não temos estrutura para...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Existem simuladores de acidentes?

O SR. CURT TRENNEPOHL – Não. Da resposta, somente, Senador; não do acidente. Nós não podemos simular o acidente. Nós simulamos a resposta. Então, nós chegamos a uma determinada plataforma...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu digo simuladores virtuais.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Não, eu desconheço, Senador. Mas, se o Senhor me permitir, estou com o coordenador de emergências ambientais. João Raposo, existe simulador de acidente?

O SR. JOÃO RAPOSO – Algumas empresas trabalham nessa parte virtual de tecnologia de informação e conseguem simular algum tipo de coisa. Mas, da nossa parte, a gente não tem acesso.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Eu espero tê-lo satisfeito, Senador. Não sei se foi suficiente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado.

O SR. CURT TRENNEPOHL – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Curt.

Passo, então, a palavra ao representante da Agência Nacional de Petróleo, Dr. Sílvio.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Bom, eu vou tentar responder a algumas ou a todas as questões, talvez fazendo alguns comentários, invertendo a ordem de algumas perguntas. Reforçando o que o Presidente do IBAMA colocou acerca da questão da multa. A multa na ANP é regulada também por uma Lei Federal, a de nº 9.847. O elemento que definiu a multa é identificado pela equipe que atendeu ao incidente ou ao evento, e essa multa depois é interpretada pelo departamento jurídico, em função do que prevê a Lei nº 9.847. A gente também tem o máximo, se não me engano, de cinquenta milhões, que é o valor máximo para uma multa.

Em relação às cobranças, quer dizer ao percentual que a ANP consegue recuperar, nós temos uma situação realmente próxima da do IBAMA. O foco da ANP hoje, aqui, nós chamamos de *upstream*, que é a parte de exploração e produção de petróleo. Então, o trabalho da ANP começa pelo reconhecimento geológico das bacias sedimentares, pela definição dos blocos que serão possivelmente licitados, pela preparação dos contratos e editais que vão fazer as rodadas de licitação, seja de concessão, seja de partilha. Nós cuidamos da repartição dos *royalties*, de acordo com a legislação existente, mas cuidamos também do que chamamos de *downstream*. Nós cuidamos da parte do refino, da distribuição, da comercialização, sem falar que cuidamos também dos biocombustíveis, do álcool, do biodiesel etc. Entendo, nós temos uma cadeia bastante longa, e, no final dessa cadeia, nós temos cerca de 35 mil pontos de abastecimento no território nacional.

Então, grande parte das multas é aplicada sobre distribuidores, GLP, postos, adulteração. Para isso, existe todo um processo de judicialização, de recurso etc. No caso de EP, a gente tem que estar muito atento no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não, no caso é EP, desculpe, exploração e produção. A gente acaba usando um jargão que nem todos conhecem.

Então, na parte de exploração e produção, nós temos aqui no Brasil cerca de 78 empresas concessionárias, algumas operadoras, outras apenas participantes consórcios, atuando na exploração e produção de petróleo e gás natural. Dessas, uma empresa, que é a Petrobras, responde por cerca de 93% da produção brasileira. Existe, obviamente, um desbalanceamento entre a Petrobras e as demais empresas. Isso vai se refletir em uma série de questões que vão desembocar, mais adiante, no plano nacional de contingência. Na minha apresentação, falei de 700 definições de não conformidades, de 11 interdições de plataforma. A grande maioria se dá sobre a Petrobras, que, obviamente recorre – ela é obrigada a recorrer das multas aplicadas –, mas, quando fica comprovado que nós temos razão, ela paga essas multas. Então, essa questão do percentual, quando misturado dentro de um universo heterogêneo, dificulta um pouco a análise. A gente deveria talvez, não tenho elementos aqui, pegar essa relação do não-pagamento de multas e dividir por setor dentro da ANP. Assim, a gente teria um quadro um pouquinho mais claro.

Em relação também às multas, conforme o Curt, Presidente do Ibama, levantou, elas não servem para compensação ambiental, assim como não são os *royal-*

ties recebidos pelos Estados que garantem recursos para compensação ou para mitigação. Ele está recebendo *royalties* porque está sendo, de alguma forma, afetado pelo uso de um recurso natural não renovável. No caso da multa, está havendo penalização, mas a empresa, e foi a primeira pergunta feita, se a empresa ...

Qual a responsabilidade direta da Chevron? A responsabilidade da Chevron é total. Ela é responsável. Está no nosso contrato de concessão que ela tem que responder por todas as licenças, por todos os projetos e por todas as consequências. Isso faz parte do contrato assinado entre a Agência Nacional de Petróleo, o operador e o consórcio do qual ele faz parte. Vai acontecer, aqui, no Brasil, deveria ou deve acontecer, a mesma coisa que aconteceu no Golfo do México. A multa que a BP sofreu chegou a US\$75 milhões, o que não é, se for comparar em termos do faturamento da BP, significativo. Porém, para os gastos com compensação, limpeza e recuperação, eles voluntariamente criaram um fundo de US\$20 bilhões. A gestão desse fundo não é feita pela BP, mas por um auditor independente que recebe o pleito dos potencialmente impactados e calcula das indenizações. Então, em termos da empresa, tudo sai do caixa. A BP está sendo penalizada em US\$20 bilhões, mais US\$75 milhões e por fatores imponderáveis – prestígio da empresa, valor das suas ações na bolsa, futuras participações em licitações, entrada em áreas sensíveis etc.

Então, nenhuma empresa, até onde sabemos, hoje, no mundo, vai procurar aventuras. A gente pode discutir a multa, eu acho que devemos discutir o valor da multa, mas temos que estar com essa visão bem clara de o que é multa e o que é compensação.

Voltando às perguntas iniciais, então, a empresa é responsável direta por tudo que acontecer e o nosso contrato de concessão prevê um seguro. A empresa deve apresentar um seguro. Talvez seja uma falha não existir um valor definido pelo seguro, quer dizer, ele não é prescritivo, mas a empresa deve apresentar um seguro que cubra todos os danos relativos inclusive à recuperação do meio ambiente.

Qual foi a dimensão real do vazamento? Nós, na ANP, com base no conhecimento do reservatório que estava sendo prospectado, explorado no Campo de Frade, nossa equipe calculou entre 200 e 330 barris por dia no período entre 8 de novembro e 15 de novembro e, depois, um vazamento residual. Com isso, a gente tem em torno de 2.400 barris vazados, que é o mesmo volume que a Chevron levantou. Dois mil e quatrocentos barris equivalem a, aproximadamente, 400 metros cúbicos de petróleo, que dá exatamente 400 mil litros de petróleo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Então a informação é essa.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – A informação é essa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Quatrocentos mil litros de petróleo.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Quatrocentos metros cúbicos, quatrocentos mil litros. Exatamente. Dois mil e quatrocentos barris. Eu estou fazendo uma conta... O barril...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu cheguei a ver quatrocentos mil litros de petróleo, mas isso é...

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não, quatrocentos mil litros de petróleo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Quatrocentos mil barris. Não, isso não.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não, não, não, de jeito algum. Com quatrocentos mil barris, a gente estaria num acidente próximo da...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Lá foram dois milhões e tantos barris.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – É. Então...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Mas o nosso, então, para guardar o número, quatrocentos mil litros de petróleo.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Eu estou fazendo uma conta aproximada. Eu teria de converter o metro cúbico. São 5,9, e por aí vai... Eu estou multiplicando por seis. Então é mais ou menos isso. A gente pode fazer entre 350 mil e 400 mil litros de petróleo.

Bom, o vazamento poderia ser evitado? Essa é uma pergunta que nós vamos ter que deixar... Hoje nós estamos numa situação que é a situação da contenção e da resposta.

Quando se faz contenção e resposta, o pessoal da plataforma está envolvido no abandono do poço, na cimentação, na colocação dos tampões, no isolamento do reservatório. Não cabe à equipe da ANP, nesse momento, ir à plataforma consultar os registros de pressão, da situação da lama de perfuração, se houve erro humano, se houve um erro de avaliação do reservatório. Isso não faz sentido. Internacionalmente, nós vamos esperar terminar a contingência nos próximos dias e iniciar o que se chama de apuração de responsabilidades e avaliação técnica do que aconteceu. E nós, em noventa dias, de acordo com o nosso chefe da Coordenação de Segurança Operacional, nós vamos ter esse relatório disponível.

Pela Resolução nº 44, de 2009, da ANP, a empresa é obrigada a fornecer um relatório detalhado trinta dias após o incidente. Então, entre 7 de novembro e 7 de dezembro nós vamos estar recebendo também um relatório detalhado. Hoje a nossa equipe está no

FPSO para verificar a relação que possa haver entre o reservatório que está produzindo e o reservatório que foi objeto daquela perfuração.

Vamos entender que o petróleo pode ocorrer em reservatórios com pouca comunicação e semi-isolados dentro de um campo. Então, o concessionário, lá no Campo de Frade, quando ele recebeu a concessão, a ANP define uma espécie de um limite, que a gente chama de *ring fence*, que é uma cerca em volta dos reservatórios, na projeção vertical, do que ele pode explorar e produzir.

O Campo de Frade é um campo que está em fase de desenvolvimento e produção. Ele não está na fase... Senão, ele não se chamaria campo. No jargão da ANP, nós temos o bloco, que é oferecido nas rodadas de licitação, que é comprado pelo concessionário ou outorgado, de acordo com algumas novas legislações que vêm por aí, que já foram aprovados, no caso da cessão onerosa, etc, mas, normalmente, ele é concedido e ele tem o direito de fazer perfurações ali e tem direito ao petróleo que se encontra dentro daquele limite. Se esse petróleo se espalha por outros campos ou outros blocos, haverá uma unitização, haverá uma discussão, seja com a União, seja com outro concessionário, sobre os percentuais.

Mas o que ele pode fazer? "Bom, acabou, nós concedemos o bloco e até logo"? Não. Cada movimento da empresa dentro do bloco e, mais tarde, dentro do campo tem de ser autorizado pela ANP: uma atividade sísmica que é a avaliação do reservatório por ondas sonoras, a perfuração - ele deve entregar um projeto de perfuração, deve notificar a perfuração -, o desenvolvimento, que tem de ser acompanhado. Então, a pergunta que eu poderia fazer: "se estamos em fase de desenvolvimento, por que ele estava perfurando um poço ali?" Ele estava perfurando, neste caso, porque ele estava tentando melhor avaliar as condições daquele reservatório. Essa cabeça do poço já tinha sido a origem de, se não me engano, duas outras perfurações que foram feitas próximas àquele reservatório.

O que conhecemos da Bacia de Campos...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Dr. Sílvio, desculpe-me.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Vou ser breve.

O senhor precisa da autorização para um projeto técnico? O sujeito diz: "Olha, vou perfurar a 1.200, vou usar aço de espessura tal, com resistência tal, vou usar lama tal..." Ele apresenta ao senhor um projeto para que o senhor aprove esse projeto previamente?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Ele apresenta o projeto na ANP. Agora, temos um pequeno problema.

Não vamos falar só das soluções que nós apresentamos. No Brasil, perfuram-se por ano cerca de 900 poços de petróleo. Então, isso daria, em média, três poços por dia. Isso não é muito. Nos Estados Unidos, perfuram-se 20 mil poços por ano. Então, com 900 poços, não teríamos equipe na ANP, no momento, para verificar todos... Nós avaliamos o cenário do que vai acontecer, mas não posso dizer aqui que avaliamos detalhadamente o projeto de poço. Por quê? São tão grandes os cenários que toda atividade do petróleo se baseia no que chamamos de uma aproximação não prescritiva. Nosso sistema de gestão de segurança operacional, que tem 17 práticas de gestão, não diz assim: a sua broca deve ser de aço tal, o seu poço deve ser isso, o seu BOP tem de ter não sei quantas gavetas cisalhantes, sua sonda... etc. Com isso, até engessaríamos o desenvolvimento tecnológico da indústria. Então, o que se faz é definir obrigações em termos de gestão. Ele é obrigado a seguir as normas internacionais e as melhores práticas de segurança da indústria para perfurar um poço. Nós mandamos essa exigência prévia para a empresa e ela faz uma matriz. Para cada prática nossa, ela define: "a nossa perfuração segue a norma internacional tal e tal, nós fazemos dessa maneira". Com isso, nós vamos a bordo e identificamos. Se houver alguma coisa que esteja incompleta, nós notificamos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu acho que está perfeito. Quando, por exemplo, um sujeito vai construir um edifício aqui, em Brasília: ele apresenta um projeto de arquitetura e os técnicos analisam; ele apresenta um projeto estrutural, um cálculo estrutural, mas a prefeitura apenas verifica se o profissional que assinou aqueles cálculos é habilitado. A prefeitura também não quer assumir o risco, ela não quer ter um calculista para conferir e, depois, se amanhã tiver problemas estruturais, ela ser chamada na Justiça a reparar, se houver danos de queda, morte etc. Por isso, o sujeito é formado, ele assume a responsabilidade. Na ANP, vocês também têm um cadastro dos profissionais que estão habilitados a calcularem a perfuração de um poço?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – De fato, eu vou ficar devendo essa pergunta, porque temos uma divisão de tarefas e, então, passamos. Quem faz a regulação e a autorização dos poços na fase exploratória chamamos de SEP – Superintendência de Exploração; quem faz isso na fase de desenvolvimento e produção, apesar de ser um poço também, é a Superintendência de Desenvolvimento e Produção. Então, sei que nós temos documentações padronizadas e exigências que estão inclusive no nosso sistema, que se chama Sigep. Ele é acessível aos operadores, eles podem colocar dados

on-line. Alguns outros dados são entregues. Agora, eu não sei especificamente se confere a assinatura ou não, mas o que admitimos ali é que a operadora está se colocando como responsável por aquele projeto e dizendo que está respeitando a norma de segurança nº x, que define as condições de segurança internacionais de perfuração de poço.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Dr. Sílvio, só para concluir.

No Brasil, nós estamos estudando uma fórmula de as empresas apresentarem, para obras complexas, o cálculo do seu calculista e um cálculo de uma consultoria que ateste aquilo. Então, em obras complexas, nós ficaríamos a favor da segurança. Poderia isso ser adotado, sobretudo na área do pré-sal, pela ANP? A petroleira apresenta os detalhamentos, mas tem que apresentar também uma empresa de consultoria que ateste seus cálculos.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Isso é muito comum na indústria. Trata-se da auditoria de terceira parte, auditoria independente.

Eminentemente, em prévias discussões e comentários internos sobre a questão do poço de Frade, nós aventamos esta possibilidade de exigir... Como nós não temos condição e não faz sentido para nós avaliarmos detalhadamente 900 – e nós esperamos que haja muito mais daqui para adiante –, teríamos que fazer o trabalho do concessionário, e isso não é o caso. Então, já pensamos nessa possibilidade. Esse é um dos rebatimentos regulatórios que nós vamos conseguir com o incidente.

Nós falamos do poço não revestido, por exemplo, na sua porção terminal. Isso é uma prática internacional que é aceita. Pode ser que, a partir da auditoria, nos próximos 90 dias, nós cheguemos à conclusão de que pode ser feito assim, contanto que se faça uma sísmica fina da geologia da área, porque – entrando no mérito da licença ambiental – a consultoria da licença ambiental faz uma visão geral da bacia. A Bacia de Campos, com 40 anos, tem todas as suas falhas perfeitamente reconhecidas, mas, de fato, essa microgeologia, que, de alguma maneira, concatenou-se, combinou com a questão do poço não revestido, foi, digamos, decisiva para que houvesse o vazamento.

Eu não estou imputando, no momento, responsabilidades ou dizendo que o cálculo da lama estava errado. Nada disso. Isso nós vamos fazer com o apoio da operadora, que nos vai passar toda a documentação dos registros de bordo para nós entendermos. Mas o que nós estamos querendo entender? Nós não estamos querendo simplesmente multar a companhia. Nós estamos querendo entender, para trazer para o

processo regulatório inovações. É assim que se faz na indústria com as boas práticas internacionais.

Bom, em relação às iniciativas de mitigação – se elas foram corretas –, no nosso entender elas foram corretas. Então, foi acionado o plano de emergência, que não é da nossa competência – é da competência do Ibama –; ele foi acionado. A Petrobras, que estava ali por perto, dentro dos programas de ajuda mútua, estava presente para ajudar na contenção da mancha.

Depois, o BOP... Antes disso até, ele foi acionado com sucesso. O poço iniciou o processo de isolamento. Então, do ponto de vista das práticas usuais da indústria do petróleo, isso foi tranquilo. Também não posso dizer que, ao avaliar o procedimento com todos os registros, nós não identificamos aspectos que poderiam ter sido feitos e não o foram. Por isso, nessa fase, nós devemos ter um pouco de paciência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– O senhor acha que o melhor seria realmente jato d'água para dispersar a mancha ou seria uma forma de recolhê-la?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Vamos lá. Quando há um vazamento, o que acontece com o óleo? O óleo é um produto de hidrocarbonetos, complexo de hidrogênio, carbono, etc. Ele sofre vários processos que chamamos de intemperização, isto é, está submetido às condições do meio ambiente. Então, em primeiro lugar, ele vai espalhar muito, porque a tensão superficial leva ao espalhamento – depois de ele chegar à superfície. Depois, ele vai se fragmentar; as gotículas vão começar a se fragmentar. Parte dele vai emulsificar, vai combinar com a água e vai afundar um pouquinho na coluna d'água. Uma parte muito pequena vai sedimentar e uma parte extremamente importante, principalmente das frações leves, vai evaporar. Por isso a gente vê em acidentes de grande porte: cadê a mancha? Cadê a mancha? A evaporação é muito forte.

Neste caso, a técnica... A primeira opção que você tem que adotar, inclusive conforme a legislação brasileira, é o recolhimento do óleo. Tem que recolher esse óleo. A Resolução nº 398, do Conama, prevê a quantidade de barreiras que são necessárias para se fazer o recolhimento e a utilização de skimmers, que são aspiradores que vão puxar essa água misturada com óleo, de preferência o máximo de óleo e o mínimo de água, que vai ser levada para um navio-tanque, depois trazida para a terra, para a separação, e aquele óleo será aproveitado.

Isso é sempre possível de se fazer?

Não, não é. Em algumas condições, com o mar extremamente batido, a mancha passa por baixo das barreiras, então a contenção fica muito prejudicada. Primeira coisa.

Segunda, se o vazamento é próximo da costa, a contenção mecânica, que é feita por uma ou duas embarcações para fazer a retirada do óleo, é muito lenta. Então, o que aconteceu nos Estados Unidos, por exemplo? Foi adotada a aplicação de dispersantes químicos.

O que o dispersante químico faz? Como o nome está dizendo, ele dispersa as moléculas de óleo.

Por que é interessante que aconteça isso? Porque, quando você tem uma molécula menor, a relação superfície/volume cresce. Eu tenho mais superfície para pouco volume. E isso ajuda o consumo bacteriano. Então as bactérias que se alimentam naturalmente de petróleo agem com maior eficiência.

O dispersante químico faz isso. Só que, quando usa dispersante químico, você está introduzindo no meio ambiente uma substância química.

O Ibama autoriza o uso de um dispersante chamado Corexit, que é perfeitamente razoável. A Petrobras está cheia dele, a Chevron deve ter contratado com o reservatório de Corexit ou de outro dispersante qualquer pré-autorizado pelo Ibama. Mas, se você já tem uma condição de mar extremamente forte e a dispersão mecânica, então não vai colocar dispersante químico. Por isso eles estavam utilizando a metodologia... Tentou-se a contenção. Falhou a contenção por causa das condições de mar e da mancha muito fina, dado que ela veio pouco a pouco do fundo e passou por uma camada de 500 metros de arenito ou de qualquer outra coisa. Lembro que entre o poço e a superfície havia rocha. Então esse óleo chegou disperso. No filme que mostrei, já se viam aquelas gotículas passando. E com isso a contenção se mostrou inviável. De fato eles contiveram uma quantidade de 300 e tantos metros cúbicos basicamente de água com algum teor de hidrocarboneto.

Então, o que manda a boa prática é a dispersão mecânica. Não tem outra coisa para se fazer naquele momento.

Se nós estivéssemos próximos da costa, como aconteceu no Golfo do México, ou mais próximos da costa, o dispersante químico seria essencial e uma coisa que eles utilizaram nos Estados Unidos, que é um pouco chocante à primeira vista, foi a queima em sítio. Então o óleo é queimado porque com isso se colocam na atmosfera algumas frações e produzindo CO₂ e outros componentes que são, dentro do cenário do acidente, menos problemáticos, alguns até inócuos. Então a queima pode ser necessária, porque eles queriam, a todo custo, preservar a região costeira. Se o óleo chegasse à região costeira, a limpeza em regiões de mangue ou, nos Estados Unidos, em regiões de áreas úmidas, aquilo é muito complicado. Às vezes,

em certas áreas, é melhor você nem sequer entrar. No manguezal, por exemplo, você vai ter que deixar o óleo lá para sempre, entregue aos processos biológicos.

Então o procedimento foi correto. Assim como nós tivemos um infortúnio na conjugação de uma falha geológica, tivemos uma certa felicidade no sentido da dispersão mecânica e das correntes marinhas que levaram esse óleo...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Tem risco de chegar às praias?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Aparentemente, nenhum. Eu ouvi inclusive o Professor Rosman, de engenharia oceânica da Coppe. Ele disse que a probabilidade é praticamente zero.

Em termos estatísticos, a gente nunca fala que não há probabilidade, assim como não podemos falar que não há risco. A probabilidade de chegar à costa qualquer resíduo é praticamente zero.

Uma coisa importante é a questão da perfuração. Quando a ANP faz o contrato de perfuração e define o limite, mesmo quanto a poços do pré-sal que foram concedidos, não há nenhum impedimento legal para que o operador chegue ao pré-sal. Só que, como falei anteriormente – não é questão de ofensa à soberania –, ele pode fazer isso, mas o poço e o horizonte que ele vai pesquisar e produzir tem de ser submetido previamente à ANP.

O que aconteceu? Assim como no Golfo do México, que a autoridade americana decretou uma moratória, que durou alguns meses, para perfuração em profundidade, a ANP optou por suspender as perfurações no Campo de Frade, sejam elas no pós-sal, sejam elas no pré-sal.

Então, essa proposta da Chevron está suspensa na ANP até que se resolvam e se entendam melhor as condições do reservatório.

Em nenhum momento se pensou em cassar registros da operadora no Brasil. Isso seria inviável em termos contratuais, a não ser que fosse cometida alguma coisa. Eu teria de ler o contrato com mais vagar para verificar isso. Mas, em princípio, isso não foi pensado, e temos lá um campo produtor com uma produção significativa, de mais de 70 mil barris por dia. Essa produção não guarda relação, aparentemente, com o reservatório que foi perfurado e teve de ser suspenso. Então, não faz sentido interrompermos essa produção.

Vai haver perfurações mais adiante? Provavelmente haverá, porque vamos estabelecer as medidas necessárias com base nos ensinamentos do que vimos na região.

Perguntou-se se a ANP pode dispor da aplicação dos *royalties*. Não. A ANP apenas calcula, faz a medição fiscal do óleo e do gás produzido e aplica o que está

na legislação dos Estados e Municípios confrontantes ou dos Estados e Municípios onde é feita a produção do óleo e do gás. Isso é distribuído pelo operador, que faz um pagamento, da forma de um DARF, para o Tesouro Nacional. A ANP determina as frações, o valor desse óleo, de acordo com a corrente de produção, do preço de venda ou a corrente internacional, de um óleo similar àqueles e esses *royalties* são distribuídos a quem de direito, mas nós não definimos nem para quem vão esses *royalties*, muito menos o que cada beneficiário irá fazer com esses *royalties*.

Perguntou-se, também, se os Estados estavam preparados para um evento, digamos, catastrófico, com toque de óleo na costa. Isto aí, sim, entraria no âmbito do plano nacional de contingência.

Perguntou-se, também, por que não temos um plano nacional de contingência. Vimos trabalhando nesse plano nacional de contingência desde 2000, ciclicamente. Esse plano surgiu. Depois, ficou mais ou menos parado e, agora, voltou novamente à discussão – obviamente em função desse incidente e esperemos que muito brevemente tenhamos um plano.

Agora, a pergunta é: nós estamos desprotegidos? Não estamos, porque existe um trabalho de conjugação, como mostrei, de esforços entre a Marinha, o Ibama e a ANP e contamos – como falei no início da minha colocação – dessa questão do desbalanceamento Petrobras, com mais empresas.

A Petrobras, depois do acidente da Baía de Guanabara, construiu uma estrutura que supera em muito os seus planos de emergências individuais. Acho que é do conhecimento de todos que ela dispõe de 11 centros de defesa ambiental ao longo da costa Brasil. Então, na prática, ela faz esse papel, de uma certa forma, que é o Plano de Contingência Coorporativa da Petrobras, e ela tem condição, na ausência do PNC, de suprir grande parte do que precisamos, além de ter contrato com associações internacionais, como a Clean Caribbean & Américas (CCA), uma empresa que coloca no país do associado, em 24 horas, condições extras de limpeza, de contenção etc. Mas uma coisa nós não temos. De fato, os órgãos estaduais de meio ambiente estão mais preparados para emergências voltadas para derramamento no interior, isto é, caminhões que derrapam na estrada. Então, tanto o Inea quanto a Cetesb, que têm pessoal de excelência, mas eles, em minha opinião, não estão preparados, em termos de material, para isso.

Então, nós estamos querendo – eu, pessoalmente, também – introduzir no Plano Nacional de Contingência que não só Ibama, ANP, Marinha, mas também o órgão estadual do meio ambiente da costa

afetada ou da locação afetada participem também dos esforços do PNC.

Foi perguntado também se neste PNC, que agora, creio eu, vai sair muito rapidamente, qual o papel da ANP? A ANP participa desde o início na... enquanto o IBAMA vai cuidar da resposta e, juntamente com os órgãos do meio ambiente, vai cuidar da limpeza do acidente nas praias, caso ocorra, a ANP tem de cuidar da contenção. E nós tivemos agora dois incidentes que mostraram a importância da contenção: o do golfo do México, onde foi desenvolvida uma estrutura, que eles chamam de *capping*, que fecha a boca do poço e permite a injeção de dispersantes ali no local, em caso de necessidade.. Isso foi desenvolvido no Golfo do México, foi desenvolvido no Reino Unido. Existiu outra em desenvolvimento, com a participação da Petrobras, da própria Chevron, da BP e das grandes empresas internacionais.

Esse foi o incidente do Golfo do México. Aqui também vimos um incidente, no Frade, em que o papel do órgão regulador, com seus especialistas em cimentação, em controle de poço se mostrou essencial, porque isso não é competência do Ibama.

Então, esse vai ser o papel da ANP. O Plano Nacional está sendo fechado nessas próximas semanas. Ele vai ter uma autoridade nacional, que é o Ministério do Meio Ambiente, vai ter uma coordenação operacional formada pela Marinha, ANP e Ibama e um comitê de suporte, formado pelos demais ministérios. Com isso, achamos que o País vai estar mais bem preparado para novos incidentes.

Eu acho que falei quase tudo, senão tudo. Só para terminar, acho que todas as investigações são bem-vindas, todas as críticas são bem-vindas, mas nós devemos estar atentos à fase que nós estamos vivendo. Nós temos que nos preocupar agora, como em qualquer vazamento, na contenção e na resposta. E, depois, nós temos que deixar que equipes, seja com auditorias de terceira parte, seja com pessoal da própria ANP, com os arquivos, os dados e a cooperação dos técnicos da operadora, nós temos que definir o que aconteceu, definir responsabilidades e, mais importante do que isso, definir novas normas que vão ser absorvidas obrigatoriamente pela ANP, na parte de gestão de segurança operacional e pelo Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, na parte de definição do plano de Emergência Individual, do Plano de Área e do Plano Nacional de Contingência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Sílvio. Eu apenas queria fazer duas observações, antes de passar a palavra para o Dr. Mário Gisi. Eu estava ausente, quem estava presidindo a reunião era o Senador Sérgio. O

representante da Chevron já falou depois dos questionamentos.

Pelo que me parece, pelas explicações dadas pelo representante da Agência Nacional do Petróleo, a imprensa noticiou, em algum momento a possibilidade de que tivesse sido utilizado areia pela Chevron para fazer o óleo descer. Segundo levantamentos da Agência Nacional do Petróleo, isso não aconteceu.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Isso até me chamou muito a atenção, porque grande parte dos técnicos da ANP fazem cursos na Cetesb, junto às empresas internacionais que trabalham com contenção de manchas, apesar de não ser especificamente nossa área. Mas isso surgiu, não sei exatamente qual é o autor, mas é uma coisa absolutamente fora de questão. Não faz sentido você levar areia. Isso não é um método de dispersão. Você imagina pegar um barco de apoio e navegar 300 quilômetros de Macaé, a duzentos e poucos quilômetros, para chegar e jogar areia em cima de uma mancha seria, caso fosse viável, seria absolutamente ineficiente gastar recursos com isso; seria melhor levar dispersantes químicos, caso fosse necessário.

Então, o que os barcos faziam e jateavam... O barco está tirando água do mar, passando por compressor e jateando para facilitar a dispersão mecânica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de passar a palavra ao Dr. Mário Guisi, quero registrar duas informações que me parecem extremamente graves, graves do ponto de vista da força das informações.

A primeira é que no Brasil se perfuram cerca de 900 poços por ano, ou seja, quase três poços por dia, e que a Agência Nacional do Petróleo não tem efetivo suficiente para acompanhar a perfuração desses poços.

Eu gostaria de perguntar, antes de passar a palavra ao Dr. Mário Guisi, porque talvez essa informação seja importante, até para as considerações dele, quantos funcionários a Agência Nacional do Petróleo tem, quantos funcionários dedicados a essa fiscalização e que efetivo seria necessário para acompanhar, por exemplo, toda a perfuração de poços, que deve aumentar com a exploração do pré-sal.

A outra, que me pareceu também – eu desconhecia essa questão – extremamente grave é a de que não há legalmente nenhum impedimento para que a empresa possa também perfurar a área do pré-sal.

Então, só para eu entender direito: quando o Governo... Esse poço, esse Campo de Frade foi licitado pelo regime de concessão. No regime de concessão a empresa tem o risco de pesquisar, identificar qual o potencial de petróleo que há ali e explorar. Ela passa a ser dona do petróleo que há ali. No sistema de concessão, então não há nenhuma limitação em relação

à profundidade; a limitação é apenas – digamos assim – vertical? Ele pode furar até onde conseguir?

Aí eu pergunto: normalmente, quando se faz o sistema de concessão no pós-sal se está fazendo a concessão para o pós-sal e, portanto, com condições de segurança e condições de exigibilidade – digamos assim – de tecnologias para determinada profundidade. Na possibilidade de que essas perfurações possam atingir o pré-sal – esse é um grande desafio tecnológico que o Brasil está enfrentando – me parece que seria bastante razoável e prudente exigir outras tecnologias mais avançadas e outros sistemas de segurança.

Eu gostaria que o representante da ANP, Dr. Sílvio, comentasse um pouco isso, como é que funciona efetivamente isso e se a cada perfuração dessa, especialmente do pré-sal, não deveria submeter o projeto à apreciação da Agência Nacional do Petróleo.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – De fato, em relação a esse campo, ele estava, ele preexistia à definição do polígono do pré-sal.

O polígono do pré-sal foi definido pela Lei da Partilha. Nós temos um contrato não só com a Chevron, mas também com outras empresas que já eram concessionárias daquela área. Então não há possibilidade de quebra de contrato. O contrato não menciona restrições à profundidade. Então se depois se descobriu um horizonte como o pré-sal, isso aí seria uma quebra de contrato, na visão da ANP, de restringir o concessionário.

Bom, devemos considerar também que pré-sal – usando um termo vulgar – não é uma piscina de óleo que estende ao longo de todo o polígono. Então, o pré-sal, de fato, está na Bacia de Santos, o pré-sal significativo. Nós temos bolsões do pré-sal ao longo do polígono e talvez tenhamos até em outras regiões do País, talvez, tanto que a Lei da Partilha teve o cuidado de dizer que a partilha era obrigatória no pré-sal e em outras áreas estratégicas a serem definidas. Então, não fechamos as portas para um polígono. Dado isso, a empresa tem condição de perfurar, mas certamente existe esse processo. Existe um processo na ANP, da Chevron, pedindo para perfurar no horizonte do pré-sal. Esse processo está em estudo e foi suspenso, no momento, em função da proibição de perfurações. É claro que sob o ponto de vista de segurança operacional, sob o ponto de vista da superintendência, do movimento da produção, de avaliação do projeto, ele vai ser um projeto... Quando digo que a gente não tem condições de avaliar 900 projetos de poço... Creio que não faria parte da atribuição da empresa avaliar todos esses projetos. Como o Senador apresentou, talvez usemos auditorias ou talvez consideremos a simples obrigatoriedade da adoção de melhores práticas. É claro

que um poço que vai ser perfurado em um horizonte desses vai passar por uma averiguação técnica dentro da ANP muito mais rigorosa. Vamos nos lembrar, também, de que nesse caso específico a Chevron não está sozinha no consórcio. A Petrobras é consorciada da Chevron com um percentual de 30%. Então, certamente, conforme o acordo conjunto, ela vai participar, inclusive, do pagamento dessas multas e tudo o mais. É um acordo conjunto dentro do consórcio formador. Então, podemos dizer que nós temos, dentro do consórcio, a própria Petrobras. Não acho nem significativo. Creio que a própria empresa... Não podemos dizer, também, que a Petrobras é a única empresa do mundo capaz de perfurar poços em profundidade. Hoje, nós temos, se não dezenas, pelo menos dez empresas no mundo que perfuram em profundidade. O poço mais profundo do mundo não é aqui do pré-sal está lá, se não me engano, no Golfo do México. É um poço da Shell, um poço de grande profundidade. No pré-sal, a lâmina d'água, vai até 2,5 metros. A gente não tem condições de perfurar, não tem tecnologia, para vencer lâminas d'água de três mil metros, de três mil e pouco. O pré-sal começa a ficar profundo depois que você perfura o solo marinho. Aí você tem condições de plasticidade e etc que estão sendo estudadas. Nós estamos falando de um pré-sal, na Bacia de Campos, no Frade, que é um pré-sal mais raso. Evidentemente, passaríamos por um controle bastante efetivo para autorizar esse poço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sem querer interromper, mas apenas porque acho que é importante a título de informação, nas apresentações que foram feitas aqui, salvo engano, a profundidade era em torno de 3,2 metros.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – É o seguinte: a gente tinha uma profundidade linear de perfuração que dava 3 mil metros, mas quero chamar a atenção para o fato de que existe uma profundidade vertical que está em 2 mil. O assoalho marinho está em 1,188 metros, 1,2 metros, depois a gente está indo até 2 mil e poucos metros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nesse caso, V. S^a registrou que o pré-sal, na Bacia de Campos, é mais raso. Nessa profundidade de 2 mil e poucos metros já estaríamos no pré-sal?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Não. Se estivesse, a empresa estaria incorrendo em uma ilegalidade, pois o poço que vai atingir o pré-sal está ainda em avaliação na ANP, seja por questões de segurança seja por questões de avaliação geológica. É uma avaliação que demanda um certo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E a Agência Nacional de Petróleo tem

segurança total nessa informação, de que naquela profundidade ainda não se está extraendo no pré-sal.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Total segurança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário Guise.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISE – (...) significa que a ANP tem um controle perfeito da profundidade que está sendo executada nos poços? Não tem perigo de eles se excederem na profundidade de exploração?

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Isso equivaleria a um rompimento de contrato e de contrariedade da atividade regulatória da empresa que daria início a um processo, aí sim, de exclusão da empresa do cenário brasileiro.

Deixei de responder uma pergunta sobre o número de funcionários que temos. A ANP, dentro de toda a cadeia de atividades, tem cerca de oitocentas ou mil pessoas oriundas. A ANP é de 1998. Nós fizemos um concurso em 2005, fizemos um outro concurso em 2008. O meu colega Edson, que está aqui, entrou no concurso de 2005. Eu entrei no concurso de 2008, na ANP. E nós estamos programando mais um concurso para a ANP, exatamente pensando no reforço da área de segurança operacional.

Por que estamos pensando nisso? Porque, se a gentevê, desses oitocentos funcionários que atuam ao longo de toda a cadeia, da definição geológica ao controle do posto de gasolina, nós temos uma equipe de segurança operacional muito bem formada, certificada internacionalmente, mas muito pequena. A gente quer dobrar essa equipe. Nós temos cerca de doze, se não me engano, a quinze técnicos trabalhando, que são responsáveis, inclusive, pela fiscalização a bordo. Quando a gente fala de setecentas notificações e onze interdições, significa que nós estamos a bordo fazendo isso.

Então, esses funcionários têm que avaliar projetos, verificar a reflexão do nosso sistema de gestão com o que está sendo feito efetivamente na instalação, mas nós temos apoio também. Esse é o núcleo da segurança operacional. Nós temos o pessoal da Superintendência de Exploração, mais oitenta pessoas, mais o pessoal da Superintendência de Desenvolvimento e Produção, que avalia também projetos de poço e projetos de desenvolvimento, mas, sem dúvida, isso é até uma reivindicação pública da ANP, nós queremos aumentar o número de funcionários da nossa Coordenação de Segurança Operacional.

O SR. MÁRIO JOSÉ GUISE – Bom, naquilo acho que tem pertinência com relação ao Ministério Públ-

co, eu gostaria, primeiro, a questão do fundo que foi trazida pelo Dr. Curt, também concordo perfeitamente. Acho que essa questão de formular o Fundo, de criar um Fundo, agora, não restringiria esse Fundo ao petróleo. Acho que ele deveria se expandir para a mineração em geral, porque, na verdade, temos aí um problema sério na questão da mineração e que ainda não foi resolvido adequadamente pela falta de uma garantia de efetivo resarcimento ou de recomposição do dano após, embora, tenha até previsão constitucional a questão da mineração.

Enfim, de uma forma ou de outra, acho que é muito importante essa criação do Fundo. Sou plenamente favorável.

Impressiona, na realidade, no nosso País, a questão, como o Senador Rodrigo Rollemberg me perguntou, a questão das multas. Então, são quatro instâncias administrativas para uma multa, após isso ser questionado na Justiça. Ou seja, temos uma ineficácia total da cobrança das multas, porque, após esse período todo, a possibilidade de cobrança judicial muitas vezes se esgota até pela questão da prescrição. Não tem razão para tanta burocracia. E acho que é o caso de rever isso. E, no máximo uma instância além daquela que aplicou a multa para fazer uma revisão e assunto encerrado.

Olha vai até ao Ministro, passa pelo Conama. Quer dizer, é incrível a capacidade de criarmos mecanismos para evitar a aplicação da lei. Esse é um caso específico, não é? E mostra a incapacidade do Estado de tornar efetivas as suas regras pela quantidade de mecanismos, enfim, de desvio.

E não é diferente na questão criminal, porque também como foi trazida a questão de eventual ilicitude na exploração de petróleo, não temos aí uma regra clara a respeito do crime. A não ser o que diz a Lei de Crimes Ambientais sobre pesquisa, lavra, extração de recursos minerais sem autorização. E que aí seria uma pena pífia, de seis meses a um ano. E isso, na verdade, foi trazido há pouco tempo, nesta comissão, por ocasião da discussão do Código Florestal, em que a multa seria proporcional ao dano causado. E ela, infelizmente, acabou não sendo adotada pelo entendimento da maioria.

A situação é idêntica aqui. Na verdade, o tratamento disso deve ser proporcional às circunstâncias, à gravidade e ao contexto em que ela se coloca, porque ela, num regime fixo permite tratar aquele pequeno infrator, que é o que sempre acaba sendo punido mesmo, de uma maneira igual ao grande infrator, o que significa, na prática, a uma impunidade.

Eu também gostaria de salientar que o Ministério Público Federal, sim, tem proposto ações civis públicas, mas o papel primordial do Ministério Público é fiscalizar

os órgãos públicos. Portanto, a propositura ou as atividades de fiscalização, enfim, de resarcimento, devem ser propostas originariamente pelos órgãos do Poder Executivo, responsáveis por aquela atividade. Caso não o façam, o Ministério Público vai cobrar desses órgãos e, portanto, acabam esses órgãos entrando como réu nas ações para, enfim, possibilitar a recomposição do dano. Mas primordialmente essa responsabilidade é do Poder Executivo. No caso, do Ibama, da ANP, enfim. E o Ministério Público gostaria de não ter de propor essas ações por uma ação eficiente dos respectivos órgãos em toda a sua cadeia, desde a multa até a indenização pelos danos causados.

Bom, não sei se deixei alguma coisa de fora. Só também me chama a atenção a questão da complexidade que é a análise sísmica para descobrir se tem petróleo a uma profundidade tão grande no solo, mas que nós, na exploração ou no início da exploração que seja, nós não tenhamos uma análise de solo suficiente para identificar se aquele solo é capaz de sofrer determinadas pressões ou não. Parece-me que isso é uma irresponsabilidade. O que se verifica aí é uma relação de lucro máximo na extração do petróleo. Portanto, considero isso de extrema gravidade.

Bom, eram essas as considerações. Evidentemente, também muito surpreso pela quantidade de poços perfurados por ano, a dimensão, e a potencialidade que isso tem no meio ambiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço o Dr. Mário Guisi, os nossos outros convidados e os Senadores que participaram desta audiência.

Como disse, a nossa intenção era entender esse acidente e conhecer...

Sr. Luis Alberto, o Senhor está com a palavra.

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BATOS – V. Ex^a me desculpe, mas foram feitas algumas colocações e perguntas a empresas e que ainda não foram respondidas. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BATOS – Primeiramente, eu gostaria, com a permissão dos Senhores, de traçar aqui um perfil da empresa. É importante colocar esse contexto para análise da empresa que está sendo analisada neste evento.

Nós temos uma licença-prévia, três licenças de instalação, duas licenças de operação e uma licença... concedidas pelo Ibama, analisadas durante todo o processo licitatório e dadas as informações, temos as licenças.

Toda a regulamentação da ANP, desde o contrato de concessão, os planos anuais, a perfuração de cada poço, todos os documentos são encaminhados, de forma correta, clara e concisa, mostrando o que a empresa está fazendo.

Então, é só quanto à ideia de que não há irresponsabilidade quando se está perfurando fora da camada autorizada. Nossa objetivo ainda é num outro observatório, abaixo de onde nós tivemos a situação, e também autorizado, que faz parte dessa avaliação. Vamos colocar, como está sendo feito, no pós-sal do Frade. Temos toda uma avaliação do pré-sal, que já foi submetida ao Ibama. Não é só à ANP que submetemos todas as informações. As informações também vão ao Ibama para serem analisadas. Toxidade dos produtos utilizados, perfil do poço, todas as informações são passadas para análise. Então, eu gostaria de deixar claro que a empresa sempre cumpre.

Quanto ao plano de emergência, nós colocamos os recursos, ativamos o plano. O Ibama vai falar se fizemos ou não o que estava previsto.

Além disso, como foi dito aqui pelo representante da ANP, a Chevron tem dentro do seu plano também a possibilidade de trazer mais recursos, seja do plano de ajuda mútua das empresas, coisa que funciona muito bem, mostrou toda a sua eficiência durante as ações no Golfo do México; seja do acionamento dessas grandes instituições internacionais, a CCA e a OSR, que são duas empresas que fornecem equipamentos técnicos e têm capacidade de trazer, dentro dos tempos definidos no plano de emergência, esses recursos para estarem disponíveis, no caso de seu escalonamento de um incidente mais grave.

Eu gostaria de responder ao Senador Crivella, que fez a consideração sobre a resposta.

Já foram colocadas aqui pelo meu colega da ANP as técnicas utilizadas. Quero deixar muito claro que nunca foi utilizado areia nem dispersante, pela avaliação legal. Areia não existe nesse processo. Se vocês olharem toda a metodologia de resposta de emergência, verão que não existe areia. A única parte em que vai aparecer é quando o óleo bate na costa e você normalmente faz um montinho de areia para evitar que ele suba praia acima – assim, aquela areia que já está contaminada fica ali como um dique para conter –, mas nunca combater uma mancha vagando com areia. A dispersão mecânica foi usada pelas condições encontradas do filme, do óleo, como ele se comportou na superfície, destacando que, onde tivemos chance de recolher, os esforços foram feitos e a água oleosa foi recolhida.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Lembro da teoria científica: se você encostar um tubo

capilar na tensão superficial, o fluido vai subir infinitamente. É teoria científica.

Não existe uma técnica para retirar esse óleo, vamos dizer assim, usando a tensão superficial para que ele...

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – O problema é que o óleo da tensão superficial é o mais fino. Quando o óleo chega à superfície, a tendência dele é ir se espalhando. O volume é o mesmo, mas, para uma área maior, a espessura cada vez vai ficando menor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E as bactérias que ingerem esse...

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – Daí a dispersão mecânica. A dispersão mecânica é um processo em que você maximiza a relação área com volume, ou seja, quebrando as partículas, você permite que mais facilmente elas sejam colonizadas pelas bactérias e seja feita a degradação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Vocês que introduzem as bactérias?

O SR. LUIS ALBERTO PIMENTA BORGES BASTOS – Não, essas bactérias existem no oceano e essas bactérias são oportunistas, ou seja, no momento em que existe substrato para ela se alimentar, elas se proliferam e atacam aquela mancha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu estou vendo que o Deputado Alfredo Sirkis está querendo fazer uma intervenção. Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Inicialmente, para o Dr. Sílvio, já existe claramente uma estimativa de custos globais desse acidente? Essa é a primeira pergunta.

A segunda, claramente, pelo que eu ouvi aqui, nós estamos correndo atrás das situações, ou seja, não temos ainda um plano de contingência – ele estava meio engavetado, mas foi tirado da gaveta a partir do momento em que se deu o acidente –, o efetivo de fiscalização é modesto, mas agora, que aconteceu o acidente, esforços serão aplicados no sentido de aumentá-lo, e por aí vai. Quando vejo isso e a escala de investimentos que se pressupõe no pré-sal, a quantidade de poços que vão ser perfurados no futuro e a complexidade dessa perfuração, sobretudo quando de fato se começar a explorar a camada do pré-sal, é um pouco assustadora essa cultura de privilegiar o início das operações com alguma estrutura, mas talvez não suficiente, e, depois, na medida em que vão se dando os acidentes, tentar correr atrás do prejuízo e expandir capacidades que normalmente deveriam ser capacidade de pronta resposta, até mesmo de prevenção. Essa é, na verdade, uma reflexão que eu faço, porque

vejo que nós vamos entrar em uma etapa em que esse processo só vai se intensificar.

Se a gente for considerar realisticamente a probabilidade de acidentes, em virtude do que já ocorreu pelo mundo a fora, é muito grande.

Tivemos, há pouco tempo, a vivência daquilo que, de fato, é um acidente gravíssimo, o do Golfo do México. Em um determinado momento, parecia que não havia como controlar aquilo, e só a muito custo foi controlado. E, teoricamente, pode-se imaginar acidente mais grave do que aquele.

Então, de fato, o problema de fundo que se coloca é o seguinte: o nosso País optou claramente por uma grande sobrevida de sua vida de combustíveis fósseis, projetado para até o fim desse século, no momento em que, claro, existem pressões grandes no sentido de nós irmos optando por tecnologias limpas e prescindindo cada vez mais dos combustíveis fósseis.

Não esperar que o petróleo se esgote, como também não se esperou, para passar da idade da pedra em diante, de fato, as pedras se esgotassem. Elas nunca se esgotaram, e a humanidade foi além disso.

Então, a última pergunta que eu faria, e tem um pouco a ver com essa transição é a seguinte: o que faria sentido com a questão do pré-sal, é, de fato, utilizar esses recursos também para investir pesadamente em uma transição. Uma transição para uma economia que se baseia basicamente em energias limpas e sustentáveis.

Por outro lado, sabemos que no próprio processo de extração do pré-sal, ao contrário de outros processos, o próprio processo vai significar um aumento significativo das emissões de gás de efeito estufa no próprio processo de extração. Não falo nem do uso subsequente dos combustíveis. Falo do próprio processo.

E aí já se mencionou, mas eu não cheguei a ver uma questão assim conclusiva sobre uma série de tecnologias que estariam sendo investigadas e aperfeiçoadas, no sentido da captura dessas emissões de gases do efeito estufa.

Então, a minha pergunta final é: a quantas anda isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o representante da ANP.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Aproveita e responde também se existe risco de terremotos para grandes retiradas de petróleo nessas regiões do pós-sal, do pré-sal. Eu já vi especulações sobre isso em revistas especializadas.

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Então, vamos começar por essa.

O petróleo, como até um reservatório de água, um aquífero, ele não forma um vazio, uma espécie de

gruta cheia de óleo ou cheia de água. O petróleo, assim como a água no aquífero, está permeando poros de uma rocha.

É possível... Podemos ver em poços terrestres, em poços muito superficiais, pode haver pequenos afundamentos quando o reservatório é retirado. Mas são coisas muito localizadas. Em termos do nosso caso, em que estamos longe da falha geológica, eu não... é claro que não sou especialista, mas, do ponto de vista pessoal, eu posso dizer que esse é um risco inexistente.

Nós vamos retirar esse óleo, não vamos retirar o óleo todo, porque uma parte desse óleo, inclusive, ele não é retirável, não é recuperável. Mesmo que a gente faça ingestão de gás, etc.

Então, o risco é zero.

Os estudos de impacto ambiental exigidos pelo Ibama apontam grandes falhas e exigem que o operador demonstre que ele está fora de áreas sujeitas a atividades, a sismos, etc.

Em relação ao pré-sal, de fato, como o Deputado coloca, o processo vai exigir a emissão, exige a emissão de CO₂, e o CO₂ está associado, também, ao óleo retirado em quantidades maiores que em outros reservatórios. Então, o que está sendo feito aí, não na parte da ANP, mas a própria Petrobras, eu tenho participado de vários eventos da Petrobras em que o Presidente da Petrobras afirma que a Petrobras não vai ventilar nem CO₂ nem nenhum outro tipo de gás na atmosfera; ele vai fazer a reinjeção, sempre que possível, em condições de segurança, garantindo que os mecanismos de captura e reservatório, o CCS (Carbon Capture and Storage), vão ser perseguidos no pré-sal, até porque o Brasil tem não uma meta, mas uma proposta de contenção de emissão de gases de efeito estufa.

Em relação às energias outras – também não é uma questão da ANP, a não ser o biocombustível, de que a gerência participa, também tem entre suas atividades a questão do biocombustível –, o fundo social que vai ser criado com recursos do bônus de assinatura, que vai ser criado com parte dos royalties do pré-sal e da venda do óleo, que é propriedade do Estado brasileiro, esse fundo tem, entre os seus componentes, a pesquisa de energias alternativas. Então, já é alguma coisa. Se bem que, devemos concordar que é uma opção do Governo perseguir, durante mais algum tempo pelo menos, as questões das reservas do pré-sal e da utilização de combustíveis fósseis.

Em relação à ANP, mais propriamente, o senhor mostrou esse cenário inicial, dizendo que nós seguimos correndo atrás de certos efeitos. Isso em parte é verdadeiro, mas, em relação ao fortalecimento da coordenação de segurança operacional, essa reivin-

dicação de aumento da equipe antecede em muito o acidente de Frade, e não é de agora que nós temos pretendido aumentar o nosso plantel. E a ANP tinha um concurso marcado, já com edital pronto, para o ano passado, se não me engano, mas isso foi vetado, por uma questão de gastos, e deve ser retomado agora, no ano que vem. Então, nós pretendemos ampliar esse quadro, e todos concordam que a ampliação desse quadro, a capacitação dos órgãos estaduais de meio ambiente, a capacitação do Ibama etc. são fundamentais para o pré-sal.

Só não devemos – para concluir – fazer comparações do tipo: a Petrobras gasta mais em café do que a ANP gasta... Porque isso são laranjas com bananas, que a gente não pode comparar. Senão, daqui a pouco, a gente está dizendo que a Exxon gasta mais em lenço de papel... Nós devemos gastar aquilo que é razoável que nós gastemos. Então, isso faz parte da mídia, eu concordo que faz parte da mídia, mas nós não podemos ficar respondendo, a cada momento, a coisas desse tipo. Temos de tentar focar no objetivo principal, que, hoje, é compreender esse incidente e adotar as medidas compatíveis para a melhoria da segurança operacional de contenção e de resposta no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÍLVIO JABLONSKI – Quanto aos custos – desculpe. Quanto aos custos... *(Falha na gravação.)* da ANP. Quais são os custos de um vazamento? Em geral, eles estão ligados aos custos da própria empresa. Se você considerar, ela está pagando multa, ela está tendo que rever procedimentos, ela está tendo perda em termos de ação, ela tem seus custos reais, seus custos virtuais.

Em relação ao meio ambiente, às comunidades, caso sejam atingidas, ela vai fazer toda a mitigação, toda a limpeza, toda a compensação, seja com recursos gastos diretamente por ela ou gastos repassando aos órgãos públicos envolvidos. Nós não temos, nesse caso, como o óleo não atingiu a costa, uma estimativa de custo, mas eu não creio que haverá custos altos. Mesmo o inquérito que está sendo desenvolvido agora, de obtenção de avaliação de compensação para pescadores... Eu tenho formação na área de pesca. Antes de entrar na ANP, eu trabalhei no Ibama, trabalhei junto ao Ministério do Meio Ambiente e fiz várias análises sobre atividade pesqueira no Rio de Janeiro. Nós estamos, ali, numa situação em que não existe atividade de pesca da frota artesanal. Existe atividade de pesca da frota industrial, que vai procurar a área das plataformas.

Não vou dizer que não existe artesanal. As frotas do sul do Espírito Santo e norte do Estado do Rio de Janeiro procuram a área das plataformas, e ali se estabelece um concentrador de espécies migratórias. Então, na verdade, é uma situação exótica, em que a própria indústria do petróleo criou uma área de pesca que não existia.

Então, o que vai acontecer? Como a mancha é muito pequena, essas embarcações estão sendo mantidas afastadas da região, mas aquilo não é um pesqueiro definido, uma área de pesca, etc. Esse é só um parêntesis. Em suma, nós achamos que não vai haver novos prejuízos, mas nós não temos uma visão clara disso. Em outros países – a gente pode estudar isso –, como Inglaterra e Reino Unidos, por exemplo, eles fizeram agora, pós-golfo do México, uma avaliação, com modelagem aerodinâmica, dos possíveis pontos de toque na costa, do custo que seria limpeza, de acordo com cada ecossistema, e chegaram a um valor de US\$250 milhões, que é o valor que a imprensa se compromete a assegurar junto a uma instituição, digamos, de *liability*, de seguro-mútuo.

Então, essa foi uma solução britânica, não necessariamente uma solução brasileira, e devemos avançar nessa discussão. Esse acidente é um bom ponto de partida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer aqui a presença de todos os convidados desta Comissão.

Antes de encerrar, quero solicitar a inclusão extra-pauta de requerimento para convite de duas pessoas para uma outra audiência pública.

Aqueles que concordam com a inclusão extra-pauta do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou submeter à Comissão o mérito do requerimento.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 122, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata os Requerimentos nº 118 e 119, de 2011-CMA: Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Márcio Zimmermann; e Presidente do ICMBIO (MMA), Sr. Rômulo José Fernandes B. Mello.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Quero registrar, como já disse no início, que vamos continuar esse debate, no sentido de como aperfeiçoar os instrumentos de prevenção de acidentes dessa natureza e de mitigação, especialmente o plano de contingência.

Antes de encerrar os trabalhos, submeto à aprovação a ata da presente reunião conjunta.

Aqueles que concordam com a dispensa da leitura e aprovação da ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, suspensa às 11 horas e 9 minutos, reaberta às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DEZEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e trinta e três minutos do dia quatorze de dezembro do ano de dois mil e onze, no Plenário nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Carlos Valadares, e dos Deputados Márcio Macêdo, Moacir Micheletto, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Ricardo Tripoli e da Deputada Rebecca Garcia, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 15ª Reunião, que é dada como aprovada. O Presidente passa a leitura das informações desta Comissão sobre as principais notícias da semana. A Primeira Parte da Reunião destina-se às considerações da Senadora Vanessa Grazziotin e dos Deputados Alfredo Sirkis e Márcio Macêdo sobre a participação brasileira na COP-17, realizada neste último final de semana, em Durban, na África do Sul. A Segunda Parte da Reunião destina-

-se à apreciação do Relatório Final da Comissão, de autoria do Deputado Márcio Macêdo, que é aprovado. Após, é realizada a apreciação do seguinte item extra-pauta: Requerimento nº 18, de 2011-CMMC, de autoria do Deputado Márcio Macêdo e do Senador Sérgio Souza, que requerem a indicação de representantes desta Comissão para participarem do lançamento da I Cúpula Mundial de Legisladores, aprovado. Usam da palavra os senhores parlamentares Vanessa Grazziotin, Alfredo Sirkis, Márcio Macêdo, Ricardo Tripoli, Luiz Noé e Sérgio Souza, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Sérgio Souza**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos fazer, como sempre, um breve relato sobre alguns fatos relacionados aos trabalhos da nossa Comissão, ocorridos desde o nosso último encontro.

Antes, de tratarmos especificamente sobre a COP-17, que é a Convenção da ONU sobre mudanças climáticas, gostaria de ressaltar a aprovação, na semana passada, no plenário do Senado Federal, do novo texto para o Código Florestal brasileiro. Depois de quase seis meses de intenso e profícuo debate, a maioria absoluta dos Senadores desta Casa aprovou uma norma jurídica aplicável e que representa um grande avanço para o nosso País.

O substitutivo aprovado é o resultado de um amplo entendimento após ouvirmos e debatermos com representantes de toda a sociedade brasileira envolvidos com o tema. Foram ouvidas as precauções e preocupações ambientais, bem como as particularidades e as necessidades da produção rural nacional.

Buscamos o equilíbrio e penso que atingimos esse equilíbrio tão almejado por todos.

Não houve vencedores, entendo eu, nem tampouco perdedores nesse processo. Quem ganhou foi o Brasil como um todo. Tenho convicção de que o novo

Código Florestal, na forma aprovada pelo Senado, reduzirá ainda mais o nosso desmatamento e promoverá o reflorestamento em algumas regiões do Brasil.

Dessa forma, gostaria de apelar aos nossos Deputados, mais especificamente os membros desta Comissão, para que possam aprovar o quanto antes a matéria e oferecer à sociedade brasileira um avanço desse eficiente instrumento normativo.

Quero dizer que, ontem, alguns dos Srs. Deputados me colocaram que ficou para o início de março a votação do Código Florestal na Câmara dos Deputados.

Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores aqui presentes, voltando ao tema da nossa reunião de hoje, que temos como principal os debates e as colocações dos Srs. Parlamentares sobre a COP-17, que é a Convenção da ONU que teve como tema principal as mudanças climáticas, realizada em Durban, que terminou com um avanço histórico, no meu entendimento. Pela primeira vez na história, chegou-se a um acordo que inclui os Estados Unidos da América, a China, o Brasil e a Índia, para se negociar um novo protocolo que tenha metas obrigatórias para todos os grandes emissores dos gases de efeito estufa. Após duas semanas de intensas negociações, os participantes da COP-17 assumiram o compromisso de elaborar até 2015 as metas que passarão a vigorar em 2020 e terão que incluir todas as nações. Além disso, apesar da confirmação do abandono do acordo por parte do Canadá, da Rússia e do Japão, o Protocolo de Kyoto foi prorrogado até 2017 ou 2020.

A Cúpula de Durban também aprovou mecanismo de funcionamento do Fundo Verde do Clima, que prevê ajudas de US\$100 bilhões anuais, a partir de 2020, para os países em desenvolvimento, para enfrentarem a mudança climática.

Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, é importante destacar o trabalho decisivo da delegação do Brasil na conclusão das negociações, liderada pelo Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado e pela Ministra Izabella Teixeira. A participação brasileira foi fundamental para a construção do texto final que foi assinado.

Não pretendo me alongar sobre esse assunto, afinal, a reunião de hoje será justamente para ouvirmos os Parlamentares que estiveram na COP 17, representando a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, para que possam aqui colocar para toda a sociedade brasileira, para o Congresso Nacional, as peculiaridades dos debates que lá ouviram e participaram.

Ainda assim, ressalto que o encerramento positivo da Conferência do Clima em Durban, na África do Sul, coloca em evidência os próximos encontros de meio ambiente da ONU.

A COP 18 está marcada para o fim de 2012, no Qatar. Mas, antes disso, o Rio de Janeiro receberá a próxima grande reunião ambiental, que é a Rio+20.

Com vontade política e determinação, podemos olhar para frente e esperar um resultado equilibrado e significativo no Rio de Janeiro. A Rio+20 vai se concentrar no acesso à energia sustentável, mas, certamente, também tratará das mudanças climáticas.

Espero que o Brasil possa manter sua liderança nesse processo e que continuemos sendo a ponte entre os europeus, os americanos e todos os demais países, no que se refere a negociações sobre as mudanças climáticas.

Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, essas eram as informações que julgamos oportunas traz ao conhecimento desta Comissão, neste momento.

Passamos agora para a pauta da nossa reunião.

Temos aqui a presença de três Parlamentares que estiveram na COP-MOP 17, na Convenção das Partes, que ocorreu na Cidade de Durban, na África do Sul, o nobre Deputado e Vice-Presidente Alfredo Sirkis, o Relator desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Deputado Márcio Macedo, e a Senadora Vanessa Grazziotin, que representou o Senado Federal e também esta Comissão nessa Conferência ocorrida na África do Sul.

Então, vamos sugerir aos Srs. Parlamentares o tempo de 20 minutos para cada um, para que possam trazer a esta Comissão e ao Congresso Nacional e também à sociedade brasileira as informações sobre a COP-MOP 17.

Eu também queria sugerir, pela ordem de chegada à Comissão, o início, então, com o Deputado Alfredo Sirkis, na sequência, a Senadora Vanessa e, depois o Deputado Márcio Macêdo, para as suas colocações.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Gostaria de pedir a permissão de V. Ex^a e, sobretudo, a do Deputado Sirkis, a quem V. Ex^a já determinou ser o primeiro a falar, porque, na realidade, eu e a Deputada Rebecca temos de sair daqui a poucos minutos, pois temos um compromisso de bancada.

Eu não vou fazer um relatório, pois tenho certeza de que o Deputado Sirkis já apresentou algumas observações por escrito e o nosso Relator, o Deputado Márcio, deverá falar. Eu apenas gostaria de levantar algumas impressões, relatar como foram as nossas participações.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Senadora Vanessa, com a concordância do Deputado Alfredo Sirkis, passo, de imediato, a palavra à V. Ex^a

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Farei algumas sugestões ao final, porque acho que mais importante do que relatar o ocorrido, o passado, é deliberar o futuro. Isso é mais importante.

Como V. Ex^a destacou, Senador Sérgio, temos, diante de nós, talvez um dos maiores eventos ambientais desse período recente, que será a Rio+20.

Penso ser de responsabilidade não só do Governo brasileiro, mas também do Parlamento fazermos da Rio+20 o que foi a Eco-82, um evento de grande mobilização, a partir do qual os paradigmas foram se transformando e as responsabilidades ambientais com o homem e do ponto de vista ambiental se tornaram mais evidentes.

Diferente do Deputado Sirkis, que foi direito para Durban – não sei se participou durante todo o tempo -, eu e o Deputado Márcio estivemos primeiro na Cidade do Cabo, participando, a convite da Globo, de uma reunião da Globo Internacional, um organismo que reúne vários parlamentares de várias nações, de vários países. O objetivo daquele evento era também debater, porque a *Globe* internacional é uma entidade de Parlamentares que têm como preocupação primeira o debate ambiental. O tema era exatamente este: a preparação para a COP e como inserir os parlamentares nesse debate importante.

O que a gente percebe é que a gente participa da COP, primeiro com um espaço significativo, falando em termos de delegação brasileira, não é Deputado Márcio e Deputado Sirkis? Acho que a delegação brasileira é uma das poucas que credencia todos como membros participantes da conferência, diferente de outros países. Nós tínhamos conosco deputados de vários países: deputados do Reino Unido, da Indonésia e do México, e eles não tinham a credencial oficial que nós tínhamos.

Então, acho que cabe já, a essa comissão de mudanças climáticas, Deputado Sérgio – e aí é uma das minhas sugestões –, cumprimentarmos a coordenação da delegação brasileira pelo desempenho obtido, pelo empenho que tiveram e os resultados em que, sem dúvida nenhuma, a delegação brasileira, os Embaixadores, sobretudo os Embaixadores André e Figueiredo, tiveram grande responsabilidade. Para cumprimentá-los e, ao mesmo tempo, destacar esse fato. E que o Brasil assim continue. Não estou falando só de parlamentares; falo de Organizações não-gover-

namentais, credenciadas oficialmente na conferência. Isso não é pouca coisa.

Mas, enfim, o que moveu muito o debate da *Globe* é a necessidade da inserção dos parlamentos, porque essas conferências das Nações Unidas envolvem primeiro a sociedade civil, que se mobiliza, mas não do ponto de vista governamental. Ela se mobiliza para pressionar aqueles que estão na sala negociando.

Agora, era necessário que tivesse, não digo até na mesa de negociação, mas que tivesse um reconhecimento mais claro das próprias Nações Unidas em relação aos parlamentares, porque as decisões são tomadas globalmente, nessas instituições internacionais, mas a sua aplicação depende de decisões de parlamentos. Até hoje qual é o discurso dos Estados Unidos? Não, não assinamos o Protocolo de Kyoto porque o Senado não ratificou. É a mesma coisa. O governo brasileiro não assina nenhum convênio, nenhum acordo internacional, sem a ratificação do Congresso Brasileiro.

Então, é preciso que a gente tenha um protagonismo melhor. Esse é um pouco o papel da *Globe*. E também, para concluir essa questão da *Globe*, Senador Sérgio, nós estamos trabalhando em cima da organização de um grande evento que deverá acontecer um ou dois dias antes da Rio+20, no Rio de Janeiro. A ideia é trazer em torno de 300 a 400 parlamentares de vários países do mundo, no sentido de fazer essa cúpula de parlamentares antes.

O que nos interessa muito que foi lançado em Durban, com a presença da Secretária Geral do Painel de Mudanças Climáticas. Como é o nome dela?

(Interrupção fora do microfone)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Como?

(Interrupção fora do microfone)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Christiana Figueres. Ela participou da nossa coletiva em que foi feito o lançamento – eu não trouxe e não sei se o Deputado Márcio trouxe – do segundo estudo – aliás, tenho em meu gabinete – da evolução da legislação ambiental em dezessete países: Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Brasil, Canadá. E a classificação do Brasil é muito positiva em relação, principalmente aos Estados Unidos, ao Japão. Vou trazê-lo aqui, inclusive para que o Senhor possa providenciar a reprodução e entregar a todos os membros da nossa comissão. Está em inglês, mas em breve teremos uma versão em português. Enquanto não tivermos a versão em português, que seja distribuída em inglês para todos os parlamentares desta comissão.

A COP...Eu li um pedaço, por cima, do relatório do Sirkis e parece que a gente estava na mesma reunião, pois antes dessa estávamos em outra reunião. É isso. Acho que diante do clima de pessimismo que se criou em torno dessa conferência de Durban, os resultados não podem ser considerados históricos, acredito, mas positivos. Dessa parte, falarão os Senadores.

Eu só gostaria de dizer que o nosso protagonismo, o do Brasil, não pode...Eu já estive em outra conferência anterior, que foi a de Copenhague. Eu senti o protagonismo brasileiro lá. Não quero dizer que tenha sido negativo agora, mas o de lá foi muito mais forte do que o de agora. Não sei se era o ambiente, se era o momento, mas o Brasil a gente percebe que tem um papel de destaque hoje e deverá ter cada vez mais nesse debate do clima perante o mundo inteiro, não só porque somos detentores de uma extensa e grande área territorial, mas porque temos a maior riqueza natural do Planeta. A maior riqueza!

Para concluir, Presidente, quero registrar que um dos destaques da fala da Ministra Izabella... Presidente Sérgio, um dos destaques da Ministra Izabella é que, no Brasil, não temos ainda, uma lei, uma legislação que trate especificamente sobre o Redd, que é a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação. Temos dois projetos, da Deputada Rebecca e do Senador Eduardo Braga. Entretanto, apesar de o Brasil não ter a lei específica, em relação às ações de redução de emissões por desmatamento, o Brasil é vanguarda; ele tem muito mais ações desenvolvidas nesse aspecto do que países que já têm uma legislação, um arcabouço legal perfeitamente estabelecido.

E ela destacou muito na sua fala – coisa que nós destacamos também, dias antes, lá nesse encontro de Parlamentares – esse acordo recente assinado entre o Brasil e os demais oito países que compõem a Amazônia Global no sentido do monitoramento. Isso é algo fundamental, porque estamos em um mesmo bioma: um pedaço do bioma no Equador, um pedaço do bioma na Colômbia, o outro pedaço...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O meu projeto também, sobre os satélites, de que o Senador Eduardo foi o relator. E o pessoal da Aeronáutica já está querendo fazer reunião conosco. Vejam que coisa positiva.

Enfim, então, ela destacou isso como um ganho. Porque o bioma da Amazônia é o mesmo; não adianta cuidar da parte que está em território brasileiro, por mais que sejam 60%, se a Venezuela não cuida, se a Colômbia não cuida. E essas ações são desenvol-

vidas com recursos do Fundo Amazônia, cujo maior doador é a Noruega.

Então, acho isso. Acho que temos, Senador... V. Ex^a, o Deputado Márcio (Relator), e o Vice-Presidente Sirkis, ano que vem continuarão à frente desta Comissão – é um mandato de dois anos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É de um ano só?

Então, a gente poderia pedir prorrogação. Que tal isso? Não sei se isso é possível regimentalmente. Porque temos até o meio do ano para preparar a Rio+20. Acho que temos que ter esta Comissão trabalhando junto com a Comissão de Meio Ambiente das duas Casas. Nós precisamos ter um trabalho árduo para fazer com que o Parlamento seja visto.

No mais... Era o que eu tinha a dizer. Concordo com o Sirkis, porque já li o que ele escreveu; e com o Deputado Márcio, porque já ouvi o que ele falou, e nós temos um entendimento muito igual em relação à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin, pela sua deferência em favor da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e, principalmente, pelo seu empenho nas questões a respeito do clima.

Muito obrigado por ter aceitado o convite desta Comissão para ir até a África do Sul, mesmo sabendo que o Congresso Nacional... Na semana passada, o Senado Federal promoveu votações importantíssimas, e sentimos aqui a sua falta, mas sabemos que estava em uma missão em nome do Congresso Nacional.

Agradeço a V. Ex^a a sua deferência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Queremos fazer uma interrupção, Sérgio, para eu e o Márcio lhe entregarmos, Presidente, o documento do estudo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado. *(Pausa.)*

Dando sequência à nossa reunião de hoje, passo a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Essa foi a quarta conferência do clima de que tive oportunidade de participar – anteriormente, Montreal, depois Bali, depois Copenhague, e agora Durban –, e foi aquela em que eu me senti melhor representado na delegação do Governo brasileiro.

Eu venho desde os anos 90, e na década anterior também, participando de uma série de lutas e mobilizações em que justamente eu queria levar o Brasil a ter metas de redução das suas emissões e, por outro

lado, aceitar o princípio de que essas metas deveriam ser obrigatórias.

Isso foi uma luta longa, cuja fase, digamos, de mais intensa mobilização se iniciou em 2007, com a manifestação Brasil no Clima, pelas ruas da orla marítima do Rio de Janeiro, que depois foi repetido em 2009, e, basicamente, as nossas grandes reivindicações eram essas. A primeira delas já foi atendida na COP-15, em Copenhagen, quando o Brasil, pela primeira vez, anunciou metas voluntárias de redução de 38% na média, em relação à chamada curva *business as usual* e que na prática implicavam, pela primeira vez, por parte de um País em desenvolvimento, em cerca de 7%, 8% de nossas emissões. Isso foi extremamente importante.

Tive oportunidade de assistir, como observador parlamentar, à reunião do grupo Basic, em Pequim, no mês passado. O grupo Basic, formado por Brasil, África do Sul, China e Índia, tentava chegar a uma posição unificada que pudesse representar um gesto em relação à Comunidade Europeia, no tocante ao segundo período do protocolo de Kyoto, ao segundo período de vigência do Protocolo de Kyoto.

Naquela reunião, não foi possível atender àquilo que estava sendo a demanda básica da comunidade europeia, que era a de que houvesse comprometimento em relação a uma data futura, obrigações de corte de emissões para todos os países. A China, com uma posição intermediária, e a Índia com uma posição, a princípio, hostil em relação a esse princípio.

No entanto, as coisas evoluíram e muito em função da ação extremamente inteligente e eficiente da delegação brasileira, chefiada pelos Embaixadores Luiz Alberto Figueiredo e André Correa do Lago, foi possível persuadir um conjunto muito grande de países, inclusive alguns que se opunham de forma extremamente dura a esse princípio, foi possível persuadir, ao fim e ao cabo, inclusive a Índia para que aceitassem o princípio de que todos devem reduzir as suas emissões e que esses compromissos devem ser, por tratado, por lei internacional, por instrumento legal, coisa contra a qual havia enorme resistência.

Como fazer uma avaliação geral de tudo o que aconteceu em Durban? Na verdade, ao contrário do que as pessoas imaginam, não é uma única conferência. Na verdade, é uma conferência constituída de muitas reuniões diferentes, cada uma delas dedicada a aspectos da questão do clima.

Então, nós tivemos reuniões para discutir o futuro do protocolo de Kyoto; tivemos reuniões para discutir os próximos passos sob a égide as Convenção sobre o Clima, aprovada na Rio 92; tivemos reuniões para se discutir aspectos como aqui foram mencionados: florestas, emissões por uso do solo e florestas; tive-

mos reuniões para discutir o Fundo Verde do Clima; tivemos reuniões para discutir mecanismos jurídicos associados a esse processo e assim por diante.

Então, é um conjunto de reuniões, cujo nexo final tem de ser visto analisando um pouco o que aconteceu, porque é normal que certos países tenham maior interesse em uma determinada área e que de certa forma negociem concessões nessa área para poder, por sua vez, fazer concessões em outras áreas.

Eu diria, sem ter concluído ainda o estudo de todos esses documentos, porque realmente é muita coisa para ser lida e comecei apenas a fazer esse estudo, que é extremamente positiva a adoção do princípio de que, a partir de agora até a data limite de 2015, que coincide com o novo relatório do IPCC, o novo relatório científico sobre a situação climática no Planeta, que até 2015 terá que ser negociado um acordo que dirá respeito a todos, onde todos terão objetivos de redução de suas emissões. Isso cria um paradigma diferente daquele de Kyoto, que dizia que apenas os países desenvolvidos teriam objetivos de reduzir as suas emissões. Então, esse novo instrumento legal, que, a princípio, seria colocado em ação em 2020, envolveria a todos.

A conferência não avançou em relação a números percentuais de redução. Não avançou. E não era objetivo dela, desde o início, entrar nesse terreno, que foi tratado nas duas conferências anteriores, quando uma série de países assumiu as chamadas metas voluntárias ou Namas. De qualquer maneira, colocou-se um novo patamar para os países signatários do Protocolo de Kyoto, em seu Anexo 1, e que se colocou para eles não só a meta que já haviam anteriormente assumido de redução de no mínimo 20% de suas emissões até o ano de 2020, tomando como ano base 1990, como se acrescentou a isso a abertura de um leque, que passaria a ser entre 20% e 40%, para os países desenvolvidos signatários do Anexo 1 do Protocolo de Kyoto.

Então, isso, de certa forma, embora a conferência não tenha especificamente tratado de percentuais de redução, abriu o leque para os países desenvolvidos do Anexo 1 de poderem reduzir as suas emissões até 40%, dependendo do que for acertado com o conjunto de países, notadamente grandes emissores, como é o caso da China, dos Estados Unidos, da Índia, do Japão e do Brasil.

Nesse sentido, acho que houve avanço. Houve avanços milimétricos em relação à questão do Fundo Verde do Clima, onde acho que se centra um determinado foco de discussão, porque venho há muitos anos propugnando que se faça uma revisão do conceito de obrigações comuns para a rede de responsabilidades comuns compartilhadas, porém diferenciadas. Acho

que esse princípio deve se manter de pé, mas o problema é que, antes, esse princípio dizia muito respeito à questão da mitigação e, a partir daí, concluiu-se que os países desenvolvidos deveriam reduzir as suas emissões, enquanto os países em desenvolvimento, naquele momento, não – naquele momento, 1997. O problema é que a economia mundial mudou completamente, e hoje a China é o maior país emissor e, em 2020, as emissões do conjunto dos países desenvolvidos estarão situadas num patamar próximo a 30%, enquanto que as emissões dos países em desenvolvimento estarão situadas num patamar próximo a 60%.

Então, nesse sentido, todos têm que reduzir as suas emissões. Por outro lado, continua absolutamente atual o conceito das responsabilidades históricas. Embora tudo isso que falei anteriormente seja verdade, continua que, se formos considerar desde o início da era industrial até agora, 70% das emissões foram feitas por países desenvolvidos. E, por outro lado, as emissões *per capita* desses países são muito mais elevadas do que a dos países em desenvolvimento.

Isso tem que ser levado em consideração, não em relação a corte de emissão, porque o futuro da humanidade vai depender de cortes absolutos e não cortes *per capita*, mas na hora de discutir quem vai pagar a conta; na hora de discutir como vai se contribuir para o Fundo Verde do Clima. Em relação a isso, penso, e deve ser uma postura firme do Governo brasileiro e dos países do Basic, que a conta tem que ser paga na proporção das responsabilidades históricas, e isso ainda não foi claramente consagrado.

Há outras questões atinentes ao que foi discutido. Por exemplo, na questão de REDD, houve determinados avanços também numa melhor especificação. Uma série de coisas que haviam apenas sido esboçadas nas Conferências de Copenhague, de Cancun e até de Bali foi sendo esmiuçada e operacionalizada.

Assim, o resumo da ópera é o seguinte: de fato, houve avanços significativos do ponto de vista conceitual e de princípios. Aí chegamos à história do copo meio cheio e meio vazio. Por outro lado, existe outra maneira de ver isso tudo: podemos dizer que, até 2020, a princípio, não vai haver maiores reduções do que aquelas que foram acenadas até agora, de forma obrigatória, no Anexo I do Protocolo de Kyoto e, de forma voluntária, por uma série de outros países que assumiram esses compromissos a partir da Conferência COP-15 em Copenhague.

Então, não houve nenhum comprometimento para além disso.

Ainda que as obrigações do Anexo I do Protocolo de Kyoto e as metas voluntárias assumidas a partir de Copenhague fossem executadas religiosamente... E a

gente percebe que, em relação ao Anexo I do Protocolo de Kyoto, pularam fora a Rússia, o Canadá – quanto à Austrália, não se sabe qual é a posição; a Nova Zelândia e a Austrália não definiram claramente a sua posição – e o Japão. O Japão também pulou fora, embora a lei japonesa aprovada pelo parlamento japonês continue amarrando obrigações por parte do Japão, o que não acontece com a Rússia nem com o Canadá.

Então, ainda que o Protocolo de Kyoto fosse cumprido até 2020 por todos esses países, tanto pelos que continuam dentro, como os da União Europeia, quanto pelos que pularam fora, ainda que todas as metas voluntárias anunciadas pelos países em desenvolvimento fossem religiosamente executadas até o final, como se obrigatórias fossem, ainda assim, estariam a uma distância abissal do mínimo daquilo que os cientistas dizem ser necessário para lidar com a questão do clima, para fazer com que se mantenha a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera em 450 ppm, para fazer com que se não ultrapasse esse valor, havendo, consequentemente, uma chance de se manter a temperatura média do Planeta, sem ultrapassar o patamar de aumento de 2°C. Vemos que, com 0,8°C de aumento de temperatura, o clima, mundo afora, já está um caos. Imaginem um aumento de 2°C!

Por outro lado, pensem no seguinte: talvez, a única parte pouca clara científicamente de toda essa equação diz respeito às chamadas emissões exponenciais, que são aquelas que não são provocadas por uma ação direta das economias, mas que já vêm como consequência indireta do próprio aquecimento global. Aí, talvez, esteja o x do grande problema, porque, tanto na questão do derretimento do Ártico, que já é provocado pelo aquecimento global, quanto na questão da elevação da temperatura e do nível dos oceanos e na questão de seca nas florestas tropicais, há emissões gigantescas de metano e de CO₂, que não são contabilizadas como emissões provocadas pela economia, porque não são diretamente provocadas pela economia, mas que são extremamente significativas.

Vou dar alguns poucos exemplos. Na Amazônia, no ano passado, nós tivemos uma seca, independentemente de queimada ou de desmatamento, que implicou uma emissão de CO₂ maior do que o conjunto das emissões de um país como a Índia. Esse é um exemplo. No Ártico, nós temos um reservatório de metano, que está sendo liberado com o derretimento e que, se for integralmente liberado, e provavelmente o será em algum momento, corresponde à metade de todas as emissões de gases de efeito estufa já ocorridas até hoje no planeta desde o início da era industrial. E mais, nos oceanos, no fundo dos oceanos, nós temos também reservatórios de metano, que também, pouco a pouco,

vão sendo liberados. Com o aumento da temperatura dos oceanos, temos um processo de acidificação, que faz com que os oceanos percam a capacidade que têm de absorção de CO₂, da mesma forma que a floresta tropical absorve, os oceanos também absorvem.

Então, nós estamos diante de um problema de uma magnitude nunca dantes vista na história da humanidade, tão ou mais grave do que os riscos que havia durante a Guerra Fria de uma guerra nuclear, em termos de médio e longo prazo.

Então, diante disso, por um lado, houve, de fato, avanço significativo nesse universo paralelo específico, que é o sistema das Nações Unidas, que eu confesso a vocês, por um lado, me exaspera, por outro lado, me provoca uma certa admiração, me exaspera pela dificuldade que se tem de chegar a um consenso entre 193 países e pelos jogos políticos que ali ocorrem, por outro lado, tem uma certa beleza, você ver, ao fim, ao cabo, depois de todo aquele psicodrama e dois dias mais tarde, dois dias de sobrevida de uma reunião, que deveria ter terminado, mas continua, de alguma forma, 193 países conseguirem a um consenso e aprovar um documento único.

Então, por um lado, nós temos isso, por outro lado, nós temos a questão científica do aquecimento global, em relação a qual nós teremos maiores previsões em 2015, no novo relatório do IPCC, mas é extremamente preocupante quando nós já sabemos que mesmo que tudo que está acordado até agora fosse cumprido, ainda assim estaríamos a uma distância enorme do mínimo que é necessário, não tem havido o sentido de urgência de se conseguir chegar a metas mais aprofundadas num prazo mais curto e ter-se, de alguma forma, remetido ao ano de 2020 essas reduções, criando aquilo que alguns já chamam de uma década perdida.

E gostaria finalmente de dizer e para concluir que talvez o meu maior momento de otimismo se deu não na reunião propriamente dita, mas numa reunião paralela de modelagem de cenários, de que eu participei, num outro local, onde havia acadêmicos e cientistas, de países do *basic* e da comunidade europeia, e fiquei extremamente impressionado com um estudo de modelagem que foi apresentado pelos chineses.

A China hoje é o maior país emissor e tem dito que não tem condições de operar, em curto prazo, reduções absolutas de suas emissões, apenas diminuir a intensidade de carbono a cada ponto de expansão de seu Produto Interno Bruto, mas eu, pela primeira vez, vi o cenários chinês para reduções absolutas de emissões.

E vi uma coisa que não é oficial, não é a posição do Governo chinês, é um estudo dos cientistas, dos

acadêmicos chineses, um estudo extremamente bem feito, extremamente detalhado daquilo que pode ser a política que a China, se Deus quiser, venha a adotar no momento em que decidir suas metas obrigatórias, e a necessidade de essas metas obrigatórias não serem mais de uma diminuição relativa, mas de uma diminuição absoluta de emissões.

Pelo menos ali ficou demonstrado que é possível, tecnicamente, operar essas reduções. Então, diante disso, eu digo que é o copo meio cheio, meio vazio. Por um lado, muito bom o que aconteceu; por outro lado, altamente insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis. Obrigado por suas explanações e obrigado por ter atendido ao chamamento da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para também representá-la na Conferência das Partes, que discutiu o clima no Planeta, o clima no mundo, ocorrida agora, no final de mês de novembro, início do mês de dezembro, na cidade de Durban, na África do Sul.

Passo, então, a palavra ao Deputado Márcio Macêdo, que é relator desta Comissão, para que também faça as suas considerações sobre a permanência e a atuação desta Comissão como ouvinte e como participadora dos debates na Conferência das Partes, COP17, ocorrida em Durban.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Boa tarde todas as senhoras e senhores aqui presentes, boa tarde Presidente Sérgio, Vice-Presidente Sirkis.

Quero cumprimentar nossos companheiros Deputados que aqui estão, nosso companheiro Trípoli, que está ali, e eu queria abraçar todos dizendo, Presidente, que você fez um relato aqui, inicial, sobre a COP. A Senadora Vanessa fez também e, agora, o Deputado Sirkis.

Dá para eu assinar embaixo dos três e dar como lido, para não ser repetitivo?

Eu queria apenas complementar, porque o Deputado Sirkis fez um relato muito minucioso do que aconteceu lá e a Senadora Vanessa também trouxe informações muito importantes. Eu queria apenas complementar e dizer que a minha impressão de lá, por tudo que foi dito aqui, foi positiva, porque o clima que foi criado, anterior à COP-17, foi algo que... Nós tínhamos até preocupação de um esvaziamento da COP, porque se estava tratando como se fosse um insucesso, já prévio, a COP-17.

O que nós vimos foi que ela surpreendeu, porque acordos importantes foram firmados e aqui relatados.

Eu, como a Senadora Vanessa... Nós tivemos antes, na cidade do Cabo, a reunião da *Globe International*, o fórum de parlamentares que tem interface

nas suas atuações com a questão de ordem ambiental e que reuniu, lá, 25 países como parte integrante da COP17.

O que me chamou a atenção, lá, foi a importância do debate que a *Globe* está fazendo com quatro países de florestas tropicais, que são o Brasil, a Indonésia, o México e o Congo, para aplicação do REDD+, do REDD, REDD+ e REDD-Plus.

Então, isso foi significativo, porque mostrou... De lá, nós saímos com um convênio com a Indonésia, de parceria e de ajuda mútua em relação à proteção às florestas do Brasil e da Indonésia. Embora nós estejamos em passos mais avançados do que eles, acho que a gente pode contribuir para ele, que é uma contribuição planetária.

O México, na semana em que a gente estava lá na COP, um produto disso, aprovou suas leis de REDD no Congresso Nacional, o que foi positivo.

Em relação ao Brasil, nós não temos institucionalizada a lei da REDD, ainda. Tem dois projetos que estão tramitando: um na Câmara, com a Deputada Rebecca, e um aqui no Senado. Se não me engano, o Eduardo Braga é o autor. Mas nós temos os princípios da REDD, Deputado Trípoli e Deputado Noé. Os princípios do REDD estão sendo aplicados, uma boa parte deles, pelo Governo brasileiro, ou seja, a própria lei das mudanças climáticas – e pelo Congresso Nacional –, esta Comissão, aqui, trabalha temas importantes sobre isso, a Lei da Mata Atlântica, os Planos do Cerrado e da Amazônia. São ações que estão em curso no País e as metas ousadas que o Brasil assumiu, voluntariamente, são princípios da REDD que estão sendo aplicados no País.

Então, na avaliação, o Brasil talvez seja o país que esteja mais adiantado em relação ao REDD+. Isso, para nós foi importante para que a gente possa aqui, no Parlamento, intensificar e trabalhar para a aprovação do projeto da Deputada Rebeca e do projeto do Senador Eduardo, para que institucionalmente o Brasil possa ter isso na forma da lei e poder, assim, proteger as florestas brasileiras e trabalhar o enfrentamento da degradação, seja pelo desmatamento, seja pela degradação ou queimadas. Então, isso foi importante na *Globe*.

Também de lá saiu que vai ter uma Cúpula Mundial de Parlamentares junto à Rio+20, em torno de 300, 350 parlamentares do mundo inteiro. Acho que todos nós, da Comissão de Mudanças Climáticas, do Meio Ambiente, que tem interface com a questão ambiental, debatemos sobre isso as nossas vidas e o nosso mandato, nos debatemos para discutir o papel dos Parlamentos em relação ao desenvolvimento sustentável, à erradicação da miséria e da pobreza, a inter-

face que isso tem com as questões de ordem ambiental. Inclusive, o lançamento dessa cúpula será agora, dia 17, no Rio de Janeiro, às 15 horas, no Palácio, na prefeitura, com a presença do prefeito, do Governador, o que acho importante. Temos um requerimento aqui para provar que esta Comissão possa viabilizar a ida de Parlamentares que desejem. Então, isso foi significativo lá.

Em Durban, corroboro com o que a Vanessa colocou, com o que o Sirkis colocou também. Não quero ser repetitivo, mas quero dizer que me impressionou muito o protagonismo do Brasil em Durban na liderança da discussão em relação à Conferência das Partes, Senador Sérgio. O mundo estava esperando que o Brasil liderasse esse processo. O Brasil chegou com muita autoridade lá, com todos os nossos problemas. Não estou aqui dizendo que estamos às mil maravilhas. Nós temos nossos problemas e temos de resolvê-los, mas o fato de o Brasil ter metas voluntárias ousadas, o fato de o Brasil chegar lá com índice de diminuição do desmatamento na Amazônia e nos biomas brasileiros, o fato de o Brasil ter os princípios do REDD sendo aplicados no País, e ter uma legislação que esta Casa, o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, aprovou nos últimos anos, e ter uma diplomacia eficiente no processo de negociação fez com que o Brasil liderasse o processo de acordo em Durban.

Não tenho nenhuma dúvida em dizer que os emergentes, o Brasil, a África do Sul, a China e a Índia, liderados pelo Brasil, foram decisivos para que Durban não fosse um fracasso, e, ao contrário, para que Durban pudesse ter avanços, como a ampliação de Kyoto, como a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento poderem combater as mudanças climáticas, como as perspectivas, mesmo com dificuldades, de que possa vir a ter o Fundo Verde. Esse processo, com certeza, não teria saído com o sucesso que teve se não fosse a liderança do Brasil.

Queria dizer que foi muito positiva a ida para lá porque presenciamos e ajudamos... A delegação brasileira foi fundamental para que esse processo tivesse a conclusão com os pontos de avanço que teve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macedo. Tenho certeza de que a sua ida à cidade de Durban, na África do Sul, vai engrandecer ainda mais o relatório desta Comissão. Serão considerados no seu relatório os resultados dessa importante reunião ocorrida na África do Sul, onde o tema mais debatido, realmente, foram as mudanças climáticas no momento econômico que vive, principalmente a Europa, mas o mundo. O esvaziamento era possível de acontecer, tendo em vista

que alguns países poderiam dar mais importância às questões econômicas dos seus países do que à questão do clima. Alguns países deixaram o Protocolo de Kyoto. Temíamos até mesmo que outros países da Europa, principalmente aqueles mais assolados pela crise, também deixassem o compromisso com o Protocolo de Kyoto, e isso não ocorreu. Muito pelo contrário, foram signatários de uma prorrogação desse Protocolo tão importante para a mitigação dos gases de efeito estufa.

Eu vou abrir então a palavra aos Srs. Parlamentares, para que possam também fazer as suas considerações.

Pela ordem, a palavra está com o Deputado Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, na verdade é mais uma reflexão a respeito do que ocorreu com a saída oficial do Canadá do Protocolo de Kyoto.

Para todos nós que acompanhamos essas questões relativas às mudanças climáticas e a retirada oficial do Canadá do Protocolo de Kyoto, parece que sinaliza também com a saída da Rússia e do Japão, o que seria, na minha opinião, extremamente temerário, porque eu não...

Imagino que o nosso Itamaraty deva solicitar informações à Organização das Nações Unidas, porque, a partir do instante em que países mantêm um tratado nas dimensões em que foi feito esse tratado de Kyoto, ou seja, a remissão de 1995 na redução dos índices de emissão de carbono, necessita que o Brasil, obviamente, se coloque, porque não pode pura e simplesmente um país que entenda que não vai conseguir atingir as metas e que isso pode ocasionar multa de bilhões de dólares ao seu país simplesmente se retirar. Na hora que ele consegue fazer uma famosa conta de chegar, como dizemos aqui no Brasil, ele volta à condição.

Então, isso pode se tornar algo em que todos os países, quando estiverem na iminência de não atingir as metas e de não cumprir os prazos preestabelecidos, se retirem. Obviamente, a sanção fica... O cumprimento do acordo perde a sua eficácia.

Acho que seria importante que nós também pudéssemos solicitar ao Itamaraty que questionasse à Organização das Nações Unidas qual é a penalidade para um país que se retira. E aí eu vejo que já sinaliza que em 2020 talvez volte a fazer parte. Mas, se esse for o argumento utilizado e aceito pelos demais países, isso enfraquece sobremaneira um tratado dessa dimensão.

Era mais essa colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Tripoli. Realmente, a preocupação de V. Ex^a é a de todos nós, é a desta

Comissão, porque se cada vez que um país que foi signatário de um protocolo da importância como o de Kyoto simplesmente sair, deixar o protocolo sem maiores explicações, outros países poderão fazer isso pensando primeiro no seu interior, para o seu desenvolvimento próprio: "Na hora que houver o empate das contas eu retorno".

Eu acho que, como disse aqui o Deputado Sirkis, a grande questão é quem é que vai pagar essa conta.

Então, eu passo aqui a palavra ao Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Não, é só um esclarecimento. Na verdade, como é que é retirado? O Protocolo de Kyoto foi assinado com um primeiro período de vigência em relação ao seu Anexo I até final de 2012. Então, na verdade, o "retirar-se" significa o quê? Não é que o Canadá saiu. É que o Canadá, a partir de 2012, usa da prerrogativa que tem de não concordar com o que outros países concordaram – notadamente, a União Europeia concordou –, que é a prorrogação. Então, eles não estão fora da lei internacionalmente. Eles estão usando de uma prerrogativa legal que têm, mas, evidentemente, terão que se ver com a opinião pública do Canadá.

Essa é uma postura do governo Harper, que é um governo de direita, conservador, que substitui os governos liberais e social-democratas que governavam o Canadá na época da assinatura de Kyoto. O Harper tem uma posição muito próxima dos republicanos nos Estados Unidos.

Então, o negócio do Canadá, de fato, é grave, embora, do ponto de vista da legalidade internacional, eles não estejam se retirando de um tratado na sua vigência. Não estão querendo renovar a vigência desse mesmo tratado.

Em relação ao Japão, é grave, por um lado, mas, por outro lado, como eu falei, em termos assim práticos, o Japão tem uma legislação interna que o obriga a determinadas metas.

No caso da Rússia é um problema um pouco mais prosaico que é o seguinte... Qual é o problema da Rússia? A Rússia, depois do fim da União Soviética, nos anos 90, passou por uma recessão gigantesca do ponto de vista econômico, inclusive por uma queda até do ponto de vista demográfico. Passou a ter uma demografia negativa, tamanha a intensidade da crise que a Rússia passou nos anos 90. Evidentemente que nesse período eles tiveram uma grande redução de emissões por recessão econômica, ou até depressão econômica, dado o grau de recessão. Então eles estavam querendo, a partir de agora, ter um bônus para poder emitir a mais o que tinham deixado de emitir nos anos 90. Com isso absolutamente ninguém concordou. Então o ponto da Rússia é esse; quer dizer, o governo

Putin resolveu, resolveram dar uma de espertos, na conferência, e propor um negócio que absolutamente ninguém poderia, em sã consciência, concordar, que seria ter um *plus* de emissões, em função da recessão havida nos anos 90.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Sirkis,

Com a palavra o Deputado Luiz Noé.

O SR. LUIZ NOÉ (Bloco/PSB – RS) – Presidente e demais colegas... (*Fora do microfone.*) a nossa Comissão encaminhar para o Itamaraty ou na própria negociação é igual ao Direito Penal. Quando não existe nenhuma penalidade na norma, cumpri-la somente pela consciência fica difícil. O que nós estamos vendo com o Canadá é que ele cumpriu a primeira fase, vamos dizer assim, do processo e, a partir disso, retira-se. E, num segundo momento, se nós observarmos hoje a crise econômica europeia, várias ações que existiam nesses países de projetos ambientais de impacto que eles mesmos patrocinavam em outros países, como no caso do Brasil, eles estão deixando de fazer.

Preocupa-me essa condição econômica, porque eles, além de deixarem de patrocinar ações em países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil, através de ONGs, e outros países do mundo, também esse discurso para eles já não tem o mesmo objetivo, a mesma importância que tinha há anos passados, quando eles tinham um desenvolvimento econômico que não é o que se apresenta agora.

A nossa Comissão e o Itamaraty têm que ter um posicionamento também sobre isso, porque o que nós estamos vendo é que, principalmente os países europeus, que eram países que despontavam nessa discussão, com a atual recessão econômica ou depressão, como diz o Deputado Sirkis, já não estão adotando o mesmo discurso e o mesmo comportamento. E nós começamos a observar, nesses encontros internacionais e fóruns, que essa questão ambiental começa a ser uma conscientização de cada país, pela importância que tem para a humanidade. Pelo que colocavam nos relatórios anteriores, ou seja, pela própria sequência natural do processo climático que a natureza está tendo ou por agressões humanas, nós vamos ter um período de dificuldade. Quando o país começa a ter essa consciência, ele age diferente. Mas nós estamos verificando que, nos países em depressão, isso não acontece e naqueles países, principalmente Rússia e China, que buscam o seu crescimento, também não acontece.

Então o que fazer dentro desse processo que nós, na conjuntura econômica recente, estamos vendo ele se desagregando. Embora, como disse o Deputado Sirkis, o copo está bom ainda, mas há uma desagre-

gação e quais os resultados dessa crise econômica, por exemplo, no próximo ano? Como vai se dar isso?

Acredito que também é uma sugestão da nossa Comissão levantar o debate de ações que não somente trabalhem o contrário, mas trabalhem no sentido de cada vez beneficiar a natureza, ações que tirem esse papel, porque nós vamos ter, nos próximos anos, pelo que se está vendendo... Há uma consciência, isso é que é engracado, há uma consciência do cidadão de proteção à natureza e comportamento diferenciado e há uma ação dos países que visam o desenvolvimento e não têm a mesma consciência.

Esse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Luiz Noé.

Eu, antes de passar a palavra o Deputado Márcio Macedo, eu queria reforçar, e até entendendo as colocações do Deputado Alfredo Sirkis, que, legalmente, tanto Canadá quanto a Rússia e Japão têm a prerrogativa de ser signatários da prorrogação do Protocolo de Kyoto até 2020.

Entendo que o Brasil, pela postura que adotou de coordenar os trabalhos no que diz respeito às mudanças climáticas e ao controle das emissões, tem sim que tomar uma posição em relação a esses três países que não foram signatários da prorrogação, tendo em vista que o que havia era uma expectativa de um aumento de compromissos na redução das emissões e não a retirada, porque aqueles que foram signatários no início do Protocolo de Kyoto – e mesmo os que vieram depois – sabiam que essa era uma primeira meta e que outras, muito mais severas, viriam num segundo momento e estavam preparados para isso.

O que, na verdade, está acontecendo é um pouco daquilo que o Sirkis colocou, principalmente no Canadá, que tem uma posição muito próxima à dos republicanos que acham que essa questão de mudanças climáticas é fruto da ideia daqueles que não querem ver o desenvolvimento dos seus países. Muito pelo contrário, temos que cuidar do nosso Planeta como um todo – e essa tem que ser uma ação de todos os países, porque o aquecimento global não vai deixar de atingir também esses países que deixaram de ser signatários, por mais que estejam numa região um pouco mais fria do Planeta.

Com a palavra o Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Só queria complementar muito brevemente. É claro que é ruim termos países signatários saindo do acordo. Não podemos esconder isso e dizer que isso não significa nada, porque significa. Acho que a preocupação do Deputado Tripoli é importante, é correta. Agora, acordo existe quando todos querem, quando as partes querem. Não

tem nenhum tipo de punição ou sanção. Quem assinou, e alguns saíram e outros entraram, sinalizou para cumprir os princípios do acordo. Então, acho que não devemos comprometer quem está querendo sair. Se querem sair, acho que terão constrangimento internacional, problemas internos de reação a isso. Não devemos nem superestimar nem subestimar esse evento, mas dizer que o acordo vai continuar, que o reforço de Durban foi importante e que os países que querem contribuir com o planeta – e devem – vão continuar.

Vale o registro do constrangimento, em relação ao mundo e em relação ao planeta, dos países que se retiraram. Então, não podemos comprometer esse acordo porque alguns saíram.

Acho que, sempre que o Brasil tiver e que todos os países tiverem oportunidade de explicitar isso internacionalmente, isso tem que ser colocado. Os compromissos devem ser reassumidos com o Planeta, com a vida, nas suas mais variadas formas, compreendendo que esse é um problema central, como disse o Sirkis, do Planeta hoje, é um risco iminente, é um problema que vai mexer com o mundo inteiro, que vai gerar problemas estruturantes a refugiados do clima. Esses países que continuaram têm compromisso com a solução do problema e com o enfrentamento do problema. Para aqueles que estão saindo, que o constrangimento os acompanhe em relação à diplomacia internacional!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Como segunda parte da nossa reunião, e vamos ter uma terceira para aprovarmos dois requerimentos, tínhamos a leitura do relatório do Sr. Relator Deputado Márcio Macêdo, que conversou com a Mesa desta Comissão dizendo que concluiu, tendo em vista inclusive o retorno esta semana da África do Sul, ainda na noite de ontem e na manhã de hoje o relatório e que deixaria disponível a todos os Srs. Parlamentares, para que possam também fazer a sua leitura. Será lido, então, o relatório na próxima reunião da Comissão, na próxima quarta-feira, às 14 horas. V. Ex^{as}s terão o prazo para emendas e sugestões até o término das discussões.

Eu vou, então, colocar...

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Eu queria, se o senhor me permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Sim. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Só para complementar o que o senhor está colocando, Sr. Presidente, está pronto o relatório. Agora, por exemplo, eu coloquei as contribuições da COP, o que nós vimos

lá, nas conclusões. A gente está conversando aqui e você está sugerindo que seja um capítulo. Eu vi aqui uma contribuição escrita do Deputado Sirkis, que eu gostaria de incorporar ao relatório.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Tem também das outras reuniões, da reunião do Basic, de Pequim, também, que eu acho que... e também como membro da Comissão...

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Então, se puder encaminhar para a gente poder incorporar e engrandecer o relatório... Então, se for possível... Já está disponibilizado para os Deputados darem uma olhada, uma lida, fazerem sugestões, emendas. Na próxima quarta, a gente vem com um definitivo, já todos convocados com esse devido fim de votar o relatório.

O SR. LUIZ NOÉ (Bloco/PSB – RS) – A próxima quarta é um dia meio atípico aqui na Câmara. Acho talvez...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nós fizemos uma avaliação. Na quinta-feira, vai ser votado o Orçamento no Congresso Nacional, que precisa ter quorum.

O SR. LUIZ NOÉ (Bloco/PSB – RS) – Não precisa ter quorum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não precisa? Vão manter...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – São só as comissões.

O SR. TRIPOLI (PSDB – SP) – Acho que não vem ninguém aqui na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – No Senado, nós temos ainda algumas coisas, por exemplo, a DRU, para votar no dia 21, quarta-feira. Podemos até antecipar a reunião, se for interessante, para terça-feira.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Eu acho que nós deveríamos, desculpe, Sr. Presidente, aprovar o relatório com o indicativo de incorporar certos anexos, a critério do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – É, o quorum hoje...

Então eu coloco a sugestão do nosso Vice-Presidente em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queria discutir, eu coloco em votação.

Aqueles que aprovam a sugestão do Vice-Presidente Alfredo Sirkis permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

Passo a palavra ao Deputado Márcio Macêdo para que faça as suas considerações quanto ao relatório. Abriremos para a discussão e, na sequência, para a sua aprovação.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Eu queria seguir exatamente a sugestão.

O relatório consiste numa introdução registrando os membros da Comissão, o Presidente, o Vice-Presidente, o Relator, que vou dispensar fazê-la neste momento. Vocês todos vão ler. A segunda parte é o relato das Comissões, ou, melhor dizendo, das audiências que fizemos aqui – o relato fiel ao debate realizado nas comissões que nós fizemos aqui na Câmara, que foi a primeira posição brasileira em relação às negociações globais sobre o clima e a política de mudanças climáticas adotadas pelo Brasil, dia 14/09; dia 21/09, as ações do Brasil para alcançar os objetivos estabelecidos pela política nacional sobre mudanças climáticas, os resultados segundo o inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas e gases de efeito estufa e os novos resultados do painel do IPCC; dia 26, do programa antártico brasileiro; no dia 01/11, o plano de cultura de baixo carbono e as ações voltadas a alcançar objetivos estabelecidos na política nacional sobre mudanças climáticas; as ações atuais e futuras sobre a gestão das águas do Brasil, iniciativas perante outros países, que foi no dia 09/11; dia 16/11 as atividades que reduzem as emissões de desmatamento e degradação florestal do REDD pagamento por serviços ambientais; no dia 23, a intensificação de desastres naturais, defesa civil, aérea, risco geológico; dia 29, vazamento de óleo em área da Chevron Brasil Petróleo no campo da bacia de Campos – e das audiências que fizemos fora de Brasília – dia 04/11, em Foz do Iguaçu, sustentabilidade ambiental a partir da geração de energia hidroelétrica e seus impactos nas mudanças climáticas; dia 18/11, em São Paulo, causas e consequências das mudanças do clima relacionadas às grandes cidades; e dia 28/11, em Aracaju, consequências das mudanças climáticas nos biomas brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia.

Aqui estão todas as intervenções e as proposições aqui feitas pelos palestrantes e os comentários dos nobres Deputados e Senadores componentes dessa Comissão.

Estou acatando a sugestão de incorporar um capítulo sobre a COP-17, tudo o que relatei da COP-17, nas conclusões, em que, por motivo de tempo, foi o local mais adequado para ser feito. Aceito a sugestão do Senador Sérgio e do Deputado Sirkis, Vice-Presidente, de incorporar um capítulo com as minhas intervenções, a da Senadora Vanessa e as do Deputado Alfredo Sirkis. Se V. Ex^as acharem necessário, leio as considerações finais ou, se não, está disponibilizado para serem lidas e emendadas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Márcio.

O SR. MÁRCIO MACÊDO – Estamos abertos até esta semana para qualquer sugestão de emenda de alteração para compor o relatório final da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o presente relatório.

Aqueles que pretendam discutir... (Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Márcio Macêdo.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Antes de alguma intervenção dos nobres colegas Deputados e Senadores, queria agradecer imensamente à Assessora Técnica da Câmara, Dr^a Roseli ?, que está aqui. Se não fosse a participação dela, o relatório talvez não tivesse a abrangência e a qualidade técnica que tem. Queria agradecer à Dr^a Roseli e também ao Dr. Tomé , porque é assim que o chamo, que é Assessor Técnico do Senado, que também deu uma contribuição extraordinária, tanto nas audiências aqui quanto fora de Brasília. Sem vocês dois, este relatório não teria a mesma qualidade técnica. Quero agradecer imensamente à Dr^a Roseli, ao Dr. Tomé e também à equipe de apoio da estrutura formal da Comissão, ao José Francisco e ao Wilson Andrade , que também contribuíram para que este relatório pudesse ter a abrangência que teve.

Queria também dizer que a Dr^a Roseli está lançando um livro hoje, às 19h30. Estarei lá para homenageá-la no dia de hoje.

Então, muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o presente relatório.

Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Quero dizer, antes de passarmos para a aprovação dos requerimentos e ainda dentro dos trabalhos apresentados aqui pelo Deputado Márcio Macedo, Relator desta Comissão, que ouvi que a primeira reunião foi no dia 14/9, há exatos três meses – hoje é 14/12. Em apenas três meses, esta Comissão promoveu 16 reuniões, esta é a 17^a. Esta Comissão foi até a África do Sul, até o Sul do País, até o Nordeste, até São Paulo. Quero...

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Tem um relatório com 134 páginas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Acho que vai ter mais de 134 páginas, que será encadernado e entregue ao Presidente do Congresso Nacional. Já convidado a todos os membros da Comissão, que serão avisados com antecedência, para que possam se fazer presentes.

Quero agradecer ao Sr. Deputado – V. Ex^a, como

Relator, se dedicou muito aos trabalhos desta Comissão –; ao Vice-Presidente, Deputado Alfredo Sirkis, assíduo, sempre participando dos debates com conhecimento de causa, como aquele que talvez seja o mais experiente em assuntos de mudanças climáticas desta Comissão; ao Deputado Luiz Noé, não só a sua presença aqui, nesta Comissão, como também nas reuniões externas promovidas por esta Comissão; e ao Deputado Trípoli, que esteve presente se não em todas, mas em quase todas as reuniões desta Comissão, sempre participativo e com sugestões que engrandecem esta Comissão.

Quero agradecer aqui também a todos os funcionários, em especial o Tomé, que tem muito orientado e nos ajudou muito, principalmente, na formulação do nosso plano de trabalho; o Wilson Andrade, que faz o nosso relatório semanal ou diário, às vezes, sobre mudanças climáticas; e o secretário da nossa Comissão, José Francisco, e em nome dele cumprimento todos os demais funcionários desta Comissão.

Também gostaria de fazer um agradecimento especial ao Assessor do meu gabinete, Thales, que acompanhou os trabalhos nesta Comissão, inclusive as viagens externas, sempre assessorando com a maestria necessária.

Então, agradeço todos os Srs. Parlamentares que fazem parte desta Comissão pelas suas intervenções e ações em favor do Brasil e do planeta no que diz respeito às mudanças climáticas.

Com a palavra o Deputado Luiz Noé.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Sr. Presidente, na mesma linha do agradecimento e talvez a despedida, última reunião. Acredito que foi um momento de convívio dos Senadores, dos Deputados, da equipe dos nossos assessores, que sem dúvida leva ao aprimoramento e ao crescimento, tanto nos debates internacionais, naquelas grandes mudanças, ou também nas mudanças econômicas de produção das nossas realidades sociais.

Somente para dar um testemunho da importância da Comissão, a partir da viagem que nos realizamos a Itaipu, Foz do Iguaçu, no Rio Grande do Sul, nós estamos promovendo reuniões com os prefeitos que marcam o lago do Passo Real, que é da usina também, para adotar as técnicas de Itaipu, trabalhando com os produtores suínos, de frango, e até mesmo produtores de leite, na questão da nossa produção do biogás, e no debate com a CEEE, que é a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, para que compre esta fonte de energia alternativa dos nossos

produtores do Estado do Rio Grande do Sul. E isso se deu através de um reunião, de uma ida a Foz do Iguaçu, que nós estamos agora no mês de fevereiro levando secretários do Estado do Rio Grande do Sul, os prefeitos das regiões do Rio Grande do Sul para verem aqueles exemplos que existem lá, para que também possamos aplicar no nosso Estado.

Então, além das discussões globais, gerais de mudanças climáticas, a gente, com bons exemplos, consegue fazer intervenção na nossa realidade.

Por isso, quero parabenizar o senhor na Presidência.

E um dos pedidos que faço que nós possamos, no ano que vem, a nossa Comissão iniciar no início do ano, porque, com certeza, a produção será maior, melhor e que a gente possa levar muitas vezes para nossa pauta nacionais os bons exemplos, porque às vezes os Estados não conhecem os bons exemplos que têm outras regiões. E nós, mudando a nossa realidade, mudaremos a dos outros. Talvez o local nunca foi tão global. Por isso que temos que estar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Luiz Noé, também concordo com V. Ex^a. Também acho que setembro é tarde para se instalar, mas nunca é tarde quando se trata de clima. E veja que, em apenas noventa dias, o quanto que esta Comissão produziu.

É uma pena que ela não se instalou em 2010, mas tenho certeza de que a Rio+20, que acontecerá no ano que vem, vai incentivar a instalação o quanto antes.

Nós temos aqui duas sugestões, Deputado Mário Macêdo, que foram colocadas. A primeira delas é da Senadora Vanessa Grazziotin, no que diz respeito a um cumprimento ou à menção sobre o empenho do Governo brasileiro na inserção de toda a delegação brasileira no credenciamento. Sugiro que isso seja considerado no relatório, esse empenho do Governo brasileiro, como também as colocações do Deputado Trípoli sobre o Governo brasileiro adotar alguma posição com relação à saída desses três países

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – É, então, sugerindo isso ao Governo Brasileiro, porque esta comissão tem por finalidade o acompanhamento das ações do próprio Governo e também a sugestão de proposição de ações pelo governo, como também pelo Congresso Nacional.

Nós temos, antes de encerrar os nossos trabalhos, um requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA**REQUERIMENTO N° 18, DE 2011-CMMC**

Requer a indicação de representantes desta Comissão para participarem do lançamento da I Cúpula Mundial de Legisladores.

Autoria: Deputado Márcio Macedo e Senador Sérgio Souza

Passo a palavra ao Deputado Márcio Macêdo, para comentar sobre o referido requerimento.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sei que está em cima, pois é sexta-feira, mas temos 48 horas, para que os parlamentares que queiram ir ao lançamento da cúpula dos parlamentares junto à Rio+20, organizado pela *Globe*, que esta comissão possa providenciar, junto ao Senado e à Câmara, os custos disso, para que os parlamentares possam ter sua viagem custeada pela Casa. Vai ser no Rio de Janeiro, às 15 horas, na Prefeitura.

A Primeira Secretaria do Senado, o Senado Cícero Lucena, tem todos os detalhes, o endereço, como Presidente da *Globe* no Brasil. Então, acho importante. A Comissão de Meio Ambiente do Senado fez esse mesmo requerimento; aprovaram; na Câmara, a gente iria colocar hoje, mas não teve quórum. Então, não aprovamos na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, pois não teve quórum a referida reunião. Mas o Senado aprovou ontem e acho que esta comissão poderia proceder da mesma forma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A comissão, por ser uma comissão do Congresso Nacional, pode aprová-lo. E serve para a Câmara também. Na data de ontem, a Comissão de Meio Ambiente aprovou e já foi dito aos Srs. Senadores que eles têm até o final da tarde de hoje para que sejam providenciadas as passagens e demais meios para a locomoção dos Srs. Parlamentares.

Então, consulto os Srs. Parlamentares se alguém mais queira discutir. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o presente requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permanecem como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro, então, encerrada a presente reunião.

Esperamos, então, que no mês de março do ano que vem, quando termina o mandato desta comissão, que o mais rápido possível instalemos a próxima Mesa diretora dos trabalhos, com a Presidência da Câmara dos Deputados e a Vice-Presidência e a Relatoria pelo Senado.

Uma boa-tarde a todos os Senhores.

(*Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.*)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO N° 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia trinta de maio do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio Macêdo, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jayme Campos e Wellington Dias, e dos Deputados André Zacharow, Luiz Noé, Alfredo Sirkis e da Deputada Rebecca Garcia, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de Audiência Pública cujo tema trata da “Economia Verde no contexto da erradicação da pobreza e o papel da governança para o desenvolvimento sustentável”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão deste ano, com a presença dos seguintes convidados: Paulino Franco de Carvalho Neto, Diretor interino do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; Eliezer Martins Diniz, Professor da USP; e Eduardo Viola, Professor da UnB. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macedo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Boa tarde às senhoras e aos senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso

Nacional, mediante a Resolução nº 04, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 6ª Reunião.

As Srs e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para tratar do tema: a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e o papel da governança para o desenvolvimento sustentável, em conformidade com a aprovação do plano de trabalho da Comissão em 10 de abril passado. (*Palmas.*)

Convidado para tomarem assento à mesa o Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto, Diretor Interino do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; Eliezer Martins Diniz, Professor da USP, e Eduardo Viola, Professor da UnB.

Cumprimento os Deputados, as Deputadas, os Senadores, as Senadoras, aqui presentes, as senhoras e os senhores, que estão nesta tarde, hoje, para esta audiência pública, e todos que nos assistem pela TV Senado e pela TV Câmara.

Sr^ss e Srs. Parlamentares, senhores convidados, senhoras e senhores presentes, para dar início a esta audiência pública, a fim de debater o tema economia verde no contexto da erradicação da pobreza e o papel da governança para o desenvolvimento sustentável, gostaria de colocar algumas considerações abordadas nos documentos preparatórios para a Rio+20.

Não vou ater-me às propostas, mas sim à análise que tais documentos fazem a respeito da economia verde e suas perspectivas.

Começo com o relatório do Deputado Luiz Noé, do PSB do Rio Grande do Sul. Começo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), intitulado *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza – uma Síntese para Tomadores de Decisão*.

Elaborado por especialistas e instituições globais, tanto de países desenvolvimento quanto de países em desenvolvimento, *Rumo a uma Economia Verde* está entre as contribuições-chave do Pnuma ao processo Rio+20 e ao objetivo geral de luta contra a pobreza e a promoção de um século XXI sustentável.

Segundo o relatório sobre o panorama de economia verde, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental são incompatíveis. Ao contrário, uma economia verde criaria empregos e progresso econômico, ao mesmo tempo em que evitaria consideráveis

riscos, como os efeitos das mudanças climáticas, maior escassez de água e perda de serviços ecossistêmicos.

É importante notar, segundo o relatório, que a mudança rumo à economia verde já está acontecendo numa escala e velocidade nunca antes vistas. Novos investimentos em energia limpa atingiram 173 bilhões de dólares, em 2008, e espera-se que tenham atingido uma alta recorde de 180 a 200 bilhões de dólares em 2010.

Tal crescimento é cada vez mais impulsionado por países que não pertencem à OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cuja participação nos investimentos globais em energia renovável subiu de 29%, em 2007, para 40%, em 2008, com maior participação da China, da Índia e do Brasil.

Abro aqui um parêntese a fim de falar do potencial brasileiro para a energia renovável e a sua importância para o desenvolvimento do País e da Região Nordeste em especial, que tem investido bastante na energia limpa.

Das possibilidades de geração de energia eólica no Brasil, por exemplo, 80% desta estão no Nordeste, e o Brasil tem hoje o menor preço de energia eólica do Planeta. São 74 dólares o megawatt-hora. A região tem recebido investimentos anuais de R\$10 bilhões entre públicos e privados e tem seis mil empregos gerados em dois anos em proporção bem mais alta do que os empregos gerados nas refinarias de petróleo por exemplo.

Além de grande expansão de energia eólica, importa lembrar que a maior jazida “de energia solar está também no Nordeste. E energia solar é, hoje, uma fonte energética com competitividade suficiente para que se inicie sua geração”.

Aproveito para citar a matéria do jornal americano *Los Angeles Times*, de 24 de maio, no qual se afirma que “o historicamente pobre Nordeste do Brasil finalmente vive o seu boom”. O artigo cita o Professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, segundo o qual o Nordeste está crescendo quatro vezes mais rápido do que São Paulo e Rio de Janeiro, estes com potencial de crescimento econômico limitado, devido ao gargalo na infraestrutura, referente principalmente aos problemas de tráfego de veículos e aviões. Como vimos, a geração de energias renováveis tem papel importante nesse cenário de crescimento econômico da região.

O segundo documento que aqui comento é o *Esboço Zero*, da ONU, texto que deverá basear negociações da Conferência Rio+20. Cito aqui parte do Capítulo nº 3 do texto, intitulado *Economia Verde no Contexto de Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza*, em que se estabelece o contexto

da economia verde, até agora acordado nas reuniões preparatórias.

No texto, os Estados mostram-se convencidos de que a economia verde deve contribuir para se alcançar metas-chaves, em particular as prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar, um solo de gerenciamento de recursos hídricos, acesso universal ao serviço de energia moderna, cidades sustentáveis, direcionamento de oceanos, melhorando a resistência e a preparação para desastres, assim como a saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentável inclusivo e igualitário que gerem empregos, incluindo para os jovens.

Mesmo convencidos de que as políticas de economia verde podem oferecer oportunidades benéficas para melhorar a integração, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental em todos os países, independentemente da estrutura da sua economia e do seu nível de desenvolvimento, reconhece-se, entretanto, que países em desenvolvimento estão enfrentando grandes desafios para erradicar a pobreza e sustentar o crescimento e que a transição para a economia verde irá requerer ajustes estruturais que podem envolver custos adicionais para as suas economias. Nesse sentido, é necessário o suporte da comunidade internacional.

É inevitável perceber o contraste entre o entusiasmo do relatório do Pnuma quanto às perspectivas de transição para a economia verde e a resistência dos Estados Unidos da América em assumir compromissos com créditos em direção à transição.

Nossos convidados, certamente, irão desenvolver o tema, brindando-nos com esclarecimentos para um melhor conhecimento desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas quanto à conjuntura que cerca a Conferência do Rio e as possibilidades de acordos.

Por fim, cito o texto de documento oferecido pelo Governo brasileiro à Conferência, na parte em que, ao seu modo, conceitua a economia verde no contexto de combate à pobreza.

Segundo a contribuição brasileira, a Rio+20 deveria buscar a renovação do compromisso dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo integrador, capaz de conciliar as preocupações ambientais com as necessidades sociais, sem perder de vista o desenvolvimento econômico.

Para o Brasil, o tema da Conferência “Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza” significa catalisar a ligação das intenções e objetivos gerais expressos no conceito de desenvolvimento sustentável com a realidade da operação de economia e, portanto, ser instrumento de implementação da Agenda 21.

Para cumprir esse objetivo, é preciso reforçar a ligação do conceito de economia verde com o de desenvolvimento sustentável, de forma a evitar uma leitura do conceito de economia verde que privilegie os aspectos de comercialização de soluções tecnológicas avançadas sobre a busca de soluções adaptadas às realidades variadas dos países em desenvolvimento.

A sugestão do Governo brasileiro é que se fale em economia verde inclusiva, trazendo o aspecto social para a linha de frente da discussão e dos objetivos e sintetizando o tema da conferência.

Menciono ainda que, diante do contexto de instabilidade nos preços das *commodities* e dos riscos climáticos crescentes, política de promoção e garantia de segurança e nutricional pode ser papel importante nas estratégias de economia verde inclusiva.

O documento brasileiro oferece exemplos da integração de estratégias econômicas ambientais e sociais que devem ser aprofundadas, reproduzidas, tais como programas de transferência de renda e fomento à atividade de conservação e recuperação ambiental, apoio a segmentos da população que obtêm renda a partir da reciclagem de resíduos sólidos, disseminação de boas práticas agropecuárias com tecnologias acessíveis a pequenas propriedades e aos agricultores familiares e à incorporação de tecnologias de maior eficiência energética em programas habitacionais populares. Programa de geração de trabalho, emprego e renda, com a concessão de linhas de financiamento produtivo e microcrédito produtivo e orientado são exemplos de instrumentos do repertório de políticas e experiências brasileiras que podem ser direcionadas ao fomento da economia verde.

Encerro por aqui esta breve explanação, para que possamos ouvir os nossos convidados. Muito obrigado a todos.

Com a palavra o Ministro Paulino.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO
– Boa tarde, Sr. Presidente desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Srs. Parlamentares, Deputado Sirkis, Srs. Membros desta Mesa, Prof. Eduardo Viola, Prof. Eliezer Martins Diniz, eu queria, em nome do Ministério das Relações Exteriores, agradecer o convite que recebemos para participar deste evento.

Por dever de ofício, vou ser talvez um pouco repetitivo. Muitas das palavras que pretendo dizer já foram antes mencionadas por V. Ex^a, Deputado, Márcio Macêdo. Mas acho que é sempre importante dar a visão do Governo brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, que hoje os seus principais negociadores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e Embaixador André Corrêa do Lago, estão em Nova York, na sede das Nações Unidas, negociando. Essa é a terceira

reunião dita informal do chamado documento para as negociações em torno do que será o documento final da Conferência Rio+20, da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Só recordando, muitos dos senhores e senhoras já têm clara essa informação, mas acho que é bom sempre repetir, o segmento de alto nível da Conferência propriamente dita, aquela de que deverão participar chefes de Estado e de governo, está marcada para os dias 20, 21 e 22 de junho. O objetivo da Conferência, em última instância, é o documento final da Conferência que os chefes de Estado vão assinar. Nós temos todo o interesse, como negociadores desse texto final, que, para os presidentes e para os chefes de Estado e de governo, representantes dos países no segmento de alto nível, o texto já esteja devidamente acordado. Caberá aos chefes de Estado e de governo tão somente decidir aqueles assuntos mais sensíveis e que não puderam ser acordados antes.

Antes do segmento de alto nível, também acho que é importante sempre recordar, teremos, de 16 a 19 de junho, os chamados Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, que é uma série de mesas redondas de debates em torno dos seguintes assuntos, que vou ler todos: 1º) desemprego, trabalho decente e migrações; 2º) desenvolvimento sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; 3º) desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; 4º) economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; 5º) florestas; 6º) segurança alimentar e nutricional; 7º) energia sustentável para todos; 8º) água; 9º) cidades sustentáveis e inovação; 10º) oceanos.

Em cada uma dessas dez mesas teremos dez participantes, todos eles da sociedade civil, representantes do setor privado, academia, organizações não governamentais.

Não haverá a participação direta dos governos nem de funcionários da chamada burocacia internacional, das organizações intergovernamentais, seja Nações Unidas, sejam outras organizações.

Partiu do Governo brasileiro a ideia de realizar os diálogos para o desenvolvimento sustentável como uma maneira, diferente das conferências intergovernamentais tradicionais, de se ter um espaço claro definido para que a sociedade civil possa não só discutir os seus pontos de vista, as suas preferências, opiniões e visões sobre esses temas todos. O que se quer, no final das contas, é que as conclusões a que chegarem essas dez mesas sejam levadas pelo coordenador de cada uma delas à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, à conferência propriamente dita. Esse

é um aspecto inovador importante que eu gostaria de ressaltar.

Antes do dia 16, nos dias 13, 14 e 15 está definida, numa resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, a última reunião do chamado comitê preparatório da Conferência, cuja participação cabe aos governos dos países membros das Nações Unidas e eles negociarão, em última instância, o texto do documento final. É um texto extensíssimo que trata, de acordo também com essa resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada em 2009, de dois grandes temas da Conferência, chamados temas guarda-chuva. O primeiro deles é a chamada economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o segundo é a chamada governança ambiental, ou, nas palavras oficiais do texto da Resolução, a chamada moldura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Sobre os temas substantivos, acho que seria muito mais proveitoso que os nossos representantes da academia, tanto a USP quanto a UnB, possam, de forma mais crítica, fazer os seus comentários sobre esses dois temas, tanto a governança ambiental quanto a questão da economia verde.

De todo modo, também é importante deixar claro, desde logo, a visão do Governo brasileiro. E isso é resultado também dos debates que houve e que ainda estão em curso no âmbito da chamada Comissão Nacional para a Rio+20, composta essa não só por representantes de governo, mas também por representantes da sociedade civil, setor privado, organizações não governamentais. A noção mesma de economia verde, nós utilizamos essa expressão, Sr. Presidente, na submissão, ou seja, no documento nacional que o Brasil encaminhou, no final do ano passado às Nações Unidas. Nós utilizamos a expressão economia verde inclusiva, justamente com a ideia de que a economia verde leve em consideração, também, os aspectos sociais e econômicos no que nós chamamos tradicionalmente o tripé, os três pilares do desenvolvimento sustentável, que são o econômico, o social e o ambiental propriamente dito.

A posição brasileira é a de que a economia verde deve ser flexível, deve atender às necessidades locais e ser adaptada à realidade de cada um dos países, não só dos países, mas das suas regiões. Ela não deve perder de vista a redução das desigualdades nos níveis nacional e internacional. Também não deve deixar de levar em consideração aos questões do crescimento econômico. No entender do Governo brasileiro, as questões ambientais não podem ser vistas única e exclusivamente à luz das questões ambientais. Elas são fundamentais, não resta a menor dúvida, elas

fazem parte do tripé, elas são um dos três elementos essenciais do desenvolvimento sustentável, mas elas não existem sozinhas no espaço. Elas têm de levar em consideração as questões sociais e econômicas.

Esse debate em torno da economia verde está vinculado também à questão da chamada moldura institucional para o desenvolvimento sustentável. É um termo um pouco pomposo, mas é um termo oficial. Em outras palavras, como se dará, a partir da Rio+20, se houver um entendimento a esse respeito, a chamada governança das questões do desenvolvimento sustentável, se serão criadas novas estruturas, se nós vamos reformar as estruturas existentes – e eu falo de Nações Unidas basicamente.

O Brasil, por exemplo, defende a ideia da criação de um chamado Conselho de Desenvolvimento Sustentável, que teria mais poderes e um *status* mais elevado do que a atual Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que foi criada como decorrência de conferências passadas na área, em 72 e não de 92, a exemplo do Pnuma, que é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Nós queremos dar mais força, mais coesão a esse órgão, que teria mais uma possibilidade de ter mais influência e capacidade decisória do que a Comissão propriamente dita, que tem mais um caráter de discussão e pouco de alcance de resultados mais concretos, que possam influenciar em políticas públicas não só nacionais, mas no âmbito multilateral, global, em última instância. Então, esse é um aspecto.

O outro, aí há uma diferença que tem sido noticiada pela imprensa, de modo geral, e está também no âmago dos debates da Rio+20: é saber que papel o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente terá no futuro.

O Programa das Nações Unidas foi estabelecido em 72, como eu disse. É decorrência da Primeira Conferência Global na Área do Meio Ambiente, que é de Estocolmo, em 72, há 40 anos, portanto. A sede desse programa é em Nairóbi, no Quênia. E ele tem um defeito, um vício de origem. Enfim, nós temos que transformar esse programa em algo diferente, porque, senão, não há como resolver esse vício de origem. Ou seja, ele vive de contribuições voluntárias dos países, de governos, países. As contribuições não são obrigatórias, o que, de certa maneira, cria, pode criar ou tem criado certo viés. Quer dizer, aqueles programas de determinados doadores de recursos financeiros, humanos, técnicos tendem a direcionar esses recursos para determinados programas.

O que o Governo brasileiro imagina e defende nas negociações em torno do documento final que vai decidir o que se fará em relação à governança ambiental? Nós defendemos o chamado reforço do Programa

das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Mas o que significa reforçar? Significa justamente transformar, por exemplo, as contribuições dos países em contribuições obrigatórias, de acordo com regras preestabelecidas pela ONU, que levem em consideração o PIB do país, a população, enfim, de acordo com critérios já acordados pela própria ONU, pela Assembleia Geral da Nações Unidas. Esse é um aspecto.

Outros países em especial a União Europeia, os países europeus, de modo geral, mais isso não acontece com os Estados Unidos e tampouco com Canadá, salvo engano, têm a ideia da transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em uma organização mundial, a chamada Onuma, Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a exemplo de outras organizações multilaterais, como a própria OMC, Organização Mundial de Comércio, Organização Mundial da Saúde.

Mas, enfim, essa ideia não é compartilhada pelo Governo brasileiro, que entende que a governança na área ambiental, no plano multilateral, seria mais bem atendida justamente por meio do reforço do Programa das Nações Unidas, tornando as contribuições de voluntárias a obrigatórias e da criação do estabelecimento desse Conselho de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Então, de modo muito sumário, muito condensado, Sr. Presidente, essas seriam as observações iniciais que eu teria a fazer, sempre lembrando que o processo negociador é intenso. Quer dizer, o documento chamado Rascunho Zero, *Draft Zero*, do que será, no dia 22 de junho, espera-se, o documento final da Conferência está num processo de negociação bastante complexo. Os representantes, os delegados dos países têm encaminhado as suas sugestões. O grupo negociador de que o Brasil faz parte é o G77+China, que muito sinteticamente, traduzindo, é o grupo dos países em desenvolvimento. O Brasil não acompanha todas as posições dos grupos, dos diversos grupos internos que fazem parte do G77, mas não deixa de ser o nosso grande grupo parlamentar para dar força às posições não só do Governo brasileiro, mas às dos países em desenvolvimento e emergentes de modo geral.

Seria isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado ao Ministro Paulino de Carvalho Neto.

Em seguida, passo a palavra ao professor da USP, Eliezer Martins Diniz, que tem 15 minutos para suas observações.

Muito obrigado.

O SR. ELIEZER MARTINS DINIZ – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado

Márcio Macêdo, Presidente da Comissão. Gostaria de cumprimentar todos os parlamentares presentes aqui, todas as pessoas presentes, o Eduardo Viola, o Ministro Paulino, e agradecer o convite para estar aqui.

Na verdade, sou economista e mexo com essa questão de relacionamento entre crescimento econômico e meio ambiente há alguns anos já, desde 1997, se não me engano, à época em que foi feito o Protocolo de Kyoto. Depois, ainda fui fazer um Pós-Doutorado em Oxford, por conta desse tipo de assunto. E tenho pesquisado nessa área desde aquela época.

O Deputado Márcio Macêdo falou alguma coisa sobre o documento do Pnuma, e eu tinha traçado algumas observações a respeito daquele documento. Então, eu posso fazer isso de uma forma um pouco mais breve, eu acredito.

Eu havia colocado realmente a referência principal *Towards a Green Economy*, que é o documento original do Pnuma, publicado em 2011. Eu fui olhar lá o conceito de economia verde, porque, nestes anos todos, eu tenho olhado basicamente discussões sobre desenvolvimento econômico sustentável. O que eu vejo é que não há grandes diferenças entre o conceito de desenvolvimento econômico sustentável e o conceito de economia verde.

Não há propriamente uma definição estabelecida de economia verde. Eu peguei aquela mais próxima de uma definição, que está no documento do Pnuma. Eu diria que a economia verde é aquela que resulta no maior bem-estar humano e igualdade racial, enquanto reduz significativamente o risco ambiental e a escassez ecológica. Basicamente, é essa a definição.

Então, como vocês todos sabem, é um tema que vai ser recorrente na Rio+20. Vai ser discutida basicamente a questão da economia verde.

Há três pilares que são identificados aqui: o pilar econômico, o ambiental e o social. O que eu diria em relação ao conceito anterior, que é o de desenvolvimento sustentável: você dava um peso um pouco maior para os pilares econômico e ambiental e um pouco menor, que seria a ênfase para o aspecto social.

Bom, só para termos um pé de comparação, eu teria aqui um conceito de desenvolvimento sustentável, que é o conceito padrão que foi colocado no Relatório Brundtland. Foi feito um livro *Our Common Future, Nosso Futuro Comum*, foi traduzido para o português, inclusive. E Brundtland por causa do relator. Aliás, Brundtland escreveu um artigo com o Fernando Henrique Cardoso no *The Guardian* recentemente.

O que dizia ali sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Seria um desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras de atender as

susas próprias necessidades. Então, você procurava colocar ali um conceito de igualdade entre gerações. Normalmente, você procura combater desigualdades numa economia ou entre economias, mas aqui você procurava um conceito novo, você procurava combater uma desigualdade inerente entre nações, porque, se eu utilizar mal o meio ambiente, com certeza, as gerações futuras não vão ter as mesmas oportunidades que nós.

O que eu ouvi com relação à comparação desses dois conceitos – economia verdade e desenvolvimento sustentável – é que, para mim, não há grande necessidade de você elaborar um novo conceito. Eu fiquei me questionando por que foi colocado um novo conceito, sendo que as discussões sobre desenvolvimento sustentável seriam suficientes para abranger esse pilar social. O que coloco para vocês é que pode haver outras explicações, mas, a princípio, acho que poderia ser uma tentativa também de tentar vender a Rio+20 como sendo algo que traga um material novo. Ou seja, em vez de se fazer uma conferência em que se trate dos mesmos temas de sempre, você coloca um conceito novo e de repente consegue uma atenção maior da mídia nesse sentido.

Então, essa seria uma possível explicação. Mas eu digo, não há nada de revolucionário, na verdade, nisso. Também poderia ser o seguinte: você introduz esse novo conceito para fazer com que países em desenvolvimento, que pouco fazem com relação ao meio ambiente, mas que tomam medidas com ênfase social, possam tentar enquadrar-se nesse conceito de economia verde, porque aí se tem um foco no social e se vai e se diz: "olha, estou na economia verde, só que a minha ênfase é um pouco mais no social".

O que digo, além disso? Quando dou muita ênfase no social, posso recair numa armadilha perigosa. Você é da Comissão sobre Mudanças Climáticas e devem conhecer vários documentos de lá. Desde a convenção, chegando ao documento que saiu da Conferência em Copenhagen, tem-se a seguinte válvula de escape. Se os países em desenvolvimento simplesmente disserem: "Olha, a nossa prioridade é a erradicação da pobreza; então, não conseguimos cumprir nenhuma meta?" Está tudo certo. Então, porque desde a Convenção até Copenhagen se diz: a prioridade é o lado social; o segundo nível de prioridade seria cumprir as metas.

No caso, o Brasil tem metas, são metas voluntárias, mas, então, se se recair nisso, é uma armadilha perigosa. Acho que é preciso haver a cobrança, realmente, de resultados ambientais muito claros.

Nós temos o seguinte: com relação à economia verde, coloca-se também que as crises são caracterizadas por uma alocação incorreta de capital. Essa

alocação incorreta de capital, segundo os textos, seria porque as pessoas não consideram externalidades que possam ocorrer, sejam externalidades sociais, sejam externalidades ambientais. Por isso, na Declaração do Rio, se se pegar 20 anos atrás, tem-se o princípio nº 8, que dizia: os Estados devem reduzir e eliminar padrões de produção e consumo insustentáveis e promover políticas demográficas apropriadas.

Padrões de produção e consumo insustentáveis surgem, porque não se levaram em conta as externalidades para tomar suas decisões. E, se se olharem os textos de economia verde, que são colocados, esse relatório do Pnuma fala muito claramente, dever-se-ia fazer o quê? Dever-se-ia pegar e tentar fazer com que essas externalidades sejam levadas em conta.

Quais seriam as condições, então, para se fazer uma transição para a economia verde? Quais seriam as condições colocadas? As condições seriam as seguintes: desloca-se o investimento público e privado para transformar setores críticos que tornem a economia global mais verde, ou seja, tem-se o remanejamento dos dois tipos de investimento – investimento privado e investimento público –, a ideia que está por trás é a de que se criaria mais empregos verdes do que se vai extinguir, tirando-se de outros setores; a segunda condição que é colocada no documento do Pnuma seria a de que a economia verde pode reduzir a pobreza persistente em setores importantes – ele cita setores da agricultura, florestas, água, pesca e energia; fala de florestamento sustentável, de cultivo ecológico. E há um terceiro ponto colocado no relatório, que seria: existem políticas para atingir essa transição por algumas medidas: redução e eliminação de subsídios perversos ou que provocam danos ao meio ambiente, que distorcem as decisões das pessoas, por isso se tem consumo excessivo, tem-se a produção inadequada; eliminação de falhas de mercado; criação de incentivos baseados em mercado; implementação de regulação apropriada, estímulo ao investimento, e assim vão mais algumas sugestões.

Pois bem, com relação ao combate à pobreza, ele só coloca o seguinte: quando eu tomar minhas decisões, devo olhar o lado da pobreza também. Então, por exemplo, se eu quiser fazer investimento em energia renovável, devo buscar também o acesso à energia limpa e barata, ou seja, contemplar as classes mais pobres. Se eu quiser fazer pagamentos de serviços ecossistêmicos, de serviços do meio ambiente, devo beneficiar as comunidades pobres da floresta, e assim por diante. Em cada medida que eu tiver, devo tentar colocar algo que beneficie as classes mais pobres. Então, eu deveria ter, segundo o que o relatório do Pnuma fala, uma orientação pró-pobre, ou seja, deveria tomar

medidas, mas nessas medidas sempre tentar dar conta de que classes menos favorecidas tenham algum tipo de benefício e não sejam prejudicadas.

Agora, dentro disso tudo, há duas questões extremamente relevantes. E essas questões extremamente relevantes são questões que coloco para pensarmos. Ou seja, olhando como um observador externo, penso: o que as pessoas de outros países ou o que as pessoas de fora do Governo podem pensar sobre decisões tomadas, esse tipo de coisa?

Acho que a primeira grande questão que precisa ser colocada é a seguinte: a questão das metas voluntárias. Por exemplo, vou falar da questão da mudança do clima, mas isso também vai aplicar-se à Conferência, porque, se o Brasil disser: "Olha, vamos ter algumas metas voluntárias a cumprir" ou "Vamos cumprir tais e tais coisas", isso vai aplicar-se também, esse tipo de questão ou uma questão semelhante a essa.

No caso, eu colocaria o seguinte: será que o Brasil vai cumprir suas metas voluntárias de redução de emissões de gases de efeito estufa, ou vai invocar a necessidade de priorizar a erradicação da pobreza?

Estou colocando isso, porque qualquer pessoa ou qualquer país, qualquer dirigente de um país fora do nosso País pode colocar essa questão. Ou seja, o Brasil tem metas voluntárias a serem cumpridas, porém há um item do documento de Copenhagen que permite que a Presidente ou qualquer dirigente, na verdade, independentemente de quem for, questione: "Há esse item aqui. Então, como vou priorizar a redução da pobreza, não vou cumprir as metas mais". E está tudo certo.

Então, acho que o Brasil precisa reafirmar claramente sua posição, porque, se tomar uma decisão como essa – e isso é permitido pelos documentos da mudança do clima –, quais seriam os impactos internacionais dessa decisão? Principalmente, porque, se você for olhar os dados da Plataforma EDgar, os dados publicados pela International Energy Agency em 2010, eles colocavam o Brasil como o terceiro maior emissor de gases de efeito estufa. Alguns cientistas dizem que não é bem o terceiro, mas falam que ele está entre os cinco primeiros. Então, é algo relevante.

E a segunda grande questão, que acho que deve ser perguntada: como compatibilizar as decisões relativas à economia verde com políticas contracíclicas ou com a exploração das reservas do pré-sal, por exemplo? É uma questão que pessoas de fora do Governo podem perguntar-se. Estou colocando assim, no sentido de haver uma reflexão por parte de vocês.

Então, vejam: políticas contracíclicas. Se eu coloco subsídios para automóveis, mas eu digo que estou apoiando medidas verdes, há um contrassenso. Eu

preciso caminhar no mesmo sentido. Uma coisa são medidas de longo prazo, outras de curto prazo. E a exploração das reservas do pré-sal. Então, eu preciso ter uma ação consistente.

Então, são duas grandes questões que coloquei. Fiz uma pequena resenha, complementei a exposição do Deputado Márcio. E agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) Agradeço ao professor Eliezer.

Gostaria de passar a palavra ao Professor Eduardo Viola, da UNB, que dispõe de até 15 minutos para sua exposição.

O SR. EDUARDO VIOLA – Muito obrigado, Deputado Márcio Macêdo, pelo convite.

De fato, é uma grande honra para mim, porque é o segundo convite que recebo desta Casa para falar sobre esse tema em dois meses. Em março, fui convidado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Eu trabalho com a questão de governança global e economia política internacional de mudanças climáticas há 25 anos. A minha abordagem do problema é bastante diferente do que predomina na mídia brasileira, no seguinte sentido: eu parto de analisar a estrutura profunda do sistema internacional. E, a partir daí, ver por que as negociações funcionam ou não funcionam, que são uma superfície por assim dizer.

O primeiro ponto que quero dizer é que, neste momento, temos no sistema internacional que podemos chamar de três superpotências: Estados Unidos, União Europeia e China. Elas são superpotências pelo seu PIB, território, população, recursos naturais, emissões de gases estufas e demais. Eles são o centro do sistema. Qualquer acordo importante internacional requer que esses três estejam de acordo em avançar.

Avançar significa o quê? Avançar em governança global significa o quê? Ceder soberania nacional. Isso é um ponto fundamental. Não há como dizer o que é. Nós vivemos em um mundo cada vez mais transnacional; o sistema das Nações Unidas foi criado em 1945, era outro mundo comparado com o atual, pelo menos em interdependência entre sociedade, no fluxo de matéria, energia, pessoas, conhecimento, ideias.

Temos todo um processo no qual a questão de soberania nacional em qualquer área se torna decisiva para avanço na governança. E obviamente isso está acontecendo muito pouco, e muito, muito pouco, em termos gerais, na área ambiental.

E por quê? Porque, dessas três grandes potências, só uma promove o avanço da governança global, que é a União Europeia, que não por acaso também é a que mais se orienta, mesmo que limitadamente,

porque está muito dividida entre norte e sul da Europa, para uma economia mais verde, por assim dizer.

Estados Unidos e China são grandes potências conservadoras. Elas, primeiro, não querem ceder soberania nacional. No caso dos Estados Unidos, até há uma corrente importante da sociedade, uma parte do Partido Democrata que já estaria – na eleição de Obama, esta parte já se manifestou – disposta ao que seria uma ruptura histórica em relação ao passado. Mas, obviamente, os Estados Unidos são muito mais vastos do que isso, e a resistência, no caso do Partido Republicano, é um retrocesso gigantesco, nos últimos anos, em relação a isso.

E, no caso da China, um regime autoritário, e regime autoritário por definição não cede soberania nacional: “aqui não se mete ninguém, este é o meu território, eu controlo”.

O que é importante é que a China está avançando. Este ano foi um evento decisivo para a história da China e da humanidade: a derrota de Bush e Lai, a linha dura, estadista, maoísta, populista do Partido Comunista Chinês. Então, temos um avanço dos reformistas, que são mais globalistas, mais dispostos a uma reforma do modelo econômico, de maior proteção ambiental, transição para o baixo carbono, e aceitar alguma restrição à soberania nacional.

Este ano não vai acontecer nada em relação a isso.

Então, e por causa disso, que temos um sistema em que dois dos principais atores são conservadores. Por isso que não tem como avançar. Não é analisar o documento, as coisas que colocaram, retiraram. Em minha opinião de muito pouca relevância, pela estrutura atual do sistema internacional, a Conferência Rio+20 não pode ser bem-sucedida. Obviamente que haverá uma tentativa dos governos todos de dizer que foi bem-sucedida, porque é uma indústria de imagem, obviamente.

Mas a realidade profunda é que não se pode passar de acordos superdifusos que vão repetir em grande medida coisas que já foram bastante ditas em conferências anteriores. Quer dizer, em última instância, a Rio+20 vem em um momento errado da história. Em última instância, ou seja, nós temos os Estados Unidos. O que precisaríamos para a Rio+20 ter condições de sucesso? Mudanças positivas nas três grandes potências: nos Estados Unidos, vitória democrata na Câmara, no Senado e na Presidência. Bastante difícil acontecer as três coisas juntas, mesmo assim um aprofundamento de determinadas coisas do primeiro ano da presidência de Obama.

Na China, precisaríamos de um avanço consolidado de reformistas no novo governo, que só vai começar a governar de fato a partir do ano que vem.

E, na União Europeia, precisaríamos da superação da crise via aprofundamento da União Europeia, ou seja, o avanço na direção dos Estados Unidos.

Neste momento, tudo isso está no limbo. E por isso que a Rio+20 não tem condições de ser bem-sucedida. Essa é a análise que faço. E não é hoje, eu já falei alguma coisa mais ou menos desse tipo na audiência de março e tenho escrito desde praticamente a vitória do Partido Republicano do *Tea Party* nas eleições intermediárias americanas de novembro de 2010.

Agora, indo para o que seria uma agenda, em minha opinião, que não é minha, mas sintetiza a de um grupo de cientistas e pesquisadores que estão reunidos na rede científica, que se chama Earth System Governance, quer dizer, governança do sistema terrestre. Está formado por pessoas de todos os países. E publicou um artigo na revista *Science*, dois meses atrás, que se chama “*Navigating in the Anthropocene*” (Navegando no Antropoceno), na qual aparece toda uma notícia racional do ponto de vista, mas que não tem a menor chance de acontecer agora, entre outras coisas, as transformações positivas de que falei na Europa, nos Estados Unidos, na China, que são condições necessárias, não suficientes, porque aí temos que ver também o que acontece também em outras cinco potências importantes: Brasil, Índia, Japão, Coreia do Sul e Rússia.

Parte de uma agenda futura da governança global não realizável hoje, ano de 2012, e não realizável num futuro próximo. Mas é uma agenda racional, que parte da ideia de que como as Nações Unidas são cada vez mais limitadas, com um sistema que foi construído em outro mundo e que hoje estamos em um momento constituinte das Nações Unidas, só que não há dinâmica de liderança de grandes *players* para avançar na nova constituição de que o mundo precisa. Altura da estrutura material hoje da tecnosfera, do nível da intensidade da interdependência do peso da ciência, tecnologia e demais, e do impacto que a população humana faz sobre a terra e a ameaça que isso leva aos sete grandes lineares planetários, ou seja, além da mudança climática, a perda da biodiversidade, o ciclo do carbono, o ciclo do fósforo, a significação dos oceanos, a mudança do uso da terra e escassez de água doce.

O problema é muito forte. Do ponto de vista da ciência, nunca houve uma defasagem tão extrema entre o que a ciência diz para onde vai a terra e a incapacidade dos dirigentes e da sociedade, porque a sociedade se representa nos dirigentes, em geral está

certo; cuidado ao dizer que o problema é o dirigente porque é a sociedade que está por trás disso. O problema do curto prazo, demais sistemas políticos funcionando no ciclo eleitoral, nos negócios, de quatro a cinco anos, isso é fundamental, essa questão de longo prazo. Esses são problemas fundamentais.

Então, esse grupo de que participo, eu não sou coautor desse artigo, propõe cinco elementos, que eu acho, racionais que vão ter que acontecer num futuro que não é muito próximo, infelizmente, mas o processo de aceleração da história é muito grande e tem momentos de *fresh roll*, momentos de ruptura e aceleração, tanto que pode haver no sistema climático, como no próprio sistema político-econômico global.

Então, primeiro, é um extraordinário *upgrade* do Pnuma criar uma organização ambiental mundial muito mais poderosa que a Organização Mundial da Saúde. Esse seria um poder mais ou menos equivalente à Organização Mundial de Comércio. Obviamente que está muito longe de acontecer isso hoje, mas disso a humanidade precisa, se quer avançar.

Segundo, a criação de um conselho de desenvolvimento sustentável dentro da Assembleia Geral das Nações Unidas, mas num sentido muito mais ambicioso que a proposta brasileira, que é o seguinte: esse conselho de desenvolvimento sustentável passaria a ser o equivalente, na área de economia, ao meio ambiente e social do que o Conselho de Segurança, na Corte de Segurança. A diferença é que esse conselho teria uma representação proporcional mais ou menos à população da terra e à economia da terra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO VIOLA – Não, não, não. Deixe-me falar isso, porque é precisamente, que não tem direito de voto. Então, o modelo é mais ou menos o do G-20. No G-20 seriam membros permanentes e teriam mais ou menos 60% da representação; e outros 40% seriam o resto dos países. O G-20, eu cito porque o G-20 mais ou menos é representativo de 70%, 80%, 90% do PIB das emissões da população mundial e dos recursos naturais.

Então, qual é a diferença para o Conselho de Segurança? O G-20 representa o mundo atual. Ou seja, o Conselho de Segurança não representa o mundo atual; representa o mundo de 1945. Então, os membros permanentes representam 45 e têm direito de voto. Essas são as duas coisas que não haveria aqui. Seria representativo do mundo atual e sem direito de voto. Esse é um ponto fundamental. Bom, esse seria.

O terceiro ponto seria a introdução dos limites planetários, de todos, não apenas da questão ambiental, porque a questão ambiental, num sentido, hoje é pobre.

Utilizar a terminologia ambiental, como há vinte anos, quando nós sabemos hoje, em termos científicos, que todos os limites planetários é algo um pouco obsoleto. Então, qual é o ponto? As organizações econômicas – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial de Comércio – precisam introduzir, na sua missão principal, os limites planetários. As organizações econômicas têm a sustentabilidade referenciada nos limites planetários como elemento de sua missão. É uma transformação muito grande das organizações econômicas.

Por último e quarto, é a mudança do sistema de votação das Nações Unidas. Em geral, aparece no segundo ponto também, para um sistema que se aproxime da representação da importância dos países. O sistema atual, digamos de um país... Cada Estado é um país, um voto, e, por isso que a Assembleia Geral das Nações Unidas é muito pouco relevante, digamos. E por isso chega a acordos absolutamente genéricos e difusos, digamos. Então, esse seria um elemento fundamental de construção de governança global.

Por último, o quinto ponto é a criação de uma estrutura, de um órgão representativo da sociedade civil mundial, tanto empresarial, quanto ONGs, quanto mídia e academia, para ser uma espécie da grande fator de *accountability*. O que acontece é que nessa dinâmica se cria uma estrutura de governança global poderosa, que pode ter um déficit muito grande de *accountability*, de transparência. Quer dizer, você cria a estrutura. Pensem na União Europeia. Começou em Bruxelas, o que estou falando aqui. É mais ou menos, em outra escala, a mesma coisa. Então, é muito importante você ter uma estrutura que vai monitorando e avaliando, denunciando, falando para o mundo, dizendo: aqui está havendo concentração de poder, interesses particulares corporativos da burocracia internacional; pesam sobre os interesses universais. É tudo isso. Então, você tem um *checks and balances* nesse sentido.

Essa proposta, eu insisto – tenho minha convicção, mas não é minha, porque é de uma rede de cientistas importantíssimos do mundo –, é que o caminho da humanidade vai pelo caminho da sustentabilidade e não pelo caminho da degradação. Isso não está garantido. Eu sou professor de relações internacionais e nada garante o progresso da humanidade. A humanidade tem progredido até agora, mas não está garantido que vai continuar progredindo. Em todo caso, o progresso pode vir com uma dor gigantesca, com muito sofrimento humano, mas esses passos, com algumas variáveis, todos são necessários para avançar na governança global.

Então, voltando à questão, o modo como está colocada a governança global na discussão da Rio+20

hoje está muito longe de tudo isso. O mais avançado que existe é a proposta da União Europeia de criar uma organização ambiental mundial no modelo da Organização Mundial da Saúde, muito menos forte... Esse é o *upgrade* do Pnuma. Isso é o mais avançado que existe e o resto nem se fala.

E o seguinte: Estados Unidos e China não estão interessados em absoluto em incrementar a governança global. Essa é a verdade do mundo, estão entendendo? Ninguém disse nas negociações isso. E muitos outros países não estão interessados também, seja porque têm culturas políticas autoritárias, seja porque são muito soberanistas, digamos. O Brasil é um limbo, digamos, nesse sentido, porque tem um discurso pós-soberanista, quando lhe interessa, em algumas coisas, e noutras é um discurso soberanista forte, digamos. É uma posição que sofremos nesse sentido. A posição do Brasil. Tenho falado e escrito isso muitas vezes. Ou seja, não tenho nenhuma dúvida sobre isso, pessoalmente.

Então, acho que isso é o que precisa ser analisado da Rio+20 e da governança, e por que ela não vai avançar, infelizmente; mas poderá avançar no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero agradecer ao Prof. Eduardo Viola.

Eu queria apenas fazer uma pergunta, antes que os nossos palestrantes passem às suas considerações finais. E fiquem à vontade os três para responder. Há uma temeridade de quem está construindo o processo de debate acerca da Rio+20 com a falta de definição clara, objetiva, do conceito da economia verde. Há interpretação para todos os gostos e tipos. Há quem diga que, como a Coreia e a Alemanha devastaram parte dos seus recursos naturais e como agora estão em um processo de recuperação intenso, querem impor um conceito para o conjunto do mundo; há aqueles que fazem a crítica, que é um conceito que dialoga com a economia de mercado. Portanto, têm esses elementos da economia globalizada. E há quem faça críticas da sua insuficiência em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Eu ouvi o Prof. Eliezer aqui colocando uma questão que achei muito significativa, e não sei se isso, Ministro, é o sentimento que está na discussão oficial, que é como o desenvolvimento sustentável, que é um conceito já assimilado pelo conjunto do mundo, pelas organizações, pelos países, mas como ele tem evidentemente uma ação mais forte no pilar econômico e ambiental, talvez o da economia verde fosse suprir esse vácuo e introduzir, com a mesma importância, o conceito, ou melhor dizendo, o pilar social.

É o que entendi do conceito que o senhor explicitou aqui da economia verde. Esse é o sentimento que está na discussão oficial da preparação da Rio+20? E se isso tem sustentação, professor. E eu queria também que o Prof. Eduardo Viola colocasse um pouco essa questão e falasse um pouco mais, aprofundasse um pouco mais esse processo de insucesso da Rio+20, que o senhor acha que vai ter.

A Rio 92 trouxe conquistas importantíssimas. Dali se nortearam as políticas que se tornaram políticas de Estado, em diversos países do mundo, como as de resíduos sólidos, de mudanças climáticas, enfim, uma série de políticas públicas que, a partir da Rio 92, se transformaram em políticas de Estado, inclusive no Brasil, que norteia a ação deste Congresso Nacional e dos governos brasileiros que se sucederam a partir da Rio 92.

Então, eu gostaria que o senhor se aprofundasse um pouco nisso.

Enfim, vamos começar com o Prof. Eliezer. Depois, o Prof. Eduardo Viola e, por último, o Ministro, invertendo a ordem da fala inicial.

O SR. ELIEZER MARTINS DINIZ – Bom, como coloquei na minha fala, para mim, o conceito de economia verde é um conceito um pouco redundante, porque o conceito de desenvolvimento sustentável já tratava de todas essas questões que são colocadas, exceto que, no conceito de economia verde, se dá um pouco mais de ênfase no aspecto social.

O que imagino, quer dizer, dentro das estratégias possíveis em desenvolvimento sustentável, em economia verde você pega algumas delas em que você ao mesmo tempo reduza a pobreza da população. Para mim, é isso que é feito. É uma trajetória. Você vê trajetórias possíveis de ação.

Com relação ao que o Deputado falou a respeito de predominar o mercado, com certeza, lendo os textos de economia verde, você não tem intervenção do Governo, exceto para eliminar falhas de mercado. Então, o Governo entra quando é estritamente necessário. E ele coloca explicitamente: se possível, você tem que pegar e tirar subsídios, tirar coisas que distorçam a capacidade de decidir das pessoas na economia. Ou seja, o Governo tem que agir o mínimo possível, o estritamente necessário nesse conceito de economia verde. Então, ele vai entrar só realmente onde há falhas de mercado, seja por motivo de informação, seja por problema ambiental, ele entra, mas no que é estritamente necessário.

O que eu acho, então, obviamente o Ministro deve ter uma posição diferente, imagino, porque ele está tratando diretamente desse assunto, mas eu, como acadêmico, acho que poderia ser feito todo esse tipo

de discussão com o conceito de desenvolvimento sustentável. Seria mais bem assimilado pelas pessoas que vão à conferência Rio+20 e talvez se conseguissem melhores resultados. É basicamente isso.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO

– Quero dizer que a ideia em si do tema economia verde não partiu do Brasil ou dos países, digamos, em desenvolvimento. É uma ideia que nasceu; o próprio documento que o professor menciona, *Rumo a uma Economia Verde*, do Pnuma, é resultado justamente do processo decisório de como funciona o Pnuma.

Quer dizer, ele foi produzido por consultores da área ambiental, acadêmicos, enfim, consultores, justamente de países desenvolvidos. A participação, por exemplo, dos representantes consultores alemães é muito forte. E eles têm um interesse claro. Eu vejo os dois aspectos da economia verde, seja para estimular, dar uma roupagem, um *marketing* novo ao que já está sendo feito, e estou plenamente de acordo com o senhor, quer dizer, desenvolvimento sustentável não é muito diferente de economia verde, e também é um estímulo, se é que posso dizer, estou entre acadêmicos aqui, mas se o senhor me permite, é um pouco uma indústria acadêmica de produção de *papers*, de documentos sobre economia verde, que é um tema novo, e faz parte da natureza do processo que isso ocorra.

Agora, do ponto de vista dos países em desenvolvimento, emergentes, que não têm a estrutura que os países da União Europeia em geral têm, apesar da crise que alguns países do grupo vive hoje, ou Estados Unidos, ou Canadá, ou Japão, ou outros, a noção em si estrita de economia verde não nos interessa. Por isso que no final das negociações, que são sempre complicadas, difíceis, o consenso é necessário sempre para se atingir um acordo, se estendeu a expressão para economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. O que não deixa de ser uma expressão meio capenga, meio esquisita, mas ela reflete um pouco as necessidades de países como o Brasil, que não querem ver a economia verde como uma mera “diversão” dos países desenvolvidos, uma adaptação das economias de mercado dos países ricos que encontraram novos nichos para se desenvolverem, o que é natural, também faz parte do jogo.

É um pouco esse o contraponto que eu gostaria de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Eu queria passar a palavra ao Prof. Eduardo Viola.

Antes, porém, pedir que, nas considerações finais do Ministro, ele pudesse falar um pouco dos objetivos do desenvolvimento sustentável – porque as informações estão sendo construídas –, quais são

eles e quais organismos vão ser responsáveis pela sua implementação, pela gestão, pela governança e pelo monitoramento.

Prof. Eduardo Viola, por gentileza.

O SR. EDUARDO VIOLA – Há uma diferença gigantesca entre o momento da Rio 92 e o momento da Rio+20. Isso é fundamental entender. Não necessariamente era assim quando foi convocada, em 2009, porque havia uma janela muito importante de oportunidades no mundo para avançar por causa da eleição de Obama. Mas não foi um puro delírio fazer achar que a Rio 92 ia ser um grande avanço quando foi convocada.

Mas hoje, desde o fim de 2010, há uma realidade de que eu falei antes. Em 1992, o que nós tínhamos era o fim da guerra fria, que chama estado de graça do pós-guerra fria, e tínhamos a construção de uma vasta coalizão contra a invasão do Kuwait por Saddam Hussein, a derrota de Saddam Hussein; havia um contexto de onde emergiam os problemas ambientais, que pela primeira vez entrava no centro do sistema político internacional. Então, teve um impacto extraordinário a Rio 92, mesmo que as convenções, por sua natureza, sejam difusas. E só avançaram depois, na medida em que avançaram para protocolos, com limite muito grande.

Mas o que acontece? A Rio 92 foi decisiva e para o Brasil foi muito mais, esse é um ponto que temos que entender. No Brasil, criou-se uma situação em que a consciência ambiental se difundiu muito. E, por isso, o Brasil hoje tem uma consciência ambiental muito superior a sua renda *per capita*, ou seja, o que seria esperável. Comparemos Argentina e Brasil, por exemplo, mais ou menos a mesma renda *per capita*. Argentina é um atraso total em termos de consciência ambiental, praticamente não existe. Aqui você tem muita coisa que está à altura, digamos, de países europeus. Então, o que foi isso? O legado da Rio 92 foi decisivo para a história do Brasil. Eu diria, muito diferente do resto do mundo.

Novamente, a Rio+20. Eu diria três grandes coisas para caracterizar. A conferência intergovernamental tende a ser um fracasso, mesmo que seja colocada com roupagem de sucesso, porque a Presidente não vai querer dizer que foi um fracasso, como acontece hoje com toda essa cúpula do G-20. Todo dia é assim, isso é parte da política midiática do mundo contemporâneo. O segundo é o evento, toda a mobilização paralela da sociedade civil internacional. E eu destacaria aqui o setor empresarial, o setor acadêmico e uma parte das ONGs, onde haverá muita vibração, apresentação, inovação. Isso é algo que, em termos de rede global, deixa um legado. Ou seja, você não tem avanço na conferência intergovernamental, mas

você tem maior densidade de redes de força reformista e “sustentabilistas” em escala planetária. Esse pode ser um legado da Rio+20 agora. O terceiro é o legado sobre o Brasil. Também novamente a importância que tem hoje a Rio+20 no Brasil é muito diferente no resto do mundo. Em muitos países do mundo a Rio+20 não está nem remotamente no radar. Aqui está totalmente, porque somos os anfitriões e há todo um investimento do Governo para que seja importante. Então, no Brasil, vai aumentar extraordinariamente a permanência da informação ambiental e global e vai favorecer forças reformistas e “sustentabilistas” no Brasil. Então, terá um legado também muito positivo no Brasil.

É assim como vejo os três processos, dividindo nessas três dinâmicas.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Ministro, o senhor responde e faz as suas considerações finais; e vou passar para os demais palestrantes, se eles quiserem fazer cada um as suas considerações finais.

O SR. PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO – Obrigado, Sr. Deputado.

Sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Eles têm que ser entendidos e vistos como complementares; eles não vão substituir os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que foram acordados também pelas Nações Unidas e cujo prazo de cumprimento é 2015.

Como todas as decisões que não são no formato de tratados internacionais, de instrumentos internacionais de caráter obrigatório, esses documentos – e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são um exemplo típico – têm um caráter declaratório, não têm um caráter... Enfim, se um país deixar de cumprir um desses objetivos, não será punido formalmente. Não há como... Enfim, aí passamos para a história da governança global, que é outro aspecto que o Prof. Viola mencionou, dando um pouco a visão dele sobre o assunto.

O que nós queremos... E os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável deverão, sim, ser adotados. Não há muita discussão mais em torno disso, mas, como tudo que acontece no âmbito das Nações Unidas, tudo é feito de maneira muito vagarosa, é um processo de construção de consensos – que é uma crítica que o Prof. Viola faz, quando sugere uma linha de ação, em nome de um grupo de cientistas; é justamente que esses Objetivos do Desenvolvimento Sustentável serão... Primeiro, se quer esses objetivos; segundo, esses objetivos serão para países desenvolvidos e em desenvolvimento, para todo mundo, para todos os países, ao contrário dos Objetivos do Milênio, que eram

basicamente voltados para a erradicação da pobreza, para os países em desenvolvimento.

Agora, o que não se vai conseguir, e não há como iludir e achar que chegaremos a esse resultado: esses Objetivos do Desenvolvimento não serão fechados, definidos na Rio+20. O que será acordado, o que se vai decidir, muito possivelmente, é que se inicie um processo de negociação para esses Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que deveriam ser alcançados até 2030. E eles terão de ser, digamos, compatibilizados com outras negociações paralelas que ocorrem, como: a Convenção sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção de Combate à Desertificação e outras convenções da chamada área ambiental *lato sensu*.

Então, esses seriam os comentários, especificamente, sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Eu queria também fazer um comentário, a título pessoal e não em nome do Governo brasileiro, não como servidor público e funcionário do Ministério das Relações Exteriores, sobre essas ideias mencionadas, essa moldura, digamos, da governança que o Prof. Viola menciona. Elas têm um caráter claramente globalista, no sentido de que a sociedade civil, as empresas são muito mais avançadas do que os próprios governos. Isso, em parte, é verdade. Agora, a minha dúvida – e, repito, é uma dúvida de caráter pessoal, e não uma dúvida que o Governo tenha lançado, até porque não caberia – é saber o quanto legítima seria essa moldura, o quanto democrática ela seria. No limite, ela exigiria, para que fosse cumprida à risca, a extinção dos Estados nacionais. É um pouco... Enfim, posso estar sendo exagerado e hiperbólico, mas acho que, no limite, ela exigiria isso.

Agora, resta saber se esse, digamos – embora a expressão não seja boa –, “politburo” da governança ambiental teria a mesma legitimidade que os governos nacionais. É um pouco essa a minha dúvida. Mas isso é mais uma polêmica que eu lanço.

Agradeço muito seus comentários, professor, e também agradeço o convite, mais uma vez, Presidente, para participar deste evento.

Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Muito obrigado, Ministro Paulino.

Eu queria passar a palavra, para as suas considerações finais, ao Prof. Eliezer, agradecendo a sua presença.

O SR. ELIEZER MARTINS DINIZ – Agradeço o convite que tive para estar aqui com os Parlamentares, com todos os presentes, e repartir um pouco daquilo

que já está sendo muito importante na mídia e continuará sendo pelo menos nos próximos meses.

O quero dizer a vocês é o seguinte: nós estamos com esse conceito novo de economia verde. Eu pude colocar algumas inquietações minhas, e a principal delas, que pude sustentar aqui, seria que, se você tem um tripé, que é o tripé econômico, social e ambiental, você tem, necessariamente, de tomar medidas nos três frontes. A grande preocupação minha é que você tome somente medidas no lado social e diga: olha, estou sendo ambiental. E não é por aí. Na verdade, se você quer incluir o lado social, você tem, necessariamente, de continuar tomando medidas que tenham significado ambiental e significado econômico. Então, essa é a grande preocupação minha.

Acho que o Brasil tem que assumir uma postura clara no exterior para que as pessoas no exterior e as pessoas de fora do Governo não venham a pensar que o Brasil será um bom moço; vai dizer que fará uma série de coisas, mas, depois, vai agir só do lado social. Nós temos que agir... Eu, como cidadão brasileiro, quero que o Brasil aja, que o Brasil cumpra suas metas, e acredito que deve ser por aí. Embora o Brasil não tenha metas obrigatórias, o Brasil tem que dar a sua parte, já que ele, hoje, é um dos principais emissores de gases de efeito estufa e tem contribuído, de alguma forma, para toda essa questão.

É basicamente isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Agradeço ao professor da USP, Eliezer Martins Diniz, pela sua participação, e passo a palavra, para suas considerações finais, ao Prof. Eduardo Viola, da UnB.

O SR. EDUARDO VIOLA – Eu não tive tempo de expressar minha opinião sobre o conceito de economia verde, como me foi pedido (*fora do microfone; parcialmente inaudível*), mas, na minha visão, o conceito mais avançado que se criou até agora é o de economia de baixo carbono, porque é preciso. O conceito é simplificado, porque só pega uma métrica, só uma dimensão do limite planetário, que é o carbono, que é mais fácil de medir e é fundamental; não pega biodiversidade, não pega água. Entendo, um conceito de economia verde deveria ter algo mais complexo que a economia de baixo carbono, mas ela foi um avanço extraordinário e está incorporada no Quarto Relatório do IPCC .

Nesse sentido, o modo com que se colocou a discussão na Rio+20, não retomando a questão da economia de baixo carbono, e enriquecendo-a, isso foi um problema, digamos. Ao mesmo tempo, o conceito de desenvolvimento sustentável é totalmente difuso. Ele teve uma função na década de 80, mas foi apropriado dos modos mais genéricos imagináveis; ele sig-

nifica tudo e nada. Nós precisamos de algo que tenha precisão de significado. Esse é um ponto importante.

Acho o seguinte: não entendo por que o Governo brasileiro teme, vamos dizer, um conceito vindo da Alemanha... A Alemanha é um país importante na formulação do conceito de economia verde, mas por que temer, se o Brasil tem um sistema de ciência e tecnologia de densidade? É um país continental, com recursos ambientais, com recursos naturais gigantescos e, basicamente, de baixo carbono. O Brasil não tem carvão, que é o grande problema da humanidade. Então, por que, se o Brasil já tem uma estrutura complexa, primária, secundária, terciária, quaternária, e tem toda uma possibilidade de avançar, no sentido de uma tecnologia de inovação, por que o Brasil tem que ficar na defensiva? É toda uma coisa, digamos, temendo aquilo lá, que vem dos desenvolvidos. Não! Por que o Brasil não faz como a Coreia do Sul? Por que não aprendemos com a Coreia do Sul, que tinha uma renda *per capita* mais baixa que o Brasil, em 1960, e está aí, hoje, um país muito mais dinâmico do que o Japão?

Quer dizer, é lógico, temos um sistema educacional desastroso, nosso nível educacional é baixo, mas nós temos um bom sistema de ciência e tecnologia, que poderíamos agregar muito mais. Porque hoje está muito pulverizado, digamos; está um excesso de "democratismo" de balcão, digamos. Mas acho que o Brasil tem, o Brasil pode ter toda uma economia, digamos, primária, secundária, terciária, com um forte componente de inovação verde. Não é a Alemanha – não estou falando isso –, mas tem, por outro lado... Não tem a densidade de ciência, de tecnologia e de educação da Alemanha, mas tem uma densidade de recursos naturais, de recursos patrimoniais de baixo carbono gigantesco que a Alemanha não tem. Então, por que essa posição defensiva frente ao conceito? Por que essa paranóia com a economia verde nova brasileira? Não entendo.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço aos nossos palestrantes. Esse é um tema instigante, polêmico, que nós abriríamos ao debate se fosse a tarde inteira. Mas agradeço imensamente ao Prof. Eliezer Martins, da USP; ao Prof. Eduardo Viola, da UnB; ao Ministro Paulino de Carvalho.

Agradeço aos Deputados e Senadores que por aqui passaram na tarde de hoje: Rebecca Garcia, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Mendes Thame e Senador Wellington Dias.

Amanhã, nós teremos uma audiência extraordinária, juntamente com as Comissões de Meio Ambiente e de Finanças e Tributação, da Câmara, sobre economia verde e tributação, que será realizada às 10 horas, no Plenário 8, da Câmara dos Deputados.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores aqui presentes.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2012, ÀS 15 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e trinta e três minutos do dia cinco de junho do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Sérgio Souza e Wellington Dias, e do Deputado André Zacharow, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública** para tratar dos seguintes temas: "Segurança Alimentar e Nutricional no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima; e Desertificação e Mudança do Clima: ações de prevenção e adaptação no semiárido nordestino", em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão deste ano, com a presença dos seguintes convidados: Francisco Campello, Diretor da Coordenação de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente; e Edélcio Vigna, Conselheiro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Sérgio Souza e o Presidente Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Márcio Macêdo, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Boa tarde a todas as Senhoras e Senhores aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A pauta desta reunião destina-se a audiência pública para tratar dos temas: Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Mudança do Clima; e a Desertificação e Mudança do Clima: Ações de Prevenção e Adaptação no Semiárido Nordestino. Em conformidade com a aprovação do plano de trabalho da Comissão, em 10 de abril passado.

Convidado para tomarem assento à Mesa o Dr. Edélcio Vigna, Conselheiro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República; e o Dr. Francisco Campello, Diretor da Coordenação de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente.

Eu queria, antes de iniciar a nossa audiência de hoje, cumprimentar todas as Srªs e Srs. Assessores que aqui estão; membros da Imprensa; e todos que nos ouvem e nos veem pela TV Senado e pela TV Câmara.

Eu queria dizer que hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente; assim, uma reflexão deve ser feita sobre a necessidade de se construir um modelo de sociedade sustentável e dizer que é um ano muito importante para o Brasil, que vai sediar a Conferência Rio+20. Depois de 20 anos da primeira conferência aqui no Brasil, a Rio-92, tem-se um legado institucional e de conscientização no conjunto da sociedade, que é representativo e torna o Brasil um dos países com capacidade de liderar o mundo na tentativa de construir um modelo de desenvolvimento sustentável.

Eu queria dizer que hoje, pela manhã, participei de uma solenidade no Palácio do Planalto, em que a Ministra Izabella anunciou que os índices de desmatamento são os menores na Amazônia, são os menores da história. Um terço dos índices de 1988, quando se iniciou a medição. É a metade do índice de desmatamento de 1992, quando estava ocorrendo a Rio-92. Isso demonstra um avanço significativo de conscientização da sociedade brasileira e um índice de ação dos órgãos de controle de Estado no combate ao desmatamento. Foi anunciado também que 81% da floresta da Ama-

zônia estão de pé. Isso é um dado que fortalece a luta e a necessidade de continuar preservando os recursos naturais brasileiros.

Então, dito isso, eu queria passar a palavra ao Dr. Edélcio Vigna, para as suas considerações.

O SR. EDÉLCIO VIGNA – Eu quero, em nome do Conseia – Conselho Nacional de Segurança Alimentar, cumprimentar o Deputado Márcio Macedo, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas; eu queria cumprimentar o Francisco, do MDS, está nesta Mesa; cumprimentar a todos os que estão me ouvindo e todos os que estão aqui presentes; senhoras e senhores, colocando que este debate que estamos fazendo aqui é importante e muito oportuno.

Temos aí ao lado a instalação da Comissão Mista que vai avaliar, que vai estudar os vetos realizados pela Presidente Dilma no Código Florestal. Então, acho que estamos na Ordem do Dia e no ponto exato da agenda.

O Conseia foi instalado em 2003. Na verdade o Conselho de Segurança Alimentar foi criado pelo então Presidente Itamar. Na época do Fernando Henrique o Conseia foi extinto, foi criada a Comunidade Solidária; e em 2003 foi refundado pelo Presidente Lula e se mantém até agora.

O Conseia é um órgão misto de governo e sociedade civil; tem 57 membros ou 57 conselheiros, sendo 38 da sociedade civil e 19 do governo; temos também 28 observadores nacionais e internacionais que são convidados para participar das nossas plenárias.

Eu estou aqui na condição de representante da Presidenta do Conseia, que é a Maria Emilia, que não pode vir, está no Rio de Janeiro em outros compromissos e me delegou e eu assumi esse compromisso.

Nós fizemos vários debates. Então, o que eu vou expor aqui é o que o Conseia tem debatido e levantado sobre a questão de mudanças climáticas e os seus impactos sobre os direitos humanos, alimentação adequada, sobre a soberania e segurança alimentar e nutricional do Brasil.

Bem, nós acreditamos que estamos tratando aqui de um tema – Mudança Global – que é um dos mais significativos desafios da atualidade que a humanidade está enfrentando. Portanto, esse desafio ele parte da violação do direito humano à alimentação adequada. Ele tende a aumentar a segurança alimentar, principalmente das populações em situação de pobreza.

O painel intergovernamental sobre mudança climática, o IPCC, da FAO, da ONU, indica que as regiões mais pobres, mais vulnerabilizadas, como a África, como a América Latina e a Ásia, são as que têm as menores condições para enfrentar essa crise climática; são as mais vulneráveis, e são as mais vulneráveis em termos de sofrer os eventos mais extremos, que são as

enchentes, estiagens, furacões; e que também o que resulta num deslocamento de população, resulta numa diminuição da produção de alimentos, principalmente da agricultura familiar, produtos da biodiversidade. Isso compromete a saúde humana, agravamento de doenças oriundas da poluição do ar, variações excessivas da temperatura, as inundações.

Portanto, o foco principal do impacto das mudanças climáticas, em termos populacionais, serão as grandes cidades. E o Brasil concentra 80% da sua população nas grandes cidades. Portanto, são essas populações que vão sentir muito mais do que as populações do campo. O campo vai sofrer uma diminuição de produtividade, os seus rios podem se tornar... E à medida que vai se diminuindo a produtividade, vai-se usar mais agrotóxicos, mais componentes químicos, adubo, etc. Então, nós teremos uma probabilidade de poluição hídrica muito maior no campo, mas as populações das cidades é que sofrerão mais. Portanto, será alvo de inundações, deslizamento de encostas, soterramento de pessoas, descontinuidade nos serviços públicos, ineficiência das políticas urbanas. Tudo isso vai comprometer o que nós chamamos e temos como direito: o direito à cidade, o direito de morar na cidade, de ter acesso aos bens públicos existentes na cidade, ou seja, uma moradia digna, saneamento básico, água potável, luz elétrica; tudo isso aí está comprometido.

Nós já tivemos e somos testemunhas, senão oculares, pelo menos televisivas do que aconteceu, por exemplo, no Rio de Janeiro e que até hoje não se resolveu a situação; os direitos daquela população ainda não foram resgatados pelas autoridades locais, regionais, estaduais e municipais.

Portanto, são essas populações vulneráveis, ou vulnerabilizadas, que importam ao Consea.

O País, hoje, não dispõe de um mapeamento das áreas e das populações em situação de risco. Nós não temos medidas socioambientais de prevenção de riscos climáticos no País. Dá-nos a impressão de que o Brasil está um pouco alheio dos impactos, ou as autoridades estão alheias dos impactos que essas populações sofrem. Elas prometem programas, ações, atividades, recursos, mas estão um pouco longe da dor dessas populações, dessas famílias atingidas. Portanto, nós não temos esse mapeamento e nem temos essas medidas de prevenção de risco.

E Embrapa e a Unicamp fizeram um trabalho, um estudo muito significativo sobre o aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola. Com isso, o Unicamp e a Embrapa chegaram à conclusão de que o impacto das mudanças climáticas vai ser de tal forma que poderá mudar o sistema nacional de produção, de armazenamento, formação de reserva, abastecimento

de alimentos, porque ou nós descentralizamos os estoques estratégicos, ou vamos ter uma falta sucessiva de desalimentação dessas regiões, porque vai haver uma alteração no mapa agroalimentar do Brasil. Essa é a conclusão dessa pesquisa da Unicamp e da Embrapa.

O Consea ratifica que a crise climática não é resultado de um acaso. Ela faz parte de uma crise sistêmica. Nós somamos a crise econômica, a crise energética e a crise alimentar e, portanto, temos tantas crises que podemos afirmar e ratificar que há uma falência do modelo de produção e de consumo, o modelo de apropriação e uso dos bens da natureza e, também, um desrespeito constante dos princípios da justiça social, da justiça climática, que devem orientar as políticas públicas brasileiras. A mudança climática, portanto, deve ser vista na dimensão ética e social, porque ela atinge o campo dos direitos humanos.

O peso dos ajustes à crise climática vai ser suportado pelas populações que não foram responsáveis pela sua origem e por aqueles que estão se apropriando, estão se utilizando da crise para se apropriar mais das riquezas dessas populações.

Com referência ao conceito de justiça climática, a adaptação às mudanças deve levar em conta os fatores, primeiro, que tornam as populações pobres as principais vítimas desse fenômeno. A adaptação é uma forma de ajustar sistemas sociais aos atuais efeitos do aquecimento global, de prevenir seus impactos, diminuir a vulnerabilidade e, principalmente, avançar na questão da prevenção da mitigação e da resiliência. Esses – a prevenção, a mitigação e adaptação – são conceitos ligados à adaptação. Portanto, a adaptação não deve ser entendida somente como consequência de adaptar-se a uma consequência; mas também ela deve ser entendida como causa de problema. Nós estamos adaptando, mas nós não resolvemos o problema em si; adaptar não significa resolver o problema em si.

O Consea tem uma expectativa quanto ao papel que pode ser desenvolvido pelo Brasil internacionalmente, à medida que ele tem uma inserção diferenciada e proativa, que coloca ênfase na erradicação da fome, na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, no direito humano à alimentação adequada e saudável.

No plano nacional, o Consea fez um estudo sobre o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que foi lançado em 2008, na COP 14, na Polônia. Chegamos à seguinte conclusão: quando o plano nacional estuda a matriz energética, ela avança ao propor uma política nacional mais eficiente, que vai representar uma redução de consumo de energia elétrica da ordem de 10%, até 2030. Ela propõe também a substituição de parte dos combustíveis fósseis por outras fontes não

emissoras, especialmente a hidroeletricidade e a biomassa. O plano, porém, não incorpora adequadamente a diversificação, uma estratégia diversificada, uma descentralização da produção de energia oriunda de outras fontes também limpas – solar, eólica, biogás.

O Consea alerta também que a hidroeletricidade e a produção de agrocombustíveis estão envoltos em uma série de controvérsias. Os reais impactos sociais e ambientais dessas formas de energia significam de fato uma economia na emissão de gases, mas, quando olhadas na sua cadeia produtiva, essas energias não nos parecem tão limpas quanto se faz traduzir a linguagem oficial.

Os agrocombustíveis, por exemplo, em 2009: havia cerca de 9,5 milhões de hectares plantados com cana-de-açúcar; pouco mais da metade vai para etanol. Agora, para 2017, daqui a cinco anos, estão previstos 14 milhões de hectares. Nós temos um salto estimado de quase 60% de hectares plantados de cana-de-açúcar, monocultura de cana-de-açúcar. Isso pode comprometer áreas que podiam ser destinadas à alimentação.

Nós entendemos também que é importante o que o Governo lançou: o compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar e do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. O Consea tem algumas recomendações que expôs ao Governo brasileiro.

Primeiro: que o Governo revise imediatamente o plano nacional sobre mudança de clima, incorporando a dimensão de direitos humanos.

Segundo: que ele implemente medidas mensuráveis, reportáveis e verificáveis em redução da emissão de carbono.

Terceiro: que ele reforce o caráter interdisciplinar das mudanças climáticas; que ele destine recursos para o acesso a terra, reforma agrária e outras políticas voltadas para a terra. Que ele implemente um efetivo marco regulatório de política de afirmação dos direitos dos agricultores; que ele restabeleça a regulação sobre a expansão da monocultura; que crie critérios socioambientais transparentes e mensuráveis; que incorpore e amplie a convivência com o semiárido, que considere os impactos no direito humano à alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar; que implemente medida específica aos povos indígenas e comunidades tradicionais; que promova a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 53, que inclui os biomas do cerrado, da caatinga, dos pampas na lista dos biomas como patrimônio nacional; considere a exploração do pré-sal, os impactos negativos que o óleo poderá causar, e os mecanismos para a redução dessa emissões. E, finalmente, que elabore um mapa

brasileiro das vulnerabilidades sociais às mudanças climáticas.

Era isso o que o Consea tinha a trazer e podemos adiantar e aprofundar mais na discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) –

Quero agradecer a Edélcio Vigna. Eu quero registrar a presença do Deputado André Zácarov e cumprimentar o Relator desta Comissão, o Senador Sérgio Souza, e passar a palavra para o palestrante Dr. Francisco Campello, que, quando eu era Secretário de Estado em Sergipe, nos ajudou a criar uma unidade de conservação, o monumento natural da Grotta de Angicos, numa região de caatinga, nos ajudou a fazer o diagnóstico florestal do Estado de Sergipe, e nos ajudou a fazer o diagnóstico e o levantamento dos manguezais do nosso Estado.

Portanto, é um grande profissional, que conheço de longa data e agradeço a você por ter aceitado o nosso convite.

Com a palavra o Dr. Francisco Campello.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO – Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, eu gostaria de saudar o Senador Sérgio Souza, o meu colega Márcio Macêdo, que também foi meu chefe como Superintendente do Ibama. Eu sou Analista Ambiental de carreira e colega do Consea, do Edélcio.

Eu queria pedir licença à Mesa para me levantar para fazer uma rápida apresentação. Vou tentar cumprir o tempo. Então, serei breve.

Como o tema da Comissão ele é extremamente atuante e palco de muitos debates, vou fazer um recorte específico para a questão do semiárido; tentar ver como essa questão da mudança climática – e aí o colega do Consea fez uma provocação muito interessante. A gente, quando fala de seca e desertificação, às vezes, tem um sentimento de combate. Mas o homem é muito pequeno para combater as forças da natureza. Então, o nosso maior esforço, de fato, tem que ser com a convivência, com a adaptação. E a gente vem insistindo nesse assunto porque, às vezes, de forma equivocada, a gente tenta resolver o problema combatendo, quando, talvez, a estratégia seria de compreendê-lo e se aliar a ele.

A seca não é um problema para o semiárido, a seca é uma realidade do semiárido. Não teria semiárido se não houvesse seca. O grande problema é a gente querer combater a seca. A gente nunca vai poder combater a seca, a gente vai ter que aprender a conviver com ela ou não aceitar essa situação do semiárido, sair dele e ir para uma região trópico-úmida ou qualquer coisa dessa natureza.

Então, eu vou mostrar algumas experiências de convivência, os desafios que nós temos nessa questão do quadro de mudanças climáticas, em que as regiões semiáridas, ocorrendo uma situação de mudança climática, pela condição de semiárida, elas são áreas mais vulneráveis, são áreas mais necessitadas de pensamentos estratégicos de longo prazo.

De certa forma, a gente já convive há 500 anos, no Brasil, com essa situação e a gente ainda insiste, depois de 500 anos, em combater um fenômeno que ocorre todos os anos e que é natural; a gente já deveria estar insistindo em aprender a conviver com ele.

Primeiro, acho que é importante a gente entender, inclusive no contexto do que o colega acabou de apresentar, a importância socioeconômica dos recursos naturais das zonas semiáridas.

Os recursos naturais são importantes, as boas práticas, o solo, a cobertura florestal, a interação entre esses recursos, eles são importantes para nos dar a segurança hídrica; não existe segurança hídrica se não houver conservação do solo; não existe uma segurança energética, que hoje é o grande palco de discussões das mudanças climáticas. No semiárido, a questão da matriz energética tem uma dependência forte com os recursos naturais, seja para a produção, seja para as famílias, e, principalmente, a segurança alimentar – e faço um recorte mais específico sobre o recurso natural, ou seja, o recurso florestal. Às vezes, a gente acha que a segurança alimentar só está ligada à questão da agropecuária. E, no caso específico do semiárido, nós temos uma relação muito forte da segurança alimentar com os recursos naturais, seja para a produção de alimentos – e tanto a caatinga quanto o cerrado tem formação florestal que oferta muita produção de alimentos, e mais à frente a gente poderá ver –, seja para assegurar a alimentação do rebanho.

Hoje a gente vive uma situação extremamente preocupante. Temos um quadro de seca agravado na situação e uma perda do rebanho. Essa perda se dá por duas situações: uma, é a gente perder o rebanho em si, o que com medidas econômicas você recupera. Hoje, uma vaca está sendo vendida a R\$200,00 na feira, para não se perder, mais na frente, provavelmente, por uma medida econômica a gente consegue trazer uma vaca de volta por R\$1.500,00. Então, em termos numéricos, a substituição pode ser penosa, mas é viável.

Agora, o mais preocupante é a gente perder o material genético que está adaptado para uma convivência no semiárido simplesmente porque a gente não está trabalhando com estratégia de sustentabilidade. Uma estratégia de sustentabilidade nos obriga a trabalhar em cima dos momentos de conflito. O momento de conflito da produção no semiárido é na seca. Então, o

rebanho está sendo vendido porque hoje a capacidade de suporte que nós temos é insustentável. A gente quer ter uma pecuária extensiva e não tem uma capacidade de suporte trabalhada para isso. A gente não trabalha estratégias de produção de alimentos extra e quer ter uma pecuária extensiva. Isso é que faz com que a gente veja uma perda grande do nosso rebanho.

Outra situação é a questão da produção de alimentos. O sistema de pousio que é praticado no semiárido é quem traz a segurança de terra fértil que consegue ofertar alimentos para essas comunidades, para essas populações que estão aí, principalmente da agricultura familiar.

Qual é o grande problema da segurança aí? Mais uma vez, é não ter a sensibilidade e querer que uma agricultura familiar tenha uma produção, numa região semiárida, comparada com outra condição e aí tem – para uma realidade do semiárido – uma produção sustentável de 300 ou 400 kg de feijão. Como é que um agricultor familiar mantém a sua família com essa produção, comparando-se com outros padrões de produção do País. Na Região Sudeste um hectare produz mais ou menos duas toneladas de milho ou feijão. No Nordeste são 300 kg. Então, tem que haver uma estratégia de sustentabilidade, porque senão, o agricultor, para poder sobreviver, vai querer que aquele solo produza mais. Para produzir mais eu quebro a sustentabilidade. A mesma coisa é a produção.

Então, o recurso natural específico ele é extremamente estratégico para essas três situações.

O colega Márcio falou da situação da Amazônia. Nós temos também no semiárido uma cobertura florestal extremamente significativa; ainda temos 53% de cobertura florestal, embora seja o semiárido mais populoso do mundo, onde a matriz energética da região tem 30% dela sendo atingida por biomassa, sem nenhum planejamento ambiental. Então, esse recurso ainda está presente na região e com grandes potencialidades.

Por outro lado, o recurso florestal do semiárido tem dois comportamentos muito interessantes: ele tem uma alta capacidade de resiliência, o que simplifica o seu manejo, e essa resiliência é estratégica para a produção e para a conservação da biodiversidade.

Quais são as nossas três principais ameaças dessa sustentabilidade, o que acelera o processo de desertificação? São justamente as práticas insustentáveis de manejo, seja para a agricultura, seja para a pecuária, nas indústrias, essa matriz energética que usa a biomassa de forma incisiva, sistemática e contínua, sem nenhuma modernização; e uma baixa eficiência de áreas protegidas; é o bioma com menos áreas protegidas no Brasil.

Pode passar.

E aí a gente tem os principais vetores do processo de desertificação, o que quebra a sustentabilidade da produção na região: é um desmatamento para atender a matriz energética ou para uma produção agrícola que foi feita sem critério de sustentabilidade – e aí, eu sempre preciso de novos solos para produção –, uma sobrecarga animal que causa esse superpastejo e uma produção agrícola sem nenhum tipo de técnica de conservação, além de problemas pontuais como a mineração e a irrigação.

Então, a gente precisa de uma política de uso sustentável para reverter o processo. O que é desertificação? Desertificação nada mais é do que a degradação nas regiões semiáridas. Eu só reverto o processo de degradação se eu tiver uma boa gestão. Então, combater a desertificação e não a seca é a gente trabalhar com boas práticas de conservação e uso sustentável que me assegurem a manutenção da biodiversidade e uma oferta de alimentos, assegurem-me a oferta de água e a oferta energética. Então, eu posso ter segurança energética, alimentar e hídrica se eu trabalhar com boas práticas. Infelizmente, o que a gente tem hoje é o inverso. As boas práticas são hoje marginalizadas. Existe ainda uma resistência muito grande pelo uso. O uso sustentável é uma palavra extremamente emblemática, presente nas três principais convenções de mudanças climáticas, de conservação da biodiversidade e de combate à desertificação. Na prática, é um grande desafio para a gestão pública e um grande desafio para o produtor que quer trabalhar usando o recurso natural, usando a biodiversidade.

Eu dou um exemplo bem simples que está acontecendo agora. Os produtores que estão entrando na caatinga para buscar o mandacaru para alimentar os seus rebanhos estão com medo dos órgãos de controle, porque estão sendo tachados de que estão desmatando a caatinga, exatamente os produtores que têm na biodiversidade uma estratégia de segurança alimentar para os rebanhos, que herdaram isso dos seus antepassados e que asseguram que essa biodiversidade vai estar presente. Na prática, nenhum produtor arranca um pé de mandacaru, nenhum produtor arranca um pé de juazeiro, ele utiliza, ele poda, mas no dia a dia a insensibilidade pelo uso é tão grande que ele passa a ser um marginal. E o que o faz ser produtor é ele tirar essa biodiversidade e entrar com a pastagem artificial financiada, que não vai ter nenhuma segurança no momento de déficit hídrico ou da nossa seca.

Então, o uso é o grande desafio da gestão ambiental e a grande alternativa, o bom uso, para o combate à desertificação. A seca a gente nunca vai poder combater, a seca a gente vai aprender a conviver com

ela, aprender a ter essas estratégias de segurança hídrica. A gente tem mil exemplos, existem tecnologias sociais hoje extremamente viáveis. A cisterna é a mais emblemática de todas. Com todas as críticas que se fazem à cisterna, minimamente se tem um ambiente para onde uma família pode receber água e ficar guardada pelo menos por um mês, até que venha um novo abastecimento numa situação de crise. Fora essa, temos outras técnicas extremamente interessantes para assegurar a produção, para manter a conservação hídrica.

Acho que esses dados ficam aqui para quem quiser. Só para mostrar o tamanho do desafio, o que é trabalhar nessas áreas suscetíveis à desertificação.

Pode passar, por favor.

Esse outro quadro mostra que não existe conflito entre usar e conservar. A gente, às vezes, de forma empírica, acha que existe uma ameaça sobre o uso e, na prática, se a gente fizer um planejamento ambiental a gente vê que existem mais áreas disponíveis para o uso, sem nenhum conflito com a questão da conservação, do que se precisa.

Pode passar.

Bom, aqui eu elenco algumas experiências de uso sustentável da caatinga, que são experiências que são vivenciadas por comunidades, mostrando que o recurso florestal da caatinga, que às vezes a gente não valoriza, acha que não tem nenhum topo de riqueza, ou utilidade econômica, só energética... Então, a gente tem aqui um conjunto de experiências que eu vou, por conta do tempo, tentar visualizar de forma rápida para a gente ver que, sabendo usar, a gente está conservando a biodiversidade, tendo ações de inclusão social, gerando renda para essas famílias e combatendo a desertificação, fazendo literalmente uma ação de convivência com o semiárido, para que o homem não precisa sair da sua região na época mais preocupante, que é a seca.

Então, pode passar.

Bom, vou passar rapidamente, por conta do tempo.

São várias experiências que ficam aqui para vocês. Essa é uma experiência de comunidades que vivem da produção da biodiversidade.

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Chico, você pode ficar à vontade para concluir o trabalho.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO – Ah é? Então, vou pedir desculpas por conta do tempo para não perder a riqueza do trabalho dessas comunidades.

Essa Bodega da Caatinga tem uma situação emblemática. Primeiro, ela é formada principalmente por mulheres. Depois, todos os produtos que participam

dessa rede vêm com critérios explícitos de sustentabilidade. Então, em cada produto que vocês vão visualizar a comunidade tem uma carta de referência dela mostrando por que é que aquele produto é sustentável. Então, eles estão viabilizando recursos para suas famílias através do uso sustentável, desde a perninha de um passarinho, até a produção de frutos.

Pode passar.

Além de ser uma oportunidade, de abrir espaços de novos mercados para essas comunidades que às vezes estão extremamente isoladas e esquecidas.

Pode passar.

São exemplos dos trabalhos dessas comunidades. Todos estão com produtos da caatinga.

Pode passar.

Aí é uma experiência no Araripe.

Pode passar.

O umbu, que a gente às vezes só imagina aquele pé de umbu... Isso é fruto da experiência de uma comunidade na Bahia que já exporta para quase sete países, além de participar de programas do mercado institucional na alimentação escolar.

Essa é uma experiência. O que às vezes tem o leite a ver com a caatinga? São produtos hoje, inclusive a carne de caprinos, criados de forma extensiva com critérios de sustentabilidade, ou seja, são comunidades que realmente estabeleceram critérios de convivência do criatório com o meio ambiente.

Pode passar.

Aí, são exemplos de como essas comunidades estão em suas feiras, nas feiras principalmente da agricultura familiar. Hoje, essa experiência já está inserida num programa chamado Nutre Nordeste, que é a inclusão de produtos da sócio-biodiversidade na alimentação escolar, onde existe uma compra direta das escolas com as comunidades.

Pode passar.

Bom, agora entrando na questão energética, 30% da matriz energética do Nordeste dependem da lenha, 40% do parque industrial usam lenha e a gente aqui ouviu o colega do Consea falar que a questão energética hoje é a maior preocupação para o quadro das mudanças climáticas. O Nordeste tem uma situação extremamente estratégica. A gente pode ter hoje uma matriz energética que seja de inclusão, que seja descentralizada e que seja renovável e sustentável. Esse é o sonho de todo planejador da área energética. E hoje o Nordeste vive essa realidade, só com um detalhe, a nossa matriz energética só falta ser sustentável, porque essa lenha vem basicamente de pequenos e médios produtores, são pouquíssimas as grandes áreas que fornecem lenha de forma sistemática. Existem os desmatamentos – vejam, não estou querendo fugir

da realidade –, existem os desmatamentos, existem os agressores ambientais, mas a ação sistemática é fruto do preparo da terra, ela é fruto de uma ação de manejo muito pequena no Nordeste, mas já existente. Então, a gente tem um desafio interessante, é transformar uma matriz que hoje é degradante numa ação de inclusão sustentável.

Outra situação importante da questão energética é a lenha no uso domiciliar, pois 70% das famílias do Nordeste utilizam lenha. Isso pode ser uma situação extremamente interessante para as famílias de assentamento. Principalmente, um botijão de gás, que está custando, mais ou menos, R\$40,00 para uma família que ganha meio salário mínimo. Isso é extremamente impactante. Então, nós temos como fazer o uso da lenha de forma, com grandes tecnologias, tecnologias sustentáveis.

Pode passar, por favor.

Tirando as famílias do risco, a fumaça é extremamente agressiva para a saúde, principalmente para a saúde das mulheres, provoca glaucoma, uma série de... Ou seja, uma série de doenças ou comportamentos relacionados à saúde pública tem muito a ver com essa questão do ato de cozinhar sem usar um fogão adequado. Só como referência, esse prenuncia que vocês estão vendo naquela imagem com certeza se reproduz nessa mulher que está cozinhando nesta casa há 15 ou 20 anos.

Então, existe alternativa para que ela continue usando lenha sem agressão e com qualidade.

Pode passar.

Então, essa é uma experiência dos fogões ecológicos, que seguem a mesma lógica da cisterna.

Pode passar.

Aí, vocês estão vendo dois tipos de fogões que não têm fumaça, um inclusive num ambiente “sifado”, a lenha. Isso é interessante, porque você está usando um combustível renovável e de baixo custo para essas famílias.

Pode passar.

Do mesmo jeito, a lenha pode ser utilizada pelas indústrias sem nenhum tipo de agressão. Essas duas fotos do lado de cá são de duas grandes empresas que utilizam lenha com processos de licenciamento e critérios de sustentabilidade.

Do outro lado, temos duas experiências de pequenos empresários que utilizam lenha de forma agressiva, porque às vezes pensamos que só o grande agride.

Então, isso é para mostrar que tanto o grande quanto o pequeno podem ter boas práticas ou não.

Pode passar.

Esta aqui é uma experiência mais contextualizada, mostrando como é importante fazer-se um pla-

nejamento para o recurso florestal das regiões semi-áridas. Normalmente, as áreas de assentamento têm grande ativo ambiental que, por falta de sensibilidade para o uso sustentável, se impõe um modelo agropecuário numa região que produz 300 quilos de feijão e 400 quilos de milho, querendo que esse assentado vá sobreviver igualmente a um produtor que está numa região que produz duas toneladas de feijão e três ou quatro toneladas de milho. Quando desprezo esse recurso que gera... (**falha na gravação**) ...imediata para eles, além de conservar a biodiversidade, manter os serviços ambientais e combater a desertificação.

O que eu faço? Eu degrado esse ambiente, porque eu vou querer que ele produza um produto que não é adequado para essa região.

Pode passar.

Aqui, são exemplos – pode ir passando –, mostrando como a comunidade interage com isso.

Pode passar.

Aqui, mostrando uma experiência mais efetiva de uso mais direto do recurso para atender à matriz energética.

Pode passar.

Aí, mostrando como, fazendo um planejamento ambiental de uma vegetação no semiárido, você consegue interagir com vários tipos de iniciativa.

Volte, por favor.

Você tem uma pecuária extensiva, usando potencial forrageiro desse recurso; ou seja, ali, daqui a três anos, essa área onde estamos vendo aquele gado dentro, volta a ser uma área com uma cobertura florestal intensa, onde eu mantendo, de novo, a biodiversidade. E todos os tipos de produto que podem sair de um planejamento ambiental adequado, de uma vegetação no semiárido.

Pode passar.

São experiências de sistemas de produção ecológica no semiárido. Aqui, é um pequeno agricultor que mantém a família com essas técnicas.

Pode ir passando.

Aqui, é uma experiência de pecuária extensiva. Vejam o planejamento. Isso é um assentamento. A opção do assentamento foi manter o recurso para alimentar o rebanho e vivem nessa relação extremamente inteligente.

Pode passar.

Aí, mostrando o comportamento da vegetação logo após o corte e três ou quatro meses depois do corte, mostrando aquilo de que falei: a simplicidade do manejo do uso sustentável na região semiárida.

Pode passar, por favor.

Bom, em termos de iniciativa, o que temos hoje sendo realizado no ministério? Existe a Comissão

Nacional de Combate à Desertificação, que é um colegiado deliberativo que tem como missão acompanhar a implementação da Convenção de Combate à Desertificação, da qual o Brasil é signatário. São 194 países. O Ministério do Meio Ambiente é o ponto focal técnico, o Itamaraty é o ponto focal político, e a ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) é o ponto focal da sociedade civil.

Então, essa comissão nacional acompanha a implementação dessa convenção que, entre outros desafios, tem a implementação em parceria com a sociedade civil, a promoção do uso sustentável e o trabalho com técnicas de eficiência energética para melhorar essa relação das emissões.

Outra iniciativa do ministério foi trabalhar de forma estratégica seus instrumentos de fomento. São vários instrumentos. Hoje, temos o Fundo Clima, temos o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Só a título de exemplo, no ano passado, o ministério investiu algo... Nós realizamos 20 milhões em termos de contrato. Neste ano, numa parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, já se está pensando numa estratégia mais ampla na Bacia do São Francisco.

Bom, uma situação por que estamos lutando é a aprovação da Política Nacional de Combate à Desertificação, de que o colega Márcio inclusive é o relator; está na comissão de Justiça, se não me engano. E a criação do Fundo Caatinga, que é um esforço que vem sendo feito com o Banco do Nordeste para termos um instrumento de fomento que dialogue com a realidade do semiárido, e promova as práticas de uso sustentável e de eficiência energética.

Um dado interessante no Fundo Clima é que, além da ação de fomento, que é uma ação limitada – vai-se chegar a 70 milhões –, existem as ações de financiamento. Hoje, o Fundo Clima já tem disponíveis 500 milhões no BNDES para apoiar um conjunto de iniciativas no quadro das mudanças climáticas, e um recorte especial para as ações de combate à desertificação.

Agradeço a oportunidade e peço desculpas por ter passado do tempo. E fico à disposição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço ao Chico Campello pela sua apresentação.

Passo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Sérgio Souza. Em seguida, partiremos para o debate e as considerações finais dos palestrantes.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, caros expositores, Francisco Campello, prazer em reencontrá-lo. Estivemos juntos na audiência pública do ano passado em Sergipe, e já percebi que V. Sª sabe muito a respeito de Caatinga. Não só conhece

como tem paixão na defesa dos interesses desse bioma, que é um bioma dos mais importantes no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Senador, é literalmente um caatingueiro de Pernambuco. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Edélcio, peguei a parte final da sua exposição.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dizer que essa audiência pública vem em um momento privilegiado. Apesar de esta semana ser atípica para o Congresso Nacional, é uma semana de muitas atividades. Hoje, CPI de manhã. Instalamos há pouco, sobre a Medida Provisória nº 571, a Comissão Mista que vai promover os estudos para análise das mudanças do Código Florestal, promovido pela Presidente Dilma, além de outras comissões. E essa campainha que apita agora é a Ordem do Dia que começou no plenário do Senado.

Mas não poderia perder a oportunidade de fazer aos senhores a seguinte indagação: segundo a ONU, temos hoje 7 bilhões de seres humanos sobre o Planeta Terra. É um momento de fragilidade econômica em muitos países, principalmente da Zona do Euro, onde se priva mais pelo econômico do que pelo ambiental, e nem sempre pela segurança alimentar, porque a segurança alimentar não é a questão da produtividade em escala, enquanto economia; mas é, sim, como alimentar essa população de 7 bilhões.

Mas a pergunta vem: Como vamos alimentar uma população de 9 bilhões – e já ouvi aqui o número de 10 bilhões – em 2050? Em apenas 38 anos? Se nós, na existência do Planeta ou do ser humano sobre o Planeta, temos 7 bilhões, vamos crescer qualquer coisa em torno de 30% em apenas 38 anos.

Vejo que o Brasil é um dos países que investe muito em tecnologia para aumentarmos a produtividade – e temos a eficiência necessária para cuidarmos do alimento do nosso povo e também do povo estrangeiro. Mas esta é uma questão que venho me fazendo e fazendo a todos constantemente: Como nós vamos ter a sustentabilidade de que o Planeta precisa para cuidarmos do tripé econômico? E aí vem a questão de produção de alimentos, o social, em alimentarmos esse povo todo, e o ambiental, sem descuidar do ambiente, porque mesmo vendo que um bioma como o da Caatinga, 43% ainda é de floresta – e acredito que essas florestas são nativas –, há uma ansiedade por exploração de novas áreas para agricultura ou para irrigação, principalmente às margens do rio São Francisco, ou nas regiões por onde vai passar a transposição.

Como que V. S^a tem visto a possibilidade de você trazer uma sustentabilidade entre produção de alimentos para alimentar toda essa população, provisionada

para 2050, e mantermos a conservação ou a proteção do meio ambiente?

Esta era a minha única indagação, Sr. Presidente. Agradeço e parabenizo a todos pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Eu queria estabelecer a seguinte metodologia: os palestrantes respondem à indagação do nosso relator e faz as suas considerações finais.

Com a palavra o Dr. Edélcio.

O SR. EDÉLCIO VIGNA – Senador Sérgio, esta pergunta não é tão problemática. É mais fácil imaginarmos o final do mundo, uma catástrofe final climática, as pessoas morrendo de fome; é mais fácil pensar isso do que pensar uma saída para o modelo capitalista de produção. A gente não consegue mudar padrão de produção, padrão de comportamento, nós não conseguimos pensar fora do modelo capitalista de produção. Nós não conseguimos pensar um horizonte pós-capitalista, por exemplo.

Então, é mais fácil pensar a catástrofe climática, a catástrofe alimentar do que pensar que o sistema não dá mais. Nós temos que achar novas formas de produção, novas formas de readequação do sistema. E o sistema já fez muito isso, Senador, o sistema capitalista, que começou com a máquina a vapor, criou a máquina mecânica, depois a elétrica... O sistema foi se alterando tecnologicamente, mudando a capacidade de as pessoas pensarem o sistema, de o próprio sistema ir se readequando e formando novos padrões de consumo, de produção, de maquinário.

O sistema fez isso.

Também temos de pensar, dentro do sistema capitalista, em como o sistema capitalista resolve esse problema. Ou seja, como é que nós damos um salto dentro do sistema capitalista sem perder o que o sistema capitalista, em termos tecnológicos, em termos de facilidade que trouxe para a vida da população, para a vida de cada um... É como se pensarmos essa garantia, mas pensarmos em uma forma de produzir, de consumir e de distribuir, mas que o controle da riqueza não fique só na mão de algumas corporações, de alguns segmentos da população mundial. O sistema tem de resolver essa situação.

Hoje nós produzimos alimentos que dá três vezes para o consumo da população atual. Só que nós temos o problema do mercado interno nacional e do acesso ao alimento. Quem é que não consome alimento hoje? O acesso é diferenciado. Você tem populações continentais, como a África; regionais – os senhores devem conhecer –, tanto na Amazônia, as populações indígenas, como Odos quilombolas, como de setores nordestinos que têm pouco acesso à produção farta

que o Brasil possui. Então, tudo é uma questão desse acesso diferenciado.

O Governo brasileiro tem feito programas, como o de aquisição de alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, por exemplo, que facilita o acesso dessas populações a essa produção, mas se nós pensarmos mundialmente, como o senhor colocou, eu acho que o Brasil está nessa discussão, nesse jogo, e tem apresentado propostas de como fazer essa alteração e promover esse acesso de populações que hoje não têm acesso, populações continentais.

A Ásia, por exemplo, onde a população está mais concentrada, a exemplo da China e da Índia, eles têm um percentual de população de menor acesso que a população brasileira em termos de alimentos.

Quando nós colocamos a questão, como o senhor a colocou muito bem, de como vamos alimentar 50 milhões, a única resposta é: temos de mudar o padrão de produção e de consumo. Temos de mudar o modo. E não somos nós que não vamos mudar, nós mudamos o nosso consumo pessoalmente, etc., mas são as grandes corporações, hoje, que até têm-se sobreposto ao poder dos Estados, à soberania dos Estados, que têm definido o mercado internacional. Eles têm o princípio do lucro, princípio que rege o capitalismo. Como é que o capitalismo vai dar um salto nessa questão? Como é que nós vamos regular esse lucro? Como vamos regular esses investimentos para que todos tenham acesso?

Acho que é um pergunta oportunista, porque ao fazê-la, também é perguntado como o capitalismo vai sair disso? Será pela invenção de uma nova tecnologia? Será por um novo padrão de comportamento? Será por ambos? É uma pergunta que é dirigida a todos, assim como nós tivemos a oportunidade de o Brasil discutir na Rio+20 esses encaminhamentos.

O Brasil, hoje, é protagonista no cenário internacional, tanto nos termos de uma proposta quanto em termos de uma articulação da comunidade internacional, para que ocorram essas modificações, às quais, sabemos, estão sendo obstaculizadas pelos grandes países, como o senhor colocou: a União Europeia, os Estados Unidos, o Japão.

Os Estados Unidos não querem saber de assinar nada, não querem compromisso com nada; a União Europeia está em crise e não quer gastar nada; o Japão tem as suas soluções, mas não quer compartilhar. Então sobre o G77, que são os países em desenvolvimento e os países mais pobres, para tentar pressionar para que haja essas modificações que pensamos deve haver, para restabelecer um equilíbrio na população mundial, na economia, na sociedade, no clima enfim.

É o que esperamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado ao Dr. Edélcio.

Vou passar a palavra, agora, para o Dr. Chico Campello.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO – Eu diria que, quanto ao aumento de população, as necessidades não vão se refletir somente na alimentação. Vão se refletir na questão do abastecimento de água e também na demanda energética.

Então, para não ser repetitivo, o colega foi muito claro. Eu acho que a primeira grande situação é pensar em estratégia de conservação.

A gente, às vezes, gosta de usar muito a palavra “preservação”, mas eu acho melhor a gente exercitar a palavra “conservação”, porque a conservação parte do princípio do bom uso como uma estratégia, inclusive de preservação. Conservar significa saber usar e, em alguns momentos, não usar, que é o preservar.

Então, na questão energética, temos hoje, por ser uma necessidade mais imediata, investimentos tecnológicos mostrando que, com eficiência, você consegue atender o aumento da demanda sem ter que produzir mais.

Entrando no recorte do semiárido, a gente tem experiências mostrando que cerâmicas que hoje trabalham numa relação de quatro metros de lenha para um milheiro de tijolo conseguem, com meio metro de lenha, produzir o mesmo milheiro de tijolo com mais qualidade, inclusive com mais economia. Ou seja, é bom para o empresário e é bom para o meio ambiente.

Então, na questão dos alimentos, a gente também passa por isso. Existe a necessidade de aumentar a produção? Existe. Mas existe também a necessidade de aproveitar melhor o que já é produzido.

Nós temos, também, perdas significativas por falta de técnica de estocagens adequadas. Vou dar um exemplo do semiárido: A experiência dessa Comunidade de Uauá, que hoje está produzindo algo em torno de... que está processando 120 toneladas/ano de umbu, na forma de geleia, doces, para o mercado institucional da alimentação escolar e para, vamos dizer assim, acessar mercados, inclusive fora do Brasil, começou de uma experiência de três feiras, que, ao verem o desperdício do umbu na época da safra, acostumadas com o rigor da Europa, foram fazer doce, para conservar o alimento na época da seca. Daí surgiu uma experiência extremamente rica, de uma produção sustentável e de renda para essas famílias.

A mesma coisa com a questão dos recursos hídricos. Nós não temos falta d'água; nós temos mau uso da água. Não aproveitamos a água no momento certo. No caso do semiárido, a nossa precipitação média é

extremamente suficiente para as necessidades, desde que existam estratégias de conservação.

A outra situação, que às vezes acho que é emblemática e que precisa ser desmistificada, é querer trazer para uma determinada situação toda a responsabilidade. No nosso caso, por exemplo, trazemos toda a responsabilidade do recurso hídrico para a mata ciliar. Isso é uma forma extremamente errada de se pensar tecnicamente. A mata ciliar é estratégica e é complementar numa estratégia de conservação.

Não adianta fazer todo o esforço da mata ciliar, se a produção não tem conservação de solo. Então, acho que o maior desafio para a produção é agregar aos critérios ambientais também as técnicas de conservação de solo, porque senão joga-se toda a responsabilidade da conservação do recurso hídrico na mata ciliar. E isso é uma injustiça, vamos dizer assim, com a mata ciliar. Ela é complementar a uma ação de produção responsável. Então, não adianta só tentar jogar a responsabilidade sobre a mata ciliar e sobre a reserva legal, achando-se que, com isso, consegue-se manter uma produção sustentável.

A produção sustentável passa por inserir os critérios ambientais na área de produção e trabalhar com técnicas de conservação. Com isso, diminui-se a quantidade de agrotóxico – para quem usar agrotóxico –, favorece-se a agricultura orgânica – para quem trabalha com sistemas ecológicos de produção – e garantem-se alimentos mais saudáveis para a comunidade.

Também, o que o colega falou é a pura verdade. Também temos de começar... Vou dar um exemplo concreto: eu consigo pagar R\$3,00 numa Coca-Cola ou R\$5,00 num aeroporto, sem muita reclamação, e faço o maior protesto, se o cara me vender um coco por R\$2,00.

Então, estamos acostumados a subvalorizar os recursos da natureza. E isto é uma forma perversa: achar que só o que é beneficiado, de forma extremamente industrializada, tem de ser valorizado. Aí eu vou e estímulo o não valor, o não uso do recurso natural.

É o exemplo que dou, agora, do quadro da seca. Agricultores, produtores rurais que estão sustentando seu rebanho com o mandacaru, usando toda aquela tecnologia herdada de queimar para tirar espinhos, para amolecer e dar para o gado, eles estão sendo penalizados como se estivessem agredindo a caatinga, quando são as pessoas que estão vivendo da biodiversidade.

Às vezes, nós temos uma visão urbana de viver e não conseguimos acreditar na forma rural de viver. Assim, quero impor meus padrões urbanos a uma comunidade rural, aumentando esta coisa perversa da globalização, sem aceitar aquelas condições. Acho que o cara só é feliz, se tiver um *laptop*, um celular

e um carro na porta. Se ele – vamos dizer assim, de uma forma extremamente agressiva – vive com um jumento, sem celular e comendo do que produz, digo que ele é um subdesenvolvido. Então, também provoco essas agressões.

No nosso discurso ambientalista e, às vezes, até de desenvolvimento, estamos agredindo, inclusive, as formas, as culturas locais e o meio ambiente.

Então, acho que também temos de passar por um repensar do que é desenvolvimento, do que é ser sustentável, porque às vezes as formas mais sustentáveis são as mais penalizadas.

Vou dar um exemplo que é extremamente típico no semiárido. O produtor rural que faz uso da biodiversidade para viver – e a forma que dá renda mais imediata é o produto florestal, a estaca, o mourão, a lenha, isso dá um lucro mais imediato – é aquele que faz a opção de não desmatar, para viver daquele recurso, mas é o mais penalizado pelas pessoas que não acreditam na capacidade de regeneração da biodiversidade.

E, nessa hora, pode-se ter o estudo que tiver, porque a força da comunicação e da eloquência de algumas pessoas é mais forte do que os estudos e a vivência dessas comunidades.

Então, precisamos fazer uma reflexão, porque às vezes somos extremamente agressivos com os que acreditam na biodiversidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero agradecer ao Edélcio Vigna pela sua explanação aqui, a sua disponibilidade de ter vindo, para debater conosco esse importante tema.

Quero agradecer, também, ao Dr. Francisco Campello pela sua apresentação e pelo debate conosco também.

Quero saudar o Senador Sérgio Souza, que é o Relator desta Comissão, e agradecer a todos os presentes.

Na próxima semana, em virtude da preparação para a Rio+20 e de uma série de Deputados e Senadores já estarem se deslocando para o Rio, pois já haverá atividade no dia 13, não vamos realizar audiência pública aqui. Vamos realizar duas audiências públicas na semana seguinte, na própria Rio+20.

Então, a audiência pública da próxima quarta-feira ficará para a próxima quinta-feira, na Rio+20, no dia 21, e, no dia 19, faremos uma audiência pública lá. Portanto, as reuniões serão nos dias 19 e 21, cumprindo o nosso calendário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 42 minutos.)

Edição de hoje: 130 páginas
(OS: 14722/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

